

ISSN 0104-236X Impressa
ISSN 1983-201X Virtual

anos90

Revista do Programa de Pós-Graduação em História
v. 20 n. 37 julho de 2013

Organizador:
Claudia Wasserman

Porto Alegre

Anos 90	Porto Alegre	v. 20	n. 37	p. 1-349	jul. 2013
---------	--------------	-------	-------	----------	-----------



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Diretora do IFCH: Soraya Maria Vargas Cortes

Programa de Pós-Graduação em História:

COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Regina Weber (coordenadora)

Benito Bisso Schmidt (coordenador substituto)

Adriana Schmidt Dias

Claudia Wasserman

Enrique Serra Padrós

Regina Célia Lima Xavier

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Fábio Kühn (editor)

Eduardo Santos Neumann

Luiz Alberto Grijó

Sílvia Regina Ferraz Petersen

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Aggio - *UNESP, Brasil*

Angela Castro Gomes - *CPDOC/FGV e UFF, Brasil*

Barbara Weinstein - *State University of New York, EUA*

Caio Boschi - *PUCMG, Brasil*

Cláudio Batalha - *UNICAMP, Brasil*

Edgar de Decca - *UNICAMP, Brasil*

Eduardo Silva - *Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasil*

Fernando Catroga - *Universidade de Coimbra, Portugal*

Hilda Sabato - *Universidad de Buenos Aires, Argentina*

Ignacio Sosa Alvarez - *UNAM, México*

Jeffrey Lesser - *Emory University, EUA*

Jens Hentschke - *University of New Castle, Inglaterra*

John French - *Duke University, EUA*

Jorge Ferreira - *UFF, Brasil*

Jose Pedro Rilla - *Universidad de la Rep. Uruguay*

Roger Kittleson - *Williams College, EUA*

Sabina Loriga - *EHESS, França*

EQUIPE TÉCNICA

Secretaria da Revista:

Paulo Roberto Gonchoroscki Gonçalves

Revisão:

Felipe Raskin Cardon, Marcel Müller e Filipe

Matusiak da Motta Alves

Editoração eletrônica:

Débora Lima

Projeto gráfico:

Núcleo de Informação e Projetos (NIP/IFCH/UFRGS)

Criação da capa:

Lucas Gelásio Mörschbacher

Imagem da capa:

Cartaz da IV Reunião do Comitê História, Regiões e

Fronteiras da AUGM (Associação de Universidades do Grupo Montevideo)

CORRESPONDÊNCIA

Anos 90

Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS

Caixa Postal 15055

Agronomia

CEP 91501-970

Porto Alegre-RS – Brasil

Fone/fax: (51) 3308 6639

E-mail: anos90@ufrgs.br; ppghist@ufrgs.br

Sítio: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90.htm>

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/>

APOIO:

PROPEQ – UFRGS

©2010 Programa de Pós-Graduação em História, IFCH/UFRGS

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Tiragem deste volume: 300 exemplares

Anos 90: Revista de Programa de Pós-Graduação em História / UFRGS, IFCH. Programa de Pós-Graduação em História. v. 20, n. 37, Porto Alegre: PPGH, jul. 2013.

ISSN 0104-236X Impressa

ISSN 1983-201X Virtual

Revista indexada na Latin American Periodical Table of Contents – LAPTOC – e no Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal – LATINDEX.

Publicação semestral

Pede-se permuta

On demand échange

We demand exchange

Se pide permuta

SUMÁRIO

11

APRESENTAÇÃO

Claudia Wasserman

19

DOSSIÊ REDES LATINO-AMERICANAS

Tramas culturales. De las determinaciones
sociales a la red intelectual

Claudio Maíz

37

La literatura comparada y las redes
culturales latinoamericanas

Ramiro Esteban Zó

63

Basta! contra la violencia de género:
una red femenina de microrrelatos

Miriam Di Gerónimo

93

Las redes intelectuales como mecanismos
que permiten la constitución
de la teoría y crítica literaria

Amor Arelis Hernández Peñaloza

115

O “direito natural e das gentes” e o federalismo
no processo de independência na América

Maria Medianeira Padoin

História intelectual e redes contextuais
Carlos Henrique Armani 137

El Consejo Latinoamericano de Iglesias
y el encuentro ecuménico latinoamericano
de “Mauricio López” (1988)
Hector Alejandro Paredes 151

ARTIGOS

Lógicas y concepciones sobre trabajo,
acumulación y bienestar en los pueblos
de indios guaraníes (Siglos XVII y XVIII)
Lía Quarleri 177

Sob a bandeira vermelha:
A “Revolução” Brasileira
nas páginas de *El Machete*
Fábio da Silva Sousa 213

Nelson Werneck Sodré:
Censura, Repressão e Resistência
Lucileide Costa Cardoso 237

A conspiração dos trustes ameaça
o desenvolvimento: política e imaginário
nas páginas do jornal *Última Hora* durante
o governo Kubitschek (1955-1960)
Jefferson José Queler 269

Dissidência comunista: da cisão do PCB
à formação do PCBR na década de 1960
Éder da Silva Silveira 291

RESENHAS

325

HOLLANDA, Bernardo B. B.; MELO, Victor A.
O esporte na imprensa e a imprensa
esportiva no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras,
2012, 209p. ISBN: 978-85-7577-941-5
André Mendes Capraro, Jhonatan Uewerton Souza

331

CROSBY, Alfred W. Imperialismo ecológico:
a expansão biológica da Europa, 900-1900.
Tradução: José Augusto Ribeiro, Carlos Afonso
Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras,
2011, 376p. ISBN: 978-85-359-1859-5
Rudy Nick Vencatto

339

SCOTT, Heidi V. Contested territory:
mapping Peru in the sixteenth and
seventeenth centuries. Notre Dame:
University of Notre Dame Press, 2009. 256p.
ISBN: 978-02-680-4131-1
Victor Santos Vigneron de La Jousselandière

347

Normas para publicação

349

Política Editorial

CONTENTS

11

INTRODUCTION

Claudia Wasserman

DOSSIER LATIN AMERICAN NETWORKS

19

Cultural plots. From the social determinations
to the intellectual network.

Claudio Maíz

37

Comparative Literature and Latin American
cultural networks

Ramiro Esteban Zó

63

Enough! A female network of flash fiction
against gender-based violence

Miriam Di Gerónimo

93

Intellectual nets as mechanisms that allow
the constitution of literary theory
and literacy criticism

Amor Arelis Hernández Peñaloza

115

The “natural law and law of the gentes” and the
federalism in the process of independence in America

Maria Medianeira Padoin

Intellectual history and contextual networks
Carlos Henrique Armani 137

The latin american council of churches and
the latin american ecumenical conference
“Mauricio Lopez” (1988) 151
Hector Alejandro Paredes

ARTICLES

Logics and conceptions about work,
accumulation and welfare in the Guaraní indian
missions (17th and 18th centuries) 177
Lía Quarleri

Under the red flag:
The Brazilian “Revolution”
in the pages of *El Machete* 213
Fábio da Silva Sousa

Cultural and Political Repression
of Nelson Werneck Sodr e 237
Lucileide Costa Cardoso

The trusts’ conspiracy threatens
the development: politics and imaginary
on the pages of the daily newspaper
 ltima Hora (1955-1960) 269
Jefferson Jos e Queler

Communist Dissidence: the splitting
of the PCB to the formation
of PCBR in the 1960s 291
 der da Silva Silveira

REVIEWS

325

HOLLANDA, Bernardo B. B.; MELO, Victor A.
O esporte na imprensa e a imprensa
esportiva no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras,
2012, 209p. ISBN: 978-85-7577-941-5
André Mendes Capraro, Jhonatan Uewerton Souza

331

CROSBY, Alfred W. Imperialismo ecológico:
a expansão biológica da Europa, 900-1900.
Tradução: José Augusto Ribeiro, Carlos Afonso
Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras,
2011, 376p. ISBN: 978-85-359-1859-5
Rudy Nick Vencatto

339

SCOTT, Heidi V. Contested territory:
mapping Peru in the sixteenth and
seventeenth centuries. Notre Dame:
University of Notre Dame Press, 2009. 256p.
ISBN: 978-02-680-4131-1
Victor Santos Vigneron de La Jousselandière

347

Norms for Publication

349

Editorial Policy

Apresentação

Claudia Wasserman

O dossiê do número 37 da revista *Anos 90* está dedicado às Redes Intelectuais Latino-Americanas e Espaços de Fronteira: ultrapassando o âmbito do Estado Nação. Os autores deste volume fazem parte de um convênio entre o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e os Programas de Pós-Graduação em Letras da Universidade Nacional de Cuyo (UNCUYO), em Mendoza, Argentina, Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Nacional de la República (UDELAR), Montevideo, Uruguai, e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), financiado pelo programa CAPES/MERCOSUL.

A rede pode ser definida como “[...] uma estrutura de laços entre atores de um sistema social... Os seus laços podem basear-se na conversação, afeto, amizade, parentesco, autoridade, troca econômica, troca de informação ou qualquer coisa que constitua a base de uma relação” (NOHRIA; ECCLES, 1992, p. 288). Os autores dos textos que foram selecionados para compor este número da revista *Anos 90* estão preocupados justamente em definir relações entre atores em determinado sistema social, seja no âmbito do direito das gentes na época das independências sul-americanas, seja em grupos de mulheres vítimas de violência, grupos ecumênicos, seja entre intelectuais e autores de ficção.

Do ponto de vista intelectual e mais especificamente latino-americano, a preocupação deste grupo de investigadores é ultrapassar o âmbito do Estado-nação, sem perder de vista as especificidades de cada caso. Apesar de diferentes inquietações, relativas às questões

particulares de cada país ou região, os problemas que absorvem os intelectuais da América Latina são complexos, densos, de difícil diagnóstico e solução – questões relativas aos direitos humanos, aos direitos civis, às necessárias reformas políticas, à educação, aos sistemas de saúde pública, ao desenvolvimento, à dependência e à preservação das culturas e do patrimônio são apenas algumas das angústias dos intelectuais da região.

A complexidade e a heterogeneidade das preocupações e dos temas que afligem o intelectual da América Latina e do Caribe se vinculam ao problema em como converter assuntos que poderiam ter uma análise apenas nacional em uma interpretação cuja abrangência ultrapasse esses limites.

Até o presente momento, os intelectuais que objetivaram articular as preocupações nacionais com uma agenda latino-americana, procuraram “romper com a singularidade dos casos”, através da história comparada.

Desde o início da década de 1970, algumas instituições que se dedicam à produção do conhecimento histórico tiveram uma preocupação em promover o encontro de historiadores e cientistas sociais de toda a América Latina para debater temas comuns cujas conclusões/publicações pudessem se converter em sínteses desses assuntos para a história subcontinental.

Mesmo assim, apesar desses esforços, claro está que há um déficit no que diz respeito ao estudo de redes. Nossas tradições acadêmicas estão demasiadas centradas nos cenários nacionais e as redes frequentemente ultrapassam este âmbito. As principais perguntas que se colocam são: de que prisma explicar as redes sem cair em uma análise sociológica que privilegie as classes e os grupos sociais? Quais são as especificidades das redes intelectuais? Até que ponto se pode enfatizar o âmbito privado na constituição e manutenção das redes sem cair em uma história do cotidiano desvinculada dos problemas sociais mais amplos? Qual a relação entre os sujeitos que compõem e as instituições que abrigam as redes? Qual o papel das figuras proeminentes na formação das redes e qual a participação dos que orbitam em torno desta figura? Como enfrentar o tema dos “coletivos” que se constroem em torno destes personagens? Como lidar com a relação entre o espaço público e privado no caso das

redes? Qual o papel da circulação de ideias, dos intercâmbios de bens culturais, das viagens, dos espaços descontínuos e dos sujeitos mobilizadores nas redes?

A proposta de elaborar estudos históricos das redes intelectuais, políticas e familiares na América Latina pretende sanar um importante vazio. Continuam sendo escassos os estudos de redes intelectuais dentro do campo da história propriamente dito.

Trata-se, portanto, de questionar, afinal, o que é uma rede e porque estudá-la sob uma perspectiva histórica. A rede, enquanto “formação cultural”, está constituída por um conjunto de indivíduos que estabelecem relações entre si através de um interesse particular: intelectual, literário, político, programático etc., mas que não compartilham, permanentemente, um mesmo espaço, e estão a depender de meios técnicos para formar a comunicação. De modo que se pode anotar como uma característica das redes, a existência de um nexos causal entre desenvolvimento tecnológico e características da rede. Deveríamos falar, neste sentido, de um nexos conceitual conformado pelos termos da tecnologia, da sociedade e das transformações históricas.

Por outro lado, dentro do variado leque de motivações, um dos focos de irradiação de uma rede intelectual pode ser rastreado através dos efeitos do exílio. Assim, cabe mencionar a rede de exilados durante a época de Juan Manuel de Rosas nos países limítrofes, bem como a diáspora dos anos 1970 e 1980 do século XX em grande parte da América Latina, que colaborou para um surto de latino-americanistas, tanto no contexto europeu como latino-americano. As lógicas de vínculo existentes nestes agrupamentos podem ser particularmente percebidas através da participação em determinados órgãos de divulgação periódica, tanto como nos epistolários, autobiografias e memórias. O conjunto que integra estes textos resulta em um acervo de extraordinária eficácia para medir o alcance, a dimensão e eficácia de uma formação que opera em rede.

Diante de uma tradição historiográfica nacional, que opera dentro dos marcos do Estado nação, os supostos teóricos do grupo de investigadores que compõem este grupo visam a superar estas abordagens. A ideia de superar estes marcos nacionais constitui um dos pontos de partida deste volume da revista *Anos 90*. Não se

pretende a escritura de uma nova história intelectual, mas que ela seja repensada através das redes. Uma história das redes intelectuais, políticas, familiares e outras na América Latina e, particularmente nos espaços de fronteira, abre um conjunto de interrogações em torno do objeto a historiar. A história das redes: é fazer uma reconstituição das mesmas? é fazer uma história de suas práticas? é recriar os contextos dos sistemas de vínculo? Parece prudente em uma primeira aproximação reconhecer a conveniência de que rastrear a história dos contatos culturais se realize partindo das sequências ou dos episódios específicos em que as culturas entram em contato por meio de viagens, exílios, congressos, revistas, traduções etc.

Mais ainda, como a natureza mesma das redes transborda as fronteiras do Estado nação, não é possível admitir homogeneidades neste sentido. Em outros termos, os contatos produzem-se não apenas entre culturas nacionais, mas também regionais e nas fronteiras, nas bordas destas nacionalidades, bem ou mal definidas. Ao precisar os episódios e/ou sequências concretas em que se produzem os contatos, uma categoria teórica de grande potencial interpretativo, em articulação com a de *rede* pode ser a de *sociabilidade*. Lugares que favorecem o surgimento de laços configuradores de um relacionamento complexo, o desenvolvimento de vínculos específicos. Neste sentido, tanto associações mais formais (academias, sociedades literárias, centros institucionalizados) quanto locais mais espontâneos (grupos de leitura, cafés, publicações periódicas) conformam uma boa porta de abordagem e compreensão dos modos como se constroem as redes, da mesma forma que as solidariedades, tensões ou conflitos que podem atravessá-las.

Na perspectiva das redes, alguns conceitos, como o de *influencia*, por exemplo, perdem a eficácia tradicional. Em efeito, os sistemas de vínculo parecem mais propensos a produzir fenômenos de transculturação, do que meras recepções ou influências. Assim, ainda que possam existir e que as influências de fato ainda ocorram, elas devem ser pensadas dentro de outros marcos metodológicos.

Entre os artigos que compõem este volume, estão o de Claudio Maíz, professor da Universidade Nacional de Cuyo. Seu artigo, trata-se de um trabalho teórico e de revisão historiográfica sobre as diferentes formas de sociabilidade intelectual. Maíz aborda a historiografia que

se debruçou sobre associações, epistolários, revistas para entender até que ponto esta historiografia ajuda a conformar uma metodologia da rede intelectual para o estudo da elaboração das mesmas.

Ramiro Esteban Zó, igualmente professor na UNCUIYO, aborda o tema da literatura comparada para analisar a possibilidade de incorporar esta metodologia às teorias de redes intelectuais, tendo em vista que as interpretações em vigor na literatura comparada estão preocupadas com as inter-relações culturais dentro e fora do continente latino-americano.

Miriam N. Di Gerónimo, pesquisadora e docente na Facultad de Filosofía y Letras da Universidade Nacional de Cuyo, procura reconstruir uma rede feminina latino-americana a partir do microrrelato acerca da violência de gênero. Di Gerónimo permite conhecermos uma rede solidária e social que se estende por vários países da América do Sul através desta cruzada editorial. Seu artigo ajuda a incrementar o suporte analítico de redes e constelações para tratar de um fenômeno literário específico.

Amor Hernandez, doutoranda na UNCUIYO, apresenta um artigo que discute as redes intelectuais, abordando especificamente os encontros e as reuniões acadêmicas (congressos, jornadas, seminários, colóquios etc.), como espaços onde se estabelece o conhecimento de novos conceitos, informam-se sobre novos métodos de trabalho, trocam-se experiências de investigação etc. Partindo-se desses espaços, segundo a autora, estabelecem-se redes ativas de intelectuais, a partir dos quais se promove e se consolida o conhecimento sobre temas específicos.

O artigo da professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Maria Medianeira Padoin, apresenta uma síntese histórica sobre a evolução do Direito Natural e das Gentes com o fim de demonstrar a relevância de seu estudo para entender a fundamentação teórica que esteve presente nos processos de formação dos estados nacionais na América e nos discursos de defesa de projetos federalistas. Segundo a autora, o Direito Natural e das Gentes faz um percurso histórico tanto na Europa como na América e constitui como exemplo de circulação de ideias no processo de construção e consolidação do Estado Moderno nos dois continentes.

O artigo do professor Carlos Armani, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), propôs-se a pensar a história intelectual e as redes intelectuais a partir da filosofia da desconstrução, sendo seu objetivo estreitar os laços entre a história intelectual e a filosofia.

Alejandro Paredes, professor da UNCUIYO, aborda o Encontro Ecumênico Latino-Americano “Mauricio López”, considerado um ponto de consolidação de um subgrupo no interior da rede ecumênica latino-americana. Esse subgrupo reúne integrantes do Equador, da Argentina e do Brasil. No artigo em questão, Paredes analisou tanto a trajetória de militância de Mauricio López como também o Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), que foi a entidade que organizou o encontro.

Todos os artigos, portanto, contribuem para um maior conhecimento teórico e histórico sobre as redes intelectuais e procuram ultrapassar o âmbito nacional para compreender o espaço de sociabilidade e de circulação destes personagens que compõem as redes.

Referência

NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Eds.). *Networks and Organizations: Structure, Form, and Action*. Boston: Harvard Business School Press, 1992.

DOSSIÊ
Redes Latino-Americanas

Tramas culturales. De las determinaciones sociales a la red intelectual¹

Claudio Maíz*

Resumen: El presente trabajo se propone la revisión de diferentes nociones de la sociabilidad que entablan los intelectuales. A través de diferentes estudios realizados en torno a asociaciones, ateneos, epistolarios, revistas se intenta poner de relieve la capacidad heurística que posee la metodología de la red intelectual para el estudio de la elaboración de las ideas, los circuitos que generan y los radios de expansión que crean.

Palabras clave: Redes intelectuales. Sociabilidad. América Latina.

A mediados de la década de 1960 el mexicano Ernesto Mejía Sánchez escribió un artículo que tituló “Las relaciones literarias”. (MEJÍA SÁNCHEZ, 1966) En ese texto destacaba el gran desarrollo que había alcanzado la literatura en “las Américas” y que por tanto demandaba bibliografías, índices y antologías de la materia. De hecho reconocía que se habían incrementado durante esos años. Mejía Sánchez también llama la atención sobre el incremento de los estudios dedicados al esclarecimiento de las “[...] relaciones literarias” entre “autores, obras, géneros, épocas, corrientes, movimientos y países” (MEJÍA SÁNCHEZ, 1966, p. 193). De acuerdo con su visión, tales estudios aumentarían tanto como mejorarían el conocimiento de la historia literaria de lengua española, así como también la crítica. ¿Cómo entendía Mejía Sánchez la metodología de

* Professor da UNCuyo e pesquisador do CONICET. E-mail: cl_maiz@yahoo.com.ar.

las relaciones literarias? Sencillamente con el estudio que relaciona dos o más sujetos, con el propósito adicional de contribuir a la integración cultural americana, como ocurría en la literatura comparada europea. Calificaba a las “relaciones literarias” como una disciplina con alcances mediatos e inmediatos (MEJÍA SÁNCHEZ, 1966, p. 193), la que era conveniente fomentar. Aún más, prefiere la idea de relacionar a la de comparar, por ser “más cordialmente americana”. Tal distinción no lleva a plantear separatismos innecesarios con la cultura europea, sino a dejar establecido los logros americanos y los débitos con Europa, para – agrega – “[...] calcular con menos margen de error las aportaciones de originalidad americana”. Propone algunos estudios en la línea que describe: *La influencia francesa en la obra de Rubén Darío* (MAPES, 1966); *Walt Whitman en Hispanoamérica* (ALEGRÍA, 1954); *Liberales y Románticos. Una emigración española en Inglaterra, 1823-1834* (CASTILLO, 1954), entre otros. Seguidamente los casos que Mejía aborda son: “Martí-Sarmiento-Groussac”, “Whitman-Martí-Díaz Mirón”, “Martí-Whitman-Darío”. Como es fácil observar el énfasis está puesto en el autor.

Ahora bien, cuáles fueron las alteraciones que se han producido desde esta “disciplina” llamada “relaciones literarias”, situada dentro del campo de la literatura comparada, a la actualidad. Sin presunción de escrutar exhaustivamente el asunto ni mucho menos agotarlo, podemos decir que la teoría literaria dio pasos enormes, dejando muy atrás las pretensiones vinculantes entre autores, países y temas. En su lugar un glosario rico en matices y problemas como los aportes desde el estructuralismo de Julia Kristeva con la intertextualidad, concepto que fue el resultado de una reformulación del dialogismo de Mijail Bajtin, que a su vez Gerard Genette habrá de complejizar aún más dicho concepto intertextual, llamándolo transtextualidad y estableciendo cinco categorías para comprender las relaciones entre los textos (GENETTE, 1989). Así el concepto de intertextualidad, junto al cuestionamiento de la autoría y a las teorías de la recepción, dejó fuera de circulación la intencionalidad del autor al momento de establecerse relaciones entre obras, al igual que la posible influencia. La voluntad de influir por parte de los autores ni la acción de ser influidos ya no serán fuerzas claramente definidas, en razón de que obras de gran repercusión se encuentran

en los discursos admitidos e incorporados por la sociedad a la que pertenece el autor, instancia de donde puede extraer sin tener conciencia clara de ello los tópicos de su obra.

El autor ha perdido el control sobre su discurso, deja de “pertenecerle” y pasa a integrar el “macrocosmos plurilingüístico nacional” (Bajtín) o metanacional como en el caso específico de América Latina. Pensemos en una obra como *Ariel* (RODÓ, 1900) y la corriente arielista que se dispersó por toda América de habla hispana (KONIG, 2008). Como dice Altamirano: “El término ‘arielismo’ ha sido empleado tanto para resumir el mensaje de *Ariel*, como para referirse a cierta orientación del espíritu de esos años: una actitud, denominada también idealista, de descontento frente a la unilateralidad científicista y utilitaria de la civilización moderna [...]” (ALTAMIRANO, 2010, p. 10). El diálogo entre los discursos y no entre los autores producirá el cambio radical de perspectiva.² Esa es la base del entretejido de discursos – lo intertextual – y es también la materia de los entramados intelectuales, que funcionan de manera independiente al deseo y voluntad de cada individuo. De alguna manera, es en ese sentido como debe tomarse la conclusión de Eduardo Devés cuando demanda una conceptualización que permita “entender y guiar” el quehacer intelectual. Desde su perspectiva, “la noción ‘red intelectual’ y luego ‘profesionales del conocimiento’ son claves y mejores que la noción de ‘intelectual’ como figura solitaria y excepcional”. Para el autor chileno deben hacer estudios acerca de los intelectuales no sólo como estudios de individuos, sino también se hagan estudios de redes proyectadas “[...] al campo metanacional o mundial en que se desarrollaron.” En este punto es necesario fijar algunas delimitaciones. En efecto, a nuestro modo de ver, no sólo hace falta el estudio del intelectual en red (valioso en cuanto abandona la *comodidad* del individualismo metodológico), con todo, con ello no ganaríamos mucho en el diseño del objeto, puesto que estaríamos otra vez en riesgo de quedar en el ámbito individual. El estudio de la labor intelectual a través de las redes y los individuos, desde luego, pero en el centro los discursos producidos por ellos.

Varias tendencias de la sociología del conocimiento se han pronunciado en esta dirección, es decir la de abandonar la idea

medular de individuo. Algunos se interesan más por los discursos aduciendo que las ideas expresadas en ellos no pertenecen a un sujeto impulsado nada más que por la agudeza. El *origo* de una idea o concepto es el resultado de un proceso de “esclarecimiento”, “[...] una conquista de distancia analítica con respecto a los supuestos tácitos de un mundo cultural” y no propia de un “genio milagroso”, “la nueva idea” no puede verse “como una causa no causada”, como dice bien Fritz Ringer (RINGER, 2004, p. 103). Nos intriga la frase “[...] supuestos tácitos de un mundo cultural”, de donde Ringer se toma para postular el sentido progresivo, gradual de esclarecimiento para formular la idea³, no obstante a poco de ver esos supuestos básicos se pueden pensar en conjunto con el macrocosmos que se proyecta en el microcosmo del lenguaje, soporte al fin de cuentas de los discursos culturales. Ringer afina todavía más su hipótesis – y así se refuerza nuestra intuición – cuando afirma que para estudiar el campo intelectual es necesario “[...] aprender a comprender un haz de textos como un todo o como un conjunto de relaciones, y no como una suma de enunciados individuales” (RINGER, 2004, p. 104). ¿La mejor manera de estudiar una sociedad es partiendo de sus individuos?, es la pregunta que inmediatamente aflora de las reflexiones de Ringer. La respuesta es por cierto negativa, ya que su apuesta es por el “campo intelectual” y no por la “biografía”, como tradicionalmente se ha imaginado que una sociedad debe ser abordada, esto es, a través de la vida de hombres “representativos”.

Con todo, si admitimos que los estudios sobre las ideas no pueden hacerse volcados sobre ellas mismas únicamente ni sobre quienes las producen, es decir echando mano al individualismo metodológico, puede resultar más fructífero la delimitación de un espacio macroestructural a fin de reconstruir en su interior trayectorias individuales u obras personales. Ese espacio macroestructural es digno de consideración, como lo han demostrado algunas nociones de la sociología de la cultura, tal es el caso de “campo intelectual” de Pierre Bourdieu⁴ o el de “formaciones culturales” de Raymond Williams⁵, aportaciones teóricas vinculadas a aparatos conceptuales diferentes, sin embargo tienen en común con la teoría de la red que conciben la producción intelectual a través de actores sociales indagados mediante un método relacional de inte-

racciones. En el caso de América Latina la noción de “religación” perteneciente a Susana Zanetti ha sido de gran utilidad para los estudios metanacionales de la literatura.⁶

Por otro lado, la emergencia de una sociología de las asociaciones puso en circulación la teoría de Bruno Latour sobre el actor-red. Si los estudios históricos se habían alterado dejando de lado las categorías sociales preestablecidas para centrarse, entre otros intereses, en las relaciones efectivas establecidas por los individuos, la sociología reforzó esa tendencia a no entregar explicaciones sociales basadas en grandes categorías o fuerzas sociales actuando como causas explicativas de demasiados efectos. Tampoco concentrarse en las interacciones localizadas, privilegiando las explicaciones de nivel micro. En rigor, ni lo micro ni lo macro como categorías explicativas. La red más bien fue la reacción contra todo lo que “[...] en los análisis clásicos determina al individuo” (IMIZCOZ, 2004, p. 123). La renovación de la sociología, entonces, se dará a nivel de los actores emergentes, develando relaciones y patrones, a través del rastreo de asociaciones entre entidades de distinta naturaleza, no sólo de materia social. Así la propuesta de la teoría del actor-red fue pasar de una sociología de lo social a una sociología de las asociaciones. Como piensa Latour la sociología debe responder a la pregunta de cómo se mantiene unida la sociedad, en vez de utilizar la sociedad para explicar otra cosa (LATOUR, 2008, p. 30). Para Latour, lo social es la asociación. Asimismo realiza una distinción muy interesante entre intermediarios y mediadores. Los primeros transportan significados sin transformación. Los mediadores no pueden ser solo uno, sino “varios o infinito”. Así, “[...] los mediadores – escribe Latour – transforman, traducen, distorsionan y modifican el significado o los elementos que se supone que deben transportar” (LATOUR, 2008, p. 63). De esa manera funciona en cierto modo la estructura reticular, no a espaldas del actor ni de los “lugares” en donde se desenvuelve el intermediario de la cultura. En la producción científica “[...] ningún conocimiento se desplaza sin científicos, laboratorios y cadenas de referencias frágiles.” (LATOUR, 2008, p. 253) Más aún, cuanto más centramos nuestro interés en los sitios locales donde se conforman “[...] las estructuras globales mayor resulta su percepción, puesto que estamos modificando

toda la topografía del mundo social” (LATOUR, 2008, p. 253). Si se mantiene plano el paisaje, lo que más se destaca son las conexiones que vinculan lugares, por eso “[...] si se separa un sitio creador de estructuras de sus conexiones, simplemente deja de ser capaz de estructurar cosa alguna” (LATOUR, 2008, p. 253).

No es entonces el contexto, ni la influencia, ni la determinación social, todas juntas o alguna por separado como se alcanzan las explicaciones más plausibles de los fenómenos locales-globales de la cultura. Los enlaces vienen primero, los actores después, es la tesis de Latour, ya que “[...] lo social no es un lugar, ni una cosa, un dominio, un tipo de materia sino un movimiento provisorio de nuevas asociaciones” (LATOUR, 2008, p. 335). Abandonado el contexto o el “externalismo” para la explicación de las ideas queda en firme la postulación de Randall Collins: “[...] las redes son los actores, en el más estricto sentido, del escenario intelectual” (COLLINS, 2005, p. 32).

La relación antes que la determinación pareció ser la consigna más admitida por las renovaciones señaladas. Esta característica quedó plasmada en la definición misma de red: “La red – escribe Imizcoz – como un conjunto específico de conexiones entre un definido grupo de personas, con la propiedad adicional de que las características de dichas conexiones como un todo pueden usar para interpretar el comportamiento social de las personales implicadas” (IMIZCOZ, 2004, p. 122). El otro concepto clave en las corrientes señaladas es el de la conflictividad.

Las revistas

El interés por las publicaciones periódicas ha sido en los últimos tiempos muy provechoso.⁷ La revista es el medio privilegiado para la constitución de redes. Se pueden observar las tramas culturales en periodos como el romanticismo o el modernismo desde tres vértices: lugares (sedes metropolitanas), los medios (revistas, empresas editoriales) y las redes entre intelectuales. Las publicaciones, obviamente, constituyen vehículos para la trasmisión de ideas y la configuración de redes intelectuales transfronterizas o

metanacionales. En una investigación de Ximena Espeche (ESPE-CHE, 2012) existe además un plus por cuanto analiza el problema de la revista *Marcha* en vinculación directa con una noción geopolítica, que es el área del río de La Plata, combinada con una figura, la de Aníbal Quijano. “Personalidades” como Quijano para el movimiento intelectual en torno a *Marcha*, como también el caso de García Monje para el *Repertorio Americano*, Leopoldo Zea para *Cuadernos Americanos*, Victoria Ocampo para *Sur*, Enrique Gómez Carrillo para *El Nuevo Mercurio* (la revista modernista de 1907) son sumamente significativos, en virtud de que nos enfrentan con redes de naturaleza egocéntrica. *Marcha* revela una propuesta muy provechosa en virtud de que trabaja con una doble espacialidad: una que toma lo *rioplatense* y otra con América Latina. En esta duplicidad espacial se abren problemas de naturaleza diferente, para la primera referencia más local, los problemas involucrados atañen a la historia política, la historia económica, las relaciones internacionales, el tema del exilio y el debate sobre el peronismo.

Por otra parte, hay un aspecto de mucho interés en el trabajo de Espeche y es el que se refiere a los café montevideanos (como el “Sorocabana” el “Tupí Viejo” y el “Metro”). Son espacios de sociabilidad que, desde el Londres dieciochesco, fueron estudiados como un espacio público que se diferenciaba del salón porque este último pertenecía al ámbito privado. La funcionalidad del café en Montevideo (como en Buenos Aires) de mediados de siglo XX tiene que ver con “[...] el ejercicio de ciudadanía en la formación u reproducción de la opinión pública”, tal como afirma la autora. Como contrapartida, son interesantes las palabras de Manuel Gálvez pronunciadas en la inauguración del 8 de abril de 1936 para dejar constituido el PEN Club de Buenos Aires: “[...] para que no siga siendo el ‘bar’ – reencarnación de la pulpería – el único modo de asociación, como en los años en que Sarmiento escribió el *Facundo*. Asistir a estas reuniones del PEN Club será realizar obra de civilización. El PEN Club viene a vincularnos con las literaturas europeas, a arrancarnos el bárbaro y sucio poncho del individualismo gaucho, con el que nos envolvíamos vanidosamente”. Su discurso era un claro llamado contra el aislamiento de los escritores reivindicando la asociación como un modo de prestigiar la actividad, pero desde

una perspectiva que denostaba la sociabilidad informal del café que despectivamente comparaba con la “pulpería” del “bárbaro gaucho”. La asociatividad informal de los escritores será un ejercicio casi “profesional” que en lugar de ceder irá cobrando mayor vigor y ejercicio en el Río de la Plata. Según Altamirano, hasta la tercera y cuarta décadas del siglo XX, las universidades no fueron el ámbito de renovación de los ambientes de *literati*. Cafés, redacciones de diarios, ateneos, revistas, comidas de agasajo, visitas de extranjeros resultan los ambientes más habituales de sociabilidad intelectual (ALTAMARINO, 2010, p. 13).

Formas de la asociatividad

La sociabilidad deviene claro está no solamente de las instituciones informales sino también del análisis de otras formas de sociabilidad más sólidas y homogéneas durante el siglo XIX. Hay dos trabajos muy interesantes al respecto: el de Eugenia Molina y el de Adriana Amante, que analizan formas de sociabilidad durante el siglo XIX en Argentina. Molina (MOLINA, 2012) estudia algunos casos de redes político-intelectuales entre 1800 y 1852 entendiendo que, en el marco del proceso revolucionario rioplatense, estas redes brindaron recursos materiales y simbólicos a sus participantes que les permitieron tener una actuación destacada en el espacio público y político. Amante describe las formas de sociabilidad entre los intelectuales opositores al gobierno de Juan Manuel de Rosas, centrándose en el Salón Literario del 37, la clandestina Asociación de la Joven Argentina y finalmente, el destierro. Paralelamente, la autora realiza un estudio comparativo con lo que ocurría en Brasil en torno al Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que nacía con un amplio aval de Pedro II.

Eugenia Molina ensaya la línea de una sociabilidad que asiste a la historia en la reconstrucción de los lazos que devienen en “entramados de las élites rioplatenses”. Los casos que toma tienen que ver directamente con la historia argentina, como el conjunto de relaciones establecidas por los individuos de la vanguardia revolucionaria de 1810 como las referidas a la generación del 1837. En tal sentido,

el estudio de las formas de sociabilidad de estos momentos históricos ha contribuido a definir la red política del sector más radicalizado de la revolución de mayo. En la línea de F.X. Guerra pensada para la historia política, Molina sitúa el foco de atención en las acciones de los actores, aunque sin llegar a comprender sociabilidad y red como términos intercambiables.⁸

Así Molina se ocupa de redes político-intelectuales entre 1800 y 1852 entendiendo que, en el marco del proceso revolucionario rioplatense, estas redes brindaron recursos materiales y simbólicos a sus participantes que les permitieron tener una actuación destacada en el espacio público y político. A diferencia de la informalidad de los cafés montivedeanos del XX, Molina se ocupa de ámbitos de sociabilidad formales (Asociaciones de Estudios Históricos, Gabinete y Salón de Sastre, Asociación de la Joven Argentina) pero también de las informales (tertulias en lo de Alcorta, Cané y Mariquita Sánchez). Molina relaciona las prácticas asociativas con el establecimiento de lazos modernos, gracias a que en el orden institucional fue posible establecerlos y consolidarlos. Nuevamente debe indicarse aquí la línea trazada desde hace tiempo por F.X. Guerra: “La importancia que tienen los vínculos de parentesco y de amistad en el mundo hispánico – y en general en todo el mundo mediterráneo – contribuyen a explicar, pues, la extraordinaria persistencia y extensión de las tertulias” (GUERRA, 1992, p. 92). Y agrega: “También explican el carácter en cierta manera híbrido, mezcla de comportamientos tradicionales y modernos, que tienen todas las formas de sociabilidad en el mundo hispánico” (GUERRA, 1992, p. 92). En lo que concierne al movimiento romántico, Molina observa que los trabajos precedentes han dado por cierto los contactos y las afinidades ideológicas de sus protagonistas, definiendo así su pensamiento e influencias doctrinarias o los aportes foráneos. Pero lo que todavía está ausente es el análisis interno del movimiento para visualizar los marcos asociativos y dinámicas internas. Frente a ello, el método generacional es insuficiente. Agrega Molina: “La noción de generación tampoco permite descubrir los procedimientos por los que los individuos separados por miles de kilómetros, dispersos en el país o los estados vecinos, pudieron pensar del mismo modo, ni tampoco el mecanismo por el que su pertenencia grupal influyó en su

pensar”. Habrá de ser la prensa, entre otros mecanismos, los que habrán de contribuir a reforzar la reflexión colectiva. Unos de los rasgos de la modernización es la formación de la “república de las letras”. El ecuatoriano Juan Montalvo calificaba al periodismo en América Latina como una de las invenciones de los tiempos modernos, de neto carácter civilizatorio. La libertad moral se encuentra en la imprenta. Por su lado, Guerra afirma: “La formación de la ‘república de las letras’ tiene ciertamente necesidad de afirmarse y crecer de la prensa y de la imprenta para crear un ‘espacio público’, pero esta condición no es necesaria en todos los lugares y en todo momento [...]” no obstante, la época revolucionaria mostrará que existen en ellas élites modernas convencidas y un germen de “espacio público” que estaba esperando un momento propicio para “salir a la luz.” Ese “espacio público” está estructurado, más que por la prensa y por la abundancia de libros, por prácticas culturales. “Las redes – sigue Guerra – de correspondencia hacen circular muchos manuscritos y los escasos impresos de que se dispone; y el préstamo y la lectura en común aumentan la difusión de papeles de orígenes diversos, pero provenientes sobre todo de aquellos en los que la libertad de reunirse y de publicar permite el ‘progreso de las luces’. De este modo se llenan los vacíos de las zonas más distanciadas de los centros.” En el cotejo de siete publicaciones puede observarse la activa presencia de la “red de emigrados argentinos”: Bartolomé Mitre, Juan Baustista Alberdi, Esteban Echeverría, Miguel Cané, José María Gutiérrez, José Mármol.

Por su lado, Amante (2012) describe las formas de sociabilidad entre los intelectuales opositores al gobierno de Juan Manuel de Rosas, centrándose en el Salón Literario del 37, la clandestina Asociación de la Joven Argentina y finalmente, el destierro. Paralelamente, la autora realiza un estudio comparativo con lo que ocurría en Brasil en torno al Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que nacía con un amplio aval de Pedro II. Pero a diferencia de la sociología de la conflictividad, para las relaciones entre los emigrados en el Brasil Amante plantea una *amicitia*, valiéndose de la *Etica Eufemia* de Aristóteles, con una salvedad que viene del filósofo griego, quien dice que la concordancia entre amigos es posible siempre y cuando “[...] la elección es la misma tanto en lo que concierne al mandar

como al obedecer, cada uno no escogiéndose a sí mismo, sino ambos escogiendo a la misma persona” (AMANTE, 2012, p. 72). En suma, “la concordia es la amistad política.” El destierro borra las diferencias y llama a la conciliación: el odio a Rosas es más fuerte que las diferencias pasadas, según resume Esteban Echeverría. En síntesis, F.X. Guerra elaboró un verdadero programa para el estudio de los cambios culturales proponiendo la construcción de una geografía histórica de la Modernidad. Esta geografía debía incluir “[...] el tipo, la densidad y la implantación de los grupos modernos; el número y la tirada de los periódicos ilustrados; las fases de mayor o menor libertad de reunión y de imprenta... Es entonces cuando se podrá captar con precisión cuáles fueron, y cuándo, los centros motores de la mutación cultural” (GUERRA, 1992, p. 109). Los trabajos anteriores aportan desde el estudio de la sociabilidad a esa geografía de la Modernidad en América Latina.

De autores

Con el marco conceptual de una modernidad trasatlántica trabaja Beatriz Colombi (2012). La autora lleva a cabo la descripción e interpretación de dos encuentros de importancia que se realizan en Buenos Aires de 1936: el XIV Congreso Internacional del los PEN Clubs y la Séptima Conversación de la Organización de Cooperación Intelectual en el marco del ascenso de los fascismos europeos.⁹ La ocasión es propicia para la redefinición del rol de los intelectuales europeos, de *clerc* a comprometido. Asistieron a ambas reuniones: Alcides Arguedas, Enrique Diez-Canedo, Georges Duhamel, W. J. Entwistle, Joan Estelrich, Fidelino de Figueiredo, Pedro Henriquez Ureña, Carlos Ibarguren, Conde Keyserling (envió una comunicación), Emil Ludwig, Jacques Maritain, R. H. Mottram, Afranio Peixoto, Louis Pierard, Alfonso Reyes, Carlos Reyles, Jules Romain, Francisco Romero, Baldomero Sanin Cano, Juan B. Terán, G. Ungaretti y Stefan Zweig, Baldomero Sanin Cano.¹⁰ El propósito de la VII Conversación era deliberar sobre las relaciones culturales entre Europa y América, explorar sus afinidades y

divergencias. El debate desde luego no corrió por los canales del entendimiento sino la divergencia. Henríquez Ureña, Ibarguren, Reyes, Romero, Sanin Cano plantearon la independencia y originalidad de cultura americana respecto de la europea. Los delegados europeos demandaron “pruebas” de la tan mentada originalidad e independencia sostenida por los intelectuales americanos. El planteo sobre lo autóctono y lo vernáculo, así como también sobre los caracteres propios americanos de su cultura fueron las respuestas, sin convencer a los delegados europeos. Alfonso Reyes presenta en el marco de este debate su noción de “inteligencia americana”, en el que establece un diálogo de igual a igual con la cultura occidental o europea (GONZÁLEZ, 1940). En las sesiones de la VII Conversación de la Organización de Cooperación Intelectual de la Sociedad de las Naciones (11 al 16 de setiembre de 1936) se habrá de tratar el tema de las relaciones culturales en Europa y América Latina. El nuevo humanismo, dice Colombi, “[...] es el principal punto en común de este diálogo transatlántico [...]”, quienes coinciden en esa revalorización son Jacques Maritain, Alfonso Reyes, Pedro Henríquez Ureña, Juan Terán y otros.

Finalmente, desde aquellas ideas pioneras sobre las relaciones literarias, en las que la prioridad estaba puesta en la conexión directa entre un autor y otro o entre naciones, la teoría y la crítica proveyeron nuevas herramientas para estudios más globales que dejarían atrás la idea de que la producción de la cultura literaria es la consecuencia del mito romántico del autor “inspirado”. El paso dado, sin embargo, debió desprenderse también de los determinismos sociales a la hora de considerar los marcos en los que tienen lugar los acontecimientos de la cultura literaria. La red, al fin de cuentas, es una herramienta pero también una metáfora que permite pensar los fenómenos de la cultura de modo más dinámico y extensivo.

CULTURAL PLOTS. FROM THE SOCIAL DETERMINATIONS TO THE INTELLECTUAL NETWORK.

Abstract: This paper proposes the review of different notions of sociability that engage intellectuals. Through various studies about associations, literary, correspondence, journals are attempts to highlight the heuristic that owns the intellectual network methodology for the study of the development of ideas, the circuits that generate and radii of expansion they create.

Keywords: Intellectual networks. Sociability. Latin America

Notas

¹ Este texto es una versión del prólogo a MAÍZ, Claudio. *Redes latinoamericanas. Sociabilidad de las relaciones intelectuales*. Madrid: Editorial Académica Española, 2012.

² Debe recordarse aquí desde luego la conocida conferencia de Michel Foucault, “¿Qu’est-ce qu’un auteur?” *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, núm. 22, t. LXIV, jul.-sept. 1969, p. 73-104. En ella se refiere a la función-autor, no obstante es conveniente tomar en cuenta las precisiones que hará Roger Chartier a ese concepto en “Trabajar con Foucault: esbozo de una genealogía de la “función-autor”, *Signos Históricos* I.1 (junio 1999), 11-27. La idea foucaultiana de que la figura del autor surge tardíamente en el campo de la literatura y la filosofía, al contrario de lo que ocurre en la ciencia, no es compartida por Chartier.

³ Estas postulaciones se basan en la idea de “habitus” de Pierre Boudieu o el “preconciencia cultural” de Karl Mannheim, (RINGER, 2004, p 103 y 104).

⁴ El campo intelectual es espacio social relativamente autónomo de producción de bienes simbólicos que evita dos cuestiones importantes: comprender a un autor o una obra mediante una percepción esencialista del genio creador, como la perspectiva sociología que se limita a determinantes sociales. El campo intelectual media entre el autor y la sociedad. V. (BOURDIEU, 2002).

⁵ En el caso de las “formaciones culturales”, Williams previene que las mismas forman parte de una historia social compleja que no puede ignorarse. Asimismo señala la doble direccionalidad de las formaciones, es decir “[...] los individuos al mismo tiempo componen las formaciones y son conformados por ellas”. Ostentan posiciones diferentes dentro de la formación que se resuelven o no dentro de la misma (WILLIAMS, 1981, p. 79).

⁶ “Religación” alude a los múltiples vínculos del modernismo durante comienzos del siglo XX y a una propuesta continental, que va definiendo los términos de una “literatura latinoamericana” (ZANETTI, 1994).

⁷ (*América, Cahiers du CRICCAL*, 1992); (AAVV, 1963); (KINV, 1989); (*Revista Iberoamericana*, 2004); (SOSNOSWKI, 1999); (CRESPO, 2010). Debe hacerse

notar asimismo que las revistas forman parte de un universo discursivo en el que se incluyen los diarios y panfletos. En conjunto estos textos han sido la base de nuevas interpretaciones sobre la nacionalidad, como el caso del estudio de la prensa en el conocido texto de Benedict Anderson, (ANDERSON, 2000); o el trabajo de conjunto de Alonso (ALONSO, 2003).

⁸ Continúa la historiadora: “Mi posición aquí es que los estudios de redes no pueden substituirse al de la sociabilidad e inversamente, que la red da cuenta de otras dinámicas relacionales a las que la sociabilidad no puede acceder y que el necesario diálogo debería llevarnos a pensar las articulaciones entre estas dos dimensiones del universo relacional. Algunos especialistas de redes comparten esta posición, combinando incluso las dos nociones como lo hace Michel Bertrand cuando habla de « redes de sociabilidad ».”

⁹ Algunos aspectos más confidenciales pueden seguirse en los informes enviados por Reyes como diplomático (REYES, 2001).

¹⁰ P.E.N. Club de Buenos Aires. XIV Congreso Internacional de los P.E.N. Clubs. Discursos y debates. Buenos Aires. 1937.

Referencias

AAVV, *Las revistas de México*, 2 vols., Depto de Literatura, v. 1, 1964.

ALEGRÍA, Fernando. *Walt Whitman en Hispanoamérica*. México: Ediciones Studium, 1954.

ALONSO, Paula (comp.). *Construcciones impresas. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina 1820-1920*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

ALTAMIRANO, Carlos (director). *Historia intelectual en América Latina*. Tomo II, Buenos Aires: Editorial Katz, 2010.

AMANTE, Adriana. “Sociedades de revoltosos y rebenques en tiempos de Juan Manuel de Rosas.” In: MAÍZ, Claudio. *Redes latinoamericanas. Sociabilidad de las relaciones intelectuales*. Madrid: Editorial Académica Española, 2012.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000 (1ª edición 1991). *América, Cahiers du CRICCAL*, París, Sorbonne la Nouvdlle, n. 4-5, v. 9-10, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. *Legislators and interpreters: on modernity, post-modernity and intellectuals*. Cambridge: Polity Press, 1987.

BENDA, Julien. *La trahison des cleros*. París: Éditions Grasset, 1927.

BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual. Itinerario de un concepto*, Buenos Aires: Editorial Montessor, 2002.

CASANOVA, Pascale. “Del comparatismo a la teoría de las relaciones literarias internacionales”. *Anthropos*, n. 196, 2002.

CASTILLO, Llorens. *Liberales y Románticos. Una emigración española en Inglaterra, 1823-1834*. México: El Colegio de México, 1954.

CHARTIER, Roger. “Trabajar con Foucault: esbozo de una genealogía de la “función-autor”, *Signos Históricos* I, 1 jun. 1999.

COLLINS, Randall. *Sociología de las filosofías. Una teoría global del cambio intelectual*. Traducción por Joan Quesada. Barcelona: Editorial Hacer, 2005.

COLOMBI, Beatriz. “Alfonso Reyes y las ‘Notas sobre la inteligencia americana’. Una lectura en red.” In: MAÍZ, Claudio. *Redes latinoamericanas. Sociabilidad de las relaciones intelectuales*. Madrid: Editorial Académica Española, 2012.

CRESPO, Regina (Coord.). *Revistas en América Latina: Proyectos literarios, políticos y culturales*. México: Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe, UNAM, 2010.

DE BRASI, J. C. *La explosión del sujeto*. Madrid: Colección Hoy en la cultura. Editorial Grupo Cero, 1998.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina*. IDEA. Universidad de Santiago de Chile: Santiago de Chile, 2007.

_____. “Las redes de la intelectualidad periférica entre 1920 y 1940. Intento de una cartografía y de un planteamiento teórico.” In: MAÍZ, Claudio. *Redes latinoamericanas. Sociabilidad de las relaciones intelectuales*. Madrid: Editorial Académica Española, 2012.

ESPECHE, Ximena. “De una isla a otra: intelectuales uruguayos y América Latina como problema a mediados del siglo XX (1952-1962)”, *Anclajes*, n. 14, dic. 2010.

_____. “Lo rioplatense en cuestión: el semanario Marcha y la integración (1955-1959)” In: MAÍZ, Claudio. *Redes latinoamericanas. Sociabilidad de las relaciones intelectuales*. Madrid: Editorial Académica Española, 2012.

FOUCAULT, Michel. “¿Qu’est-ce qu’un auteur?”. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, n. 22, tomo LXIV, jul./sept. 1969.

GENETTE, Gerard. *Palimpsestos. La literatura en segundo grado*. Madrid: Taurus, 1989.

GRAMSCI, Antonio. *Los intelectuales y la organización de la cultura*. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 2000.

GONZÁLEZ, Manuel Pedro. Reseña *Europa – América Latina*. – Buenos Aires, Comisión Argentina de Cooperación Intelectual, 1937. 249 p. *Revista Iberoamericana*, Vol. 2, n. 4, nov. 1940.

GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar. “La ‘sociabilidad’ y la historia política”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Disponible em: <http://nuevo-mundo.revues.org/index24082.html>. Acceso em: 15 dic. 11.

GOULDNER, Alvin W. (1979, edición castellana de 1980). *El futuro de los intelectuales y el ascenso de la Nueva Clase*. Madrid: Alianza Editorial, 1980.

GUERRA, François-Xavier. Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

IMIZCOZ, José María. “Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global” In: *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, v. 5, 2004.

KINV, John. *Sur. Estudio de la revista literaria argentina y de su papel en el desarrollo de la cultura. 1931-1970*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

KONIG, Irmtrud. “Apuntes para una comparatística latinoamericana. El simbolismo de Ariel y Calibán en Rodó”, *Atenea*, n. 498, II semestre 2008.

LATOUR, Bruno. *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

MAÍZ, Claudio. *Redes latinoamericanas. Sociabilidad de las relaciones intelectuales*. Madrid: Editorial Académica Española, 2012.

MANNHEIM, Karl (1929, edición castellana de 2004). *Ideología y utopía: introducción a la sociología del conocimiento*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

MAPES, Erwin K. *La influencia francesa en la obra de Rubén Darío*. Managua: Comisión Nacional para la Celebración del Centenario del Nacimiento de Rubén Darío, 1966.

MEJÍA SÁNCHEZ, Ernesto. “Las relaciones literarias”. *Revista Iberoamericana*, n. 62, jul./dic. 1966.

MOLINA, Eugenia. “Sociabilidad y redes político-intelectuales. Algunos casos entre 1800 y 1852.” In: MAÍZ, Claudio. *Redes latinoamericanas. Sociabilidad de las relaciones intelectuales*. Madrid: Editorial Académica Española, 2012.

OCHOA, Adriana de Teresa. “La función del autor en la circulación literaria.” Adriana de Teresa Ochoa (coord.). *Circulaciones: trayectoria del texto literario*. México: Bonilla Artiga editores, UNAM, 2010.

PALTI, Elías. “De la historia de Ideas a la Historia de los lenguajes políticos. Las escuelas recientes de análisis conceptual. El panorama latinoamericano”, In: *Revista Anales*, Nueva Época n° 7-8, 2005.

P.E.N. Club de Buenos Aires. XIV Congreso Internacional de los P.E.N. Clubs. Discursos y debates. Buenos Aires. 1937.

PICÓ, Josep; PECOURT, Juan. “El estudio de los intelectuales: una reflexión.” *Reis. Revista Española de Investigaciones Sociológicas* [en línea] 2008, [2011-12-17]. Disponible em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=99712081002>>. Acesso em: 17 dic. 2011.

REYES, Alfonso, *Misión diplomática*, tomo 1, compilación y prólogo de Víctor Díaz Arciniega, México, Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Económica, 2001.

REVISTA IBEROAMERICANA, nros. 208-209, jul./dic., 2004.

RINGER, Fritz. “El campo intelectual, la historia intelectual y la sociología del conocimiento”, *Prismas*, n. 8, 2004.

RODÓ, José Enrique. *Obras Completas*. Introducción, prólogo y notas de Emir Rodríguez Monegal. Madrid: Aguilar, 1967.

SAID, Edward W., *Representaciones del intelectual* (*Representations of the Intellectual*, 1994), trad. Isidro Arias Pérez, Barcelona, Debate, 2007.

SOSNOSWIKI, Saúl (ed.). *La cultura de un siglo. América Latina en sus revistas*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1999.

WILLIAMS, Raymond, *Cultura. Sociología de la comunicación y el arte*, Barcelona, Paidós, 1981.

ZANETTI, Susana, “Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916)”, In: *América Latina. Palabra, literatura e cultura*, San Pablo, Memorial, v. 2, 1994.

Recebido em: 04/04/2013

Aprovado em: 09/05/2013

La literatura comparada y las redes culturales latinoamericanas

Ramiro Esteban Zó*

Resumen: Este estudio pretende introducirse en la posibilidad de incorporar a la metodología comparatista las teorías de redes intelectuales teniendo en cuenta la necesidad de afianzar la existencia de un comparatismo latinoamericano preocupado por las interrelaciones culturales intra y extra-continenciales en América Latina.

Palabras clave: Literatura comparada. Redes intelectuales. América Latina. Comparatismo latinoamericano.

Introducción

La literatura comparada (LC) ha sugerido y sufrido diversos cambios y transformaciones a lo largo de su historia como disciplina y como herramienta teórica y aun metodológica para el abordaje de textos literarios y no literarios (cine, pintura, música, fotografía etc.). Desde su origen y cuna europea desde el siglo XIX¹ con su consolidación en el XX, ha pretendido estudiar el texto literario desde una perspectiva comparatista. Así, su indagación epistémica en general girará en torno a tres pilares: la crítica literaria, la teoría de la literatura

* Profesor, Licenciado y Doctor en Letras (UNCuyo). Profesor adjunto de Literatura Hispanoamericana II (Siglo XX). Editor de los Cuadernos del CILHA. Ex becario del CONICET y de la UNCuyo. Investigador del CILHA.
E-mail: ramirozo2002@yahoo.com.ar.

y la historia de la literatura. Desde estudios de relaciones entre uno o varios autores hasta grandes estudios panorámicos sobre tendencias, corrientes, generaciones, la LC ha intentado acercar literaturas y por ende culturas a menudo extrañas entre sí.

Su criterio siempre ha tratado de manejarse entre lo trasnacional e internacional. Pero cabe advertir que a menudo la misma definición epistemológica de esta disciplina ha llevado a debatir largo y tendido a los teóricos de la LC. Puesto que conceptos como literatura nacional, contactos literarios, fuentes, influencias, el punto vista trasnacional y el internacional y otros tantos han sufrido lecturas y relecturas que han enriquecido y profundizado e incluso llegado a transformar y ampliar los horizontes críticos de esta disciplina. En este estudio, pretendemos introducirnos en la posibilidad de incorporar a la metodología comparatista la teoría de redes intelectuales teniendo en cuenta la necesidad de afianzar la existencia de un comparatismo latinoamericano preocupado por las interrelaciones culturales intra y extra-continetales en América Latina.

La dificultad epistémica de su campo de acción

En un principio, se debe tener en cuenta como problemática la dificultad epistémica del campo de acción de la LC, puesto que a menudo las propias definiciones de dicha disciplina a sabido acompañar la evolución epistemológica de la misma desde sus albores en el siglo XIX hasta su consolidación y auge en el XX, gracias a la actividad asociativa a nivel nacional e internacional². Sírvanos de ejemplificación de este proceso de designación, delimitación e identificación de la LC, el examen de algunas definiciones de este campo de estudio.

Podemos partir de la propuesta del comparatista español Claudio Guillén (1985), que supo compaginar la labor de crítico y teórico literario, con la actividad divulgativa y exegética de la LC. Guillén (1985) la define así:

Por Literatura Comparada (rótulo convencional y poco esclarecedor) se suele entender tendencia o rama de la investigación literaria que se ocupa del estudio sistemático de conjuntos supranacionales. [...] Y digo supranacional, mejor que internacional, para subrayar que el punto de arranque no lo constituyen las literaturas nacionales, ni las interrelaciones que hubo entre ellas (GUILLÉN, 1985, p. 13-14).

Aquí, Guillén (1985) hace hincapié en el perfil supranacional en vez del internacional posibilitando la apertura del recorte nacional que ha tenido larga tradición en los estudios literarios no solo europeos y norteamericanos, sino también en los latinoamericanos. Este paradigma nacional como herramienta crítica y dispositivo analítico dominante se ha visto en crisis en los estudios literarios latinoamericanos y mundiales que posibilita una apertura a otras miradas y puntos de vista exegéticos. En un principio, la categoría “nación” sirvió como basamento y soporte para la organización de lecturas fundadoras tanto de las teorías literarias como de la historiografía más conservadora y tradicionalista. Pero, dentro de la crisis contemporánea del sujeto y el individuo, la deconstrucción de las tradiciones o la tesis de las comunidades imaginadas de Benedict Anderson ([1983], 1997), las literaturas nacionales sufren un cuestionamiento ante un replanteo de un nuevo orden mundial en donde la nación ya resulta insuficiente para la explicación y la interpretación de las formaciones y transformaciones culturales reinantes en nuestro continente americano. Ya la limitación y determinación nacional con su supuesto “trípode monolítico”: lengua, nacionalidad y cultura entra en crisis lo que posibilita pensar y repensar diversos cruces, contactos e interrelaciones tanto lingüísticas como literarias y así desmitificar el mito de las “fronteras nacionales” como constructo teórico imprescindible para el inicio de cualquier tipo de análisis crítico. Esto permite abrir una puerta a la experimentación y puesta en uso de nuevos instrumentos críticos como la red intelectual, con mayor posibilidad de implantación y adaptación a la complejidad de la producción cultural de los países latinoamericanos, cuestión que iremos desarrollando a lo largo del presente estudio. En este sentido, la LC necesariamente debería replantearse la categoría fosilizada de

literatura nacional como punto de partida para el análisis comparatista e intentar la ampliación de perspectiva y tratar de hallar y poner a prueba otras herramientas epistemológicas para abordar el objeto difícil de aprehender y en permanente metamorfosis que es la literatura en la actualidad.

De ahí que debemos replantearnos la necesidad de comenzar un análisis comparatista desde presupuestos o marcos nacionales y además corresponde tener en cuenta otros factores a la hora de proponer un estudio comparatístico, sobre todo en la literatura latinoamericana – tal vez esto se aplique también en el caso de las literaturas africanas y asiáticas y su tradición colonial y multi-racial –: como las categorías de humano, poscolonial, subalterno, transculturación, genérico, transgenérico, racial que permiten la expansión del campo literario en una permanente transformación genológica que nos lleva a presenciar no solo la desaparición de algunos géneros³ sino también el surgimiento de nuevos⁴.

Aquí nos introducimos en otra problemática y es la de concebir un nuevo comparatismo ya no de corte europeo o norteamericano sino latinoamericano, es decir, uno que abarque y atienda las problemáticas propias de esta región. Por eso, cabe describir la situación de esta disciplina en nuestro continente y en la crítica latinoamericana.

La LC en Latinoamérica

La LC en América Latina recién adquiere status de disciplina en los años 60 y siempre batallando por independizarse del contraste y a veces subordinación que por tradición sufrieron con respecto a las literaturas europeas sobre todo españolas y portuguesas.

Lo que llama la atención, es que a pesar del retraso del surgimiento de la LC como disciplina, con anterioridad puede observarse en buena parte de nuestro continente un comparatismo “ingenuo” o “natural” sin la sistematización tradicional de la corriente germanística o francesa. Así lo demuestra Tania Franco Carvalhal (1995)⁵:

[...] a pesar de su difusión tardía como disciplina institucional, se practicó muy pronto en América del Sur un comparatismo natural y espontáneo. Una inclinación comparatista natural, llevó pues, a los primeros críticos literarios del continente a contrastar las creaciones literarias locales y las de las literaturas europeas con una larga tradición ya asegurada. Por un lado, estas comparaciones servían para fijar unos criterios de valor; por otro, se trataba de identificar los modelos que habían influido en los países respectivos o que favorecían el descubrimiento de nuevos modos de expresión.

Es cierto que la materia literaria, teñida de “color local”, se encontraba al alcance de los escritores, pero las técnicas narrativas o los procedimientos poéticos debían aún buscarse fuera. La fórmula era válida también para la crítica literaria (CARVALHAL, 1995, p. 34).

Este comparatismo “ingenuo” o “natural” o también “proto-comparatismo” como lo designa Nicolás Dornheim (1978)⁶ para el caso de la Argentina – pero que bien podría aplicarse al resto de América Latina –, presupone considerar ciertos escritos incluso del siglo XIX preocupados por las relaciones entre los países latinoamericanos y otras regiones del orbe mundial, sobre todo Europa.

Esta búsqueda de la “protohistoria” del comparatismo latinoamericano ha permitido a diversos críticos comparatistas de nuestro continente sentar las bases de una programática comparatista tanto nacional como latinoamericana que logra reflexionar a través de la posibilidad del rastreo de los vínculos intraliteraturas, internacionales y transnacionales literarios acerca de las propias literaturas nacionales o tal vez de un cuestionamiento de la existencia de las mismas.

Comparatismo eurocentrista *versus* comparatismo contrastivo

Y es que, si en un principio el grupo de crítico de la talla de Carvahal para Brasil, Ana Pizarro para Chile, Nicolás Dornheim para Argentina, Estuardo Núñez para Perú, por mencionar algunos, se preocuparon por revisar el pasado comparatista en nuestro continente, a menudo todavía se seguía hablando de influencias y hasta de “dependencias” con el Viejo Continente en materia de LC. Es decir, que necesariamente se consideraba LC en nuestro territorio si se producía un tipo de conexión literaria entre algún autor latinoamericano y otro europeo, norteamericano o tal vez asiático, dejando de lado otro tipo de contacto, como por ejemplo dentro del mismo continente. Por esta razón, podemos advertir la presencia en la crítica comparatista latinoamericana de una tendencia hacia un comparatismo eurocentrista de tradición alemana y francesa que respalda la necesidad de comparar dos o más literaturas correspondientes a diferentes lenguas y culturas como la germana y la argentina, cuestión que justificaría la “comparación” por la distinción tanto lingüística como cultural.

Pero ante este tipo de comparatismo se ha perfilado en oposición un “comparatismo contrastivo” o “comparatismo descolonizado”. Para este punto, se debe seguir de cerca los planteos teóricos de Zulma Palermo (1997, 2000 y 2003). Así, podemos decir que la existencia actual de un programa de orientación contrastiva está avalada, con los estudios de Palermo (1997, 2000 y 2003), Ana Pizarro (1990, 1993, 1995 y 1996) y Eduardo de Faria Coutinho (1991, 1992, 2003 y 2004), entre otros comparatistas. Surge este programa, según Palermo (1997), de la necesidad de invertir los polos de contacto generados por la *asimetría* entre la cultura europea y la latinoamericana. Los posicionamientos universalistas concentraron su interés en las políticas expansivas de las culturas centrales a través de sus lenguas y sus literaturas. Dicha política – que se manifiesta en continuidad desde el momento de la conquista – produce una negación de las culturas no europeas y una sobrevaloración de estas. Como proyecto, el comparatismo contrastivo, se propone en América Latina como un movimiento reflexivo no dependiente de

los paradigmas que proceden del pensamiento posmoderno; es el lugar de enunciación desde el que se viene pensando *Nuestra América*, como la llamó José Martí⁷ y en la *búsqueda de nuestra expresión*, como lo propuso Henríquez Ureña⁸. Es un pensar el pasado desde el presente, para construir las articulaciones internas de una cultura heteróclita y altamente conflictiva. Si el comparatismo – y a pesar de sus crisis – sigue persistiendo en nuestros días, es porque es capaz de pensarse a sí mismo para autotransformarse en su propio dinamismo. Es porque tiene el oído atento a los fenómenos transculturadores de las prácticas semióticas sobre las que opera⁹.

Este tipo de comparatismo contrastivo permitiría una ampliación del criterio de acción de la LC en nuestra realidad continental tanto multilingüística – a pesar del supuesto predominio del español, recuerde además el aumento del portugués, la aparición de diversos “hibridismos lingüísticos” como el spanglish y el portuñol –, piénsese en aquellos autores latinoamericanos que adoptan el inglés como idioma para sus obras o el caso particular y anómalo en relación con varios de los otros países de la región que resulta ser Brasil tanto por su cultura, idioma como por su territorio.

Nuevas tendencias comparatistas latinoamericanas

El mapa de direcciones investigativas de la LC en nuestro continente se puede y de hecho se está modificando. De esta forma, podemos encontrar ejemplos de este comparatismo tanto intra-latinoamericano¹⁰ como extra-latinoamericano que se aparte del comparatismo “clásico” y que tenga en cuenta al analizar los textos y discursos literarios diversos aspectos, procesos y metodologías:

1. las formas históricas, sociales y culturales de la enunciación y su relación con la voz ajena al autor (ya sea dentro o fuera de nuestro continente);
2. la vinculación de los discursos literarios con las tradiciones propiamente americanas – las de las Crónicas del Descubrimiento y la Conquista, las revoluciones independistas,

- las dictaduras militares, el fenómeno del caudillaje, entre otros – no solo con aquellas tradiciones heredadas;
3. la permanente tensión, sobre todo en los textos coloniales, entre literatura ágrafa (oral y colectiva) y escrita;
 4. “la renovación de la historiografía de las literatura nacionales desde una perspectiva comparada” (GRAMUGLIO, 2006);
 5. “la puesta en cuestión del valor de verdad del discurso histórico” (GRAMUGLIO, 2006);
 6. “el abandono de la idea de que la historia literaria expresaría la esencia o el desarrollo de una identidad nacional (y la crítica del concepto mismo de identidad nacional)” (GRAMUGLIO, 2006);
 7. “la ampliación de lo que se considera literatura, considerada además como un objeto complejo atravesado por tensiones internas (alto/bajo; dominante-residual-emergente etc.)” (GRAMUGLIO, 2006);
 8. “la comprobación de que cada vez se hacen más presentes al historiador y al crítico los múltiples lazos que ligan unas con otras a las literaturas nacionales, aun las que pertenecen a conjuntos culturales y lingüísticos diferentes, como el europeo y los americanos del norte y del sur” (GRAMUGLIO, 2006);
 9. “una reconstrucción histórica en clave político cultural de los diversos textos, figuras y formaciones significativos para la configuración de esas elites que operaron en los ámbitos del arte, la literatura, las ideas, pero también en la política y en la sociedad de los países latinoamericanos con una proyección más allá de sus propias fronteras (investigación interdisciplinaria que apunte a la red de semejanzas, diferencias e interacciones entre los distintos ámbitos nacionales)” (GRAMUGLIO, 2006);

10. el grado y la forma en que “las cualidades visuales y espaciales propias de las artes plásticas incidirían sobre los procedimientos constructivos de las artes verbales (relaciones interartísticas: música-literatura, cine-literatura, pintura-literatura, etc.)” (GRAMUGLIO, 2006);
11. “el comparatismo y los estudios de y sobre la traducción: la traducción como un fenómeno intertextual, la tiranía de la traducción como un fenómeno intertextual, la tiranía del original, la necesidad de la reescritura, traducción y canon, traducción e historia literaria nacional” (TORRAS, 2007-2008);
12. “el comparatismo y los estudios postcoloniales: el eurocentrismo de los modelos tradicionales del comparatismo, las relaciones occidente/oriente y Latinoamérica/Europa, imperialismo-lengua y literatura, la marca cultural en los métodos y los instrumentos de análisis literario, la identidad nacional y la LC, la mitificación precolonial, multiculturalismo, mestizaje e hibridismo” (TORRAS, 2007-2008);
13. “el comparatismo y los estudios de género, etnia y la sexualidad: la crítica de la diferencia, la centralidad y la periferia, creación, representación y rentabilidad de los estereotipos, la irreductibilidad de la diferencia, reivindicaciones del prefijo re-, esencialismos estratégicos, subalternidad” (TORRAS, 2007-2008);
14. “el comparatismo y los estudios culturales: la literatura y las otras artes a través de la LC, el estudios del cine y el comparatismo, la cultura popular”;
15. “la relación de la LC con otras disciplinas de la ciencia literatura: historia literaria, teoría literaria, estética, semiótica etc.” (OLERINY, 1989-1990) y
16. un enfoque multidisciplinario que incluya otras disciplinas como la antropología, la filosofía, la historia, la sociología, incluso las ciencias como la cognoscitiva¹¹.

La teoría de redes en el marco de la LC

Como ya se mencionó, en este estudio, pretendemos introducirnos en la posibilidad de incorporar a la metodología comparatista las teorías de redes intelectuales teniendo en cuenta la necesidad de afianzar la existencia de un comparatismo latinoamericano preocupado por las interrelaciones culturales intra y extra-continenciales en América Latina.

En este sentido, se pretende como necesidad elaborar una historiografía de la cultura latinoamericana a través de las redes intelectuales. Es decir, que ya no estamos hablando de solo literatura sino de cultura latinoamericana, abriendo el abanico epistémico y analítico a otros tipos de discursos y constructos socioculturales como la música, el cine, la pintura, entre otros.

En este punto, se procura cuestionar un conjunto de problemas teóricos, en especial, la historiografía de la cultura latinoamericana (literatura, artes plásticas, fotografía, revistas etc.) en determinados procesos de su desarrollo teniendo en cuenta la metodología de las redes intelectuales (BOURDIEU, 1967; ZANETTI, 1994; CASANOVA, [1999] 2001; DERRIDA, 1998). Los sistemas de redes son una vía de abordaje de la cultura latinoamericana, que sobrepasa el paradigma del estado-nación y pone en relación un conjunto de actores del campo en un marco superador de los contornos de la práctica literaria y se expande hacia otros territorios afines (la actividad política, artes visuales, producción de literatura de ideas). Involucra conjuntos híbridos integrados por artistas, escritores, militantes y activistas ligados por un vínculo laxo con la escritura en un sentido amplio. América Latina puede pensarse como una construcción discursiva resultante de la práctica interactiva de las redes intelectuales (ARDAO, 1980; SANTIAGO, 2000; MIGNOLO, 2007; COLOMBI, 2004). Esta característica sitúa a las redes como una instancia privilegiada para el campo historiográfico que intenta captar y analizar aspectos de la cultura estética y la praxis política que no se sujetan a marcos nacionales ni a recortes disciplinarios nítidos. Es decir que se propone integrar diferentes registros estéticos que establecen relaciones dialógicas

entre sí como la literatura, las artes plásticas, la escritura de textos no ficcionales, la historia natural, y la actividad político cultural tal como fue ejercida en el marco latinoamericano (por ejemplo por cronistas, funcionarios, activistas, científicos, publicistas, artistas, agentes estatales o políticos de un amplio rango ideológico).

La hipótesis mayor plantea que la práctica cultural en Latinoamérica se puede analizar, interpretar y re-significar gracias al aporte metodológico y exegetico de las redes intelectuales. Paralelamente, los sistemas de enlaces extranacionales y trasatlánticos contribuyen a la reconstrucción del proceso de preparación, producción y difusión de la noción de “cultura latinoamericana” en momentos determinados y no necesariamente diacrónicos. Son instancias posibles de la formación del campo de la cultura letrada y artística latinoamericana (periodo colonial, formación nacional y de establecimiento de vínculos dentro de lo que podría llamarse el hemisferio occidental, el modernismo, las vanguardias).

La red en tanto formación cultural está constituida por un conjunto de individuos que establecen relaciones entre sí a través de un interés particular: literario, político, programático, estético, etc., pero que no comparten, permanentemente, un mismo espacio. Estas lógicas de enlaces son diferidas y a distancia, por lo menos en un determinado período del desarrollo tecnológico comunicacional. En efecto, algunas de las redes literarias, artísticas, sociales o políticas específicas están enlazadas a los medios técnicos con los que se cuenta. De modo que puede anotarse como un rasgo estructural de las redes la existencia de un nexo causal entre desarrollo tecnológico y características de la red.

Un abanico problemático de impacto de la presencia de las redes intelectuales en la historiografía de la cultura latinoamericana debe incluir los efectos de la diáspora y el exilio, tanto en lo que concierne a los agrupamientos, como a los vínculos y rupturas que se establecen con respecto al territorio, la lengua y/o la cultura del lugar de origen.

Influencias *versus* religaciones

48

A la hora de desmenuzar nuestro problema sobre la historia de la cultura, salta inmediatamente a la vista que ciertos conceptos, como el de *influencia*, pierden la efectividad tradicional adquirida. En efecto, los sistemas de religación parecen más propensos a producir epifenómenos de transculturación que meras recepciones influyentes, aunque puedan existir y de hecho incluso hacia el interior de la red existen. La red por naturaleza, y en especial las transcontinentales, permiten la rearticulación de la estructura cultural propia reactualizando la herencia por selección, pérdida o nuevos descubrimientos en puntos sensibles como la lengua, la estructura literaria y la cosmovisión en cuanto sistema literario. La red confiere una lógica diferente, ya no de punto a punto (según un modelo de centro y periferia, es decir, uno productivo y el otro receptivo) sino multilateral, de diversos frentes en juego de modo simultáneo. En el fondo lo que se persigue es averiguar de qué manera las nociones de transculturación, heterogeneidad, complejidad etc. presentes en las redes se las puede activar en una historización de los fenómenos de la cultura. Por cierto que no bastaría hacerlo solamente por medio de la reconstrucción de redes, sino que se hace indispensable la incorporación también de algunos principios comparatistas intra y extra americano.

Por otra parte y como contrapartida a la noción de influencia, resulta de suma utilidad el concepto de “doble conciencia criolla” para abordar el estudio de la invención, construcción y transformación de redes criollas en los siglos XVII, XVIII y XIX. Dicho concepto fue desarrollado por Walter D. Mignolo (1993; 1999; 2000; 2007) y es útil para rastrear el accionar de los sujetos no solamente con relación a la metrópolis, relación que se enmarca cada vez más en una lucha por el poder político pero también por el logro de la hegemonía criolla en el arte y la literatura, espacios de poder tradicionalmente restringidos para los criollos. Al mismo tiempo, esa doble conciencia estaría determinada por la diferencia étnica ante Europa y racial ante las castas (mestizos, mulatos, negros, indios, y otros grupos que reciben nuevas denominaciones a lo largo del siglo dieciocho), dando lugar al desarrollo de lo que podríamos llamar un colonialismo interno (MIGNOLO, 2007).

En este sentido, cabe reconocer que en los últimos tiempos los estudios literarios se han servido de distintas herramientas críticas o categorías para intentar analizar, aprehender y comprender las distintas transformaciones literarias – con sus respectivos entrecruzamientos e interrelaciones con lo cultural, social e histórico – producidas en América Latina. Dentro de este proceso de desciframiento de las modificaciones y mutaciones en el ambiente literario latinoamericano, representan verdaderos hitos en la exégesis teórica los conceptos de “religación” acuñado en un principio por Ángel Rama (1985) y luego expandido por Susana Zanetti (1994) y el de “coaliciones culturales” empleado por Josefina Ludmer (1999). Ambas categorías sirvieron de antecedentes y de herramientas precursoras para el concepto de red. En cuanto a “religación”, este concepto atañe a la ciudad como polo de religación desde fines del siglo XIX, sobre todo durante la modernidad literaria hispanoamericana. Para dicha religación, se necesita un código de comunicación común y compartido entre los diversos actores, los cuales establecen vínculos cuyo entramado puede llegar a ser a veces vital u otras virtual. Con respecto a las “coaliciones culturales”, estas conforman diversas alianzas o redes circunstanciales operativas en función de ciertas afinidades ideológicas o estéticas entre ciertos actores extranjeros en ciudades extrañas, recién arribados a un mundo anómalo y nuevo (MAÍZ; FERNÁNDEZ BRAVO, 2009, p. 1-14). Estas dos categorías epistemológicas sirvieron de antecedente dentro de los estudios literarios para el advenimiento y consolidación del concepto de red.

Por lo dicho, el desarrollo de una problematización de la historia de la cultura latinoamericana que se sirva de las redes intelectuales remite a varios campos de resolución, el de la Teoría de la Literatura (teoría de los polisistemas), la Historia Literaria (revisión del método generacional, las secuencias nacionales, la selección canónica de autores etc.) y algunos principios del comparatismo. La perspectiva teórica asumida pondrá en funcionamiento la teoría de los polisistemas, la hermenéutica y los estudios comparatísticos, sobre todo aquellos de corte latinoamericanos, como el comparatismo contrastivo de Zulma Palermo (1997; 2000; 2003), Ana Pizarro (1993; 1995; 1996) y Eduardo de Faria Coutinho (1991; 1992; 2003; 2004).

Redes literarias, culturales y de sensibilidad en nuestro continente

¿Cómo funcionan estas redes culturales en nuestro continente? ¿Cómo se presentan? ¿Cuándo aparecen? ¿Permanecen o caducan? Estas interrogantes nos motivan a buscar ciertos ejemplos de redes culturales en América Latina para graficar la dinámica de estas religaciones. A continuación describimos sucintamente tres ejemplos de redes latinoamericanas:

Redes sentimentales: las historias del amor o los manuales de este sentimiento se percatan de la importancia de los sesenta haciendo hincapié en su carácter revolucionario y revulsivo en todo lo que corresponde a la intimidad y a la subjetividad del individuo: “el goce sin trabas”, “el estallido de la sexualidad”, “la explosión”, “la revolución sexual de los sesenta”, entre otros lugares comunes de la crítica. En este sentido, el Mayo francés se presentó como un verdadero movimiento sociocultural innovador que trajo como una de sus consecuencias la “sexualización” y “sentimentalización” teórica en varias disciplinas epistemológicas así como también en las artes y en las letras. Nuestro continente no quedó exento de esta revolución sociocultural y en especial, la literatura latinoamericana respondió a este proceso con claras manifestaciones de la apertura hacia una “nueva sensibilidad” que comenzó durante *boom* y se consolidó con los autores del *postboom*. De esta forma, se establecen ciertas “redes sentimentales” configuradas por autores, escritores e intelectuales que se vinculan, relacionan y religan en torno al ámbito sentimental y en especial, la experiencia amorosa.

Redes femeninas: Dentro de la red sentimental de autores de novelas sentimentales latinoamericanos es notable y digno de mencionar el despertar de autoras de ficciones sentimentales. En este marco, se instaura toda una “escuela femenina sentimental” integrada entre otras por: Isabel Allende, Elena Poniatowska, Guadalupe Henestrosa, Laura Esquivel y Ángeles Mastretta. Entre este grupo, se destaca la obra *Las ingratas* ([2002] 2005) de Guadalupe Henestrosa cuya adscripción genérica se distingue incluso desde su subtítulo “Novela sentimental”. En este sentido, este “despertar sentimental femenino” en la ficción coincide con la revolución

sexual femenina, los movimientos femeninos, la crítica genérica, la politización de la mujer, la igualdad sexual, entre otros fenómenos socioculturales de reivindicación de la mujer. De esta forma, la mujer comienza a ganar terreno en todos los estamentos y ámbitos de la sociedad. Su rol y función se independiza y se exorciza de casi todos los fantasmas del misoginismo y del machismo (aunque sigue batallando contra estos lastres sociales). La mujer trabaja, hace política, filosofa, investiga y ante todo siente y porque siente escribe ficciones, historias sobre las vivencias y vicisitudes femeninas en torno a la materia amorosa¹².

Redes culturales: el conjunto o comunidad de escritores e intelectuales que la crítica tradicional llamaba “pléyade” si eran siete personas ilustres, dedicadas a la poesía o la filosofía, o “triada” si son tres o “escuela”, dependiendo del número, puede ahora ser abordada como una “red cultural” teniendo en cuenta las vinculaciones, conexiones y relaciones entre los miembros. Un caso de red cultural, dentro del ámbito peruano, es el de la triada formada por Alfredo Bryce Echenique, Julio Ramón Ribeyro y Mario Vargas Llosa, que representan claros ejemplos de actores protagonistas de una red transatlántica que vinculó América Latina con Europa. Estos autores a través de escritos memorísticos, ensayísticos y autobiográficos han sabido urdir una red intelectual trasnacional desde la plurisemántica situación de exiliados en el Viejo Continente. Este grupo de escritores funcionó como una verdadera “tríada peruana” o “comunidad andina” que aunque con intereses personales disímiles tendió redes intelectuales supranacionales que se trazaron entre las ciudades de origen Lima y Arequipa (metonímicamente la América del Sur o incluso a veces América Latina) y América del Norte (Austin, Miami, etc.) y Europa (Madrid, Londres, París etc.). Este trazado de redes intelectuales por parte de estas figuras señeras de la literatura peruana se justifica por el carácter cosmopolita de estos autores, su condición de *outsiders* y “exiliados voluntarios” y las perspectivas desde el extranjero sobre todo desde la plataforma socio-cultural que fue el Barrio Latino de París como “célula”, “caldo de cultivo” o “epicentro” de toda una red intelectual transatlántica.

Relectura de la literatura latinoamericana

El estudio de estas redes tanto sentimentales, femeninas o incluso masculinas y culturales permite ampliar el margen de investigación y exégesis crítica atendiendo a otras voces y discursos antes silenciados o ignorados por el común de la crítica. Como por ejemplo, establecer conexiones o vinculaciones entre la literatura y la “para-literatura” (o lo que es considerado como tal) como por ejemplo la novela histórica y los *graffitis* políticos, la literatura y las entrevistas, la literatura escrita en papel y la literatura digital, por citar algunos probables puntos de encuentro. De esta forma, incluso puede garantizarse una relectura del canon de la literatura latinoamericana rescatando a veces “sub-géneros”, repensando cánones intrínsecamente masculinos sin tener en cuenta la diversidad genérica sexualmente hablando.

Un caso particular de necesidad de una ampliación genérica en el canon de un subgénero, es el de la novela sentimental latinoamericana (teniendo presente su antecedente en la ficción sentimental medieval española). En este sentido, resulta prematuro arriesgar teorías e hipótesis sobre la ausencia de autoras sentimentales en los orígenes europeos del género, el poco número de escritoras sentimentales latinoamericanas en el siglo XIX y la abundancia de autoras hispanoamericanas en el siglo XX (incluso en la actualidad). Tal vez cabe solo pensar que este subgénero sentimental, supuestamente amalgamado por la mente masculina, se independizó de su creador y alcanzó una madurez genérica gracias a la amplitud concedida por la cosmovisión mixta de los sentimientos. Así como también podemos preguntarnos si en verdad la novela sentimental tiene un origen masculino a falta de antecedentes descubiertos de carácter femenino y de esta forma seguimos en el terreno resbaladizo de las suposiciones. Pero lo que sí es importante reconocer es que estos planteos pueden representar una oportunidad para reconfigurar y reorganizar los cánones de novelas sentimentales en su mayoría claramente masculinos, y también para cotejar ambas expresiones con el fin de encontrar divergencias y convergencias entre la vertiente masculina y femenina de la novela sentimental¹³.

Consideraciones finales

El presente estudio se ha pretendido incorporar a la metodología comparatista las teorías de redes intelectuales teniendo en cuenta la necesidad de afianzar la existencia de un comparatismo latinoamericano preocupado por las interrelaciones culturales intra y extra-continetales en América Latina. En este sentido, se planteó la necesidad elaborar una historiografía de la cultura latinoamericana a través de las redes intelectuales. Es decir, que ya no estamos hablando de solo literatura sino de cultura latinoamericano, abriendo el abanico epistémico y analítico a otros tipos de discursos y constructos socioculturales como la música, el cine, la pintura, entre otros.

En este sentido se propuso integrar diferentes registros estéticos que establecen relaciones dialógicas entre sí como la literatura, las artes plásticas, la escritura de textos no ficcionales, la historia natural, y la actividad político cultural tal como fue ejercida en el marco latinoamericano (por ejemplo por cronistas, funcionarios, activistas, científicos, publicistas, artistas, agentes estatales o políticos de un amplio rango ideológico). El trabajo con la noción de “red intelectual” o de “red cultural” posibilita otra mirada tanto a la literatura latinoamericana como a toda la cultura de esta región, renovando la crítica, el estudio y la exégesis de estos ámbitos.

COMPARATIVE LITERATURE AND LATIN AMERICAN CULTURAL NETWORKS.

Abstract: This study aims to introduce the possibility of incorporating the theories of comparative methodology intellectual networks taking into account the need to strengthen the existence of a Latin American comparatism concerned about cultural interrelations intra and extra-continental Latin America.

Keywords: Comparative literature. Intellectual networks. Latin America. Latin American comparatism.

Notas

¹ Como hitos comparatísticos principales en el siglo XIX, en el origen de la LC, podemos mencionar: 1) el discurso de L. Benloews en la Universidad de Dijon en 1849: “Introduction à l’histoire comparée des littératures”; 2) el primer manual de *Comparative Literature* de Hutcheson Macaulay Posnett en 1866 de orientación sociológica y antropológica; 3) *Shakespeare vom Standpunkte der vergleichenden Literaturgeschichte* (1890) de Wilhelm Wetz; 4) *Rousseau et les origines du cosmopolitisme littéraire* (1895) de Joseph Texte; 5) creación de las primeras cátedras universitarias en la Universidad de Lyon en 1897; 6) fundación de las primeras revistas de la temática: *Acta comparationis litterarum universarum* (1877) y *Zeitschrift für vergleichende Literaturgeschichte* (1886); 7) aparición de los primeros textos programáticos y los primeros departamentos especializados en la materia en la Universidad de Columbia en 1899; 8) bibliografías (Francia, 1900) y primeros congresos (París, 1899).

² A su vez, como ya se ha sucedido con otras disciplinas como el arte (DANTO, Arthur C. *Después del fin del arte. El arte contemporáneo y el linde de la historia*. Traducción de Elena Neerman. Barcelona: Paidós, 1999), la historia (FUKUYAMA, Francis. *El fin de la historia y el último hombre*. Buenos Aires: Planeta, 1992) etc; la LC también ha recibido una fecha de defunción de manos de Gayatri Chakravorty SPIVAK. *Muerte de una disciplina*. (Título original: *Death of a discipline*. New York: Columbia University Press, 2003) Santiago de Chile: Palinodia, 2010. En el caso particular de Spivak, al contrario de lo que podría parecer en boca de una de las más prestigiosas teóricas del postcolonialismo, que además se ha definido a sí misma como una “marxista-feminista-deconstruccionista práctica”, esta sentencia de muerte no es una despedida de la literatura comparada, sino un proyecto de refundación. Spivak ([2003] 2010) intenta rescatar el patrimonio de la literatura comparada tradicional, la capacidad de lectura, la competencia lingüística, el enfoque en las lecciones de la literatura, y hacerlo compatible con las preocupaciones éticas ante los problemas de un mundo globalizado. Spivak ([2003] 2010) reclama la ampliación de los horizontes de la disciplina para incorporar lenguas, literaturas y culturas no occidentales. Esta aspiración, defendida ya en 1963 por René Étiemble, adquiere nueva urgencia para la crítica postcolonial, pero no por ello deja de tropezarse con resistencias.

³ Aquí podríamos cuestionar la posibilidad de la desaparición de la épica en nuestro continente. Cfr. MAÍZ, Claudio. *A falta de épica buenas son las historias. El “héroe” en la narrativa latinoamericana actual*. Ponencia inédita. Primer Congreso Internacional de Estudios sobre la épica. Configuraciones del género desde los clásicos hasta la actualidad. 18, 19 y 20 de agosto de 2011. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, Argentina.

⁴ Como es el caso de la nueva novela policial, la nueva novela sentimental, el libro audio, la novela en *blog*, la novela en *chat*, la literatura hipertextual etc.

⁵ Cfr. CARVALHAL, Tania Franco. La literatura comparada en América del Sur, 1616: *Anuario de la Sociedad Española de Literatura General y Comparada*, n. 9, 1995, p. 33-38.

⁶ Cfr. DORNHEIM, Nicolás. La literatura comparada en la Argentina, *Boletín de Literatura Comparada*, Mendoza, n. 1-2, diciembre, 1978, p. 17-49. Luego efectúa otros dos aportes sobre el mismo tema en: “Pasado, presente y futuro de la literatura comparada en Argentina”, *Boletín de Literatura Comparada*, 1981, p. 67-78 y Nicolás DORNHEIM. “Littérature comparée en Argentine aperçu rétrospectif et situation présente”, *Amérique Latine et comparatisme littéraire / La nouvelle Revue de Littérature Comparée*, n. 1/1992. París: Didier, 1992 (número especial organizado por Daniel-Henri Pageaux).

⁷ Para *Nuestra América* de Martí véase: ZEA, Leopoldo. *José Martí: a cien años de Nuestra América*. México: UNAM, 1993 y MARTÍ y PÉREZ, José. *Nuestra América*. Barcelona: Linkgua ediciones, 2008.

⁸ Para la teoría literaria de Henríquez Ureña cfr. MOQUETE, Manuel Matos. *Las teorías literarias en América Hispana*. Santo Domingo: Instituto Tecnológico de Santo Domingo, 2004 y ALTAMIRANO, Carlos (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. II: Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires: Katz, 2010.

⁹ Cfr. PALERMO, Zulma. “Articulación cultural de los estudios literarios comparados. El caso argentino”. – En: AAVV, *Literatura comparada no Mundo, Questões e Métodos*, Tania Franco Carvalhal (ed.), Porto Alegre, AILC, LPM Editores, 1997, p. 211-231.

¹⁰ Como el que efectúa Hermenegildo Bastos en su libro. *Relíquias de la casa nueva. La narrativa latinoamericana: el eje Graciliano-Rulfo*. México: CCyDEL, UNAM, 2005. Dentro del planteamiento de un estudio contrastivo entre los dos autores, el brasileño Graciliano y el mexicano Rulfo, el crítico brasileño nos ofrece una interesante propuesta de renovar la crítica latinoamericana teniendo en cuenta los conceptos de “reliquia” y de “casa nueva”. A propósito de esta planteo, François Perus sostiene lo siguiente: “El marco general de interpretación de los textos y los tópicos abordados por Bastos se define, en términos generales, como el de la transición de lo ‘premoderno’ a lo ‘moderno’, o de lo ‘precapitalista’ a lo ‘capitalista’; transición que, para América Latina y sus diversas regiones, el autor entiende, siguiendo en esto a Wallerstein, en términos de una ‘modernización periférica’, por referencia al ‘sistema-mundo’ capitalista (WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System*. New York: Academic Press, 1974). En esta transición, lo propio de la condición ‘periférica’ consistiría en la no homogeneidad del proceso, en las marcadas desigualdades entre regiones y las profundas escisiones socio-culturales

que entrañaría este proceso, y por ende en la desarticulación de los espacios y los tiempos de las diferentes culturas dentro de un mismo ámbito nacional (o continental). Las múltiples tensiones que, en el plano de la cultura, resultan de esta transformación desgarradora son las que se expresan en la metáfora que proporciona el título al ensayo de Bastos: mientras el pasado ‘premoderno’, vivo todavía, adquiere la forma de ‘reliquias’, el presente ‘moderno’ se significa con la imagen de la ‘casa nueva’. La perspectiva adoptada por el autor consiste tanto en una visión retrospectiva – o mejor dicho, desde el presente hacia el pasado, y viceversa, en cuyo marco los espacios y los tiempos, disímiles entre sí, involucrados en el proceso de transición, se iluminan mutuamente” (11-12). *Cfr.* PERUS, François. “Posibilidades de un comparativismo intra-latinoamericano (Rulfo y Graciliano Ramos en la perspectiva de Hermenegildo Bastos). *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos*, n. 44, UNAM, p. 9-25.

¹¹ Para el planteo de estas variables se han tenido en cuenta las reflexiones de: 1) Gramuglio (2006) en el caso de la vinculación entre LC y literatura nacional teniendo en cuenta las historias de la literatura, el estudio de fenómenos literarios o culturales supranacionales y el antiguo tópico *ut pictura poesis*; 2) Torras (2007-2008) con su programa de LC “Literatura comparada: últimas tendencias”, continuación de “Introducción a la Literatura Comparada” y “Métodos de la Literatura Comparada” en el que la comparatista española plantea ciertas tendencias novedosas para la LC (resulta interesante observar el papel que le otorga a la relación entre LC y los estudios culturales en un módulo completo, graficando de esta forma la importancia de esta tensión dialéctica entre ambos campos de estudio. Tal es vinculación entre las mismas que en ciertas universidades se plantea como una disputa en la que se estudia una de las disciplinas descartando de plano la otra) (la traducción del catalán al español me pertenece) y 3) Oleriny (1989-1990) esboza algunos principios teóricos como marco del desarrollo actual del pensamiento teórico y metodológico en los estudios de la LC en Checoslovaquia. Es curioso que en los planteos de Oleriny (1989-1990) para el contexto literario europeo y particularmente checoslovaco, tenga sus similitudes con la problemática de la LC en nuestro continente, por ejemplo el planteo de que el término “influencia” y “dependencia” pierdan su operatividad en el análisis de estos contextos literarios:

Los impulsos interliterarios, pero también nacional-literarios pierden dentro del sistema de la obra (del proceso), su carácter heterogéneo y se manifiestan como un componente orgánico, funcional. Así sucede que la categoría metodológicamente irrelevante. Nosotros evitamos también en la práctica de la crítica el término “influencia”, porque nos parece muy vago (OLERINY, 1989-1990, p. 181).

¹² En relación con este rol de la mujer en el siglo XX y en la actualidad, son relevantes las observaciones de Silvina Bullrich en su texto “La mujer en la novela femenina” (1956), en donde la autora argentina establece un panorama del tratamiento de la mujer en las novelas desde el siglo XIII francés y *Les liaisons dangereuses*, pasando por *Madame Bovary* hasta llegar a la literatura femenina del siglo XX. Así mismo el artículo de Julieta Campos “¿Tiene sexo la escritura?” (1978), en el cual la narradora cubana examina las diferentes exploraciones sobre la cuestión femenina como el coloquio sobre *El hecho femenino*, celebrado en Royaumont en septiembre de 1976 y organizado por Jacques Monod y Evelyne Sullerot. También los planteos de Marta Traba en su comunicación dentro de un encuentro de escritoras latinoamericanas que se llevó a cabo en el Armerst College en 1984 intitulada “Hipótesis sobre una escritura diferente”, en la cual la escritora colombiana intenta probar la siguiente hipótesis “que la literatura femenina está en un lugar *distinto* al que se ha convenido en llamar el espacio literario, y simultáneamente rechazar todas las relaciones de lo femenino con una naturaleza, sensibilidad, sistema glandular y experiencia de vida, no porque no sean ciertos, sino precisamente porque son obvios y porque desplazan la hipótesis del campo donde quiero situarla, o sea, del mero espacio del texto” (KLAHN; CORRAL, 1991b, p. 212). La misma Elena Poniatowska discurre sobre este tema en “Mujer y literatura en América Latina” (1983), en donde reflexiona sobre la dificultad de la actividad literaria femenina latinoamericana considerada por la autora mexicana como parte del “gran flujo de palabras de los oprimidos” (1991b, p. 308). Otra de las novelistas preocupadas por la cuestión femenina literaria es Rosario Ferré, así esta autora portorriqueña discute sobre la validez del debate sobre la existencia o no de la escritura femenina en “La cocina de la escritura” (1982). Por último, Cristina Peri Rossi se suma a estas voces de “metaficción femenina” con “Literatura y mujer” (1983), en donde la escritora uruguaya luego de considerar absurdo definir la “literatura femenina” en oposición a la “masculina”, se propone efectuar el siguiente enfoque: “considerar a la escritura de la mujer como forma de identidad” (1991b, p. 526). Se cita de la edición de Klahn y Corral (1991b).

¹³ Cfr. ZÓ, Ramiro Esteban. “La autoría femenina de las novelas sentimentales hispanoamericanas”. Ponencia inédita. “III Encuentro Interdisciplinario de Estudios de las Mujeres. Mujeres, Ciencia y Sociedad. Aportes Femeninos a la Historia de la Cultura”. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo, 9 y 10 de octubre de 2008.

¹⁴ Conferencia presentada el 11 de septiembre de 1986 en Mérida, en la Universidad de Los Andes, por invitación del Instituto de Investigaciones Literarias “Gonzalo Picón Febres” y la Asociación de Escritores de Venezuela, Seccional Mérida.

Referencias

ALTAMIRANO, Carlos (Ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. II: Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires: Katz, 2010.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. (Título original: *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London-New York: Verso, 1983) Traducción de Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

ARDAO, Arturo. *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Coedición Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos (CELARG). Ministerio de la Secretaría de la Presidencia de la República, 1980.

BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, nation, class: ambiguous identities*. Londres: Verso, 1991.

BARRERA ENDERLE, Víctor. “Entradas y salidas del fenómeno literario actual o la “alfaguarización” de la literatura hispanoamericana”. In: Sincronía, Universidad de Guadalajara, primavera 2002. Disponible em: <<http://sincronia.cucsh.udg.mx/spring02.htm>>. Acesso em: 03 feb. 2010.

BASTOS, Hermenegildo. *Reliquias de la casa nueva. La narrativa latinoamericana: el eje Graciliano-Rulfo*. México: CCyDEL, UNAM, 2005.

BOURDIEU, Pierre. “Campo de poder y campo intelectual”. In: POUILLON et al. *Problemas del estructuralismo*. México: Siglo XXI, 1967. p. 135.

CANDIDO, Antonio. *Ensayos y comentarios*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

CARVALHAL, Tania Franco. “La literatura comparada en América del Sur”. *1616: Anuario de la Sociedad Española de Literatura General y Comparada*, n. 9, 1995, p. 33-38.

_____. (Ed.). *Literatura comparada no Mundo, Questões e Métodos*. Porto Alegre: AILC, LPM Editores, 1997.

CASANOVA, Pascale. *La República mundial de las Letras*. [1999] Traducción de Jaime Zulaika. Barcelona: Anagrama, 2001.

CASTAÑEDA, María del Carmen (2009). “Desmitificar el canon de la literatura latinoamericana”. *Letralia, Tierra de Letras, La revista de los escritores hispanoamericanos en Internet*. Disponible em: <<http://www.letralia.com/210/ensayo01.htm>>. Acesso em: 03 feb. 2010.

COLOMBI, Beatriz. *Viaje intelectual. Migraciones y desplazamientos en América Latina 1880-1915*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2004.

CORTÉS, Carlos. “La literatura latinoamericana (ya) no existe”. In: *Cuadernos Hispanoamericanos*, n. 592, oct. 1999.

COUTINHO, Eduardo de Faria. “Comparatismo e descolonização: o olhar crítico latino-americano. In: *Estudios lingüísticos e Literários – 500 Anos de América*. Salvaro, n. 13, 1992. p. 197-210.

_____. “La literatura comparada en América Latina: sentido y función”. *Voz y escritura. Revista de estudios literarios*. n. 14, enero/dic. 2004, p. 237-258.

_____. *Literatura comparada en América Latina: ensayos*. Cali, Colombia: Programa Editorial, Universidad del Valle, 2003.

_____. “Sem centro nem periferia: é possível um novo olhar sobre o discurso crítico latino-americano?”. In: *2º Congresso ABRALIC: Anais*. Belo Horizonte: Univ. Federal de Minas Gerais, 1991. v. 1, p. 621-633. DERRIDA, Jacques. *Política de la amistad*. Madrid: Trotta, 1998.

DORNHEIM, Nicolás. “La literatura comparada en la Argentina”, *Boletín de Literatura Comparada*, Mendoza, n. 1-2, dic., 1978, p. 17-49.

_____. “Pasado, presente y futuro de la literatura comparada en Argentina”. *Boletín de Literatura Comparada*, p. 67-78, 1981.

_____. “Del comparatismo “ingenuo” a la institucionalización de la literatura comparada en la Argentina: Arrieta, Batistessa, Maiorana”, *Boletín de Literatura Comparada*, Mendoza, n. 13-15, 1988-1990, p. 143-164.

_____. “Littérature comparée en Argentine aperçu rétrospectif et situation présente”, *Amérique Latine et comparatisme littéraire/La nouvelle Revue de Littérature Comparée*, n. 1/1992. París: Didier, 1992 (número especial organizado por Daniel-Henri Pageaux).

DUBATTI, Jorge. “Los estudios de teatro comparado, herramienta para el teatro mexicano”. *Armas y letras* (Revista de literatura, arte y cultura de la Universidad Autónoma de Nuevo León), 2008, n. 62-63, p. 55-62.

FORNET, Jorge. “Y finalmente, ¿existe una literatura latinoamericana?”. *Revista lajiribilla* (Cuba), sábado, 9 jun. 2007. Disponible em: <<http://www.casamerica.es/opinion-y-analisis-de-prensa/caribe-antillano/y-finalmente-existe-una-literatura-latinoamericana>> Acesso em: 05 abr. 2010.

GRAMUGLIO, María Teresa. “Tres problemas para el comparatismo”. *Orbis Tertius* 12, 2006. Disponible em: <<http://www.orbistertius.unlp.edu.ar/numeros/numero-12/2-gramuglio.pdf>>. Disponible em: 26 sept. 2011.

GUERRERO, Gustavo. “La desbandada o por qué ya no existe la literatura latinoamericana”. In: *Letras libres*, jun. 2009. Disponible em: <<http://www.letraslibres.com/index.php?art=13872&rev=2>>. Acesso em: 03 feb. 2011.

GUILLÉN, Claudio. *Entre lo uno y lo diverso. Introducción a la literatura comparada*. Barcelona: Tusquets, 1985.

GUTIÉRREZ GIRARDOT, Rafael. *Modernismo*. Barcelona: Montesinos, 1983

HENESTROSA, Guadalupe. *Las ingratas*. Buenos Aires: *Novela sentimental*. [2002] Buenos Aires: Suma de Letras Argentina, 2005.

HENRÍQUEZ UREÑA, Pedro. *Las corrientes literarias en la América Hispánica*. Traducción de Joaquín Díez-Canedo. México: Fondo de Cultura Económica, 1949.

KLAHN, Norma; CORRAL, Wilfrido H. (Comp.) *Los novelistas como críticos*. Tomo I. México: Ediciones del Norte, Fondo de Cultura Económica, 1991a.

_____. (Comp.) *Los novelistas como críticos*. Tomo II. México: Ediciones del Norte, Fondo de Cultura Económica, 1991b.

LUDMER, Josefina. *El cuerpo del delito: un manual*. Buenos Aires: Perfil Libros, 1999.

_____. “Literaturas postautónomas”. Disponível em: <www.lehman.cuny.edu/ciberletras/v17/ludmer.htm>. Acesso em: 03 mayo 2011.

MAÍZ, Claudio. “‘Cruzar la frontera significa atravesar el atlántico’: El escritor hispanoamericano y la internacionalización literaria”. In: *Actas del V Congreso Internacional de Teorías y prácticas críticas*. GEC (Grupo de Estudios de la Crítica Literaria). Editores: Gladys Granata De Egües y Luis Emilio Abraham. [CD] Mendoza, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Cuyo, 2006. p. 558-567.

_____. “A falta de épica buenas son las historias. El ‘héroe’ en la narrativa latinoamericana actual”. Ponencia inédita. Primer Congreso Internacional de Estudios sobre la épica. Configuraciones del género desde los clásicos hasta la actualidad. 18, 19 y 20 de agosto de 2011. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, Argentina.

MAÍZ, Claudio; FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro. *Episodios en la formación de redes culturales en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

MARTÍ y PÉREZ, José. *Nuestra América*. Barcelona: Linkgua ediciones, 2008.

MATOS MOQUETE, Manuel. *Las teorías literarias en América Hispana*. Santo Domingo: Instituto Tecnológico de Santo Domingo, 2004.

MIGNOLO, Walter D. “La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad”. In: Edgardo Landier (Ed.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 1993.

_____. “Colonialidad del poder y diferencia colonial,” *Anuario Mariateguiano*, ix/10, 1999.

MIGNOLO, Walter D. *Local histories/Global Designs. Coloniality, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

_____. *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2007.

OLERINY, Vladimir. “Sobre algunos problemas actuales de los estudios de literatura comparada en Checoslovaquia”. *Revista voz y escritura*, n. 2-3, v. 2, Año 3, 1989-1990, p. 177-184. Disponível em: <www.saber.ula.ve/handle/123456789/32396> Acesso em: 26 sept. 2011.

PALERMO, Zulma. “Articulación cultural de los estudios literarios comparados. El caso argentino”. In: AAVV, *Literatura comparada no Mundo, Questões e Métodos*. CARVALHAL, Tania Franco (Ed.), Porto Alegre, AILC, L&PM Editores, 1997. p. 211-231.

_____. “Comparatismo contrastivo y hermenéuticas pluritópicas: variaciones latinoamericanas”. In: DÁNGELO, Biagio (Ed.). *Espacios y discursos compartidos en la literatura de América Latina*. Actas del 1º Coloquio del Comité de Estudios Latinoamericanos de la AILC/ICLA. Lima: International Comparative Literature Association: Fondo Editorial de la Universidad Católica Sedes Sapientiae, 2003. p. 319-331.

_____. “El comparatismo en las prácticas críticas de Emilio Carilla”, *Humanitas*, año 23, n. 30-31, p. 63-78, 2000.

PERUS, François. “Posibilidades de un comparativismo intra-latinoamericano” (Rulfo y Graciliano Ramos en la perspectiva de Hermenegildo Bastos). *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos*, n. 44, UNAM, p. 9-25.

PIZARRO, Ana (Ed.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. 3 vols. São Paulo, Memorial da América Latina, Campinas: Unicamp, 1993.

_____. (Ed.). *La literatura latinoamericana como proceso*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1995.

_____. “El discurso literario y la noción de América Latina”. In: 1º Seminário Latino-Americano de Literatura Comparada. Vol. 1. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996. p. 7-14.

PIZARRO, Ana; MATTALÍA, Sonia et al. *Pensamiento crítico y crítica de la cultura en Hispanoamérica*. Seminarios 1, 1990.

RAMA, Ángel. “La modernización literaria latinoamericana (1870-1910)”, *Hispanamérica*, 36, dic. 1983.

RAMA, Ángel. *Las máscaras democráticas del modernismo*. Montevideo: Fundación Ángel Rama, 1985.

SÁNCHEZ PRADO, Ignacio (Ed.). *América Latina en la “literatura mundial”*. Pittsburgh: Ediciones del Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2006.

SANTIAGO, Silvian. *Uma literatura nos trópicos. Ensaaios sobre dependência cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Muerte de una disciplina*. (Título original: *Death of a discipline*. New York: Columbia University Press, 2003) Santiago de Chile: Palindia, 2010.

TORRAS, Meri. "Literatura comparada: últimas tendencias". Programa de curso, según semestre, Universitat Autònoma de Barcelona, 2007-2008. Disponible en: <<http://ddd.uab.cat/pub/procur/2008-09/p28713a2008-09mPiCAT.pdf>>. Acceso en: 26 sept. 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System*. New York: Academic Press, 1974.

ZALBAGOTIA HERRERA, Mauricio. "Comparatismo latinoamericano y literatura popular y de masas: del estereotipo a nuevas construcciones de identidad en el encuentro de unos con otros". *Castilla, Estudios de literatura*, n. 1, p. 420-432, 2010.

ZANETTI, Susana. "Modernidad y religación en América Latina". PIZARRO, Ana (Org.). In: *América Latina: Palabra, Literatura e Cultura*. v. 2. São Paulo: Unicamp, 1994. p. 489-534.

ZEA, Leopoldo. *José Martí: a cien años de Nuestra América*. México: UNAM, 1993.

ZÓ, Ramiro Esteban. "La autoría femenina de las novelas sentimentales hispanoamericanas". Ponencia inédita. III Encuentro Interdisciplinario de Estudios de las Mujeres. Mujeres, Ciencia y Sociedad. Aportes Femeninos a la Historia de la Cultura. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo, 9 y 10 oct. 2008.

_____. "Tendiendo puentes más allá del océano: Vargas y Bryce y las redes transatlánticas". In: MAÍZ, Claudio (Ed.). *El ensayo hispanoamericano. Balances, revisiones y porvenir de un género fundacional*. Mendoza, Facultad de Filosofía y Letras, UNCuyo, 2010. p. 331-342.

Recebido em: 06/05/2013

Aprovado em: 23/05/2013

¡Basta! contra la violencia de género: una red femenina de microrrelatos

Miriam N. Di Gerónimo*

Resumen: Como se ha demostrado en el mundo globalizado actual, la violencia contra la mujer es un flagelo que compromete a toda la humanidad y, que, día a día, se cobra vidas. El propósito de este trabajo es reconstruir una red femenina latinoamericana que, desde el microrrelato, pretende contribuir a concientizar acerca de la violencia de género. La religación solidaria y social se extiende a varios países del Cono Sur a través de esta cruzada editorial. El corpus escogido compromete escritoras latinoamericanas – de Argentina, Chile y Brasil – que lo denuncian a través de una forma literaria específica, moderna y, relativamente, nueva: el microrrelato. Entre los propósitos del trabajo se cuentan: a) implementar el soporte analítico de redes y constelaciones para tratar un fenómeno literario específico; b) identificar el repertorio de temas recurrentes en escritos de los tres países y las modalidades retóricas que se usan para expresarlo. En algunos casos, se requerirá un diálogo multidisciplinar para alcanzar el análisis más rico de un tema que comprende la sociología, la historia, el derecho y la psicología. La crítica literaria deja ya de proponer la lectura de las *belles lettres* para asumir la forma del compromiso con la realidad latinoamericana.

Palabras clave: Red femenina. Violencia de género. Microrrelato. Literatura latinoamericana.

* Licenciada, Profesora y Dra. en Letras por la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional de Cuyo (Argentina). Profesora Titular de las cátedras de Introducción a la Literatura y Metodología y Análisis de Textos de la misma Universidad. E-mail: mndigeronimo@yahoo.com.ar.

Introducción

De acuerdo con lo expuesto por Claudio Maíz en *Los sistemas de religación en la literatura* (2009) la categoría de red colabora a expandir el campo de estudio de la literatura como herramienta crítica circunscripto al espacio de nación. De esta manera se amplía con otras categorías para tratar los fenómenos literarios desde otras áreas que trasciendan la lengua y el territorio. Así, resulta un soporte imprescindible para abarcar interdisciplinariamente objetos híbridos desde las ópticas de coalición y colectividad. El concepto de red puede utilizarse eficazmente como herramienta heurística y como objeto de estudio que conecta autores y corpus de comunidades separadas entre sí. “Las redes son por naturaleza elásticas y porosas”, dinámicas. (MAÍZ, 2009, p. 9). Frente a un problema global, los escritores dejan de pertenecer a una ciudadanía, traspasan las fronteras del estado-nación porque las repercusiones de la violencia son constantes y abrumadoras en todo el mundo. Sin embargo, marcamos el recorte desde América del Sur porque hemos observado que esta red latinoamericana produce una respuesta editorial concreta al fenómeno que es pasible de ser localizada, enmarcada en un tiempo preciso con actores también identificados colectivamente.

En el título de este trabajo pretendemos abarcar el concepto de redes intelectuales y sociales que se establecen a partir de un flagelo universal. El estudio implica la confluencia de constantes literarias, sociales y de denuncia que involucran distintas disciplinas: la literatura, la sociología, la psicología, la historia, los aspectos legales y humanos. Por lo dicho, entiendo que el concepto de red es muy estrecho para abarcar los límites del conflicto, es por eso que se tratará más bien de una constelación de redes las que se ponen en juego para describir y tratar el fenómeno. Confluyen y se combinan los hilos de distintas redes: la que compete al género, por lo tanto: red femenina; la que compete a la locación: Latinoamérica. Desde esta arista consideramos a este continente uno solo aunado en el grito por las reivindicaciones sociales y humanas de este grupo social. Como las mujeres eligen un género literario para expresarse, interviene una taxonomía específica: el microrrelato. En todos los casos, observamos que se trata de núcleos marginales (las redes femeninas y el género literario

que las representa) que no han sido reconocidos debidamente en las áreas que se disputan el poder hegemónico.

En esta investigación pretendemos alcanzar la historización de los contactos intelectuales, sociales, culturales, familiares y políticos, partiendo de un episodio específico: la construcción de una red femenina contra la violencia de género, en el cual diversas culturas inter-latino-americanas y a la vez, trasatlántica entran en contacto por medio de viajes, diásporas, congresos, revistas y, concretamente, en la traducción del volumen chileno al inglés.

Así, podemos enmarcar el problema desde el tipo de red: social, literario y político; período histórico de la red: entre 2010 y 2013; materialidad de la red: la publicación de volúmenes con referato que contiene 100 microrrelatos contra la violencia de género en Chile, Argentina, Perú y otras naciones del Cono Sur y desde la metodología de análisis y reconstrucción de la red: a partir de construcciones colectivas. Es muy interesante destacar que asistimos al surgimiento de una red a través de un género literario específico.

Considero necesario partir de la caracterización del género literario que nos ocupa: el microrrelato.

La constatación de los primeros microrrelatos que se escriben con conciencia de género, se remontan a principios del siglo XX, sobre todo en los albores del Modernismo con representantes calificados como el mejicano Julio Torri (1917) y el argentino Leopoldo Lugones con *Filosofícula* en Argentina (1924). Este lugar fundante de Latinoamérica ha seguido vigente ya que se cree que este género es vernáculo de esta región de habla hispana y es, a su vez, el más joven de todos los géneros literarios. Si se intenta delinear un derrotero, son indudables las figuras señeras de Borges y Cortázar, como así también la del guatemalteco Augusto Monterroso. Su carácter lúdico, experimental, antiolemne lo liga, además, a los movimientos de vanguardia en los escritos transgresores de Huidobro, César Vallejo, Oliverio Girondo, Ramón Gómez de la Serna, etc. El auge actual en Latinoamérica se demuestra a través de la circulación de autores en antologías, congresos internacionales dedicados exclusivamente al género en México, Chile, España, Argentina, Colombia y la proliferación de estas formas en revistas, diarios, programas de radio, en Internet, que ha llegado a ser su aliada más importante. Este tipo de

narraciones es motivo de tesis doctorales e integran ya programas de educación básica, superior y de enseñanza del español como lengua extranjera.

La legitimación misma del género se debe a una red intelectual formada por escritores, editoriales, teóricos y críticos que se reúnen en simposios de la especialidad.

Como testimonio de ello corresponde mencionar la realización de seis Congresos Internacionales, organizados respectivamente por Lauro Zavala (México, 1998), Francisca Noguerol (Salamanca, 2002), Departamento de Literatura de la Universidad de Playa Ancha (Valparaíso, 2004), Irene Andrés-Suárez (Neuchâtel, 2006), Laura Pollastri (Neuquén, 2008), Henry González Martínez (Bogotá, 2010) y Fernando Valls (Berlín 2012). Asimismo, se han realizado varias Jornadas Nacionales en diversos países hispanoamericanos; en Argentina se celebraron: el Primer Encuentro Nacional de Minificción, organizado por los escritores: Raúl Brasca, Luisa Valenzuela y la antóloga y autora: Sandra Bianchi (Buenos Aires, 2006); las Primeras Jornadas Universitarias de Minificción, convocadas por David Lagmanovich (San Miguel de Tucumán, 2007), las III Jornadas Nacionales de minificción: *La minificción en español y en inglés*, organizado por UCEL: Universidad del Centro Educativo Latinoamericano, Rosario, en 2009; las IV Jornadas Nacionales de Minificción se realizaron en 2011, en la provincia de Mendoza, Argentina, Facultad de Filosofía y Letras de la U.N.Cuyo, organizadas por CILHA (Centro Interdisciplinario de Literatura Hispanoamericana), entre otros.

El objetivo común de estas reuniones ha sido crear un espacio propicio para la interacción entre escritores, académicos y lectores, la difusión de nuevas propuestas escriturarias, la reflexión teórica, la lectura crítica, la producción de estudios comparativos y el intercambio de experiencias y proyectos relacionados con la enseñanza-aprendizaje de la literatura y las lenguas extranjeras. El espíritu que ha animado a los encuentros mencionados, ha manifestado especial énfasis en el estudio de la microficción en diálogo con otras disciplinas, otras lenguas y otros ámbitos culturales que tienen ya una trayectoria destacada como el inglés (*Sudden, Quick, Flash Fiction*) y otros que comienzan a incorporarse como el portugués en el contexto del Cono Sur. Esta sociabilidad de los integrantes de la red de

microficción ha producido la circulación de sus materiales como puede testimoniar la Revista *Puro cuento*, nacida en la provincia de Chaco, dirigida por Mempo Giardinelli que circuló durante 25 años. Así declara su fundador en una entrevista concedida a *Página 12* en 2011:

Puro Cuento publicó más de 800 cuentos de la literatura universal, de todo el mundo y de todas las culturas. Y, dentro de ese total, 424 fueron autores argentinos, muchos de los cuales debutaron compartiendo páginas con algunos de los más reconocidos escritores/as de Latinoamérica. No pocos de ellos son hoy nombres mayores de nuestra narrativa.

El 35 por ciento de los cuentos que publicamos, además, estaban escritos por mujeres, y eso en tiempos en que el machismo heredado de la dictadura y de nuestra historia era aún arrasador en la literatura argentina.

Casi la mitad de los cuentos que se publicaron en las 36 ediciones de Puro Cuento, a lo largo de más de seis años, provenía de las mejores literaturas del mundo. De hecho publicamos cuentos de más de 70 países. De México fueron 57, y de sus mejores autores: Rulfo, Paz, Fuentes, Valadés y muchos/as más. De Estados Unidos, 43. De Brasil, España y Chile, casi 30 de cada país. Piense usted el nombre que quiera; nosotros en Puro Cuento lo publicamos.

Esta revista fue el órgano de socialización, surgimiento y legitimación del género microrrelato en el nivel editorial argentino y latinoamericano. Mucho de los consagrados y también los autores emergentes se leyeron en sus números que se publicaron hasta 1992 cuando apareció el último número de la revista debido a problemas financieros.

Como ha expresado Claudio Maíz con respecto a las publicaciones periódicas, “[...] constituyen artefactos de variada función” (2009, p. 76) no sólo promueven la publicación, “[...] sino que permiten el registro de un momento de la cultura a través de los debates, difusión de estéticas [...], en fin, el clima intelectual imperante” y además “[...] pueden ser vistas como ejes de religación, o dicho en otros términos, como redes”. Este es el caso de *Puro cuento*.

La labor de esta revista rebasa lo literario, centrado específicamente en la consolidación de los géneros breves, el reconocimiento de autores, la difusión de los textos y escritores desconocidos porque cumple una función que alcanza lo social. En este sentido, Giardinelli testimonia que:

86

En 1988 pusimos en marcha una primera Fundación, que se llamó Fundación Puro Cuento, que abrió algunas bibliotecas en el interior del país que todavía existen. Allí iniciamos las primeras estrategias de Promoción de la Lectura, que un cuarto de siglo después es una política de Estado en la Argentina y en varios países hermanos. Y también sacamos seis ediciones de *Puro Chico*, que fue la primera revista de literatura infantil de la Argentina, y probablemente de toda América latina. Allí publicaron autores/as que luego – hoy mismo – llegaron a ser nombres consulares de ese género. (<http://www.pagina12.com.ar/diario/contratapa/13-166126-2011-04-13.html>)

En cuanto al origen y desenvolvimiento del microrrelato en Latinoamérica, tanto el mejicano Lauro Zavala – uno de los especialistas más importantes en la actualidad – como Francisca Noguerol (192) – investigadora de la Universidad de Salamanca – coinciden en afirmar que este género se inicia a partir de las “ficciones” borgeanas cimentadas en la ironía, la parodia y la metaficción que cuestionan los límites entre realidad y ficción. Noguerol continúa la evolución y precisa que en los años ’70 y ’80 los ejecutores del género, apremiados por las circunstancias políticas de las dictaduras y el exilio pusieron el acento en los contenidos y reflejaron literariamente las vivencias de estas crudas realidades. En los últimos años, el microrrelato se inscribe en la posmodernidad en tanto “parodia las obras convertidas en cánones culturales por la generación anterior y, sobre todo por su incidencia en los márgenes y en las periferias sociales, sexuales y étnicas: las mujeres, los indígenas, los chicanos”. (NOGUEROL 2004, p. 192).

Hasta aquí un apretadísimo deslinde del género, recordamos las características nombradas para, luego, avanzar en el desarrollo del tema propuesto: brevedad, carácter lúdico, experimental, anti-

solemne, ironía, parodia, metaficción y transtextualidad. Asimismo hemos destacado su vocación por los márgenes y la denuncia y es aquí donde podemos unir los ejes que estructuran esta investigación en la constelación de lo femenino, el género literario marginal y el motivo de la violencia.

En la actualidad, es imposible negar la violencia de género en todo el planeta. Si consideramos que más del cincuenta por ciento de la población mundial está compuesta por mujeres y que este flagelo involucra por igual a hombres, mujeres, niños y niñas, es preciso, entonces que todos reflexionemos conjuntamente: el estado, las asociaciones no gubernamentales, los legisladores, los efectores judiciales, la población toda y, por qué no la academia, las universidades, los distintos niveles educativos, pues de esta forma, cada uno desde su lugar pondrá un granito de arena para tomar conciencia de su gravedad. A continuación, incluiré una serie de datos necesarios para avalar la necesidad de reconocer el problema, abordarlo, prevenirlo y denunciarlo. Mostraré los datos de mi país, contabilizados sólo en el primer semestre de 2012, los que arrojan, en promedio, más de un femicidio por mes en las provincias más pobladas.

En total, en el país hubo 119 víctimas de la violencia machista. Casi el 70 por ciento de los crímenes fueron cometidos por parejas o ex parejas de las víctimas, y la mayoría de los femicidios fueron causados con armas de fuego (24%). En cuanto a las edades, la mayoría de las víctimas tenían entre 19 y 50 años. La asociación relevó un total de 119 muertes, que incluye también los “femicidios vinculados”, once en total, de mujeres y niñas, es decir, los casos de mujeres asesinadas cuando intentaban impedir el femicidio o que tenían vínculo familiar o afectivo con la asesinada y fueron ultimadas con el objeto de castigar a la mujer. Por estos “femicidios vinculados”: 161 hijas e hijos de mujeres asesinadas por violencia de género se convierten en víctimas colaterales del femicidio. La situación se ha empeorado en el último tiempo: “cada tres días dos mujeres son asesinadas por ser mujeres en la Argentina” (Diario *Página 12*, 30 ago. 2012). La situación en Chile y en otros países del Cono Sur es similar.

Un documento de la Unesco de 2008, se expide sobre las formas de la violencia de género:

Violencia de género se refiere a aquellas formas mediante las cuales se intenta perpetuar el sistema de jerarquías impuesto por la cultura patriarcal. Esta adopta diferentes manifestaciones, las que se pueden dar en el espacio tanto público como privado, dentro de las cuales está el acoso laboral, el acoso sexual, la violación, el tráfico de mujeres y las formas de maltrato físico, social y sexual que ellas sufren en el espacio familiar por parte de sus parejas. En los últimos años se ha generalizado el término “femicidio” o “feminicidio” para designar los asesinatos de mujeres por razones de género (2008).

Como se habrá observado, este es un tema complejo, difícil de analizar desde una sola arista; exige un abordaje multidisciplinar en redes. La “visibilización” de las mujeres en la vida literaria no ha sido fácil, en algunos géneros ha tenido más participación que en otros. Según la escritora Pía Barros, antóloga y editora chilena: existe “otra forma de la violencia de género, la invisibilización de la creatividad de mujeres” (2011, p. 4). Concretamente, el análisis de microrrelatos escritos por mujeres no es muy frecuente, los que abordan el tema específico de la violencia de género por hombres o mujeres es mucho menos aún. Por eso, para esta ocasión me ha parecido pertinente tomar como corpus de estudio las antologías chilenas: *Basta! Cien mujeres contra la violencia de género* (2011), *Basta! +de 100 hombres contra la violencia de género* (2012), llevado a cabo por el Grupo Editorial Asterión y la antología argentina del mismo nombre que tengo el honor de antologar, ya está en imprenta y saldrá a la venta en el segundo semestre de este año. La visibilización de la mujer lograda por Asterión es evidente ya que el *Basta!* de mujeres constituye, según Pía Barros, el volumen que más escritoras ha reunido en Chile.

Gabriela Aguilera, un alma *mater* del proyecto, nos cuenta los objetivos, alcances y resultados de la publicación (2012, inédito):

Para el comité editorial Asterión es indispensable la mirada política sobre el trabajo literario, el rol social del escritor y los derechos vulnerados [...] el microrrelato, (microcuento

o minificción), puede ser un buen elemento de fomento lector, instigando el placer de leer y el placer de pensar, dos formas de resistencia cultural y política”. [...] *¡Basta!* de mujeres ya tiene su segunda edición y está siendo traducida al inglés. Junto al *Basta!* de hombres, conforman una unidad literaria. En los textos consignados pueden leerse el historial de la violencia de género en Chile y en proyección, en el mundo. Puede seguirse la ruta de la violencia, la ruta crítica, las formas de violencia, etc.

Como se ha anotado en los volúmenes y artículos que tratan el método de abordaje de “redes” es difícil constituir el momento de origen de una religación social. Sin embargo, gracias a los testimonios de las responsables de Asterión, podemos historizar, fechando los hitos importantes de su labor. Comienza a existir desde fines de los '90, pero es en 2008 cuando el Comité editorial decide optar por una salida creativa para visibilizar el problema de la violencia de género y concientizar a la población (AGUILERA, 2012). Susana Sánchez Bravo testimonia en mail enviado el 15 de noviembre de 2011, a las doce y veinte del mediodía, algunos momentos clave de la trayectoria:

¡Basta! 100 mujeres Contra la Violencia de Género, Edit. Asterión, nace en 2011, desde la búsqueda permanente para señalar la constante pérdida de vidas de mujeres de toda edad en nuestro país.

Las cifras negras de feminicidio y sus secuelas llega a un tope terrible en el año 2000, cuando en Alto Hospicio (Iquique) 15 jóvenes de entre 13 y 24 años desaparecen sin dejar rastro ante la pasividad de las autoridades competentes quienes aventuran la tesis de que las niñas han optado por la prostitución para salir de la pobreza y han viajado al Perú. Una de las víctimas sobrevive y declara identificando a su agresor quién posteriormente confiesa y se encuentran algunos de los cadáveres de las víctimas. Esto nos puso, como escritoras y editoras ante una verdad ineludible: si eres mujer vales menos que un hombre y si eres mujer pobre, vales menos aún.

Frente a la desprotección legal y la indiferencia de un Estado que mira por sobre el hombro a las mujeres de este país con leyes desiguales que van desde menor sueldo por igual trabajo hasta la connotación de “crímenes de pasión” a la muerte de una mujer por su marido a quién “se le pasó la mano” en un simple caso de “violencia intrafamiliar”, las mujeres chilenas se organizan, marchan bajo las banderas que dicen “¡Cuidado! El machismo mata”, “Denuncia la violencia de género”. Nos favorece la presidencia de Michelle Bachelet, se logran leyes pero este flagelo aún no termina y se necesita un cambio cultural.

Como mujeres, escritoras y editoras, logramos juntar el dinero y, desde nuestro quehacer diario, logramos editar este libro que se ha convertido en un hito y que, esperamos, se reproduzca en otros países.

En diciembre de este año [2011], Editorial Asterión convocará el segundo *¡Basta! 100 hombres Contra la Violencia de Género*, en una acción solidaria e inclusiva contra toda forma de violencia.

El testimonio de sus autoras y antologadoras es desgarrador. De sus dichos, cedidos por correo electrónico, podemos interpretar los fundamentos de la lucha por erradicar el flagelo que involucra también a las redes de trata y la complicidad de los gobiernos de turno. El trabajo de estas escritoras chilenas no se circunscribe a los libros mencionados. Su tarea es mucho más larga. Comienzan en talleres literarios dirigidos por las autoras más conocidas: Pía Barros, Gabriela Aguilera, Susana Sánchez Bravo, Ana Crivelli, Silvia Guajardo Pérez, entre otras. Los lugares en que se dictan son diversos, desde la casas de ellas mismas hasta al cárcel de Santiago. Esta red, constituida por talleres literarios es el fermento firme para preparar los volúmenes que estamos considerando. La labor editorial de Asterión ha promovido desde siempre la publicación de textos de mujeres comprometidos, combativos y de denuncia. Quizá por eso mismo no han tenido el apoyo gubernamental que debieran. Se presentaron a dos subsidios estatales, pero les negaron el financiamiento del primer volumen sobre todo porque la

Municipalidad no lo consideraba un proyecto de alcance masivo. Es por esto que sus autoras autofinancian el primer *Basta!*, los resultados son insospechados. Según testimonia Pía Barros en un mail enviado el viernes, 10 de febrero de 2012:

Queridas todas:

Como algunas sabrán, hicimos a fines del año pasado [2011] una antología llamada *Basta! Cien Mujeres contra la violencia de Género*, microcuentos, de NO MAS DE 150 PALABRAS.

En dos meses, vendimos la edición y ya hicimos la segunda, con 146 mujeres, ampliándola y su recepción ha sido espectacular. La idea es hacerlo en cada país latinoamericano durante este año [2012], más Estados Unidos, donde se hará *Cien Latinas...*

Cristina Linhares (espero en colaboración con Joyce, presidenta de REBRA (Red de Escritoras Brasileiras), intentara hacerlo con brasileñas.

Nuestras amigas argentinas, ya tienen sus 100, encabezadas por la académica Miriam Di Geronimo.

Cucha del Águila, Carmen Christiane, lo están preparando en Perú.

Mi amiga Rayen hará los oficios para Republica Dominicana. Estoy intentando dejarlo en Uruguay y Colombia y espero que Vicky Ayllon lo haga en Bolivia.

Cada país debe gestionar la editorial, ojalá independiente, y la proyección de venta, hace atractivísima la oferta: porque se entregan dos ejemplares por autora por concepto de derecho de autor, y la mitad de la edición se vende debido al interés de las propias autoras. Nosotras la vendimos en dos meses.

Ahora acabamos de editar no solo la segunda edición de *Basta Cien Mujeres*, sino que hicimos también la de hombres. Las políticas de Naciones Unidas de Mujer (a través de Michelle Bachelet), han considerado de urgencia suprema el fin de la violencia de género.

La labor de Asterión no se detiene, al contrario, crece día a día. Efectivamente en 2012 editaron *¡Basta! + de 100 hombres contra la violencia de género*. Algo quizá impensado para una red femenina. Sin embargo, la implicancia es real y concreta. No sólo basta con concientizar a las mujeres, víctimas sino también al otro actor del escenario siniestro: el victimario. Es necesario comprometerlo para que deje de ser un espectador y comience a accionar positivamente en el conflicto que trasciende lo doméstico y comprende lo laboral, gubernamental, psicológico, legal, etc. La relación es de dos sexos: los dos están implicados para resolver el problema. Desligar uno de los nodos sería tratar los incidentes de manera parcial y superficial. Es por esto que Asterión convoca ahora a los hombres. Según los dichos de Pía Barros en el prólogo, al comienzo, la respuesta fue inmediata de diez hombres pero luego debieron laborar arduamente para lograr la cifra que habían propuesto. El dato no es menor, el varón no se siente parte de esta red, debe ser convocado e impulsado a trabajar activamente. El resultado es por demás satisfactorio. Al leer los microrrelatos comprendemos que no sólo cuentan los episodios de violencia femenina sino que ellos mismos se constituyen en la voz de algunos textos. De esta manera, se constata que la violencia pueden sufrirla hombres y mujeres en una relación de pareja. Así lo demuestra este testimonio muy breve:

Desolación

Estoy desolado. La mujer de mis sueños se fue a vivir a una de mis pesadillas.
(Casimiro Casipienso, 2012, p. 22).

La idealización del otro de la pareja se mantiene por algún tiempo, luego, hay que hacer frente a eso que se llama “lo real” y que no siempre significa una experiencia acogedora y feliz.

La perspectiva del varón es imprescindible para comprender el entramado de los lazos de relación entre los sexos. Franco Fernández experimenta el dolor en “Esto me duele más que a ti”:

Ésas eran las únicas palabras sobre el papel que encontró en la cocina. Las mismas palabras que dijo mirándola tirada en el piso, y que ahora, simplemente no podía creer, porque a nadie le dolía más que a él (2012, p. 35).

El hombre se reconoce golpeador y recibe el castigo por sus actos: el abandono de la mujer.

Tanto en microrrelatos de hombres como de mujeres hay un gran porcentaje en que la mujer toma revancha y logra salir del círculo que la oprime. La literatura constituye el vehículo para presentar un anhelo cumplido, acompañada de la catarsis que supone la justicia. Desde esta óptica leemos de Hernán Venegas, “Camioncito de feria”. El título, metafórico, alude purisignificativamente, al contoneo del hombre/camión y a la “atracción”, digna de mostrarse en una feria de curiosidades. Su masculinidad está medio truncada por efecto de la venganza de la mujer.

Lo delataba su manera al caminar de medio lado. Pudo ser peor. Su mujer solo le cortó un testículo y lo taponó con sal. Nunca más intentó la palmada en las nalgas de su cuñada. (VENEGAS; FERNÁNDEZ, 2012, p. 111).

El estudio de los actores de una red lleva a conocer diferentes relaciones no lógicas, no causales entre los miembros. Obliga a repensar la naturaleza de los nexos que los mantienen unidos o separados. Señalar la confrontación solamente no colabora a desbaratar el flagelo que implica a más de un sexo. La visión se amplía, el espectro cambia y podemos ir abordando el problema sin prejuicios, desde diferentes aristas, abandonando una posición rígida de víctima/victimario, porque, según se trate, los roles pueden ser intercambiables, siempre de manera desgarradora y dolorosa. Así lo demuestra “Víctima” de Rodrigo Torres (2012, p. 104):

Las personas en la vereda se detuvieron a mirar. Una chica corría tras un muchacho.

—¿La habrá asaltado? — preguntaron unos.

– Seguramente le hizo algo malo. Deberíamos buscar a un policía – dijeron otros.

Algunos apiadados por la mujer, que ya se había detenido jadeante por la carrera, siguieron al hombre. Al alcanzarle, lo redujeron al suelo. Tenía un ojo morado y el labio roto.

76

Jaime Valdivieso (2012, p. 106) en *Puntos suspensivos* muestra el accionar del hombre “de buena fe” que pretende hacer justicia frente al avasallamiento sobre el cuerpo de una mujer. Sin embargo, ésta todavía está atada a ese hombre golpeador y lo defiende como parte suya, la voz protagonista queda en “puntos suspensivos”, atónito, frente a la actitud femenina:

Observé cómo la mujer recibía una andanada de insultos de un hombre que le fijaba la mirada mientras ella, dolorida, se plegaba sobre sí misma cada vez más disminuida, como si de esta manera y presentando menos cuerpo pudiera de alguna manera soportar las despreciativas palabras. En ese preciso momento extraje de un bolsillo mi cortaplumas y apretando el botón de la aguda navaja, la hundi en la espalda del hombre que comenzó a doblarse sobre las dos piernas hasta caer y quedar inmóvil. Pero no fue eso lo que me produjo el mayor asombro, sino la mujer que, abriendo los ojos, dio un alarido de dolor gritando asesino, asesino... mientras yo me escurría silenciosamente entre los transeúntes.

La mirada reticular que proporcionan estos volúmenes en conjunto completa un panorama que se ha contado, en general, desde la perspectiva femenina.

A principios de 2013 el panorama ha cambiado, el *Basta!* sigue creciendo, se ha publicado en Perú en 2012 y en este año se editará en Argentina, creemos que con algún apoyo gubernamental o universitario, todavía no está definido el financiamiento. El material está seleccionado y listo para entrar en imprenta.

Ya en setiembre de 2012 la editorial cumplió otro anhelo a favor de los desposeídos: generó *Basta! + de 100 cuentos contra el abuso infantil*, también usando el microrrelato como soporte literario. Es muy importante escuchar la voz de las protagonistas:

Las escritoras que conforman el comité editorial, conocidas como las Asterionas, tienen un compromiso personal con la lucha por erradicar la violencia y la vulneración de los derechos de nuestro entorno social a través de la visibilización y la concientización. Ese compromiso está vivo y se concretiza en cada una de las acciones que hemos realizado, asumiendo el costo en dinero, tiempo y trabajo. Para ello también hemos contado con la ayuda y compromiso de nuestros amigos escritores, académicos y gestores culturales. Debemos agradecerles su solidaridad y cooperación, que fortalece nuestra idea de que SOMOS como individuos pero SOMOS mucho más en el colectivo. (AGUILERA, 2012, inédito).

La historia de esta red es apasionante. Debemos agregar más precisiones. Durante 2011 en las *IV Jornadas de Minificción* realizadas en Mendoza, viajó una delegación de chilenos. Las autoras del *Basta!* de mujeres presentaron su libro por primera vez, después de haber sido rechazadas en la Feria del Libro de Guadalajara. En esa ocasión comprometieron a cinco responsables, entre los que se contaban escritores: Leandro Hidalgo, investigadoras: Amor Hernández Peñaloza y yo, la antóloga Sandra Bianchi y el editor independiente y autor de microrelatos Fabián Vique para la convocatoria y realización del proyecto del *Basta!* argentino. Ahora ya ha superado la pruebas de imprenta. La red se multiplica: en estos momentos Amor Hernández Peñaloza, colombiana, pero que vive en Argentina desde hace años, ha comenzado a reunir los textos para conformar el *Basta!* de mujeres colombianas.

Podemos circunscribir la red femenina considerándola trasatlántica pues en 2012 *¡Basta!* de mujeres se ha traducido al inglés, en una edición bilingüe por obra de la antologadora y editora Pía Barros y la Profesora emérita de Humboldt State University Marta Marnier. La confluencia de estas dos mujeres ya denota la apertura de la red. Ahora no sólo trasciende las fronteras de Latinoamérica sino que une a escritoras y académicas, tal como se había observado en la diagramación de los congresos en torno a esta forma literaria que convocan casi en cifras iguales a creadores como críticos

y teóricos. El microrrelato de género ha producido la confluencia de la Universidad y de los creadores. Las fronteras se han diluido frente al compromiso y la necesidad de hacer visible los casos de violencia a que son sometidas las mujeres en todo el orbe.

Tal como proponen las responsables del proyecto editorial podemos considerar a estos libros como documentos, testimonios actuales, penosos que proporcionan un panorama siniestro de la violencia en todas sus manifestaciones: física, doméstica, psicológica, laboral, obstétrica, simbólica.

Los volúmenes chilenos y argentino pueden componer un caleidoscopio mutante, en movimiento permanente que registra las diferentes modalidades. En literatura, esto se traduce, concretamente en lenguaje. Es por esto que podemos hablar de polifonía: puesto que, en cada caso, se escuchan las voces del agresor, de las víctimas, de los familiares etc. Así se podrá determinar, lo que en literatura se denomina el “punto de vista”, la focalización, la perspectiva, de quién habla.

Teniendo en cuenta estos aspectos y otros, devenidos de los textos, intentaré deslindar núcleos temáticos comunes que se reiteran en los tres libros: la violencia física, el divorcio, el abuso, los delitos sexuales, la cosificación del cuerpo, el mandato familiar o herencia social y la discriminación laboral.

Creo que la violencia en el varón surge de un desconocimiento de los comportamientos de la mujer, de su psicología, de sus reacciones “inesperadas” para él, todo se le presentifica como un gran misterio insoluble, imposible de abordar con los modos que conoce: la naturaleza femenina se le aparece como un gran enigma, no lo puede comprender, ni manejar, ni controlar, ante la impotencia que eso le genera, responde con una violencia, desmesurada que, a veces, lo lleva al maltrato psicológico, la golpiza y, en ocasiones extremas, al asesinato. Ya para Freud y Lacan la mujer aparece como un gran “misterio”. Este es el conflicto que se hace presente en el microrrelato de Pía Barros, “Cirujanos 2”, publicado en 2009, en un volumen unitario, anterior a la antología:

La desolla para desnudarla, porque el misterio lo enloquece

Con escasísimas palabras se muestra el deseo desesperado del varón de “penetrarla” desde lo físico hasta lo intelectual, como no puede lograrlo, el camino más fácil es la muerte, pero de una manera cruenta, meditada. Según el diccionario “desollar” significa: “quitar la piel del cuerpo o de alguno de sus miembros”. Pero además “causar a alguien grave daño en su persona, honra o hacienda”. Aquí es donde quiero hacer hincapié, no se trata sólo de un daño físico, sino que alcanza a la honra de la persona, su integridad, su totalidad. Este golpe “trauma” abarcará todo su ser, constituirá una “marca indeleble” que no podrá borrar nunca más. Es por eso que uno de los microrrelatos del *¡Basta!* de mujeres se denomina: “Los delitos sexuales no prescriben” porque el daño de moretones primero, ya ha pasado en el mismo momento a otro nivel, se ha inscripto en la psiquis y en la subjetividad de la mujer. Este significativo traumático resignificará su pasado y su futuro, el estrés postraumático que generará hará que cada vez que recuerde el momento shockeante, su memoria reviva implacable e impecable la repetición de las sensaciones funestas, sus neurotransmisores se activarán infinitamente de la misma manera.

En cuanto surge la violencia física del hombre nace, como respuesta y como contrapartida, el enmascaramiento y la ocultación por parte de la mujer, como un deseo de “tapar” o de borrar “la marca” que ya es imposible: se ha grabado en su psiquis y en su mundo afectivo, no hay vuelta atrás. En los microrrelatos se encuentra un abanico interesante de formas y gradaciones de metaforización para expresar el golpe o los golpes que llegan hasta la desaparición. Indudablemente, la primera salida real para camuflar el daño son los “Maquillajes”, título de este micro de la chilena Pía Barros (2009, p. 24).

Era el tiempo del ojo, sólo de él. La leve línea que lo enmarcaba simulando. Y se fue haciendo oscuro, intenso, indeleble. Un país de ojos y de ayes.

Ahora que es el tiempo que esperábamos, es un país de bocas, rojas, relucientes.

Sólo la piel es pálida hasta el asombro. Un país de bocas pintadas y ojos llorosos que desaparecen tras la raya del ojo. A veces, tengo miedo de mi rostro.

00

El texto alude a una especie de sinécdoque (nombrar el todo por la parte) que muestra una evolución que parte de una simple línea de maquillaje simbólica, que simula el ojo de una mujer golpeada hasta abarcar a un país de violencia desatada sobre la mujer que llevará, indefectiblemente, hasta la palidez total de la muerte. Se destaca la efectividad del final, cuando se produce el cambio hacia la primera persona gramatical, porque así se personaliza el daño, que ya es solo de ella: la narradora y, surge, consecutivamente, el miedo, que no es zonzo. Esta individuación del conflicto contribuye para que el lector se identifique más íntimamente con el personaje y con el flagelo que pasa de lo individual a lo colectivo social.

Para escuchar la voz del varón violento en su máxima crueldad, les propongo leer un microrrelato de una de nuestras mejores escritoras argentinas vivas: Luisa Valenzuela. Este texto está antologado para el *¡Basta!* argentino. Según lo declarado por la autora, es un fragmento de un cuento mayor: “Simetrías”

Nosotros las miramos pero ellas no nos ven. Están encapuchadas o les hemos vendado los ojos. Tabicadas, decimos. Las miramos de arriba abajo y también por dentro, les metemos cosas, las perforamos y punzamos y exploremos. Les metemos más cosas, no siempre nuestras, a veces más tremendas que las nuestras. Ellas chillan si es que les queda un hilo de voz. Después nos las llevamos a cenar sin tabique y sin capucha y sin siquiera ese hilo de voz, sin luz en la mirada, cabizbajas. Les hacemos usar los más bellos vestidos. Los más bellos vestidos. Les metemos cosas muchas veces más tremendas que las nuestras porque esas cosas son también una prolongación de nosotros mismos y porque ellas son nuestras. Las mujeres. (2013, p. 62).

Un elocuente testimonio de violación, de usurpación del cuerpo femenino por parte del varón en su máxima expresión, ya que el concepto “persona” no existe, ha sido vulnerado, avasallado. En esa autoridad en la se inviste el varón, se siente “dueño” de la mujer, por lo tanto la cosifica. Se produce la apropiación del cuerpo y de todos los ámbitos que son propios de la mujer. Él se siente con derecho de penetrar en todos ellos con cualquier objeto simbólico o real, más allá de su miembro, como amo y señor. Sin embargo, guarda las apariencias sociales, quiere lucirse con ella, como un atuendo, como botín de guerra, sin importarle qué queda de ella, de su integridad. En la tortura que ejerce, la invisibilización es absoluta. Sólo cuenta la ostentación del poder del macho. El hecho de usar el plural para designar hombres y mujeres, inscribe el texto en una dimensión universal, más allá de los límites domésticos, privado o público.

Escuchemos ahora la voz representada de un niño víctima de “femicidio vinculado”, lamentablemente, basado en un hecho real, sucedido en Lincoln, perteneciente a la provincia de Buenos Aires en noviembre de 2011. La autora, Marta Susana Domínguez, es docente e investigadora universitaria, Profesora de Letras que no escribe ficciones, pero que se sintió comprometida a participar de nuestra convocatoria argentina del *¡Basta!*, lanzada el 27 de noviembre de 2011, con motivo del día nacional por la violencia de género. Ella escribió una ficción para recrear los hechos de violencia vivida en un pueblo chico, Lincoln, a fines del año pasado. Todos los habitantes de ese lugar estuvieron buscando dos días al niño que había desaparecido a la salida del colegio, tenía 9 años; 12 o 15 cuadras lo separaban de su casa. Se presumía que había subido al auto de alguien, pero alguien que conocía, porque si no los vecinos lo hubieran notado... Finalmente, apareció muerto en unas chacras. Lo había matado su padrastro antes le había prometido a su madre: “te voy a pegar donde más te duele”.

Tomás de Lincoln

De pronto el corazón se me hizo chiquito, quedé paralizado, esa mano que me subía al auto! no podía moverme, me miraba con un odio feroz. No podía ni mirarlo, me insultaba

por lo bajo, me decía cosas horribles, no podía contestar... estaba paralizado... una frenada. “¡Bajáte!” dijo. No podía moverme, me agarró de los pelos y dijo: “¡no escuchás cuando te hablo! Nunca escuchás cuando te hablo ¡pendejo de mierda! ¡Ahora vas a ver lo que es bueno!” Vino un golpe y otro! traté de estar en otra parte... no podía moverme, ningún lugar a donde ir. Tropecé entre las ramas caídas, vino un golpe y otro, un crujido en mi cabeza, todo se oscureció. De pronto escuché a lo lejos la voz de mamá llamándome y el canto de los pájaros, el auto se alejaba. (2013, p. 76).

A continuación nos ha parecido pertinente incluir muy someramente el desenvolvimiento del “microconto” en Brasil. En la diacronía del microconto brasileiro es necesario marcar un hito importante: la publicación de *Os cem menores contos brasileiros do século*, publicados por Marcelino Freire, en 2004. En efecto, este autor, inspirado en “El dinosaurio” del guatemalteco Augusto Monterroso, convoca a cien escritores brasileños para escribir “cem histórias inéditas de até cinqüenta letras” (2004). Este volumen pretende reunir a cien escritores en un formato muy exigente. El resultado no es parejo: no todos responden con la misma calidad, aunque de esta antología pueden rescatarse nombres importantes que se destacan en este subgénero narrativo.

El panorama del “micronto” en Brasil tiene similitudes y diferencias con La Argentina. Según testimonia la revista *Carandá* de la Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS):

Nas últimas duas décadas, a quantidade de livros e antologias de microcontos no Brasil cresceu vertiginosamente. A pesquisa não. [...]. (2004, p. 254).

Parece-nos, também, que o microconto não é uma forma literária nova. Seja no gênero narrativo ou gênero poético, as narrativas breves são constantes em Trevisan, Manoel de Barros, Oswaldo França Júnior, Millôr Fernandes, Marçal Aquino, Ivana Arruda Leite e Marcelino Freire, alguns dos muitos escritores brasileiros que em algum momento dedicaram-se ao microconto. (2004, p. 272).

En estos conceptos, Fabrina Martinez de Souza y Rauer Ribeiro Rodriguez (2011), describen un escenario parecido al de Chile en el cual los autores proliferan pero la crítica y teoría son escasas. En Argentina se destacan de igual modo escritores y especialistas del género de variada calidad.

En todos los casos y especialmente en el microconto brasileño se marca internet como un hito sin precedentes en la historiografía del fenómeno. Estos autores brasileños se encargan de hacer hincapié en el objeto de estudio de este trabajo: no consideran a los autores como mónadas sino en núcleos que se hallan disponibles cuando atravesamos la barrera que divide lo público de lo privado. Es decir, cuando revisamos biografías, memorias, entrevistas, cartas, crónicas y, más recientemente, blogs, redes sociales, sitios web, no para “iluminar” la obra narrativa sino para “fornecer novas perspectivas de interpretação de um texto literário” como “uma instrumental oferta de imenso valor exegetico” (2011, p. 262). Asimismo agregan: “Nos contos catastrados no blog *Doidivana* [de la autora Ivana Arruda Leite], a temática da violência aparece” (2011, p. 268), como sucede en el cuento publicado el 31 de diciembre de 2009 y antes impreso en *Falo de Mulher* de 2002. La doble dimensión de *falo* en portugués adelanta algo de la temática, por un lado, podría tratarse de “hablar” de mujer, tenerla en cuenta, escuchar su discurso, visibilizarla y por otro, se refiere, bisémicamente, a la teoría psicoanalítica lacaniana en la cual el falo es un significante simbólico, cercano al poder, separado de la denotación biológica.



Receita para comer o homem amado

Pegue o homem que te maltrata, estenda-o sobre a tábua de bife e comece a sová-lo pelas costas. Depois pique bem picadinho e jogue na gordura quente. Acrescente os olhos e a cebola. Mexa devagar até tudo ficar dourado. A língua cortada em minúsculos pedaços, deve ser colocada em seguida, assim como as mãos, os pés e o cheiro verde. Quando o refogado exalar o odor dos que ardem no inferno, jogue água fervente até amolecer o coração. Empane o pinto no ovo e na farinha de rosca e sirva como aperitivo. Devore

tudo com talher de prata, limpe a boca com guardanapo de linho, e arrote com vontade, pra que isso não se repita nunca mais (<http://doidivana.wordpress.com/2009>).

84

Como en varios microrrelatos ya analizados, el motivo es el de la venganza, que se ejerce, originalmente, en este caso, desde una receta gastronómica. Son redundantes los verbos en imperativo, como corresponde al texto instructivo. Lo que se pone de manifiesto y resulta un tanto repugnante es que no se trata de una animal, sino de “um homem amado” que maltrata a la mujer. Se destacan, por selección muy cuidadosa y precisa las partes elegidas por ella para realizar los cortes: “as costas”, “os olhos”, “a lingua”, “as mãos”, os pés”, hasta llegar, gradualmente, “o coração” que la voz femenina pretende “amolecer”, (“tiernizar”) en el equivalente español, con agua hirviendo, como sucede con las carnes preparadas en la cocina tradicional. A continuación, sigue con el órgano masculino al que dedica un tratamiento especial: lo reboza con empeno, para servirlo como aperitivo, quizá para satirizar su tamaño. Es significativo el hecho de que se mezclen, naturalmente, trozos del cuerpo humano con verduras como la cebolla, los condimentos, la harina y el huevo. La subjetividad se refuerza en el enunciado que expresa el deseo: “o odor dos que ardem no inferno”. El final, supone una comida de lujo en los materiales elegidos para servir la mesa: cubiertos de plata, servilletas de lino. El carácter ejemplar del microconto aparece en la última línea que intenta, desde la escritura, desbaratar el flagelo a través de la muerte del victimario. La satisfacción de la labor cumplida se representa en el verbo “arroter” que significa, a la vez, “eructar” y “vanagloriarse” en el marco de un banquete ritual de antropofagia.

Ya se ha señalado el típico diálogo intertextual como característica esencial del género narrativo que estamos tratando. En este caso, se relaciona con otro texto de la misma autora que aparece en el volumen antes mencionado: *Os cem menores contos brasileiros do século*, podríamos señalar el procedimiento de “autohipertextualidad”:

Feijoada

*Confesso.
Fui eu que infiei a faca na barriga desse porco.
(Leite en Freire, 2004, p. 37).*

A simple vista, no es difícil establecer la relación de hipo/hipertextualidad, es decir, la co-presencia de un texto en otro, señalada por Genette en *Palimpsestos* (1989). Martinez de Souza y Ribeiro Rodriguez, en el artículo mencionado de 2011, hacen dialogar los dos microrrelatos, señalando el carácter bisémico de la palabra “porco”. Si se dilucida la identidad de la víctima, podría tratarse a la vez de una comida o de un asesinato. Asimismo, agregamos, un argumento que sostiene la primera interpretación estaría dado por el título; simultáneamente, la elección de la segunda se establece a partir de la correlación que se marca con la primera palabra “Confesso”.

Las conclusiones finales del artículo de la revista *Carandá* son útiles para caracterizar el género y comprender semánticamente estas formas breves:

O microrrelato não é gentil. Não tem a compaixão do romance ou a simpatia do conto. Não oferece filme o foto. Exige. É o leitor quem começa, termina o simplesmente, aceita a história. Assim se faz, no Brasil, a literatura que surge na interface com internet na primeira década do século XXI. (SOUZA; RIBEIRO RODRIGUEZ, 2011, p. 270).

Añade, además, un dato interesante de la experiencia del lector. Por este medio conoce las vivencias íntimas de los autores que se vuelcan en el blog y que comparten de manera natural. Las distancias entre autor y lector se acortan. Se establece así otro tipo de relación, diferente a la consabida comunicación a través del papel y del libro. El destinatario de blogs puede conocer, como en el caso de Ivana Arruda Leite, obras de su autoría, recetas gastronómicas, restaurantes preferidos, vivencias íntimas y familiares, fotos. Cada experiencia particular, está marcada por entradas diferentes.

El panorama de chilenas y argentinas, se completa, paralelamente, con la labor de escritoras brasileñas que han trabajado

incansablemente para testimoniar y denunciar este flagelo. El caso de Laís Chaffe, ella constituye una red egocentrada que lleva adelante en Porto Alegre a través de programas de divulgación de la poesía en espacios cotidianos. Así lo expresa la autora en su blog, *Cidade Poema, Livro on line*:

86

A poesia vai à escola, ao cinema e ao shopping. Ainda frequenta livrarias, mas também se apresenta em restaurantes e laboratórios, passeia de ônibus, anda de elevador, se olha no espelho.

Lançado em abril de 2009, o Cidade Poema chega ao seu terceiro ano unindo a poesia às demais artes no objetivo de colocar a literatura na vitrine, em iniciativas que vão de outdoors a pequenos imãs de geladeira, de minimetragens poéticos a bolachas de chope, de performances teatrais a adesivos ilustrados (<http://www.cidadepoema.com/>).

Actualmente es Directora do Instituto Estadual do Livro (RS). Como editora, proyectó y está al frente del sello editorial *Casa Verde*, lanzado en marzo de 2005.

Como escritora ha publicado varios libros de poemas y poemas infantiles, *Minicontos e muito menos* (Casa Verde, Série Lilliput, 2009). También es directora, guionista y productora ejecutiva del documental *Canto de Cicatriz* (38min, 2005) con temática de violencia de género, entre otros cortometrajes.

Siguiendo esta temática, quisiera comentar:

Terror noturno

– E tinha um padre me oferecendo balas e dizendo pra eu não contar nada.

– Pronto, pronto, volta a dormir. Foi só um pesadelo.

(http://www.usinadoporto.com.br/acervo/2009/JUN/06_2009.pdf)

– Irmã?

– Sim, padre?

- Não aconteceu nada aqui, está bem?
- Louvado seja Deus Nosso Senhor.
- Amém.

(<http://www.msmidia.com/lais/minicontos.asp>)

El porcentaje de minicuentos de autoras argentinas y brasileñas, de escritores chilenos de las dos antologías *Basta!* que tratan el motivo del abuso en las relaciones parentales es muy alto. Es una constante que se da entre miembros de la familia. El varón violador es a veces el hermano, el padrastro o el mismo padre. La comprobación es que en Internet, el mismo microrrelato de Chaffe tiene como protagonista a vovô (abuelo) http://www.usinadoporto.com.br/acervo/2009/JUN/06_2009.pdf y en mail que me enviara el 2 de setiembre de 2012, el abusador es el padre. Es como si se comprobara la hipótesis teórica y empírica de Claude Lévi Strauss, quien en *Las estructuras elementales del parentesco* señala que el incesto lo provoca algún varón que cambia de función (a veces padre, hermano, primo, etc.) en las relaciones del parentesco, según las tribus que han sido objeto de estudio.

Sobre todo en los microrrelatos chilenos aparecen testimonios de violación en el seno familiar en diferentes clases sociales. Siempre está unido al secreto, a la ocultación, como algo que circula, que es natural en el ámbito familiar pero que debe permanecer en silencio. En algunos casos, la madre es cómplice del delito, pero no lo denuncia.

Los dos microrrelatos de Chaffe se complementan. Ambos comienzan *in medias res*, representando una forma dialógica entre padre e hija. La categoría de lo dramático atraviesa la forma narrativa y se convierte en una escena fatídica que se encuentra naturalizada, sobre todo, desde la perspectiva paterna que amenaza, minimiza el hecho y le da solo un nombre: “pesadelo”. El problema es que esa pesadilla se vuelva recurrente y se repita. Las interrogaciones retóricas en la voz masculina constituyen el recurso apropiado para afirmar un hecho que necesita confirmación por parte de la hija. Los exponentes de Laís son tan breves que dejan atónito al lector, sin una respuesta pero con los ingredientes justos como para que



conozca la situación de abuso y reflexione. El aspecto importante que añade la autora es la religión que pareciera avalar todo y en cuyo nombre se oculta todo. Asimismo, se advierte en las poquísimas palabras en boca de la hija, la sumisión y el respeto que guarda por su progenitor, ese será el caldo de cultivo que fermentará en la repetición y obediencia debida impuesta culturalmente desde el discurso hegemónico.

En cuanto a las asociaciones literarias vigentes en Brasil es interesante destacar a REBRA – Red Brasileña de Mujeres Escritoras – que el 8 de marzo de 2013 cumplió catorce años. Esta institución sin fines de lucro agrupa a cerca de cinco mil escritoras de todo Brasil que tienen compromiso público con la justicia, la literatura, la cultura y la sociedad, entendiendo que las ideas expresadas por palabra escrita tiene el poder de cambiar la sociedad humana. Ha promovido publicaciones y encuentros con asistencia de participantes de diferentes partes del mundo, como lo acredita la *V Jornada Internacional de Mulheres Escritoras* en San Pablo – San Jose do Rio Preto – conjuntamente, en mayo de 2012. En marzo de 2013 celebró el lanzamiento de la antología *Mulheres da Floresta* en la que participaron alrededor de 100 escritoras y que se presentará en La Feria de Frankfurt en el mismo año y en 2014 será traducida al francés y presentada en Salón du livre. La sociabilidad literaria amplía sus horizontes hacia Europa, las repercusiones son inusitadas. El desenvolvimiento de la agrupación en la contribución de esta “ecoantología” se ve sustentada por las políticas de estado que lleva a cabo Dilma Rousseff a través del Ministerio de Medio Ambiente. El efecto simbólico de una mujer elegida como la primera presidenta de la República de un país del tamaño de Brasil y el lugar que ha ocupado la escena internacional se considera enorme. Ella misma ha querido destacar este hecho en sus declaraciones, por ejemplo, en su primer discurso que destacó “el compromiso de honrar a las mujeres y la igualdad de género persigue”; hacerlo de nuevo recientemente con énfasis en los debates abiertos de 66^a Asamblea General de las Naciones Unidas (ONU). (<http://hotsite.mma.gov.br/redemulheres/a-iniciativa/>).

En este sentido, es necesario reconocer que la presidencia de tres mujeres en el Cono Sur ha promovido el desenvolvimiento de

redes sociales y en el caso especial de la Argentina. En efecto, el 11 de marzo del 2010 promulgó la ley integral 26.485 para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres, se dio, así, un salto cualitativo para abordarla, mediante el enfoque de derechos humanos y la inclusión explícita como violencia de género. Lo que implica reconocer sus causas más profundas, asentadas en la cultura patriarcal, basada en relaciones históricas de poder asimétrico entre los géneros. Pero sobre todo es importante porque el Estado asume el reconocimiento de los derechos vulnerados a las personas que padecen este tipo de violencia, lo que supone la obligación respecto a la reparación, sanción, atención y prevención de estas situaciones.

De esta manera, la violencia de género en Latinoamérica compromete la tarea de las redes sociales, del estado, de los intelectuales, de los escritores, del aparato judicial y los actores abocados al bienestar social de la población.

La función de la literatura trasciende las *belles lettres*, sale a la calle y se compromete. Como dice Pía Barros (2012, p. 5) en el Prólogo del *¡Basta! Cien mujeres contra la violencia de género*:

Aquí poetas y narradoras se dan la mano, porque estoy convencida de que la literatura cambia el entorno que toca, ya sea por reflexión, efecto espejo, o simplemente por la belleza. Somos construcciones culturales y esa construcción se hace con lenguaje. Verbalizar, nombrar, es en sí una nueva creación de mundo, de ese mundo al que aspiramos, un universo no sexista, donde nadie sobre y donde todas y todos seamos imprescindibles.

ENOUGH! A FEMALE NETWORK OF FLASH FICTION AGAINST GENDER-BASED VIOLENCE

Abstract: As demonstrated in today's globalized world, violence against women is a scourge which involves all mankind and, day by day, costs someone's life. The purpose of this work is to rebuild a Latin American network of women who, through flash fiction, seeks to contribute to raise awareness about gender-based violence. This social and supportive network extends to several countries in the Southern Cone through a publishing endeavor. The selected corpus involves Latin American women writers from Argentina, Chile, and Brazil who

denounce gender-based violence through a specific literary form, a modern and relatively new literary form called flash fiction. The purposes of this work include: a) implement the analytical support of networks and constellations to treat a specific literary phenomenon; (b) identify the repertoire of recurring themes in the literary texts of those three countries, and the rhetorical forms used to express it. In some cases, a multidisciplinary dialogue will be required to obtain a deeper analysis of a topic that involves sociology, history, law, and psychology. Literary criticism is not proposing the reading of the belles lettres anymore; instead it assumes the form of commitment to the Latin American reality.

Keywords: Female network. Gender-based violence. Flash Fiction. Latin American Literature.

Referencias

AGUILERA, Gabriela. Antología *Basta!* 247 escritoras y escritores contra la violencia de género. *V Jornada Internacional de Mulheres Escritoras*. São José do Rio Preto, 22 al 25 de mayo de 2012. Ponencia inédita, cedida por su autora vía mail.

ARRUDA LEITE, Ivana. Feijoadá. In: FREIRE, Marcelino. *Os cem menores contos brasileiros do século*. São Paulo: Edit. Ateliê, 2004. p. 37.

_____. Receita para comer o homem amado. Disponível em: <http://doidivana.wordpress.com/2009/12/>. Acesso em: 20 marzo 2013.

BARROS, Pía. Breves palabras. *¡Basta! + de 100 mujeres contra la violencia de género*. Santiago de Chile: Asterión Ediciones, p. 5-6, 2011.

_____. Breves agradecimientos. *¡Basta! + de 100 hombres contra la violencia de género*. Santiago de Chile: Asterión Ediciones, p. 3-4, 2012.

_____. (Ed.). Traduzido por Martha Manier. *Enough! 100+ Against Gender Violence*. Santiago de Chile: Asterión Ediciones, 2012. (edición bilingüe).

_____. Cirujanos 2. *La Grandmother y otros*. Santiago de Chile: Asterión Ediciones, 4. ed., p. 33, 2009.

_____. Maquillajes. *La Grandmother y otros*. Santiago de Chile: Asterión Ediciones, 4. ed., p. 24, 2009.

CARBAJAL, Mariana. Contra el sometimiento. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-202304-2012-08-31.html>. Acesso em: 31 ago. 2012.

_____. En la línea de fuego. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-202048-2012-08-28.html>. Acesso em: 28 ago. 2012.

CARBAJAL, Mariana. Los femicidios, la peor de las estadísticas. Disponible em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-201523-2012-08-21.html>. Acesso em: 21 ago. 2012.

CHAFFE, Laís. Terror noturno. Disponible em: http://www.usinadoporto.com.br/acervo/2009/JUN/06_2009.pdf. Acesso em: 20 marzo 2013.
<http://www.msmedia.com/lais/minicontos.asp>. Acesso em: 20 marzo 2013.

CHAFFE, Laís.

Disponible em: www.cidadepoema.com. Acesso em: 20 marzo 2013.

Disponible em: www.chaffe.com.br. Acesso em: 20 marzo 2013.

Disponible em: www.casaverde.art.br. Acesso em: 20 marzo 2013.

CUADERNOS DEL CILHA. *Revista de Literatura Hispanoamericana*. Dossier: Redes intelectuales en América Latina. año 12, n. 14. Mendoza, Universidad Nacional de Cuyo, Facultad de Filosofía y Letras, 2011.

DOMÍNGUEZ, Marta Susana. *¡Basta! Cien mujeres contra la violencia de género*. Buenos Aires: Macedonia, p. 76, 2013.

FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro. Contribución a la crítica de las redes culturales en América Latina: *Continente vacío* de Salvador Novo y las retículas relacionales en la teoría contemporánea. In: *Redes latinoamericanas. Sociabilidad de las relaciones intelectuales*. Norderstedt: Editorial Académica Española, 2012. p. 19-32.

FREIRE, Marcelino. Os cem menores contos brasileiros do século. São Paulo: Edit. Ateliê, 2004.

GIARDINELLI, Mempo. 25 años y un pequeño desahogo. Disponible em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/contratapa/13-166126-2011-04-13.html>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. Hay más de un femicidio por mes en Córdoba. Disponible em: <http://www.lavoz.com.ar/ciudadanos/hay-mas-femicidio-mes-cordoba>. Acesso em: 20 ago. 2012.

LARRAÍN, Soledad et. al. La situación de violencia contra las mujeres en Chile. Legislación y políticas públicas”. Santiago, 2008. Portal Unesco. Disponible en: http://portal.unesco.org/geography/es/files/11343/12436345861Resumen_ejecutivo_del_estudio_la_situacion_de_violencia_contra_las_mujeres_en_Chile._Legislacion_y_politicas_publicas.pdf/Resumen%2Bejecutivo%2Bdel%2Bestudio%2Bla%2Bsituacion%2Bde%2Bviolencia%2Bcontra%2Blas%2Bmujeres%2Ben%2BChile.%2BLegislacion%2By%2Bpoliticas%2Bpublicas.pdf. Acesso em: 29 ago. 2012.

LEMOS DE CAMPOS, Luciene (Org). *Dossiê: O microconto*. Carandá. Revista do curso de Letras do Campus do Pantanal, UFMS, Corumbá, MS, n. 4, p. 241-328, novembro 2011.

MAÍZ, Claudio; FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro. Introducción. Los sistemas de religación en la literatura. Intersecciones, nodos, constelaciones. In: *Episodios en la formación de redes culturales en América latina*. Buenos Aires: Prometeo, 2009. p. 9-47.

_____. Las re(d)vistas latinoamericanas y las tramas culturales: redes de difusión en el romanticismo y el modernismo. *Cuadernos del CILHA. Revista de Literatura Hispanoamericana*. Dossier: Redes intelectuales en América Latina. año 12, n. 14. Mendoza, Universidad Nacional de Cuyo, Facultad de Filosofía y Letras, 2011. p. 75-91.

_____. “Prólogo: de las determinaciones sociales a las red intelectual”. In: MAÍZ, Claudio; FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro. *Redes latinoamericanas. Sociabilidad de las relaciones intelectuales*. Norderstedt: Editorial Académica Española, 2012. p. 5-17.

MARTINEZ DE SOUZA, Fabrina; RIBEIRO RODRIGUEZ, Rauer. “Uma introdução historiográfica ao estudo do miniconto brasileiro. *Dossiê: O microconto*. Carandá Revista do curso de Letras do Campus do Pantanal, UFMS, Corumbá, MS, novembro 2011, n. 4, p. 253-273.

NOGUEROL, Francisca. Escritos disconformes. Nuevos modelos de lectura. (Actas del II Congreso Internacional de Minificción) Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2004. Disponível em: <http://rebra.org/index.php?pg=oquerebra.php>. Acesso em: 20 marzo 2013.

SPALDING, Marcelo. *Os cem menores contos brasileiros do século e a reinvenção do miniconto na literatura brasileira contemporânea*. UFRGS, Instituto de Letras, Porto Alegre, 2008.

VALENZUELA, Luisa. Monólogos I. *¡Basta! Cien mujeres contra la violencia de género*. Argentina (inérito).

VIOLENCIA CONTRA LA MUJER. Ley 26.485. Ley de Protección Integral para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres en los ámbitos que desarrollen sus relaciones interpersonales. Disponível em: <http://www.notivida.org/legnacional/LEY%20NACIONAL%20DE%20VIOLENCIA%20CONTRA%20LA%20MUJER.html>. Acesso em: 20 marzo 2013.

ZAVALA, Lauro. *Cartografías del cuento y la minificción*. Sevilla: Renacimiento, 2004.

Recebido em: 04/04/2013

Aprovado em: 09/05/2013

Las redes intelectuales como mecanismos que permiten la constitución de la teoría y crítica literaria

Amor Arelis Hernández Peñaloza*

Resumen: El artículo reflexiona sobre las redes intelectuales como mecanismos que permiten la constitución de la teoría y crítica literaria, tomando la noción de red en la cual se entrelazan los académicos con un importante medio de circulación de ideas: Los encuentros o reuniones académicas (congresos, jornadas, seminarios, coloquios etc.), espacios donde se permite conocer nuevos conceptos, informar de nuevos métodos de trabajo, intercambiar experiencias de investigación, estableciendo una red activa de intelectuales que promueve y consolida el conocimiento sobre un tema específico. Se indica que estas redes conectadas con los estudios literarios, forman parte de un sistema de ideas históricamente articuladas, por el “[...] interés que estas lógicas de enlaces poseen en la formación de imaginarios colectivos dentro de la cultura [...]”, como afirma Maíz (MAÍZ, 2008, p. 181).

Palabras clave: Redes intelectuales. Reuniones académica. Teoría y crítica literaria.

* Actualmente realiza estudios de Doctorado en Letras en la Facultad de Filosofía Letras. Universidad Nacional de Cuyo. Mendoza. Argentina. Magister. Grade Master. Diplôme D’études Approfondies D.E.A. Étude Hispaniques & Latino-Américaines. Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis. París, Francia. 2005. Profesional en Estudios Literarios de la Universidad Nacional de Colombia. Bogotá. 2001. Licenciada en Lingüística y Literatura de la Universidad Distrital Francisco José de Caldas. Bogotá, Colombia. 1999. E-mail: amorcito hp@hotmail.com.

Introducción

En el campo literario, la referencia a las redes intelectuales, como mecanismos que permiten la constitución de la teoría y crítica literaria, ha sido limitada. Aun reconociendo que han sido utilizadas en algunas investigaciones para poner en evidencia “[...] las afinidades de índole estética hasta las motivaciones de orden ideológico, político o económico [...]” (MAÍZ, 2008, p. 168) de sus diferentes “actores” (escritores, crítico, teóricos, lectores). Por ello, en este artículo, queremos reflexionar sobre la forma en que las redes intelectuales han sido fuente idónea en el establecimiento de algunas ideas y conceptos de los estudios literarios.

El concepto de red, admite una pluralidad de significados. Daniel Parrochia describe la red como “[...] un conjunto de objetos interconectados y reunidos por sus intercambios de materia e información” (Apud GRAS, 2001, p.130). Gras considera la definición limitada y añade: las redes “[...] son flujos, nodos, contactos a larga distancia siguiendo vías” (GRAS, 2001, p. 130).

Por su parte, José Luis Molina define la red como “[...] un conjunto de relaciones (líneas, vínculos o lazos) entre una serie definida de elementos (nodos). Cada relación equivale a una red *diferente*” (MOLINA, 2004, p. 36). Al mismo tiempo, considera que el estudio de las redes sociales, permite resolver oposiciones y por lo tanto representan “[...] una poderosa herramienta de análisis y una perspectiva diferente de la realidad, puede ser un lugar privilegiado para avanzar en la renovación de la teoría social” (MOLINA, 2004, p. 36).

En cuanto redes intelectuales, debemos entender que son redes sociales que nos hacen pensar que el mundo es un tejido, donde todo está entrelazado, pero además al ser intelectuales quienes conforman la red, debemos suponer

[...] la existencia de contactos profesionales durante un período de años entre un conjunto de personas que se reconocen como pares y que de manera consciente utilizan estos contactos para promover algún tipo de actividad profesional que puede ser: circulación de la información,

difusión de su trabajo, organización de equipos, creación de revistas o instituciones y hasta defensa de intereses corporativos (DEVÉS VALDÉS, 2004, p. 338).

La incorporación de la perspectiva de las redes intelectuales dentro de los estudios literarios, coloca en primer plano las relaciones que conectan distintos sujetos, formando un conjunto indispensables para la producción de un pensamiento nacional y “[...] trasnacional sobre la literatura (o sobre las esferas de la cultura)” (MAÍZ, 2008, p. 179).

Vistas así, las redes en los estudios literarios ponen foco en las relaciones entre sujetos intelectuales de diferentes lugares y con diversas investigaciones, propuestas e innovaciones, suscitando una red social, cuyo interés es la literatura, que se manifiesta en distintos tipos de espacios de diálogo y debate, principalmente en asociaciones, institutos, academias, universidades y a través de libros, revistas y reuniones académicas. De manera que, el análisis de lo que podríamos llamar, la estructura de la red literaria, puede aportar información de interés para la historia de la literatura.

Ahora bien, la noción de red especialmente útil que vamos a tener en cuenta, para nuestro trabajo, es aquella donde se entrelazan los estudiosos (académicos), con un medio importante de circulación de ideas¹: Los encuentros o reuniones científicas (congresos, jornadas, seminarios, coloquios, etc.), espacio donde se permite conocer nuevos conceptos, informar de nuevos métodos de trabajo, intercambiar experiencias de investigación, estableciendo una red activa de intelectuales que promueve y consolida el conocimiento sobre un tema específico. En otras palabras:

Los organizadores y los asistentes a la reunión tienen una oportunidad de conocer la producción científica creciente en su ámbito profesional; identificar a quienes participan en dicha producción, particularmente a los autores noveles que se incorporan a la sociedad respectiva; registrar sus intereses de trabajo y así poder seleccionar los temas a tratar en futuras reuniones. Los autores pretenden comunicar una novedad que observaron, una tecnología nueva que aplicaron, o la

experiencia que reunieron en una materia.
(REYES; ANDRESEN; PALMA, 2011, p. 7)

96

Los encuentros académicos literarios, que según Darío Oses, surgen de la formalización de las asociaciones para la conversación literaria, que “[...] llevan a una creciente especialización del diálogo en torno de las letras, que pasa a realizarse en congresos y simposios” (OSES, 2012, p. 58). Es decir, son un espacio creado por la institución literaria para complementar los estudios y enriquecer la formación integral; que brinda la oportunidad de reunir a la comunidad académica y profesional alrededor de un tema literario específico en busca de actualización, así como de oportunidades, para exponer sus investigaciones, confrontarlas con las de sus colegas, lo cual, favorece la consolidación y divulgación de nuevos conceptos, métodos y técnicas para el abordaje de la literatura.

Los encuentros académicos literarios, han ido creciendo paulatinamente, sin embargo, hemos detectado que no existen estudios sobre los mismos y creemos que esto se debe a que su importancia, no es reconocida y valorada por la comunidad académica que, sin embargo, acude y presenta trabajo en reuniones “científicas”. En consecuencia, la bibliografía en este sentido es escasa o casi nula.

Al respecto, cabe subrayar que, a nivel teórico quienes se han interesado por el tema de los encuentros o reuniones científicas, son por un lado los investigadores de la salud y la tecnología y, por otro los estudiosos en administración de empresa y afines como el profesor Esteban García Canal, quien considera que la presentación de trabajos en congresos científicos:

- 1) puede aumentar sustancialmente las posibilidades de publicar en una buena revista científica, pues el trabajo se puede beneficiar de comentarios que contribuyan a su mejora, al tiempo que los autores pueden hacerse notar ante los editores de la revista; 2) permite a los autores acreditar la calidad de la investigación en curso, pues buena parte de las conferencias tienen un riguroso proceso de filtrado y evaluación de los trabajos presentados y 3) se amplía la red personal de los investigadores, estableciendo contactos

con colegas de la misma especialidad que trabajan en otras universidades (GARCÍA CANAL, 2003, p. 43).

Por otro lado, y tratando de complementar lo antes citado, afirma el doctor en enfermería Alberto Gálvez Toro que las reuniones científicas sirven, para hacer

[...] público lo que cada uno hace allá donde lo hace. Una reunión regional mostrará cuestiones diferentes a una nacional o internacional. A muchos de nosotros nos gusta saber qué hacen en México, Portugal, Brasil, Colombia. [...] Que las reuniones científicas son un “medidor” de los problemas actuales que preocupan a un colectivo. Por eso siempre se saca algo cuando se asiste a una reunión científica (GÁLVEZ TORO, 2006, p. 2).

Todo lo anterior, se adapta muy bien a los objetivos de las reuniones “científicas” literarias, por tanto, tenemos la convicción que son importantes no sólo para la difusión de los estudios literarios, si no que han participado en la constitución de la teoría y crítica literaria.

A continuación, queremos poner en evidencia, por medio de cuatro secciones o apartados, algunos hallazgos que confirman cómo la red de intelectuales que se encuentran en una “reunión científica”, se sirve de un escenario para la puesta en común de desarrollos teóricos y críticos en las áreas de la lingüística y la literatura, casi siempre producto de investigación y/o del ejercicio de los docentes en las universidades y de la comunidad académica en general.

Un hito en la historia de la literatura nace en una reunión científica

En primer lugar, queremos destacar el primer Congreso Internacional de Eslavistas celebrado en Praga en 1929, donde los lingüistas Vilém Mathesius, Roman Osipovich Jakobson, Nikolai

Sergeievich Trubetzkoy, Josef Vachek y Bohumil Trnka (pertenecientes al Círculo Lingüístico de Praga, fundado en 1926) presentaron en colectivo las *Tesis de 1929*, que describen la teoría y metodología a emplear en el estudio de las lenguas y literaturas en general y, por ejemplo, desplegaron los principios de la lingüística funcional, así:

86

La lengua, producto de la actividad humana, comparte con tal actividad su carácter teleológico o de finalidad. Cuando se analiza el lenguaje como expresión o como comunicación, la intención del sujeto hablante es la explicación que se presenta con mayor naturalidad. Por esto mismo, en el análisis lingüístico, debe uno situarse en el punto de vista de la función. Desde este punto de vista, *la lengua es un sistema de medios apropiados para un fin*. No puede llegarse a comprender ningún hecho de lengua sin tener en cuenta el sistema al cual pertenece (TRNKA, 1980, p. 30-31).

A partir de la aplicación de la lingüística funcional, los estudiosos fundaron una nueva disciplina: la fonología. Además, por medio de sus *Tesis*:

- Establecieron la lingüística como una ciencia autónoma, fuera del alcance de la tutela el resto de las ciencias humanas y con base en el signo lingüístico (TRNKA, 1980, p. 15).
- Explicaron una teoría y metodología a emplear en el estudio de las lenguas y literaturas en general.
- Plantearon una teoría literaria estructural y por tanto, ensayaron una definición del estructuralismo como “[...] aquel enfoque (respecto de cualquier materia) que tiene por objeto [...] ‘las leyes de la solidaridad’, las ‘relaciones recíprocas’ de los diversos hechos bajo observación en vez de considerarlos aisladamente” (RICO ORTEGA, 1996, p. 17).

Teniendo en cuenta lo arriba mencionado, podemos indicar que los trabajos presentados en las reuniones científicas, se pueden convertir en hitos importantes de la historia literaria, debido a que realizan aportaciones ingentes en el avance de los estudios en las áreas de lingüística y por su puesto de literatura.

Manifestación de propuestas relevantes para los estudios literarios en las reuniones científicas

En segundo lugar, vamos a presentar una serie de afirmaciones, propuestas y premisas que se han divulgado en diferentes reuniones científicas y que han sido relevantes para los estudios literarios. Para esto, hemos tomado principalmente diversos discursos inaugurales de los congresos realizados por la *Asociación Internacional de Hispanistas* (AIH), por dos razones: la primera, porque esta asociación “[...] abre los brazos no sólo a lingüistas y críticos literarios, sino también a historiadores y a críticos e historiadores del arte, y aun a creadores literarios” (ALONSO, 1967, p. 18). Abarcando de esta manera a todos los actores que hacen parte de la institución literaria.

La segunda, porque desde su fundación en 1962, la asociación ha realizado reuniones trianuales, la primera en Oxford del 6 al 11 de septiembre, “[...] cuyo propósito esencial es promover la investigación en el campo de los estudios hispánicos, fomentando el intercambio de ideas, métodos y enfoques practicados en los distintos países de los que provienen sus más de 1400 socios” (AIH, 2013).

Así las cosas, podemos vislumbrar, a partir de los congresos organizados por la sociedad de hispanistas, que las reuniones científicas no solo pretenden estimular y coordinar las investigaciones particulares, desde diversas miradas o perspectivas, sino que además proporcionan conocimiento en investigación lingüística y literaria y por tanto beneficios para la comunidad académica. Al respecto, Dámaso Alonso sostiene, a pesar de la queja primera, según la cual hacen “[...] falta nuevas guías para el hispanizante, bien modernas, que enfoquen nuestros problemas y necesidades” (ALONSO, 1967, p. 17), que por medio de la asociación de hispanistas, de sus diferentes integrantes y de sus diversas investigaciones, presentadas en varios encuentros que muestran “algunos de vuestros hallazgos”

[...] hoy tenemos una idea mucho más clara de lo que es una verdadera indagación lingüística y verdadera indagación literaria. Hemos llegado a distinguir lo que es lingüístico y

literario, de lo que no lo es: el objeto único de la investigación lingüística es el lenguaje (el llegar a saber cómo y por qué relaciones el lenguaje se convierte en transmisor de lo pensado y – no se olvide – sentido por A y recibido por B); del mismo modo la auténtica investigación literaria se propone saber por qué la obra literaria transmite una especial carga de pensamiento y sentimiento entre el creador A y el lector u oyente B (ALONSO, 1967, p. 18).

Así pues, en el “Discurso inaugural”, del sexto Congreso Internacional de Hispanistas celebrado en Toronto del 22 al 26 de agosto de 1977, Rafael Lapesa, Presidente de la Asociación Internacional de Hispanistas expone, haciendo referencia al interés por el hispanismo en Europa, Estados Unidos, Japón que:

La extensión geográfica va acompañada por la exploración de dominios teóricos antes vírgenes y por la aplicación de nuevos métodos y principios doctrinales. La sociología literaria proyecta nueva luz sobre las circunstancias ambientales que condicionan la actividad creadora y sobre la relación entre el autor y su público. Géneros preteridos por vulgares, como la literatura de cordel o las novelas folletinescas, interesan hoy por ser representativas de gustos y aspiraciones humanamente respetables. La sociolingüística viene a ocupar el vacío que la lingüística estructural y la generativa habían dejado al centrar su atención en el funcionamiento y cambios internos del sistema peculiar de cada lengua. A su vez el análisis estructural y formalista rebasa los mojones del terreno lingüístico y se aplica a las obras literarias. La semiología ensaya instrumentos para adentrarse en el proceso de la creación misma. Y todo ello sin que se abandonen los métodos y enfoques tradicionales, cuya vigencia se enriquece con el aporte de las orientaciones nuevas. Sean bienvenidas las unas y bien hallados los otros siempre que no nos hagan perder la visión total y profunda de la creación literaria y de la vida del lenguaje (LAPESA, 1980, p. 1).

A través del párrafo citado, podemos ver un panorama de los temas, corrientes y aproximaciones literarias – sociología literaria, género vulgares, sociolingüista, el análisis textual – que se desarrollaron en el congreso y que aportaron algo nuevo a los estudios sobre literatura.

En el año de 1980, Ana María Barrenechea, presidenta de la Asociación Nacional de Hispanistas, inscribe el discurso de apertura del VII Congreso Internacional de Hispanistas realizado en Venecia, sobre la necesidad de la renovación crítica, propósito que caracteriza, a este tipo de reuniones y a la cual Barrenechea refiere de la siguiente manera:

También nos reunimos en un momento en que el ejercicio de nuestras propias disciplinas – literarias, lingüísticas, históricas – después de brillantes cambios teóricos en la primera mitad del siglo, busca y pone a prueba nuevos caminos. Para ceñirme únicamente al campo de la crítica literaria en el que me muevo (y que en parte tiene interesantes paralelos con el desarrollo de la lingüística), recordaré las vías abiertas por los estudios semánticos y pragmáticos, la crítica de la recepción o del lector, la crítica ideológica (o la psicoanalítica para los que se sienten atraídos por ella): modos diversos de encarar las relaciones intra y extra textuales, que permiten establecer puentes entre tendencias tradicionales y tendencias innovadoras en nuestra labor (BARRENECHEA, 1980, p. 25-26).

De esta forma, vemos como las reuniones científicas sirven de marco para presentar perspectivas del abordaje de la literatura “nuevas” (para la época de su realización), como las que Barrenechea menciona: la crítica de la recepción, las corrientes de los estudios de semántica y pragmática, los acercamientos ideológicos, los aportes psicoanalíticos.

Por su parte Geoffrey W. Ribbans en la palabras de acogida como Presidente de la Comisión Local Organizadora del congreso número VIII de la Asociación Internacional de Hispanista, celebrado en 1983, ofrece una especie de inventario de las temáticas que se abordaron en el evento, como: la comedia del Siglo de Oro,

Cervantes, la edad media, la narrativa hispanoamericana, Galdós. Sin embargo, en su conferencia advierte de la falta de interés de los especialistas por las siguientes cuestiones: las literaturas regionales, estudios del siglo XVIII y principios del XIX, tanto en España como en Hispanoamérica, y la literatura colonial, además dice:

Sería deseable, a mi ver, que se ofrecieran en el futuro estudios más variados de lingüística, de metodología literaria y de relaciones entre literatura e historia y sociedad, además de contribuciones que se enlacen con el campo luso-brasileño tan entrañablemente relacionado con nuestros objetivos (RIBBANS, 1986, p. XX).

El texto de Ribbans, nos hace pensar que las reuniones científicas también propician la revisión de los aspectos estudiados en la literatura en el momento en que se realiza el encuentro, y en consecuencia se descubren aquellas problemáticas que no son investigadas, abriendo camino a nuevas y futuras líneas de trabajo en los estudios literarios.

Por otro lado, en 1986 Franco Meregalli en su discurso “Funciones y problemas de la Asociación Internacional de Hispanistas”, presentado en su IX Congreso plantea que el objeto de este y todos los encuentros es “[...] descubrir lo nuevo intelectualmente y descubrir personas portadoras de novedades” (MEREGALLI, 1989, p. 18). De esta manera, podemos suponer que las reuniones científicas, logran un mayor dinamismo de la actividad crítica y teórica literaria, asimismo construye y fortalece las relaciones de diversos especialistas del mundo entero.

Por último, queremos traer a colación las letras de bienvenida que Seymour Menton pronunció en el XI Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas en 1992, donde destaca los nuevos temas de interés de los investigadores participantes, que surgieron de reuniones anteriores y que se desarrollan en este encuentro. De esta manera, corroboramos la eficacia de esta red de intelectuales, como productores de discursos que incorporan variadas problemáticas de la literatura, desde diferentes áreas culturales

y lingüísticas, como señala Menton cuando anuncia las novedades del Congreso que preside, así:

En cuanto a las novedades, quisiera destacar la creación de dos sesiones sobre la literatura chicana; otras dos sobre literatura luso-brasileña, una de las cuales lleva rúbrica de “Relaciones entre la literatura hispánica y la luso-brasileña”; y varias sesiones transversales cumpliendo con las recomendaciones de la Junta Directiva, o sea sesiones que cruzan las fronteras entre siglos, entre géneros y entre la Península Ibérica y la América Latina: ocho sesiones dedicadas a la creación femenina; varias sesiones con orientación teórica; tres dedicadas a la cuestión de literatura popular y literatura canónica; una sesión especial dedicada a Antonio de Nebrija auspiciada por la Fundación Duques de Soria y otra sesión especial ADMYTE que aplica la tecnología moderna de la informática a la literatura medieval (MENTON, 1994, p. 256-257).

A partir de estas palabras rescatadas de algunos discursos de apertura presentados en el Congreso Internacional de Hispanista, podemos concluir:

1. Los congresos de la Asociación de Hispanistas en particular, han sido fundamentales en los estudios para todos aquellos investigadores que se interesen por la lengua, la literatura, la historia, la filología y la cultura Hispanoamericana.
2. Las reuniones académicas funcionan como espacios de intercambio de investigaciones, que de otra manera quedarían relegadas.
3. Las reuniones académicas, son el escenario propicio para proponer novedosos métodos de investigación y nuevas líneas de estudio, que hasta el momento de su realización no han sido exploradas.

4. Las reuniones académicas, reflejan alto grado de “vivacidad intelectual” en torno a la literatura.
5. Las reuniones académicas, permiten la consolidación de una red de intelectuales preocupadas por un asunto (en este caso, literario) específico. Por tal razón, encontramos, además de los congresos de la Asociación Internacional de Hispanistas, innumerables reuniones científicas cuyo tema de interés es la literatura, sus diferentes protagonistas, aspectos y conceptos, como: géneros literarios, autores, teorías, crítica, movimientos o escuelas literarias, literaturas nacionales, etcétera.

A continuación, vamos a nombrar algunos títulos de encuentros literarios realizados en Hispanoamérica, con la intención de ejemplificar la diversidad de los tópicos de interés de los investigadores de la literatura: Literatura infantil y juvenil. Literatura y Mujer; Estudios literarios y culturales; Literaturas Afroandinas; El ensayo hispanoamericano; El boom literario latinoamericano; Lo Metareal y sobrenatural en la literatura hispánica; Erotismos, cuerpos e identidades, Literatura y crítica; Literatura y otras artes; Literatura e Historia; La literatura de la violencia en Colombia; Narratología; La literatura comparada; Borges; García Márquez; El cuento latinoamericano; Literatura y educación; El microrrelato; y un largo y casi interminable etcétera de propuestas de reuniones académicas en torno a la literatura y sus aristas.

Para cerrar este apartado, queremos presentar textualmente los objetivos de algunos congresos que acabamos de mencionar, para mostrar su importancia y reafirmar que las reuniones científicas buscan brindar en el conocimiento de la literatura planteamientos no sólo teóricos, críticos y metodológicos, sino que además pueden señalar las bases para posteriores investigaciones y despertar el interés en temas nunca antes pensados. Además, son concebidas para fortalecer vínculos y crear redes de investigación, comunicación, difusión. Así pues, encontramos en diferentes circulares, propuestas como:

V Congreso Internacional de Literatura infantil y juvenil “Literatura y Mujer”. 21 y 22 de mayo de 2009 en Bogotá. El objetivo de este congreso es reflexionar alrededor del tópico “Literatura y Mujer”. Se atenderán a las miradas y voces de las mujeres a través de los personajes literarios y como productoras de textos escritos donde transmiten no sólo conocimientos, sino las diferentes formas de interpretación de la existencia en su dimensión más íntima y del entorno circundante.

Jornadas Andinas de Literatura Latinoamericana (JALLA) representan uno de los más importantes encuentros de latinoamericanistas de todo el mundo que se realizan en nuestro continente. El primer congreso de JALLA se llevó a cabo en La Paz (Bolivia), en 1997, y desde entonces se ha convertido en un espacio en el que se da el encuentro de muchos. A lo largo de su historia, las Jallas fueron ampliando sus temáticas más allá de su núcleo original andino, transformándose en un gran espacio de interlocución latinoamericanista con mayores alcances. Jalla Brasil 2010 amplió caminos para pensar la literatura y la cultura de América Latina con toda la riqueza de las múltiples miradas de su dimensión continental. Jalla Colombia 2102 se propone contribuir con el acento particular de Colombia, que está bañada por dos océanos que la ligan a la Cuenca del Pacífico y al Caribe y posee culturas andinas y de la región amazónica que compartimos con varios países del continente.

Simposio internacional del ensayo hispanoamericano. El ensayo: hacia el bicentenario de su aparición en Hispanoamérica. Balances, revisiones y porvenir de un género fundacional. 4, 5 y 6 de noviembre de 2009. En vísperas de 200 años del comienzo de la vida republicana en Hispanoamérica, período por cierto que se inaugura en 1810 pero que tiene su cierre en 1824, se ha pensado realizar un Simposio Internacional sobre la prosa ensayística latinoamericana. Ante todo, porque en términos generales los estudios del género acuerdan que el ensayo se inaugura con los procesos revolucionarios. Por tratarse de un género crítico por excelencia, al decir de Adorno, desde

un punto de vista histórico el periodo de la Colonia no ofrecía el mejor ambiente para su desarrollo. Será, entonces, con los ciclos revolucionarios – y aún después – que puede hablarse de su emergencia, primeramente, en el área de lengua hispana. Desde aquel momento hasta nuestros días, el ensayo ha recorrido un extenso trayecto, a través del cual se combinaron algunas constantes genéricas con algunas alternancias históricas que dieron vida al género. Justamente por estar cerca de una conmemoración sustantiva de la vida política y cultural de Hispanoamérica, el discurso que acompañó durante el siglo XIX tanto el debate sobre la manera de enfrentar las nuevas realidades surgidas de las revoluciones y la constitución de las nacionalidades, como durante el siglo XX, la discusión sobre nuestra expresión artística y la definición de las identidades, aquélla combinación de constantes y variantes genéricas debe ser revisada. No sólo a ello habría que limitar la revisita del ensayo.

IV Coloquio Internacional de Historia y Literatura que se llevará a cabo del 12 al 16 de noviembre de 2012 en la ciudad de Guanajuato. El Cuerpo Académico de Estudios Históricos Interdisciplinarios de la División de Ciencias Sociales y Humanidades del Campus Guanajuato tiene como uno de sus propósitos centrales consolidar un espacio académico interdisciplinario para el desarrollo de programas y proyectos de investigación que apoyen a la docencia y extensión en el ámbito de las interrelaciones entre la historia y la literatura. Los trabajos en este ámbito permiten reflexionar, replantear y comprender de una manera más amplia y adecuada los procesos y las problemáticas de ambas disciplinas, así como sus confluencias y debates. En este marco general, el objetivo del Cuarto Coloquio Internacional es seguir avanzando en el fortalecimiento de un espacio permanente entre los colegas de diversas instituciones para reflexionar, a partir de sus trabajos de investigación, sobre la relación interdisciplinaria entre la historia y la literatura.

Simposio: erotismos, cuerpos e identidades. Salta, 28, 29 y 30 de mayo de 2012. Tras la búsqueda de temáticas interdisciplinarias, el Instituto de Investigaciones Literarias “Luis Emilio Soto” – donde convergen proyectos de investigación de las áreas de Literaturas Clásica Grecolatina, Hispanoamericana y Argentina – propone un nuevo espacio de reflexión que convoca a diferentes áreas del conocimiento, tal como ocurrió en las reuniones anteriores que tuvieron temas transversales: el vino en la cultura, en el año 2008, y el exilio y la memoria, en el 2010. En esta oportunidad, nos guía la intención de poner en discusión aquellos aspectos referidos a erotismos, cuerpos e identidades. Cada uno de estos ejes nos permite reconstruir diferentes derroteros de la cultura occidental, pensando que las prácticas y las representaciones imaginarias sobre el deseo, el placer, la corporeidad, la genitalidad, los géneros y las identidades pueden visualizarse desde un juego pendular entre la fluidez de los actos, las palabras y los sentimientos, y las limitaciones de esas mismas configuraciones. Así, se recompone un espacio en el que puede mapearse la tensión entre un cuerpo dominante y otro dominado, donde se esbozan tanto los mandatos y las convenciones socioculturales como las expresiones contestatarias de la alteridad.

Jornadas “Borges y los otros”, están dirigidas a docentes y estudiantes de Letras en todos sus niveles. Su objetivo es alcanzar la mayor difusión posible de su obra, pensamiento y estética, estimulando la investigación, y promoviendo a la vez un intercambio fecundo con instituciones, bibliotecas, centros de estudios, universidades nacionales y extranjeras, estatales y privadas. Las Jornadas se desarrollan todos los años durante el mes de agosto, conmemorando el nacimiento de Borges. Participan destacados especialistas e intelectuales de nuestro país y del exterior. Su amplia programación consiste en la exposición de ponencias organizadas por comisiones e incluye conferencias plenarias. Estas actividades, que promueven el intercambio de experiencias de lectura, análisis e investigación, se complementan con exposiciones de artistas plásticos y conciertos.

La configuración y definición de un género en las reuniones científicas

En tercer lugar, nos proponemos examinar sobre la capacidad que poseen las redes intelectuales en la configuración y definición de un género, específicamente al denominado, entre otras diversas acepciones minificción o microrrelato².

Para empezar, recordamos que el Primer Coloquio Internacional de Minificción se realizó la Ciudad de México durante los días 17 y 18 de agosto de 1998. Este Coloquio fue convocado por la Universidad Autónoma Metropolitana y organizado por Lauro Zavala. Durante el Coloquio participaron seis cuentistas de Chile, México y Venezuela, y doce investigadores de España, Estados Unidos, Argentina, Venezuela, México y Colombia.

Esta reunión, señaló la existencia de una tradición escritural de minificción en Hispanoamérica, así como la necesidad de “crear un sistema conceptual” del género. Por esto, creemos que fue la plataforma que hizo posible la implementación del género y fue el inicio de una serie de Congresos Internacionales en el cual la minificción es la gran protagonista.

En el II Congreso Internacional de Minificción, organizado por Francisca Noguerol en la ciudad de Salamanca (España) en el año 2002, podríamos decir que se definieron los objetivos que iban a tener como base, los subsiguientes encuentros internacionales, los cuales serían:

- Crear un espacio propicio para la interacción entre escritores, académicos y lectores de la minificción.
- Reflexionar en torno a las características del género, sus diversas denominaciones y proyecciones, su diálogo con la crítica literaria, sus alcances pedagógicos.
- Estudiar poéticas de autores.
- Escuchar a los escritores del género.

De manera que el III Congreso Internacional de Minificción realizado entre los días 24 y 26 de agosto del año 2002 en Valparaíso; el IV Congreso Internacional de Minificción llevado a cabo en la Universidad de Neuchâtel (Suiza) en el año 2006 durante los días 6

a 8 de noviembre; el V Congreso Internacional llevado a cabo en la ciudad de Neuquén (Patagonia-Argentina) entre los días 10 y 12 de noviembre de 2008 y el VI Congreso Internacional de Minificción realizado en Colombia los días 13,14 y 15 de octubre en el año 2010, han generado contactos efectivos, y por tal razón se ha creado una especie de red intelectual, cuyo propósito es desarrollar teorías, críticas y creaciones que consoliden y definan al género minificción o microrrelato.

Las vías a través de la cuales siguen desarrollándose las ideas sobre el género minificción, se siguen bifurcando y expandiéndose con la organización de diversos encuentros nacionales, los cuales se presentan con títulos tan atractivos, como, por ejemplo: “El peso exacto del vuelo de un colibrí”, “Del asombro a la emoción... en un suspiro”, “Orden de la brillante brevedad”, “Sea breve, por favor”; “La minificción en español e inglés”; “Horizontes de la brevedad en el mundo iberoamericano. Homenaje a David Lgamma-novich (1927-2010)”.

Asimismo, es importante señalar que en la mayoría de las reuniones académicas han participado escritores cultivadores del género y voces fundantes en los estudios de la minificción, construyendo diversas teorías que van desde el carácter ideológico, ya sea historiográfico, genérico, sociológico, psicológico, hasta aquellas teorías cuya finalidad es precisar los componentes formales que distinguen y caracterizan a la minificción como género literario y que han llevado a producir “[...] modelos de análisis que son, por la naturaleza híbrida, irónica y lúdica de estos textos, muchos más flexibles que los producidos hasta ahora al estudiar los otros géneros literarios” (ZAVALA, 2010, p. 25).

Es significativo subrayar la constante intervención de los mismos escritores en el diseño de las líneas fundamentales del género microrrelato, por esto, en los congresos y en las ediciones mencionadas encontramos sus reflexiones. O sea, que los propios cultivadores del género han estado en el proceso de configuración del mismo y por esto encontramos una comunicación entre teoría y práctica.

En suma y retomando las palabras de Laura Pollastri “[...] sin lugar a dudas, los encuentros académicos nucleados en congresos los que le han terminado por legitimar la presencia de la forma” (POLLASTRI, 2010).

Finalmente, podemos decir que al examinar la historia del microrrelato, encontramos que los congresos surgieron para configurar y definirlo, por tanto, son un objeto de estudio interesante en el análisis de redes sociales (intelectuales), porque a través de estos, se ha ido fundando un género literario que “[...] ha ido constituyendo un corpus teórico cada vez más sólido, por supuesto nunca definitivo, capaz de dialogar a partir de fundamentos consensualmente validado” (EPPLE, 2004, p. 24). Y que empieza a afectar a sujetos, grupos e instituciones literarias.

Las actas de las reuniones científicas

En cuarto lugar, haremos una breve referencia a las actas de los congresos, que

Desde el siglo 17 se sabe que un trabajo presentado en una reunión científica debe quedar registrado por escrito, o su existencia no será reconocida. De allí que es fundamental su difusión impresa o en una página electrónica estable. Las formas tradicionales de registrar las presentaciones en reuniones científicas son su publicación en un “libro de resúmenes” o en una revista, sea en un número regular o en un suplemento. Una vez que un resumen queda así registrado, sus autores esperan que otros autores interesados en el tema lo incluyan entre las futuras referencias bibliográficas y, por supuesto, desean citarlo en sus antecedentes curriculares y en sus propias publicaciones. (REYES; ANDRESEN; PALMA, 2011, p. 8)

Por otro parte, en cuanto a las actas de los congresos, también se afirma que “[...] representan obras escritas de importancia para la difusión de trabajos de investigación en marcha y en la mayoría de los casos constituyen una muestra más o menos fidedigna del estado de la investigación en un determinado tema” (EDITORIAL, 2009, p. 1).

Así pues, podríamos sostener que mucha de la vasta bibliografía que encontramos actualmente sobre la literatura y sus problemas, ha sido concebida en estas reuniones y documentada, por medio de actas que se han publicado a manera de libros, CD o en páginas de internet, las cuales han colaborado en la divulgación de las críticas y teorías literarias y se han convertido en herramientas indispensables para los estudiosos de la literatura.

De esta manera, presumimos que muchas publicaciones que han tenido una trascendencia enorme para los estudios literarios, alguna vez fueron presentadas en una reunión científica.

111

INTELLECTUAL NETS AS MECHANISMS THAT ALLOW THE CONSTITUTION OF LITERARY THEORY AND LITERACY CRITICISM

Abstract: The article reflects about intellectual nets as mechanisms that allow the constitution of literary theory and literacy criticism, it takes the notion of net as one in which academics are intertwined in an important circulation of ideas. Meetings and academic reunions – congress, journeys, seminars, colloquies and symposiums – are spaces where it is permitted to know new concepts, to inform about new work methods, to exchange researching experiences, establishing an active net of intellectuals that promote and consolidate knowledge about a specific topic. The report indicates that the nets connected with literary studies are part of a historically articulated system of ideas, because of the “[...] interesting links this logics have in forming collective imagination within the culture [...]” as states Maíz.

Keywords: Intellectual Nets. Academic Meetings. Literacy Theory. Literacy Criticism.

Notas

¹ Por “circulación de ideas” se entiende el proceso de emisión y recepción de las ideas desde unas regiones hacia otras, asumiendo que en este transcurso se van produciendo mutaciones o hibridaciones y que en esta circulación hay diferentes “estaciones”, por una parte, así como diferentes “especies”, por otra. (DEVÉS VALDÉS, 2004, p. 339).

² Entre ellas podemos citar: arte conciso, brevicuento, caso (aplicado a la narrativa breve de Anderson Imbert), cuento breve, cuento brevísimo, cuento corto,

cuento cortísimo, cuento diminuto, cuento en miniatura, cuento escuálido, cuento instantáneo, cuento más corto, cuento rápido, fábula, ficción de un minuto, ficción rápida, ficción súbita, microcuento, microficción, microrrelato, minicuento, minificción, minitexto, relato corto, relato microscópico, rompenormas, texto ultrabrevísimo, ultracorto, varia invención (para la de Juan José Arreola) y textículos, entre otros muchos nombres. En la taxonomía peyorativa tenemos: relato enano, embrión de texto, resumen de cuento, cagarruta narrativa o chistecitos. En Estados Unidos el nombre varía entreshort short story, short shorts, shortsy, very shorts (ROJO, 2009, p. 26).

Referencias

AIH. Asociación Internacional de Hispanistas. Disponible en: <http://www.asociacioninternacionaldehispanistas.org/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=11>. Data de acceso: 1 marzo 2013.

ALONSO, Dámaso. Perspectivas del hispanismo actual. *Actas del II Congreso Internacional de Hispanistas*. Celebrado en Nijmegen del 20 al 25 de agosto de 1965. Holanda. Publicadas bajo la dirección de Jaime Sánchez Romeralo y Norbert Poulussen. Instituto Español de la Universidad de Nimega. Holanda 1967, p. 17-23.

BARRENECHEA, Ana María. Relación de Ana María Barrenecheasss. *Actas del Séptimo Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*. Venecia, 25-30 de agosto de 1980. Roma: Giuseppe Bellini Editor, Bulzoni, 1982c, p. 25-27.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. La circulación de ideas y la inserción de los cuentistas económicos-sociales chilenos en las redes consureñas durante los largos 1960. In: *Historia*, dic., v. 37, n. 002, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago de Chile. 2004, p. 337-366. Disponible en: <<http://www.scielo.cl/pdf/lyl/n19/art10.pdf>> Data de acceso: 20 marzo 2013

EDITORIAL. Transformar Presentaciones de Congresos en Publicaciones. Información tecnológica. *La Serena*. v. 20, n. 4, p. 1-1, 2009.

EPPLE, Juan A. La minificción y la crítica. Escritos disconformes. Nuevos modelos de lectura. *Actas del II Congreso Internacional de Minificción*. Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2004, p. 15-24.

GÁLVEZ TORO, Alberto. Comentario a: Calidad de las comunicaciones presentadas en los eventos científicos: algunas consideraciones. *Evidentia*. Enero/feb., n. 3. v. 7, 2006. Disponible en: <http://www.index-f.com/evidentia/n7/199articulo.php>. Data de acceso: 20 marzo 2013.

GARCÍA CANAL, Esteban. Asociaciones científicas en el campo de organización y dirección de empresas. Enfoques, problemas y métodos de investigación en Economía y Dirección de Empresas. *Actas del VIII Taller de Metodología de ACEDE*. Camisón et al. (Eds), Castellón. Tomo I. 2003, p. 43-50.

GRAS, Alain. Phénoménologie des réseaux et anthropologie de la dépendance de l'homme moderne dans les macro-systèmes techniques. En Parrochia, D. (Dir) *Penser les réseaux*. Seyssel: Champ Vallon, 2001.

LAPESA, Rafael. Discurso Inaugural. *Actas del Sexto Congreso Internacional de Hispanistas*. Celebrado en Toronto del 22 al 26 de agosto de 1977. Eds. Evelyn Rugg y Rafael Lapesa. Toronto: Univ. Of Toronto Press, 1980, p. 2-4.

MAÍZ, Claudio. Teoría y práctica de la 'patria intelectual': La comunidad transatlántica en la conjunción de cartas, revistas y viajes. *Literatura y lingüística*. [Online]. n. 19, p. 165-193, 2008.

MENTÓN, Seymour. Palabras de bienvenida. *Actas del XI Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*. Vols. I, II y III – Vols. IV y V. Irvine, 24-29 de agosto de 1992. Editor: Juan Villegas. Universidad de California, 1994, p. 256-257.

MEREGALLI, Franco. Funciones y problemas de la Asociación Internacional de Hispanistas. *Actas del IX Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*. Berlín, 18-23 de agosto de 1986 (Berlín, Ibero-Amerikanisches Institut, Preussischer Kulturbesitz, Freie Universität Berlin, Institut für Romanische Philologie) Editor: Sebastian Neumeister. Frankfurt del Mena: Vervuert, 1989, p. 15-20.

MOLINA, José Luis. La ciencia de las redes. *Apuntes de Ciencia y Tecnología*. n. 11, jun. 2004, p. 36-42.

NOGUEROL, Francisca. Escritos disconformes. Nuevos modelos de lectura. *Actas del II Congreso Internacional de Minificción*. Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2004.

OSÉS, Darío. La conversación literaria: un capítulo de la historia de la lectura en Chile. Salones, tertulias, ateneos, en Chile, en los siglos XIX y XX. *Anales de literatura chilena*, n. 17, Año 13, jun. 2012, p. 35-59.

POLLASTRI, Laura. *El canon hereje*: la minificción hispanoamericana. Universidad Nacional de Comahue. Argentina. Disponible en: <http://www.reneavilesfabila.com.mx/obra/sobre_obra_raf/canon_hereje_minificcion_hispanoamericana_laura_pollastri.html>Data de acceso: 15 marzo 2010.

REYES, Humberto B.; ANDRESEN, Max H.; PALMA, Joaquín H. La importancia y el destino de los resúmenes presentados en reuniones científicas. *Revista Médica de Chile*. v. 139. n. 1. 2011, p. 7-10, 2011.

RIBBANS, Geoffrey W. Palabras de acogida. *Actas del Octavo Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*. Providence, 22-27 de agosto de 1983 (Providence, Rhode Island, Brown University) Editores: A. David Kossoff, José Amor y Vázquez, Ruth H. Kossoff y Geoffrey W. Ribbans Madrid, Ediciones Istmo, p. 17-22, 1986.

RICO ORTEGA, Agustín. *El estructuralismo*. Boletín Académico. Escuela Técnica Superior de Arquitectura Universidade da Coruña, 1996, p. 17-19.

ROJO, Violeta. *Breve manual (ampliado) para reconocer minicuentos*. Caracas: Equinoccio. Universidad Simón Bolívar, 2009.

RUIZ SANTOS, Candelaria; MERONÑO CERDÁN, Ángel Luis. Utilidad de los congresos científicos en la difusión del conocimiento: percepción del investigador español en Economía de la Empresa. *Técnica Administrativa*. v. 6. n. 30. Buenos Aires, 2007. Disponible en: <<http://www.cyta.com.ar/ta0602/v5n2a1.htm>> Data de acceso: 1 marzo 2013

TRNKA, Bohumil et al. *El círculo de Praga*. Barcelona: Anagrama, 1980.

ZAVALA, Lauro. Los estudios sobre minificción. La Huella de la clepsidra. El microrrelato en el Siglo XXI. *Actas del V Congreso Internacional de Minificción*. Argentina: Editorial: Katatay. p. 23-39, 2010.

Recebido em: 04/04/2013

Aprovado em: 09/05/2013

O “direito natural e das gentes” e o federalismo no processo de independência na América

Maria Medianeira Padoin*

Resumo: O presente texto apresenta uma síntese histórica sobre a evolução do Direito Natural e das Gentes com o fim de demonstrar a relevância de seu estudo para entender a fundamentação teórica que esteve presente nos processos de formação dos estados nacionais na América e nos discursos de defesa de projetos federalistas.

Palavras-chave: Direito das Gentes. Federalismo. Estado Nacional.

Introdução

Iniciamos nosso estudo sobre a relação do Direito Natural e das Gentes com o processo de independência na América e com a temática do federalismo citando James Brown Scott, que defende

* Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1985), mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1992) e doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). É professora-associada da Universidade Federal de Santa Maria, sendo atualmente coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História. Coordena o Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: sociedade, poder e instituições; é coordenadora geral como representante das Instituições brasileiras do Comitê História, Regiões e Fronteiras da Associação das Universidades do Grupo Montevideu-AUGM. E-mail: mmpadoin@gmail.com.

a existência do diálogo e da influência de ideias entre o “Novo” e “Velho” Mundo:

O primero viajero que, saliendo de España, puso el pie en el Nuevo Mundo traía com él el Jus naturale y Jus gentium de los canonistas y teólogos españoles, y esos principios han quedado no sólo en los vastos dominios españoles y portugueses, sino también en la América del Norte y en el Canada. (SCOTT, 1936, p. 127-128).

O declínio da Idade Média e a ascensão do Estado no sentido “moderno” do termo, essencialmente qualificado para a soberania, para a expansão econômica no sentido do capitalismo e para o impulso à difusão dos meios de expressão do pensamento, impulsionados com o descobrimento da América, foram características que marcaram a era Moderna e a Contemporânea.

A época Moderna vislumbrou-se, primeiramente, através dos movimentos conhecidos como Renascimento, a Reforma e a Contra-Reforma, que constituíram um conjunto histórico-cultural que influenciou decisivamente na história da filosofia do Direito e do Estado. Nesse sentido, teremos como os principais centros intelectuais formadores e difusores do pensamento da época as Universidades, como a de Salamanca, na Espanha, e a de Coimbra, em Portugal, juntamente à de Roma, com o Colégio Romano, entre outras.

Espanha e Portugal enquanto estados agentes dos descobrimentos marítimos, sofreram, junto com a Europa ocidental, o impacto deste feito, não só econômica e politicamente, mas quanto ao pensamento. Pois, passaram a interrogar-se sobre a natureza e o sentido das transformações do mundo em que viviam, como das novas relações que se impuseram.

Nesse sentido, surgem os clássicos espanhóis de Direito Natural e das Gentes, nos séculos XVI e XVII, que irão discutir toda a problemática que se estabeleceu em relação à expansão dos Estados Nacionais e que fundamentavam a evolução do Direito Internacional Contemporâneo. A maioria desses homens era de juristas e teólogos pertencentes a congregações religiosas e/ou eram docentes.

A partir do século XVII, inicia-se o processo de decadência da influência da escola neoclássica espanhola, que passou a ser substituída pela preponderância da chamada “filosofia moderna”, a qual se caracterizou pelo racionalismo e o individualismo, ou seja, é o iluminismo que se faz presente na filosofia política e jurídica e que acompanha a construção dos estados nacionais modernos.

Assim, este artigo procura apresentar o Direito Natural e das Gentes em seu percurso histórico, destacando sua íntima relação com o processo de construção e consolidação do Estado Moderno, tanto na Europa quanto na América. Entende-o como um dos grandes fundamentos na luta e discussão do que vem a ser um Estado soberano, da defesa da igualdade dos direitos, independentemente do tamanho territorial que possua esse Estado e, a necessidade do pacto político entre tais sociedades para combater, por exemplo, a exploração colonialista e o poder tirânico, como também para garantir os direitos individuais e coletivos desta sociedade política e suas formas de associação pactual ou contratual.

Nesse sentido, o estudo do Direito Natural e das Gentes será um fator que nos auxiliará no entendimento do significado atribuído ao federalismo e sua relação com os conceitos de soberania, de autonomia, de independência, tão presentes dos discursos nos movimentos pela independência na América e de formação dos novos estados nacionais. Tal momento será relacionado com uma das variáveis deste processo que nos interessam, a “Revolução Farroupilha” (1835-45), ocorrida no sul do Brasil no contexto regional da América Platina.

O direito natural e das gentes e o federalismo

O estudioso do tema dos clássicos espanhóis de Direito Natural e das Gentes, Antonio Truyol y Serra (1996, p. 60), classificou o pensamento em três correntes principais: a associada à Ordem de S. Domingos, outra à Companhia de Jesus e a terceira é representada pelos juristas (romanistas ou canonistas) quer eclesiásticos ou leigos¹.

As duas primeiras caracterizam-se pelo que chamou a *Segunda Escolástica* (especialmente os jesuítas) ou ainda a neoescolástica do Renascimento e do Barroco, uma escolástica renovada sob a

influência do humanismo. Prevaleceu o ponto de vista da Teologia Moral e do Direito Natural.

A Ordem de São Domingos² (1928, p. 115) teve o seu centro em Salamanca, na Universidade e no Colégio de Santo Estevão. Seus principais expoentes foram Francisco de Vitória (1483-1546) e Domingos de Soto (1494-1560).

A Companhia de Jesus foi mais independente em relação ao tomismo que a Ordem de São Domingos e possuiu em Luís de Molina (1535-1600) e Francisco Suárez (1548-1617) seus expoentes. Luís de Molina estudou em Portugal como também ministrou aulas de Filosofia na Universidade de Coimbra.

Na terceira corrente, dos juristas, destacamos Fernando Vasquez Menchaca (1512-1569).

É importante a partir de agora darmos algumas explicações sobre esses homens que citamos anteriormente, pois as suas reflexões e os seus escritos muito influenciaram na configuração das relações internacionais, como primeiramente entre as colônias e a metrópole e nas questões regionais na América. Nesse sentido, observamos o destacado papel desempenhado pelas congregações religiosas na expansão ultramarina das Coroas portuguesa e espanhola, pelo qual também as ideias se projetaram “além-mar”.

Temos, então, *Francisco de Vitoria*³ (1480-1546), que foi o grande impulsionador da escolástica na Espanha e fundador da Escola Moderna do Direito das Gentes. Depois de estudar em Burgos, foi para Paris, onde introduziu como manual de ensino, em suas aulas, a Filosofia de Santo Tomás. Ministrou aulas também em Valladolid e em Salamanca e, nesta última, viveu e dedicou-se ao ensino, de 1526 até o seu falecimento, em 1546.

Vitória considerou a sociedade política integrada na perspectiva total do Universo, ou seja, é uma comunidade internacional jurídica e moral, que denominou de Orbe:

Por Direito Natural, qualquer povo é chamado a constituir-se no que chamamos Estado e a organizar livremente o seu destino histórico. E os diferentes povos organizados em Estados encontram-se unidos entre si pelo vínculo da comum natureza humana. Assim, a linhagem dos homens constitui uma unidade – a Orbe. Esta ORBE de Vitória é uma família de povos (TRUYOL Y SERRA, 1990, p. 77).

Para Vitória, como o era para Santo Tomás, o poder reside na comunidade como tal, na Orbe, na família de povos. O direito da comunidade é universal e impõe as mesmas obrigações que o direito natural aos seus membros.

Para ele a melhor forma de governo era a Monarquia, na qual os homens ou a República (estado, comunidade) elegem, através do consenso da maioria, um rei comum, que todos os príncipes e nações teriam de obedecer. Assim, o principado do rei eleito não é somente sobre os indivíduos (ou para o povo ou para os aristocratas), mas sobre a totalidade da República. E o direito de eleger um só rei vem do Direito Natural e, a República (estado) é o império de um só sobre todos, possuindo o direito de reger-se a si mesma. Dessa forma, as leis elaboradas ou aprovadas pelo Rei devem ser obedecidas por todos, inclusive pelo rei. Isso, também, transfere-se para as relações entre homens e nações.

Com isso, o Direito das Gentes é parte do Direito Natural, pois segue as mesmas regras, ou seja

El Derecho de las Gentes, no sólo tiene vigor por ser y constituir un pacto y un establecimiento entre los hombres y naciones, sino que reúne también las condiciones necesarias para obligar como ley, porque el Orbe, que en cierto modo es en realidad una Republica, tiene la facultad de edictar leyes que constituyen y forman el Derecho de Gentes [...]. No le há de ser lícito ni permitido a reino alguno dejar de observar el Derecho de Gentes, porque el mismo se halla promulgado y sancionado por la autoridad de todo el universo Orbe⁴. (VITÓRIA, p. 308-309).

Representando esquematicamente, temos:

Figura 1
O Direito das Gentes segundo Vitória

<i>Direito das Gentes</i> = PACTO de homens e nações que forma a ORBE = REPÚBLICA = CONFEDERAÇÃO

A doutrina de Francisco de Vitória sobre a comunidade jurídica internacional realizou, podemos dizer, uma crítica à legitimidade da ocupação e da conquista dos povos da América pelos europeus, na qual afirmava: “[...] *infidelidade [religiosa] não é impedimento para ser verdadeiro senhor [...]*”, pois que entre os pagãos havia “*completa autoridade temporal e civil...*” (TRUYOL Y SERRA, 1990, p. 91), e o domínio não depende de um título religioso, mas simplesmente do Direito Natural. Trabalha tais ideias em seu tratado sobre os Índios, o que muito influenciará no “*despertar da consciência cristã*” (TRUYOL Y SERRA, 1990, p. 88) dos missionários, como Frei Bartolomeu de Las Casas. Junto a este pensamento, Vitória defendia o direito à “*guerra justa*” (TRUYOL Y SERRA, 1990, p. 79), isto é, a guerra pode ser legítima desde que seja o único meio de reprimir a injustiça entre os povos.

Tais ideias de Francisco de Vitória tiveram adesão, seguidores e um eco prolongado na formação da liderança política espanhola na América, como em Bartolomeu de Las Casas, Andrés Bello, Simon Bolívar, Antonio Sáenz, entre outros.

Domingos de Soto (1494-1560), natural de Segóvia, aluno de Francisco de Vitória, foi um dos seus mais próximos seguidores. Entrou na Ordem Dominicana, lecionou também em Salamanca. Como teólogo imperial, foi confessor de Carlos V e participou do Concílio de Trento.

Outro seguidor de Vitória foi o missionário *Alonso de Veracruz*⁵ (1507-1584) ou Alonso Gutierrez Gutiérrez, da Ordem de Santo Agostinho. Estudou gramática e retórica em Alcalá e filosofia e teologia em Salamanca, ficando na América de 1562 a 1573, onde atuou na Universidade do México e no convento de Tiripio (o qual também foi fundador), centro de estudos superiores aberto para religiosos e leigos, de origem espanhola ou nativos da colônia. Foi também defensor da escolástica espanhola, discípulo de Francisco de Vitória. É considerado o primeiro tratadista do Direito das Gentes na América, passando a escola do Direito das Gentes ser escola hispano-americana, fazendo com que no Continente americano, ganhasse novas feições, como afirma-nos António Truyol y Serra (1990, p. 98).

Como Veracruz, José Acosta (1539-1600) destacou-se como teólogo, político e missionário, membro da Companhia de Jesus, que viveu quinze anos no Vice-Reino do Peru, sendo catedrático da Universidade de Lima. Esteve também dois anos no México e nas Ilhas Caraíbas. José Acosta teve destaque, nesta região, como defensor do Direito das Gentes – e nesses estão os índios, tal qual Veracruz no México.

Tanto Veracruz como José de Acosta são exemplos do papel desempenhado pelas Ordens Religiosas e pelas Universidades que os formaram, projetando além-mar os ensinamentos e as ideias recebidas na Europa e reformuladas, muitas vezes, na América.

Era também compreensível que a realidade encontrada na América, nesse momento da colonização, propiciasse que o tema do Direito dos índios fosse um assunto em especulação e debatido pelo Direito das Gentes, tanto nas universidades europeias quanto nos seminários e nas universidades e nos colégios criados na América espanhola. As primeiras universidades criadas foram as de San Domingos, em 1538, e as do México e de Lima, em 1551. Preocuparam-se, primeiramente, com o ensino das disciplinas teológicas, filosóficas e jurídicas, conforme tradição das universidades europeias, como principalmente as de Salamanca e de Coimbra.

Luís Molina, nascido em Cuenca (1535-1600), estudou em Portugal e foi professor na Universidade de Coimbra de 1563 a 1567, na Universidade de Évora de 1568 a 1584 e no Colégio Imperial de Madri em 1600. Este pensador afirmou que o Direito das Gentes define as exigências objetivas demandadas da “*natureza das coisas*”, enquanto que a lei natural indica a norma mediante a qual essas exigências se disciplinam. Quanto ao Direito das Gentes, continua sendo para ele um Direito Universal, mas com caráter mais positivo. No entanto, diferencia-se de Vitória, quando trata da soberania do Estado. Para ele, dada a “[...] divisão das coisas e dos países, é próprio de cada Estado o que nele seja possuído em comum, de modo que é lícito proibir aos outros países o seu uso e acesso, salvo em caso de necessidade absoluta [...]” (TRUYOL Y SERRA, 1990, p. 156).

Outro grande renome no Direito das Gentes foi *Francisco Suárez* (1548-1617). Nasceu em Granada e foi da Companhia de Jesus.

Ensinou em vários lugares, como em Segóvia, Ávila, Valladolid, Roma, Alcalá, Salamanca e Coimbra (1597-1615).

Suárez é tido, por alguns, como um dos precursores de Rousseau e do positivismo jurídico do século XIX e, assim, também do contratualismo dos séculos XVII e XVIII. Foi um dos autores mais lidos na Europa, especialmente nas universidades alemãs. Para ele o Direito Natural é “[...] *el derecho necesario del hombre como ser social, político y moral, que forma con sus semejantes un grupo étático [sic], social y jurídico, político y moral*”⁶ (SCOTT, 1928, p. 118). E que o Direito Natural é direito divino e, por conseguinte, supremo e universal no que se refere ao homem como homem e que seus preceitos se comprovam pela reta razão humana, que é a emancipação da razão divina, mas que é admitida como um reflexo desta. O Direito Natural para Suárez é um direito superior, que está acima de tudo e, por isso, é fonte do Direito: “[...] *el derecho natural es universal y lo es igualmente el derecho entre los Estados*”⁷ (SCOTT, 1928, p.119). Assim, o Direito entre os Estados se cria ou se impõe no seio da comunidade e, para convertê-lo em internacional, necessita do consentimento dos Estados. Isso resultou em: “*Que el Derecho de Gentes, abstracción hecha de contenido del derecho entre los Estados, es un sistema propio, creación de los Estados en su conjunto y no un derecho del Estado como Estado*”⁸ (SCOTT, 1928, p. 119).

Assim, com o Direito das Gentes, as comunidades têm a possibilidade de se ajudarem mutuamente e, entre si, conservarem a justiça e a paz. O que importa para o bem universal é que observassem certos direitos entre si, através de uma aliança comum e em comum consentimento. Para Suárez, Deus confere imediatamente o poder à comunidade, a qual por sua vez o pode transferir para uma ou mais pessoas (MERÊA, 1943, p. 17). Aí reside a soberania de um povo, pois o poder surge nessa comunidade civil como consequência natural.

Nesse sentido o Direito das Gentes regulava as relações entre os Estados, pois, segundo Suárez, os Estados são “[...] *en el fondo grupos de individuos separados por fronteras artificiales*”⁹ (SCOTT, 1928, p. 122). Para ele o Direito das Gentes tem assim duplo sentido: o das gentes que respeitam o ordenamento jurídico que regula as relações entre os estados e aquele que as gentes observam e que

é comum aos diversos povos. O primeiro é o Direito das Gentes propriamente dito e o segundo é chamado de Direito das gentes por aproximação. Em outras palavras, Suárez acentuou mais o papel do Direito das Gentes Positivo “[...] *que nasce do costume, para o qual reservam o termo jus gentium*” (SCOTT, 1928, p. 65), junto ao Direito das Gentes Natural.

A partir do século XVII, inicia-se o processo de decadência da influência da escola neoclássica espanhola que passou a ser substituída pela preponderância da chamada “filosofia moderna”, a qual caracterizou-se pelo racionalismo e o individualismo, ou seja, é o iluminismo que se faz presente na filosofia política e jurídica.

Nesse contexto surgiu *Hugo Grócio* (1530-1645), figura de transição entre os escolásticos e os defensores do Direito Natural racionalista. Esse letrado, historiador, jurista e teólogo soube captar as ansiedades de paz, de conciliação a que a Europa aspirava em um período de violentas guerras, como a Guerra dos Trinta Anos. Foi ele, segundo António Truyol y Serra (1990, p. 69), que preparou a laicização do Direito Natural e do Direito das Gentes.

Grócio, como Vitória e Suárez, fez a distinção entre o Direito das Gentes Natural e o Direito das Gentes Voluntário ou Positivo. O primeiro refere-se ao Direito que se aplica às sociedades políticas. O segundo é o que é expresso pela vontade de todas as gentes ou de muitas delas, manifestada através de tratados ou por costumes.

Este autor destaca a concepção de um Direito que regulava as relações entre Estados soberanos, pois com o declínio do poder da Igreja Medieval e, com o fortalecimento dos Estados nacionais absolutistas do século XVII, necessitava-se uma orientação e um referendo racionalista¹⁰ (SABINE, 1996, p. 309) que servisse aos interesses desses. Sabine, citando Grócio, escreve:

El Derecho Natural es un dictado de la recta razón, que señala que una acción, según que sea o no conforme a la naturaleza racional, tiene en sí una calidad de fealdad moral o necesidad moral; y que, en consecuencia, tal acto es prohibido y ordenado por él autor de la naturaleza, Dios.¹¹ (1996, p. 330)

Ou seja, os ditames da reta razão são o que a natureza humana e a natureza das coisas ordenam que seja.

Seu texto mais conhecido, o *Mare liberum*, publicado em vários idiomas como o latim, o francês, o inglês, o alemão e o espanhol, possui uma base doutrinal em Francisco de Vitória como também em Fernando Vázquez de Menchasa, defensor do princípio da liberdade dos mares. Também sofreu influência de Alberico Gentilis.

Marium liberum é o décimo segundo capítulo de sua obra *De leire praede commentarius*, e foi publicado como um livro anônimo, em 1608, a pedido da Companhia Holandesa das Índias Orientais. Foi escrito contra Portugal, publicado contra a Espanha e utilizado contra a Grã-Bretanha pelos holandeses, segundo o que nos afirma Luís Garcia Arias (apud GROCIO, 1979). Publicou-se devido à adoção, pela Grã-Bretanha, de uma política restritiva à liberdade de pesca que os holandeses vinham exercendo nos mares próximos às Ilhas, como para celebrar as negociações entre a Espanha e as Províncias Unidas belgo-germânicas, em que os holandeses queriam assegurar a liberdade de navegação e de comércio com as Índias Orientais.

Grócio defendeu, assim, a liberdade de navegação e o comércio, fundamentando sua argumentação no Direito das Gentes como regra certa e clara, afirmando que “[...] *todas las gentes pueden relacionarse y negociar entre si*”¹² (1979, p. 62). E os que restringem o Direito das Gentes de terem a liberdade, restringem a própria condição do ser humano, como não possibilitam a oportunidade de fazer o bem e assim, “violam a natureza”, pois “[...] *el mismo Dios que rodeó de tierras al océano por todas partes y hacia todas partes, lo hizo navegable, y los vientos tranquilos o violentos no soplan de la misma región siempre [...]*”¹³ (GRÓCIO, 1979, p. 63). E continua fazendo a seguinte pergunta: “*No significa que por la misma naturaleza se há concedido a todas las naciones el aceso a todas ellas?*”¹⁴ (GRÓCIO, 1979, p. 63).

Depois de Grócio, os que se preocuparam com o Direito Internacional, os chamados internacionalistas, segundo Truyol y Serra (1990, p. 90), foram divididos em três grupos: os positivistas, os jusnaturalistas e os que defendem a síntese de ambos.

O Direito Positivo ou a doutrina positivista

Os principais nomes desta corrente foram *Richard Zouche* (1590-1660), *Cornelius Van Bynkershoek* (1673-1743) e *Johann Jakob Moser*.

O inglês Richard Zouche trabalhou com o Direito internacional, tratando-o como o “*Direito entre as Gentes*” (TRUYOL Y SERRA, 1990, p. 91), no qual destacou o caráter “*intersocietário*” do Direito das Gentes, atribuindo ao Direito da Paz maior relevo do que ao Direito da Guerra.

O jurista neerlandês Cornelius fundamentou o seu Direito das Gentes como um Direito interestadual e trabalhou com a liberdade de navegação dos Oceanos como Grócio, porém ressaltou que se “[...] *o alto-mar não é de nenhum Estado, já o mar próximo pertence ao Estado costeiro na medida em que este o domina ou comanda* [...]” (TRUYOL Y SERRA, 1990, p. 92).

O alemão Joham J. Moser dedicou-se ao Direito Público do império e seus principados e ao Direito das Gentes, em que trabalhou com a expressão “*Direito estadual externo*” (TRUYOL Y SERRA, 1990, p. 93).

O jusnaturalismo ou o Direito das Gentes enquanto Direito Natural

O Estado nascido como consequência da Revolução Francesa e a Constituição norte-americana foram contemplados no século XIX como o modelo do Estado burguês (Estado constitucional, liberal, parlamentar, representativo etc.), que segundo Bobbio se inspirou nos princípios fundamentais da escola do Direito Natural e, mais especialmente, do jusnaturalismo (BOBBIO, 1995, p. 22). O Estado de natureza é formado por indivíduos singulares, associados ou não, no qual impera a igualdade e não tem caráter político. Já o Estado Civil, é um Estado político resultante da transformação do Estado de natureza, fruto da construção artificial e cultural dos homens, ou seja, uma concepção teórica¹⁵. O jusnaturalismo caracterizou-se pelo racionalismo e o individualismo, do qual Samuel Pufendorf foi um defensor e representante.

O jusnaturalista *Samuel Pufendorf* (1632-1694) destacou-se por suas obras principais: *Do Direito da Natureza e das Gentes* (1672) e *Dos Deveres do Homem e do Cidadão* de acordo com a Lei Natural (1673). Segundo Antonio Truyol y Serra, Pufendorf “[...] *sublinhou o processo de secularização do Direito Natural e das Gentes, iniciado por Grócio e, costurou as amarras que ainda prendiam este à tradição escolástica*” (1990, p. 94), isto é, foi representante da transição do jusnaturalismo grociano para o iluminismo setecentista. Foi influenciado por Hobbes¹⁶ em sua produção sobre o Direito das Gentes, pois o concebeu como Direito interestadual, que, como o Direito Natural, “*emana da razão*”, defendendo o princípio da igualdade dos Estados.

Para ele o Estado (ou a vida civil) é condição indispensável para a conservação do gênero humano, pois é a única forma de permitir que o homem se desenvolva e se aperfeiçoe. E isso se dá através de um pacto, o contrato social:

Os homens obrigam-se uns para com os outros a juntar-se num corpo único e perpétuo e a regular de comum acordo o que respeita a sua conservação e segurança. A este contrato, que dá origem a um rudimento de estado, acresce um segundo contrato (decreto) destinado a fixar a forma de governo. Finalmente, pelo pacto da sujeição, os indivíduos... conferem autoridade a uma ou mais pessoas as quais se obrigam a zelar pelo interesse público em troca de obediência. (MERÊA, 1943, p. 14-15)

Assim, defendendo a autoridade do rei, Pufendorf esclarece que quando os homens se submetem ao soberano não lhe transferem a soberania (resultante do pacto de sujeição), mas a conferem-lhe (MERÊA, 1943, p. 16). Portanto, os homens dão origem ao poder pelo pacto da sujeição, pois antes desse pacto não há Estado nem governo, e essa competência para criar um governo lhes vem de Deus, como autor da lei natural (MERÊA, 1943, p. 19).

Como jusnaturalista, teremos também o inglês John Locke (1632-1704), que afirmou que o homem tem direito à vida, à liberdade e à propriedade dos bens fundamentados em seus Direitos Naturais. O homem é livre e proprietário de sua pessoa e de seu

trabalho. E são os homens livres que formam a sociedade civil a partir do contrato social, que tem no consentimento unânime dos indivíduos a base da formação do Estado Civil. E esta sociedade é governada pelo governo da maioria, que é escolhido pela comunidade. Para Locke o poder divide-se em: Poder Legislativo, superior aos outros poderes; Poder Executivo, confiado ao Príncipe, e era controlado pelo Legislativo; Poder Federativo, vinculado às relações exteriores (guerra, paz, aliança, tratados). Quando o poder Executivo ou o Legislativo deixam de cumprir a lei e atentam contra a propriedade (vida, liberdade e bens), torna-se um governo tirânico e, por isso, garante o direito de rebelião dos governados. Em consequência há a dissolução do Estado Civil e o retorno ao Estado de Natureza. Assim, o Estado nasce com o contrato social e este garante a divisão dos poderes e a soberania limitada.

Síntese do Direito das Gentes, natural e positivo

Os primeiros representantes desta síntese foram os alemães *Samuel Rachel* (1628-1691), *Cristiano Wolf* (1679-1754) e *Jorge Frederico de Martens* (1756-1821), e o suíço *Emmerich Von Vattel* (1714-1767).

Para *Samuel*, o Direito das Gentes é um Direito entre Estados e “[...] *tem a fonte no costume e nos tratados*” (TRUYOL Y SERRA, 1990, p. 55), que deverão ser julgados à luz do Direito Natural, pois este é vinculado à vontade divina.

Cristiano Wolf, formado em Teologia, Direito e Matemática, redigiu seus tratados em língua alemã e latina, como o *Direito da Natureza tratado segundo o método científico* (1740-1748), em oito volumes. Para ele, os povos e as nações integram-se numa comunidade universal, chamada de “*civitas máxima*”, que é baseada em um consentimento ou “*quase-pacto*”, em que deve-se dar a promoção da segurança e a ajuda mútua dos indivíduos e das nações (TRUYOL Y SERRA, 1990, p. 96).

E, como discípulo de Wolf, temos *Emmerich Von Vattel*, com sua obra principal *O Direito das Gentes ou Princípios da Lei Natural aplicada à conduta e aos negócios das nações e dos soberanos* (1758).

Vattel, defensor da Confederação Helvética, superou a noção de *civitas máxima* de Wolf e destacou a importância da “soberania nas relações entre os Estados” (TRUYOL Y SERRA, 1990, p. 96), pois a mesma os igualava.

Para Antônio Truyol y Serra, a obra de Vattel é sintética e superficial, pois faltava-lhe, segundo ele, uma formação jurídica adequada. Citando A. de La Pradelle, diz:

[...] não ser ela obra de um cientista para cientista, num latim obscuro, pesadamente escolástico, mas sim um livro elegantemente escrito por um homem da alta sociedade, diplomata, filósofo e homem de letras, para soberanos, ministros e gente de categoria. (apud TRUYOL Y SERRA, 1990, p. 97)

Mas ressalta que sua obra foi tão lida como traduzida quanto a de Grócio, tornando-se livro de cabeceira de diplomatas e juízes até meados do século XIX. Sua obra, além do alemão e do francês, foi traduzida para o inglês e o espanhol.

Vattel foi muito utilizado em toda a Ibero-América, inclusive como “manual” ou texto de ensino no Chile, no Peru, no México e em Buenos Aires. Também estava presente em várias bibliotecas, em várias edições e línguas. Foi fundamento, por exemplo, para as obras de Andrés Bello (1959) e Antonio Sáenz (1939), como também o foram Pufendorf, Wolf, Grócio e Jorge Frederico de Martens¹⁷.

Jorge Frederico de Martens foi um dos últimos clássicos do Direito Internacional, que estendeu o Direito das Gentes, europeu, para a América. O Direito europeu foi o berço onde se desenvolveu o direito americano, especialmente a partir do século XIX, no qual se destacaram as preocupações com o Direito dos povos a dispor de si mesmos, a legitimidade democrática, o recurso à arbitragem, a efetividade como critério do reconhecimento dos Estados e dos Governos e o direito de asilo diplomático (TRUYOL Y SERRA, 1990, p. 111).

O Direito Natural e das Gentes, através de sua evolução e divulgação, acompanhou o desenvolvimento do Estado em suas

diversas fases, como a construção e consolidação do Estado Moderno, tanto na Europa quanto na América. Foi um dos grandes responsáveis pela tomada de consciência do que venha a ser um Estado soberano, a consciência da igualdade dos direitos, independentemente do tamanho territorial que possua o Estado e a necessidade e importância do pacto político entre as sociedades ou Estados para combater a exploração colonialista e o poder tirânico, por exemplo, como também para garantir os direitos individuais e coletivos desta sociedade política e suas formas de associação pacífica ou contratual.

Para Suances-Carpegna, o Direito das Gentes, principalmente os estudos escolásticos, tiveram no Século das Luzes uma maior extensão na América que na Península espanhola, em especial os escritos de Suárez que privilegiavam o direito de resistência à tirania e sua doutrina da soberania popular. Citando Carlos Stoetzer, afirma: “[...] *la filosofía escolástica fue la base intelectual de los grandes jefes de la guerra de la Independencia...*”¹⁸ (apud SUANCES-CARPEGNA, 1983, p. 27). Afirmou também que o jusnaturalismo, especialmente o alemão, teve uma grande ressonância nos movimentos emancipatórios – sobretudo na Argentina e no Uruguai – como as ideias de “*soberania de los pueblos o provincias o federaciones o a de otras partes del Estado*”¹⁹ (SUANCES-CARPEGNA, 1983, p. 28). E que o jusnaturalismo anglo-francês (Locke, Montesquieu, Rousseau) teve uma difusão maior a partir de 1814, porém isso não significa que diminuíram as outras bases intelectuais, mas mesclaram-se.

Assim, grande parte dos pensadores e obras mencionados fizeram parte das leituras da elite política na América, intensificadas a partir do final do século XVIII com a independência dos Estados Unidos e com o maior desenvolvimento da imprensa. Tanto os livros, as transcrições em folhetos, periódicos e jornais como as aulas e os sermões foram impregnados por tais ideias e suas decorrentes interpretações, fazendo com que as lideranças políticas dos movimentos de independência e as que atuaram na construção dos Estados nacionais emergente, independentemente do grau de sua formação intelectual, fundamenta-se no Direito das Gentes.

Tal aplicabilidade do Direito das Gentes, pelos teóricos americanos, é demonstrada pelo escritor argentino José Carlos Chiaramonte, quando escreve:

Una virtud del Derecho Natural, escribía el ya citado Vattel, “una pequeña república no es menos un Estado soberano que el reino más potente”. Y Sáenz afirmaba que el derecho mayestático “tanto le corresponde a una pequeña República cual la de San Martín [San Marino?] como al imperio de Alemania”. Y lo mismo apunta Bello: “Siendo los hombres naturalmente iguales, lo son también los agregados de hombres que componen la sociedad universal. La república más débil goza de los mismos derechos y está sujeta a las mismas obligaciones que el imperio más poderoso²⁰. (CHIARAMONTE, 1997, p. 60)

E tal adoção do Direito das Gentes também abrangeu, além da elite intelectual, a elite econômica e social, como os estancieiros do Rio Grande do Sul, como constatou Helga I. L. Piccolo:

Bento Gonçalves, [...] justificou com o ‘direito das gentes’ não só a guerra, mas também a não-aceitação das propostas de anistia. Buscou em Vattel o respaldo para sua atitude de comandar o Rio Grande do Sul... (PICCOLO, 1987, p. 57-58).

E é no Direito das Gentes que também se buscou os fundamentos para os ideais federalistas.

Truyol y Serra escreve que desde o século XI havia pensadores que se preocupavam com o direito internacional ou das gentes através de propostas e projetos federais ou confederais. Por exemplo, o francês Pierre Dubois (1250-1312) preconizou uma união dos soberanos cristãos para combater os infiéis e reconquistar os lugares santos. Nesse projeto havia uma assembleia confederal habilitada para declarar a guerra e a paz, um tribunal e um exército formados por contingentes dos estados membros custeados por um orçamento da federação. Outro exemplo, no século XVI e XVII, os projetos do monge francês Emeric Crucé, que pretendia associar a Turquia e outras nações não cristãs. O Duque de Sully, Maximiliano de Béthune, previa uma federação

de grupos regionais em que a direção ficaria sob a responsabilidade de um Conselho Geral, no qual os membros seriam nomeados exclusivamente pelo Papa, o Imperador e os reis de França, Inglaterra e Espanha, com o objetivo de fazer frente à hegemonia austríaca (TRUYOL Y SERRA, 1990, p. 73).

O federalismo enquanto projeto político, forma de Estado ou forma de relação entre os Estados, acompanhou a evolução teórica do Estado moderno e assim da questão do poder e da soberania²¹. A condição soberana é um elemento que permite diferenciar e caracterizar um estado membro, um Estado independente de fato e, com isso, o tipo de relação entre os estados. Neste ponto, quanto às formas de relacionamento, temos, no Direito das Gentes, produzido também na América, uma explicação, segundo Andrés Bello:

Toda nación, pues, que se gobierna a sí misma, bajo cualquiera forma que sea y tiene la facultad de comunicarse directamente con las otras, es a los ojos de éstas un estado independiente y soberano. Deben contarse en el número de tales aun los estados que se hallan ligados a outro más poderoso por una alianza desigual en que se da al poderoso más honor en cambio de los socorros que éste presta al más débil; los que pagan tributo a outro estado; los feudatarios, que reconocen ciertas obligaciones de servicio, fidelidad y obsequio a un señor; y los federados, que han constituido una autoridad común permanente para la administración de ciertos intereses; siempre que por el pacto de alianza, tributo, federación o feudo no hayan renunciado la facultad de dirigir sus negocios internos, y la de entenderse directamente con las naciones extranjeras.²² (BELLO, 1959, p. 35)

Para Andrés Bello, a soberania que reside originariamente na comunidade é transferida especialmente para o poder legislativo que é “*actual y esencialmente el soberano*”²³ (BELLO, 1959, p. 111), influenciado talvez pela independência dos Estados Unidos; nesse sentido, seu posicionamento frente ao processo de construção e consolidação dos novos Estados independentes na América, influenciará nos projetos federalistas do século XIX.

O discurso em defesa do federalismo, no qual vem inserida a discussão sobre a respeito da soberania apareceu, nas diversas tendências políticas do espaço fronteiriço platino no século XIX, com significados diferenciados que produzem ainda muitas dúvidas, incompreensões e diversas visões históricas.

Um exemplo disso é a atuação da elite da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que, em seu perfil próprio, pertence a esse universo de influências e de relações de poder que levaram à eclosão da Revolução Farroupilha (1835-1845), que teve por bandeira o federalismo (PADOIN, 1999; 2001). Assim, a defesa do federalismo encontrou sua justificativa “legal” e filosófica no Direito das Gentes e no liberalismo, como as correspondências, proclamações e os jornais da época testemunham.

[...] donde veio este Direito das Gentes? Responderei que de Vattel. É ele quem diz que o uso dá o nome de guerra civil a toda a guerra que se faz entre os membros de uma mesma Sociedade Política: se estão de um lado os cidadãos e de outros o Soberano com aqueles que lhe obedecem, basta que os descontentes tenham alguma razão de tomar as armas, para que se chame a esta desordem guerra civil e não rebelião [...] (Carta de Bento Gonçalves, em 15/03/1840, para Gaspar Menna Barreto)

Bento Gonçalves, um dos mais importantes líderes da Revolução Farroupilha, refere como fundamento de suas ideias e projeto autonomista/independência o teórico do Direito das Gentes, Emerich Von Vattel, autor da obra *Direito Internacional das Gentes*. Assim, o Direito das Gentes justificou o direito à liberdade e também a defesa do federalismo. Portanto, entende-se que a Revolução Farroupilha foi também mais uma variável dos movimentos emancipacionistas na América, pois os estados, como o brasileiro, recém-estavam no processo inicial de sua formação²⁴.

Considerações finais

Dessa forma, acreditamos que devemos entender o processo de independência tanto em sua relação externa (metrópole) quanto e, especialmente, em relação às questões estruturais internas, entendidas, sinteticamente, e como lutas regionais que propunham projetos diferenciados de estruturação de estados com caráter soberano, no qual o espaço territorial, econômico e social de domínio foi amplamente disputado. Assim, o Direito Natural e das Gentes foi fundamentação importante na definição desses projetos como na relação das províncias e/ou “futuros estados” que se conformaram nos países que conhecemos atualmente e que na atualidade refletem os duzentos anos do processo de independências.

THE “NATURAL LAW AND LAW OF THE GENTES” AND THE FEDERALISM IN THE PROCESS OF INDEPENDENCE IN AMERICA

Summary: This text presents a historical overview of the evolution of Natural Law and the Gentiles in order to demonstrate the relevance of their study to understand the theoretical foundation that was present in the processes of formation of national states in America and in the speeches of defense of projects federalists.

Keywords: Law of the Gentes. Federalism. National State.

Notas

¹ É necessário salientarmos que havia membros de outras ordens religiosas defensores das “novas” ideias, como os franciscanos e os agostinianos, no qual destaca-se o nome de Francisco Alfonso de Castro.

² A Ordem de São Domingos foi seguidora da filosofia de São Tomás de Aquino (século XIII). Fundamentado neste explica-se que o Direito Natural poderia ser descoberto pela razão humana. Assim, a lei da razão deixa de ser apenas de origem divina, pois era ao mesmo tempo laica. Visão que se propagou e influenciou muitos pensadores. Ler em James Brown Scott. *El Progreso del Derecho de Gentes – Conferencias y estudios internacionales*, 1928.

³ Seu nome era Francisco de Arcaya y Compludo, porém utilizou o toponímio do pai, o que fez algumas pessoas pensarem que tinha nascido em Vitória.

⁴ Tradução da citação: “O *Direito das Gentes* não só tem vigor por constituir um pacto e estabelecimento entre os homens e nações, mas por ter também as condições necessárias de obrigar como lei, porque a Orbe, que em certo modo é na realidade uma República, que tem a faculdade de editar leis que constituem e formam o *Direito das Gentes* [...] Não há de ser permitido a Reino algum, deixar de observar o *Direito das Gentes*, porque o mesmo foi promulgado e sancionado por toda a autoridade do universo da Orbe”. [Tradução nossa]

⁵ Algumas de suas obras: *Espelho de Cônjuges* (1556), *Os dízimos* (1554), *Lógica e Física*; *Domínio dos infiéis e a guerra justa*. Por seus escritos em defesa dos índios, especialmente para que eles não necessitariam pagar a décima, ocasionou vários atritos com o Arcebispo Montújar. Ver maiores informações em Antonio Truyol Y Serra, op. cit., p. 98-100.

⁶ Tradução da citação: “[...] o direito necessário do homem, como ser social, político e moral que forma com seus semelhantes um grupo ‘etático’, social, jurídico, político e moral.” [Tradução nossa]

⁷ Tradução da citação: “[...] o direito natural é universal e o é igualmente o direito entre os Estados”. [Tradução nossa]

⁸ Tradução da citação: “Que o *Direito das Gentes*, abstração tirada do conteúdo do direito entre os Estados, é um sistema próprio, criação dos Estados em seu conjunto e não um direito do Estado como Estado”. [Tradução nossa]

⁹ Tradução da citação: “[...] é no fundo grupo de indivíduos separados por fronteiras artificiais”. [Tradução nossa]

¹⁰ Segundo Sabine (1996) a dificuldade que se apresentava a teoria do direito divino não estava no fato de ser teológica, se não a peculiar legitimidade que atribuía ao poder régio desafiava toda a possibilidade de análise ou defesa racional. [Tradução nossa].

¹¹ Tradução da citação: “O *Direito Natural* é um dito da reta razão, que uma ação que seja ou não conforme a natureza racional, tem em si uma qualidade moral ou de necessidade moral; e, que em consequência tal ato é proibido e ordenado pelo autor da natureza, Deus.” [Tradução nossa]

¹² Tradução da citação: “Todas as gentes podem relacionar-se e negociar entre si”. [Tradução nossa]

¹³ Tradução da citação: “[...] o mesmo Deus que rodeou de terras aos oceanos por todas partes e até todas as partes, o fez navegável e os ventos tranquilos ou violentos não sopram da mesma região sempre”. [Tradução nossa]

¹⁴ Tradução da citação: “Não significa que pela mesma natureza se há concedido a todas as nações o acesso a todas elas?” [Tradução nossa]

¹⁵ Assim, o Estado constituiu-se com base no Estado de natureza, como consequência do contrato social.

¹⁶ Thomas Hobbes foi classificado por Norberto Bobbio, no seu livro, *O Positivismo Jurídico*, como um jusnaturalista que foi precursor do juspositivismo (p. 43).

¹⁷ Esta informação é dada por Antonio Jose de Irisarri quando escreve para José Maria de Rojas, em 8 de julho de 1846, em um comentário sobre a obra de Andrés Bello, como também nos escritos de Antonio Sáenz.

¹⁸ Tradução da citação: “*A filosofia escolástica foi a base intelectual dos grandes chefes da guerra da Independência.*” [Tradução nossa]

¹⁹ Tradução da citação: “[...] soberania dos ‘pueblos’ ou províncias ou federações ou a de outras partes do Estado”. [Tradução nossa]

²⁰ Tradução da citação: “*Uma virtude do Direito Natural, escrevia o já citado Vattel ‘uma pequena república não é menos que um Estado soberano, que o reino mais potente. E Sáenz afirmava ‘que o direito ‘magentático’ tanto corresponde a uma pequena república como a de San Martín [San Marino?] como ao império da Alemanha’.* E o mesmo diz Bello: ‘Sendo os homens naturalmente iguais, o são as agregações de homens que compõem a sociedade universal. A república mais débil goza dos mesmos direitos e está sujeita às mesmas obrigações que os impérios mais poderosos.’” [Tradução nossa]

²¹ A noção de soberania é a das mais debatidas e conflituosas do Direito e da Ciência Política. Um dos textos, entre outros, que trabalham teoricamente esta discussão é o de A. Machado Pauperio, *O Conceito Polêmico de Soberania*, Rio de Janeiro, Editora Forense.

²² Tradução da Citação: “*Toda nação, pois, que se governa a si mesma, sob qualquer forma que seja, e tem a faculdade de comunicar-se com outras, é aos olhos desta um estado independente e soberano. Devem contar-se ao número ainda os estados que se acham ligados a outro mais poderoso por uma aliança desigual em que se dá ao poderoso mais honra em troca dos socorros que este presta ao mais fraco; os que pagam tributos a outro estado; os feudatários, que reconhecem certas obrigações de serviço, fidelidade e favores a um senhor; e os federados, que têm constituído uma autoridade comum permanente para a administração de certos interesses; sempre que por pacto de aliança, tributo, federação ou feudo não hajam reunido a capacidade de dirigir seus negócios internos, e a de entender-se diretamente com as nações estrangeiras.*” [Tradução nossa]

²³ Tradução da citação: “*atual e essencialmente o soberano.*” [Tradução nossa]

²⁴ Trabalho esse realizado em nossa tese de doutorado em História, pela UFRGS, intitulada *O federalismo no espaço fronteiriço platino. A Revolução Farroupilha (1835-1845)*.

Referências

BELLO. Andrés. *Derecho Internacional I, Principios del Derecho Internacional y Escritos Complementarios*. Caracas, 1959.

BOBBIO. *Thomas Hobbes*. Traducción de Manuel Escrivá de Romaní. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

CHIARAMONTE, José Carlos. La formación de los Estados Nacionales en Iberoamérica. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y América Dr. Emilio Ravignani*. Buenos Aires, n. 15, p. 160, 1997.

GRÓCIO, Hugo. *De la Libertad de los mares*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1979.

MARTENS, Jorge Frederico de. *Instituciones elementares sobre el Derecho Natural y de Gentes – curso dictado en la Universidad de Buenos Aires – 1822-23*. 1939.

MERÊA, Paulo. *Escolástica e jusnaturalismo. O problema da origem do poder civil em Suárez e em Pufendorf*. Coimbra, 1943.

PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo no espaço fronteiriço platino. A Revolução Farrroupilha (1835-1845)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 1999.

_____. *O Federalismo Gaúcho*. São Paulo: Companhia Nacional, 2001.

PICCOLO, Helga I. L. A Guerra dos Farrapos e a Construção do Estado Nacional. In: *A Revolução farrroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 30-60, 1986.

SABINE, George H. *Historia de la teoría política*. Traducción de Vicente Herrero. 3. ed. ampl. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

SAÉNZ, Antonio. *Instituciones elementares sobre el Derecho Natural y de Gentes – curso dictado en la Universidad de Buenos Aires – 1822-23*, 1939.

SCOTT, James Brown. *El progreso del Derecho de Gentes – conferencias y estudios internacionales*. Madrid: Espasa; Calpe, 1936.

SUANCES-CARPEGNA, Joaquín Varela. *La teoría del Estado en los orígenes del constitucionalismo hispanico*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.

TRUYOL Y SERRA, Antonio. *História da Filosofia do Direito e do Estado*. Tradução de Henrique Barrilaro Ruas. Lisboa, 1990.

_____. *História do Direito Internacional Público*. Tradução de Henrique Barrilaro. Lousã: Instituto Superior de Novas Profissões, 1996.

Recebido em: 06/05/2013

Aprovado em: 23/05/2013

História intelectual e redes contextuais

Carlos Henrique Armani*

Resumo: Pretende-se investigar neste artigo a questão da historicidade do contexto histórico na história intelectual a partir de uma interlocução com a filosofia hermenêutica, com a desconstrução e com os estudos sobre redes intelectuais na América Latina. Como hipótese básica, entende-se que os estudos das redes intelectuais incrementaram significativamente a perspectiva do contexto histórico na interpretação das ideias, mas que uma articulação com a filosofia hermenêutica de Martin Heidegger e com a desconstrução de Jacques Derrida pode contribuir ainda mais para a radicalização do problema do contexto histórico.

Palavras-chave: História intelectual. Redes intelectuais. América Latina.

Introdução

A definição do contexto histórico tem sido um problema para a história intelectual. Pode parecer paradoxal afirmar que, aquilo que é, na maior parte das vezes, tomado como o ponto de partida de uma investigação histórica possa ser o tópico principal de um debate. Mas é exatamente nessa razão que reside o interesse do questionamento. Antes de usar o contexto histórico para explicar ou interpretar a realidade das ideias, é o próprio contexto que deve ser explicado. Não é incomum estabelecer, em um trabalho acadêmico

* Doutor em História pela PUCRS; Pós-doutorado em Teoria e Filosofia da História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: carlos.armani@gmail.com.

de história intelectual, o contexto como lugar positivo da interpretação, o salvo-conduto de toda a objetividade e a garantia de que as ideias não habitam o mundo de Platão, mas estão ali, no seu *lugar* ou fora dele, sem que seja necessário problematizar qual a relação dos lugares com as escritas, dos contextos com os textos.

Pretendemos investigar, neste artigo, alguns contextos possíveis que podemos evocar ao interpretar um texto de uma determinada época (o trabalho básico do historiador intelectual), sem que o texto pare no *eidos* tão temido pelos historiadores treinados na escola do materialismo filosófico, tampouco, seja convertido em “derivaçãoismo”, uma simples derivação de uma historicidade X, seja ela qual for. Em um diálogo com os estudos das redes intelectuais na América Latina e com as filosofias de Martin Heidegger e de Jacques Derrida, apresentaremos um modo de historicização do contexto, quer dizer, um conjunto de contextos que operam em um determinado texto interpretado e que não esgotam sua relação com o texto. Trata-se de recusar toda e qualquer forma de derivação exclusiva de historicidade das ideias, por meio de um tratamento interpretativo do contexto como o *espaço* de confluência (fluir em comum), por excelência, de todo e qualquer gestar-se da história a partir de sua constituição como temporalidade. Parafraseando Heidegger, o contexto é histórico não por “estar na história”, mas por ser temporal no fundo de seu ser. Um contexto existe historicamente porque sua constituição não é o continente *real passado* onde se estabelecem os fatos e processos históricos, mas sim, a temporalidade¹. O que é o *histórico* do contexto? Jogar para esse adjetivo, os substantivos economia, sociedade, cultura, política, tropos linguísticos, pouco ajuda a pensá-lo em termos de abertura, de historicidade por meio da qual o próprio contexto é contextualizado. Ao contrário, o apelo a tais domínios *naturalmente* constitutivos da história reproduz, às vezes com uma carapaça conceitual contemporânea, as teses básicas do realismo filosófico do século XIX, que alguns historiadores tendem a confundir com o real.

A pergunta que se apresenta, como um corolário da historicização do contexto é: como podemos operacionalizar a ideia da temporalidade constitutiva do contexto para a pesquisa na história intelectual? Ao interpretarmos um texto ou um conjunto de textos

de um determinado período histórico, quais são os caminhos possíveis para a sua interpretação? Minha sugestão para pensar uma alternativa não *derivacionista* de historicização das ideias implica reconhecer em todo o processo de escrita de um texto do passado, não a simples existência do autor que garante a presença plena da historicidade, nem um contexto originário do qual o autor escreve, muitas vezes circunscrito a um Estado-nação. Seguindo a tripartição da mundanidade do mundo, sugerida por Martin Heidegger, podemos pensar o contexto a partir do mundo-ambiente, do mundo-compartilhado e do mundo próprio, os quais configuram uma estrutura relacional na qual a existência se apresenta como um ser-no-mundo².

Desses níveis contextuais, podemos dar ênfase ao mundo compartilhado, no qual o autor de um determinado texto está lançado no mundo com outros e com os quais estabelece relações, seja para discutir questões do mundo-ambiente, do mundo vivido intersubjetivamente, como também do mundo de sua vivência subjetiva. O conjunto de reflexões apresentados por um autor a partir dessa inserção tripartida no mundo configura seu ser, ou para usarmos a terminologia heideggeriana, seu ser-aí autoral. Dominick Lacapra (1983, p. 36-60) traduziu a perspectiva de Heidegger para a história intelectual em um texto que ficou célebre, no qual Lacapra sugere que o historiador intelectual, ao interpretar um texto, deve levar em consideração, ao menos, seis níveis contextuais: as relações entre as intenções do autor e o texto, as relações da vida psicológica do autor e o texto, as relações sociais e o texto, a cultura e os níveis de educação dos intelectuais e o texto, a relação do texto com o *corpus textual* de um escritor ou de um conjunto de escritores, o que remete para a ideia de uma relação entre o texto e textos de outros autores, bem como a relação entre modos de discurso e texto (modos mais ou menos formalizados de discurso, estruturas de interpretação, convenções e regras de linguagem). Seu texto é voltado para uma discussão de caráter mais teórico do que propriamente metodológico – em que pese a dificuldade de separarmos tais níveis. Há uma preocupação maior por parte do autor em definir os contextos aos quais devemos prestar atenção ao interpretarmos um texto do que o como fazer essa interpretação. Nesse sentido, o estudo das redes intelectuais na América Latina

oferece um avanço significativo para a discussão metodológica – o tratamento ao documento/texto – de um autor ou, no caso, do conjunto de autores e ideias que configuram uma rede intelectual. É para algumas questões metodológicas desses estudos que nos voltaremos a seguir, de modo que seja possível apresentar a abertura contextual que os *estudos eidológicos* oferecem para o historiador intelectual, bem como aduzir algumas contribuições que a história intelectual pode oferecer para aprofundar a historicidade do contexto que as redes intelectuais perspectivam.

A historicidade dos contextos

Ainda que alguns dos estudos das redes intelectuais estejam direcionados para uma história de caráter mais sociológico ou para uma história dos intelectuais, por meio da qual se procura historicizar certas sociabilidades e, com isso, pensar uma possível integração de determinados intelectuais para além das fronteiras do Estado-nação, tais estudos têm sido decisivos no estabelecimento de uma crítica a três perspectivas teórico-metodológicas que acompanharam o desenvolvimento da história intelectual e que contribuíram para sedimentar certos contextos: 1) a demarcação de um Estado-nação (especialmente europeu-ocidental) como o contexto originário da escrita; 2) o sujeito como fonte plena de saber; 3) a influência de uma matriz teórica europeia como ponto de partida genealógico da história de uma ideia. Nas palavras de Devés Valdés (2007, p. 29-31), as redes se formam nas tensões entre vontade e espontaneidade, entre questões mais ou menos acadêmicas, condições idiomáticas, de proximidade cultural e econômica, afinidades eletivas entre intelectuais que trabalham questões similares e mesmo instituições como sociedades, centros, associações, congressos, publicações, entre outros. Como se pode notar, evocar o que poderia compor historicamente uma rede não é algo fechado. As redes dependem de uma série de condições que somente se tornam claras no próprio processo de sua constituição. Não há, antes de qualquer história intelectual, uma rede constituída que formaria

um contexto prévio e apriorístico. O contexto é rede e as redes, levando em consideração as mútuas relações e os seus desdobramentos, são contextos nos quais a escrita de uma obra ou de um conjunto de obras se temporaliza. As redes implicam certa continuidade nas trocas, mas as configurações que ela assume, os contextos que ela mobiliza são variados, tantas quantas podem ser as redes intelectuais. Ainda segundo Devés Valdés (2007, p. 34-35), os aportes da noção de redes para os *estudos eidológicos* são numerosos: pesquisadores interessados em confeccionar cartografias intelectuais e/ou eidéticas; para aqueles que se ocupam da circulação das ideias através do espaço e do tempo; para aqueles que tentam localizar os pensadores em seus contatos, por meio das relações interpessoais; ou ainda para aqueles que se ocupam das hibridizações e evoluções geradas em ecossistemas intelectuais, dos quais as redes são um dos componentes; para aqueles que trabalham sobre as “influências”, a circulação das ideias e sua disponibilidade em redes, por meio das quais elas amadurecem sua cidadania. A noção de rede ainda serve para complementar e melhorar outras noções como geração e campo intelectual, especialmente nesse último caso, em que as disputas pelo poder e pelo capital sócio-cultural são levadas em consideração com outros níveis da realidade intelectual, tais como a cooperação e a integração científico-tecnológica para além do Estado-nação.

Feito esse breve recenseamento, não fica difícil para o historiador intelectual pensar as contribuições que o estudo das redes intelectuais pode oferecer e estimular para historicizar as ideias e os seus contextos. Em primeiro lugar, se tomarmos um conjunto de autores latino-americanos de um determinado momento histórico que dialogam entre si, ou que dialogam entre si e com intelectuais europeus, ou ainda com intelectuais de outros continentes que não sejam nem a Europa e nem a América Latina, temos os mundos-ambientes e intersubjetivos que aparecem na cena discursiva, de modo que as ideias possam se constituir como significativas para a nossa compreensão. Devés Valdés ressalta as condições idiomáticas como um elemento importante na constituição das redes – basta ver a ênfase nos estudos de redes intelectuais nos países de língua espanhola –, mas tais condições não significam fechamento

do contexto. Além delas, outras estruturas relacionais são mencionadas, entre as quais academias, instituições, revistas e publicações e, claro, afinidades entre autores. O Estado-nação, que muitas vezes demarca campos de conhecimento tomados como naturais – historiografia brasileira, historiografia argentina, historiografia alemã etc – é, no caso das redes, mais um elemento, entre muitos outros, que compõe o contexto. Além disso, a escrita, tomada como uma atividade intencional e subjetiva, tem um alcance que precede e transcende o autor de modo isolado, na medida em que o coloca no mundo com outros autores e cujas intenções se configuram em um espaço e tempo abertos. Ainda que objetivos comuns, intenções e mesmo configurações discursivas possam se materializar em publicações de revistas, nas quais um objetivo comum pode transcender pequenas diferenças, os conflitos, as oposições de ideias e mesmo as motivações e aspectos sociais podem variar conforme o autor em questão. Ao se demarcar uma rede intelectual como objeto de estudo, é possível apresentar as intenções e motivações concorrentes entre os autores, os modos pelos quais eles configuram uma homogeneidade, bem como suas diferenças, as sociedades nas quais tais autores estão inseridos – o que inclui instituições, classes sociais, grupos políticos, Estados-nações –, as culturas às quais eles pertencem, bem como as estruturas argumentativas usadas em comum ao formar suas ideias. Ainda poderíamos aventar outras razões que as redes intelectuais mobilizam em sua problematização do contexto. Para os objetivos propostos nesse artigo, acreditamos que esse pequeno inventário de vantagens de sua utilização seja suficiente.

Pensamos, contudo, que a metodologia das redes intelectuais pode se tornar ainda mais efetiva naquilo que ela denuncia – a saber, as influências, o sujeito como fonte plena do saber e a delimitação de um Estado-nação como configurador do contexto de um pensamento – se a ela for incorporada a perspectiva das redes textuais e a desconstrução da ideia de contexto proposta por Jacques Derrida. Em que sentido?

Começamos pelo problema do primado do sujeito como fundamento do saber, que está na base das histórias tradicionais das ideias, como também em grande parte da tradição filosófica ocidental.

Em linhas gerais, a crença no primado do sujeito como fonte do saber (e da verdade) está arraigada naquilo que Martin Heidegger denominou a metafísica da presença, a determinação primordial do sentido do ser como presença (DERRIDA, 2001, p. 13). Trata-se de uma valorização excessiva da origem do discurso, entendida como referência simples, não-desdobrada, a uma presença idêntica a si mesma, a preservação de uma presença original, representada pela “figura paterna” daquele que enuncia e controla seu próprio discurso. Em que medida essa presença pode ser plena no enunciado de um discurso escrito? E como traduzir essa presença consciente da intenção do sujeito falante à totalidade de seu ato locutório no caso dos textos-objetos do historiador intelectual? Preconizar a presença a si mesma de uma intenção que anima determinado enunciado parece indicar o problema da ausência que todo discurso traz e que se torna ainda mais incisivo e sinuoso na escrita. A escrita, de acordo com Derrida (1991, p. 14), continua a produzir efeitos para além da presença do emissor e do destinatário. Nesse sentido, como vimos acima, as redes oferecem um mundo de contextos nos quais as ideias não se esgotam na presença da escrita. Nas suas palavras (*Ibid.*, p. 19): “Toda a escrita deve, para ser o que ela é, poder funcionar na ausência de todo destinatário empiricamente determinado em geral”. “Para que um escrito seja um escrito”, continua Derrida (1991, p. 19), “[...] é preciso que continue a ‘agir’ e ser legível mesmo que o que se chama de o autor do escrito não responda mais pelo que escreveu”.

Ao reconhecer na obra de Jacques Derrida uma alternativa para esses problemas, o que poderíamos arrolar como possibilidades conceituais para pensar a historicidade das ideias em termos de rede? Algumas dessas possibilidades já foram mencionadas acima. Derrida tem um conjunto de termos que servem para determinar a desconstrução, a começar pela própria *ideia* de desconstrução. Derrida sugere que a desconstrução implica pensar a genealogia estrutural de certos conceitos e jogar com suas configurações exteriores e interiores. Qualquer conceito concebido como puro, sob o signo da desconstrução, é marcado por sua *différance*, pela sua exterioridade constitutiva (DERRIDA, 2001, p. 13). Essa exterioridade constitutiva pode ser um autor ou um conjunto de autores, como

também ideias-limites que configuram seus textos, cujos significados se situam para além e aquém da suposta essência do conceito. Por exemplo: a ideia de Brasil construída pelos intelectuais brasileiros de fins do século XIX passou não somente pelas intenções que cada um deles teve ao elucidar o conceito, como também pelos exteriores constitutivos desses conceitos – o que o Brasil não era. O que se apresentava para eles como um não-ser do Brasil? Entre outros significantes, os principais eram as Américas inglesa e hispânica, como também a Europa ocidental, especialmente Portugal, França e Inglaterra. Na estrutura da retórica nacionalista, pode-se notar a demarcação de um mesmo e de um outro da nação – que pode assumir a forma interna ou externa do *ser*. A mobilidade discursiva que se opera nessa situação implica um deslocamento constante do significado positivo da nação, o qual se modifica de acordo com os contextos colocados em cena. Autores podem ter intenções que variam de acordo com suas motivações pessoais, com sua posição institucional ou de classe, com sua situação em determinada região, com os jogos de linguagem e os significados disponíveis para a construção de uma narrativa, entre outros.

A escrita, nesse sentido, é sempre um processo de rasura, na qual a inscrição se coloca sobre outra inscrição, sem que se apague completamente aquilo que ficou como o arquirastro. Os textos, mais do que remeterem a um ou a outro autor, formam uma rede na qual o autor é apenas um dos pontos de conexão de mundos muito mais complexos nos quais devemos estimar o contexto subjetivo e intersubjetivo da escrita – os mundos cooriginários que mencionamos anteriormente.

O movimento da *différance*, na medida em que produz os diferentes e os diferencia, é a raiz comum de todas as oposições de conceitos que escandem nossa linguagem (DERRIDA, 2001, p. 14). Na *différance*, nenhum conceito, palavra ou qualquer enunciado primordial sintetiza ou comanda, a partir da presença autoral que configura o centro, o movimento textual das diferenças. O sentido, algo que o historiador busca compreender ao interpretar um texto, é constituído de um tecido de diferenças, uma rede de remessas textuais a outros textos, uma transformação textual na qual cada termo supostamente *simples* é marcado pelo rastro de um outro, a

interioridade presumida do sentido que é sempre centrífugo, uma força direcional que se desloca sempre para fora de si. Nesse sentido, a rede pode ser um entrelaçamento dos contextos em questão, não porque eles sejam a simples presença, mas, pelo contrário, porque eles são a abertura radical de todo o sentido, no qual o perguntar pelo seu ser implica uma imersão naquilo que ele não é.

As redes intelectuais podem ser redes textuais nas quais participam autores que já morreram e que nunca fizeram ou nunca farão parte de uma rede determinada, ou ainda autores cujas ideias estão aquém ou além de um contexto idiomático. Ideias, valores, crenças, jogos de linguagem e regras de escrita, podem ser construídas a partir de uma relação histórica que leva em conta a tradição de uma determinada cultura intelectual, para além (ou aquém) do estabelecimento de uma rede propriamente. Nesse sentido, a rede intelectual constituída seria mais um componente contextual entre outros que operam na interpretação de um texto ou de um conjunto de textos. No momento em que um autor escreve um texto, ainda que ele tenha uma intenção de alcançar um público X, não se pode determinar qual será o alcance de seus escritos. Não se pode fechar o significado que o autor atribui ao texto como a única verdade do texto, nem tampouco estender a intencionalidade para a rede, o conjunto intencional de uma rede que se converteria em um hipersujeito.

Na questão idiomática, parece residir certa fragilidade da historicização dos contextos que as redes intelectuais possibilitam. Seus estudos não foram tão bem-sucedidos – se falarmos aqui de estudos relativos ao pensamento de fins do século XIX e dos primeiros anos do século XX no contexto latino-americano envolvendo o Brasil – quando foram analisados textos escritos em línguas diferentes. Tomemos alguns exemplos: se pensarmos o discurso especulativo sobre a história por meio do qual se tentou construir um sentido universal do gestar-se das sociedades – a filosofia da história – não fica difícil perceber que autores brasileiros, argentinos e uruguaios que pensaram o tema da nação e da identidade nacional o fizeram em termos de uma metanarrativa ou de uma história da civilização como ideia reguladora de uma estágio no qual a nação se desenvolvia (fosse no caso brasileiro, argentino, alemão, francês ou norte-americano). Poderia haver uma filosofia progressista,

evolucionista ou mesmo pessimista em relação ao futuro nacional. Nenhuma delas deixou de se pautar por uma filosofia da história. E as filosofias da história, como uma forma de narrar o passado da nação, não foram criações específicas de uma rede intelectual, ainda que as redes pudessem dar contornos diferentes para essa narrativa, conteúdos diferentes para suas formas. Há um fundo comum que estabelece a estrutura da narrativa, na qual a composição se dá dentro de uma remessa de textos a outros textos, nos quais podemos mapear uma zona indistinta de criação e de difusão, que não se restringe nem à Europa e nem à América.

Hegel, Ranke, Comte, Spencer, Frederic Jackson Turner, José Enrique Rodó, entre outros, criaram filosofias da história – que não eram completamente originais – e pautaram significativamente as estruturas que as narrativas nacionais do século XIX tinham. Autores brasileiros, uruguaios e argentinos de fins do século XIX e do século XX pensaram o lugar de suas respectivas nações no concerto civilizacional ocidental. Ainda que o Ocidente fosse apenas uma ideia-limite e reguladora do que ser no presente e no futuro, não se pode deixar de reconhecer que as nações eram narradas em uma filosofia da história comum. E muitas dessas narrativas foram criadas sem que tais autores fossem parte de uma rede intelectual. Talvez poderíamos falar em uma rede textual, na linha de Derrida, para definir tais relações. Nesse sentido, poderíamos falar em uma rede hegeliana, ou uma rede arielista, ou ainda uma rede bomfiniana para designar pensamentos nacionais construídos em contextos diferentes, sem que desembocássemos em um estudo das influências, pois o que importaria, mais do que mapear qualquer influência, seria pensar as fronteiras que demarcariam o mesmo e o outro na construção de uma filosofia da história, ou mesmo como determinadas ideias funcionaram no processo de elaboração das escritas da nação. Nenhuma escrita da identidade nacional seria nacional, no sentido de ter o Estado-nação como seu regulador. Ela seria, desde seu ponto de partida, uma remessa de textos e contextos nos quais a nação ou continente seriam apenas pontos de um circuito aberto em seu futuro (no passado).

Tomemos mais um exemplo, servindo-nos da ideia de fronteiras internas da América Latina: os escritores Eduardo Prado, Manoel Bomfim, Carlos Bunge e José Enrique Rodó, respectivamente nos livros *A ilusão americana* (1893), *América Latina: males de*

origem (1903), *Nuestra América* (1903) e *Ariel* (1900) escreveram sobre modos de civilização por meio dos quais eles pensaram a própria história nacional e as maneiras de alcançar o progresso ou o pleno desenvolvimento civilizacional. Todos foram leitores e criadores de filosofias especulativas da história. Esses autores jamais constituíram uma rede intelectual, não obstante a existência de aspectos estruturais comuns nas suas obras³. Diversas razões podem ter contribuído para que eles não tenham tido contato entre si, entre elas, a barreira linguística. Eduardo Prado, por exemplo, constituiu uma rede intelectual com escritores portugueses, tais como Eça de Queiros e Oliveira Martins. Não é difícil mapear publicações conjuntas, encontros pessoais, ideias afins entre aqueles autores. Não obstante, as ideias de Prado, como também de outros pensadores monarquistas brasileiros que atacaram o modelo de civilização norte-americano no início do século XX, poderiam se aproximar, parcialmente, das ideias de uma rede arielista, especialmente na denúncia de um modo de civilização que se impunha como hegemônico em relação à tradição latina da América, fosse hispânica, fosse portuguesa. Carlos Bunge e Manoel Bomfim escreveram suas principais obras de denúncia da “inferioridade” da América Latina em 1903. A responsabilidade pelo atraso civilizacional, os principais agentes da mudança, a perspectiva de futuro variavam nas suas respectivas obras, se as compararmos. Mas não resta dúvida de que ambas – sem que os autores tivessem contato entre si – apresentavam o conjunto de mazelas históricas da América Latina e os meios de saná-las. É a partir de uma ideia de rede contextual – o contexto do mundo-ambiente, do mundo compartilhado e do mundo subjetivo – que podemos pensar a historicidade das ideias desses autores. Havia uma barreira idiomática que talvez tenha impedido a formação de uma rede intelectual entre autores brasileiros, argentinos e uruguaios, mas, simultaneamente, havia um compartilhamento de ideias que poderia remeter a uma integração de saberes nos quais a cumplicidade da denúncia do atraso civilizacional latino-americano, comparado com o mundo europeu e norte-americano, seria a pedra-de-toque de seu pensamento – casos de Rodó, Bunge e Bomfim⁴. Ele não seria o esgotamento da historicidade das ideias, mas apenas um dos seus pontos possíveis.

Lacapra (1983, p. 56) diria que tais cumplicidades seriam parte do contexto de modos de discurso e estruturas de interpretação comuns aos autores, nos quais qualquer ideia de nação implicaria o princípio fático e discursivo de sua autonomia, uma estrutura retórica comum que colocaria autores que jamais tiveram contato entre si em um nível básico de integração de seu pensamento. Nesse caso, a história intelectual, especialmente por meio da radicalização do contexto, poderia aprofundar os estudos das redes intelectuais também no nível de integração do pensamento, mesmo de autores que nunca tenham efetivamente dialogado, convivido ou mesmo estabelecido publicações comuns.

Considerações finais

Pretendemos, ao longo desse artigo, discutir algumas questões de ordem teórica, a fim de aprofundar o diálogo entre a história intelectual e o estudo das redes intelectuais. Os desafios teóricos que se apresentam são grandes, sobretudo na redefinição e aprofundamento da ideia de contexto levada a cabo por historiadores intelectuais ligados a uma concepção documental e pouco performativa do texto. Os historiadores precisam repensar o que constitui a historicidade do contexto, de modo a desnaturalizar o que muitas vezes se designa e se consolida com o lugar objetivo de todo enunciado histórico – não somente na história intelectual. A noção não problematizada do contexto, quando concebido em sua “definição supostamente exaustiva” (LACAPRA, 1985, p. 19), tende a nos levar a pensar um texto, em uma rede intelectual ou não, a algo que se constitui em termos de história a partir de outra historicidade exterior ao texto, como se essa suposta saída do discurso implicasse uma relação direta com a realidade objetiva. Não se trata, evidentemente, de estabelecer uma disputa entre o discurso e a experiência, entre a descrição e a representação do passado, mas tão-somente de radicalizar aquilo que é, para o historiador intelectual, o seu objetivo principal: compreender um texto em sua historicidade.

INTELLECTUAL HISTORY AND CONTEXTUAL NETWORKS

Abstract: The aim of this article is to investigate the question of historicity of the historical context in intellectual history from a dialogue with the hermeneutics, deconstruction and with studies on intellectual networks in Latin America. As a basic assumption, it is understood that intellectual networks studies increased significantly the perspective of the historical context in the interpretation of ideas, but a joint with the philosophies of Martin Heidegger's hermeneutics and deconstruction of Jacques Derrida can further contribute to the radicalization of the problem of historical context.

Keywords: Intellectual history. Intellectual networks. Latin America.

Notas

¹ A célebre frase de Heidegger é: “A análise da historicidade do *Dasein* procura mostrar que esse ente não é ‘temporal’ por ‘estar na história’, mas, ao contrário, só existe e pode existir historicamente porque é temporal no fundo de seu ser”. Ver: (HEIDEGGER, 2012, p. 1021).

² A questão da mundanidade do mundo é amplamente discutida por Heidegger no terceiro capítulo de *Ser e tempo*. Ver: (HEIDEGGER, 2012, p. 197-329).

³ Devés Valdés reconhece a falta de um contato mais significativo entre autores brasileiros e autores hispano-americanos (algo que se rompeu somente com o surgimento do pensamento cevalino). O autor afirma que, mesmo que José Enrique Rodó tenha escrito algo na Revista Americana do Rio de Janeiro, os contatos entre luso-americanos e hispano-americanos foram escassos, apesar das semelhanças importantes no pensamento de Rodó e autores como Eduardo Prado, Manoel Bomfim, Euclides da Cunha, Alberto Torres e José Veríssimo. Ver: (DEVÉS VALDÉS, 2007, p. 72).

⁴ Os modos pelos quais tais autores apresentam suas denúncias do americanismo e da responsabilidade da Península Ibérica pelo atraso latino-americano variam, ainda que todos estejam de acordo em criticar o estado atual da América Latina. Do ponto de vista narrativo, Rodó apresenta um texto mais poético do que Bomfim e Bunge. Bomfim, por sua vez, trata da questão da educação com certa sistematicidade e parece avançar mais na radicalização da república. Comparado com Rodó, talvez seja possível afirmar que o texto de Bomfim seja mais republicano e simpático à democracia. Os dois autores parecem concordar que as instituições norte-americanas não se adaptam para as civilizações latinas, mas se Bomfim preconiza um corte radical com o passado ibérico, o mesmo não deriva do pensamento de Rodó e de Bunge. O antiamericanismo de Bomfim é

mais radical do que o de Bunge, apesar de que ambos estão preocupados com a soberania dos países latino-americanos e, especialmente, de seus respectivos países, os quais são centrais no desenvolvimento da mudança progressista da história. Algumas dessas diferenças podem ser mapeadas de acordo com aqueles níveis contextuais apresentados no texto. Procuramos discutir essa questão, de modo introdutório, em: (ARMANI, 2010, cap. 3).

Referências

ARMANI, Carlos Henrique. *Discursos da nação: historicidade e identidade nacional no Brasil em fins do século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. [1903]. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BUNGE, Carlos. *Nuestra América*. [1903]. Buenos Aires: Casa Vaccaro, 1918.

DERRIDA, Jacques. *Limited inc*. Campinas: Papirus, 1991.

_____. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados – Universidad Santiago de Chile, 2007.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Campinas/Petropolis: Ed. da UNICAMP/Vozes, 2012.

LACAPRA, Dominick. Rethinking intellectual history and reading texts. In: *Rethinking intellectual history: texts, contexts, language*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

_____. Rhetoric and history. In: *History & criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

PRADO, Eduardo. *A ilusão Americana*. [1893]. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RODÓ, José Enrique. *Ariel*. [1900]. Madrid: Espasa-Calpe, 1963.

Recebido em: 31/03/2013

Aprovado em: 02/05/2013

El Consejo Latinoamericano de Iglesias y el encuentro ecuménico latinoamericano de “Mauricio López” (1988)

Hector Alejandro Paredes*

Resumen: El artículo estudia al Encuentro Ecuménico Latinoamericano “Mauricio López” como punto de cristalización de un subgrupo al interior de la red ecuménica latinoamericana. Este subgrupo al que perteneció Mauricio López, reúne a integrantes de Ecuador, Argentina y Brasil. Dichareunión se realizó en Quito, en 1988 y lleva el nombre de un militante ecuménico desaparecido en 1977, en Argentina. En tanto que las conclusiones fueron publicadas en portugués. Para reconstruir a los miembros del subgrupo, primero se analizó la trayectoria de militancia de Mauricio López; luego el Consejo Latinoamericano de Iglesias (CLAI), que fue la entidad organizadora del encuentro. El apartado siguiente se detiene en las organizaciones participantes del encuentro. Posteriormente, utilizando como base el documento elaborado por los participantes de la reunión, se describió el escenario latinoamericano de la red ecuménica a fines de la década de 1980. Finalmente se analiza la razón de la nominación “Mauricio López” al encuentro ecuménico latinoamericano.

Palabras clave: Ecumenismo Latinoamericano. Consejo Latinoamericano de Iglesias. Redespoltico-religiosas. Mauricio López.

* Licenciado en Sociología (UNCuyo) y doctor en Historia (UNLP), profesor en la Universidad Nacional de Cuyo (Mendoza, Argentina), e investigador asistente de CONICET. E-mail: aparedes@mendoza-conicet.gob.ar.

Introducción

Este artículo fue confeccionado en el marco del proyecto Capes PPCP-MERCOSUL *Redes intelectuais e espaços de Fronteira. Ultrapasando o Estado-Nação*, dirigido en Brasil por la Dra. Cláudia Wasserman (UFRGS) y en Argentina por el Dr. Claudio Maiz (UNCu). Uno de los objetivos fue la indagación de redes latinoamericanas a partir de las prácticas político-religiosas. Para ello se realizaron rastreos bibliográficos en la biblioteca de la Escola Superior de Teologia (São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil). Como resultado se encontró, entre otras publicaciones, el libro *Construir a esperança. Encontro Latino-Americano e caribenho de Organismos Ecumênicos*, editado por el Consejo Latinoamericano de Iglesias (Regional Brasil); cuyo contenido eran los anales del *encuentro latinoamericano y caribeño de organismos ecuménicos "Mauricio López"* realizado en Quito (Ecuador) en 1988.

El hallazgo concentra una serie de aristas interesantes: En primer lugar la realización del encuentro en Ecuador con el nombre de un militante ecuménico desaparecido en Argentina once años antes, y en segundo lugar, la publicación de los anales en portugués (no ha sido encontrada una versión en español) en un intento de vincular los subcontinentes luso e hispano parlantes. Como hipótesis inicial se afirma que el encuentro de Quito de 1988 es un punto de cristalización de una red ecuménica latinoamericana a la que había pertenecido López y que perduró luego de su muerte. Por esta razón, comparando los anales del encuentro con la trayectoria de militancia de López puede reconstruirse dicha red.

Para ello, en un primer momento describiremos la trayectoria de militancia de Mauricio López; el apartado siguiente se centrará en el Consejo Latinoamericano de Iglesias (CLAI), la entidad organizadora del encuentro, para luego ver la vinculación de algunos de sus miembros con Mauricio López en la década de 1970. Posteriormente analizaremos a las organizaciones participantes, entendiendo a este evento como una importante manifestación de una red ecuménica latinoamericana que ya había empezado a gestarse en la década de 1950 gracias a la militancia de Mauricio López. Continuaremos, utilizando como base el documento elaborado por los participantes

de la reunión, describiremos el escenario latinoamericano de la red ecuménica a fines de la década de 1980. Finalmente, indagaremos en los anales para entender las razones que llevaron a llamar “Mauricio López” al encuentro.

Mauricio López y el movimiento ecuménico Latinoamericano

Mauricio López nació en Bahía Blanca, una ciudad del sur de la provincia de Buenos Aires, Argentina. Egresó como licenciado en filosofía en la Universidad Nacional de Cuyo (Mendoza, Argentina), luego realizó sus estudios doctorales en teología en la Facultad de Teología Protestante de París y esa institución le otorgó el Doctorado Honoris Causa cuando ya se encontraba “desaparecido”. Redactó numerosos artículos (principalmente en inglés, aunque también en español y unos pocos en alemán) sobre la situación del movimiento estudiantil y el rol de la universidad y de las religiones en el convulsionado contexto latinoamericano de mediados del siglo veinte.

Entre 1955 y 1963 fue Secretario para América Latina de la Federación Universal de Movimientos Estudiantiles Cristianos (FUMEC) y visitó a 34 países para reunirse con organizaciones cristianas y llevar a cabo distintas actividades, principalmente retiros espirituales, seminarios para líderes comunitarios y conferencias en universidades. Durante su periodo de liderazgo en FUMEC – América Latina, esta institución experimentó el mayor crecimiento desde su creación (POTTER; WIESER, 1997).

Posteriormente entre 1963 y 1968 se mudó a Ginebra (Suiza) y fue Secretario Adjunto del Departamento de Iglesia y Sociedad del Consejo Mundial de Iglesias. Allí fue uno de los organizadores de la Conferencia Mundial de Iglesia y Sociedad de 1966. Esta actividad lo vinculó con militantes ecuménicos de todo el globo.

Luego de realizar sus estudios doctorales en la Facultad de Teología Protestante de París volvió a la Argentina en 1969. Paralelamente fue miembro fundador de Iglesia y Sociedad en América Latina (ISAL) y participaba en el programa de Conferencia para la

Paz Cristiana del Consejo Mundial de Iglesias y de ISAL. Cuando fue creada la Universidad Nacional de San Luis (Argentina) en 1973, López fue designado rector pero quedó cesante con el fin de la democracia en Argentina en 1976.

Tuvo un heroico compromiso en la ayuda a chilenos exiliados en Argentina después del golpe de 1973 y con perseguidos políticos argentinos después de 1976. Cuando el presidente socialista chileno Salvador Allende fue derrocado, Mendoza recibió una gran cantidad de exiliados y las personas de Acción Popular Ecuménica comenzaron a ayudarlos. Mauricio era el líder de este movimiento¹. Alida Verhoeven, corriendo un gran riesgo personal, fue a Chile a coordinar algunas actividades con organizaciones chilenas de derechos humanos. Posteriormente invitaron a todos los líderes religiosos de la provincia para conformar el Comité Ecuménico de Acción Social (CEAS). López, apelando a las relaciones surgidas con motivo de su participación en el Consejo Mundial de Iglesias en Ginebra, consiguió dinero para el CEAS (CONCATI, 20 mar. 2005).

El CEAS sirvió para señalar casos de desapariciones en Chile². Estas acciones hicieron que a partir de 1975 el CEAS fuera amenazado y muchos feligreses de la Iglesia Metodista se opusieran a la ayuda que brindaban F. Pagura y A. Verhoeven quienes habían prestado casi la totalidad del templo al CEAS. Luego de un tiempo, le pidieron a la pastora que no predicara más argumentando que utilizaba el púlpito para hacer política (VAN LEEUWEN, 17 feb. 2006). Finalmente, el 6 de septiembre una bomba puesta por el comando paramilitar Triple A (Armada Anticomunista Argentina) destruyó la fachada de la iglesia.

Al año siguiente, en el mes de mayo dos personas vestidas de civil con credenciales del Ministerio del Interior interrogaron a algunos refugiados chilenos sobre sus datos personales, las actividades de los integrantes del Comité y sobre las entradas, el grado de vigilancia y las personas que habitaban la iglesia donde funcionaba el CEAS. El gobierno provincial negó que esas personas sean empleadas suyas (PAGURA; MANNI, 31 mayo 1977). En esos meses, aunque por indicación del ACNUR el CEAS ya contaba con una guardia policial permanente, otro artefacto de la Triple A estalló en una oficina alquilada por el Comité. Ese día habían traído una imprenta nueva (VIVANTE, 3 mar. 2005).

En el mes de octubre de 1976, Alieda estuvo con exiliados en España, allí recibió la noticia que el Pastor Federico Pagura había sido secuestrado y que Mauricio López estaba preso (VERHOEVEN, 11 oct. 1976). Ambas noticias eran falsas. A fines de diciembre de 1976, el grupo se reunió para festejar el fin de año y hacer una evaluación sobre la escalada de violencia que sufrían. Habían acordado permanecer cercanos a Mauricio López para protegerse ya que por su trayectoria todos sostuvieron que conservaba cierta inmunidad. Una semana después, en la madrugada del primero de enero de 1977, un grupo armado irrumpió en la casa de Mauricio López y lo secuestró. Su desaparición en 1977 estuvo estrechamente vinculada no sólo con la ayuda que prestó a chilenos sino también a argentinos que huyeron a partir de marzo de 1976, gracias a las visas que él conseguía a través del CMI. Además entre 1973 y 1976, cuando M. López fue rector de la Universidad Nacional de San Luis había dado espacios a muchos intelectuales exiliados chilenos (CONCATTI, 2009, p. 39). El grupo ecuménico pensó que su secuestro pudo haber sido ideado por los militares de San Luis (CONCATTI, 2005). Posiblemente estuvo cautivo en el campo clandestino de detención de “Las Lajas”, en la provincia de Mendoza, donde murió víctima de la tortura (PAREDES, 2008, p. 5-19).

Lo sucedido a Mauricio abatió enormemente a este grupo. Posteriormente el CEAS recibió una amenaza que decía que los próximos en la lista eran la Pastora A. Verhoeven y el Pastor F. Pagura (VAN LEEUWEN, 17 feb. 2006).

A fines de enero de 1977 policías detuvieron a uno de los choferes del CEAS y lo interrogaron duramente. Le preguntaron por qué ayudaba a esos “zurdos” y, muchas veces, quién mandaba en ese trabajo. Al día siguiente, un grupo de hombres intentó detener a Alieda Verhoeven, Coordinadora General del CEAS. Ella escapó en un taxi que por casualidad se detuvo detrás del auto sin identificación que había andado media cuadra en contramano para acercarse a ella. Al tercer día, los miembros del Comité Ejecutivo del CEAS se reunieron con el Jefe de Policía de Mendoza. El funcionario se disculpó por el incidente con el chofer. En febrero el Dr. Robert Müller, Representante Regional para Latinoamérica de ACNUR, visitó a Mendoza para entrevistarse con los altos funcionarios provinciales, del ejército y de la policía provincial y federal;

con el fin de avalar la tarea del CEAS y gestionar ante la Cruz Roja Internacional pedidos del paradero de Mauricio (VERHOEVEN, 4 feb. 1977a; 4 feb. 1977b; MÜLLER, 18 feb. 1977).

Luego del intento de secuestro, el grupo decidió que Alieda marchase a Europa por un año. En tanto que el Pastor Pagura se escondió primero en la casa de la coordinadora del taller de costura y luego en un pueblito de la provincia de San Luis, al que sólo se accedía por caminos de tierra (VAN LEEUWEN, 17 feb. 2006). Otro explosivo destruyó el garaje de la casa que alquilaban las familias de los exsacerdotes Concatti y Braselis. Afortunadamente no hubo víctimas. Los Concatti y los Braselis huyeron a Chile y luego a Córdoba. Finalmente decidieron regresar a Mendoza (CONCATTI, 20 mar. 2005).

El nacimiento del Consejo Latinoamericano de Iglesias (CLAI)

Poco más de un año después del secuestro de López, en septiembre de 1978, se realizó la Asamblea de Iglesias Cristianas organizado por UNELAM (Comité pro-unidad Evangélica de Iglesias) en Oaxtepec (México). Allí se impulsó la creación del Consejo Latinoamericano de Iglesias (CLAI) (PAGURA, 1988). Como esta idea fue sostenida por los grupos más progresistas, especialmente los ecuménicos, se generaron suspicacias por parte de los sectores conservadores. Principalmente porque los últimos temían que el Consejo Mundial de Iglesias (CMI), con sus posturas políticas en general más abiertas, tuviera una fuerte gravitación sobre el CLAI. Como resultado, en 1980 nació la Confraternidad Evangélica Latinoamericana (CONELA) que agrupó a los sectores más ortodoxos (STOLL, 1990, p. 163-165). Dos años después en Lima, se formalizó el nacimiento del CLAI con la participación de un poco más de 150 iglesias bautistas, congregacionales, episcopales, evangélicas unidas, luteranas, moravas, menonitas, metodistas, nazarenas, ortodoxas, pentecostales, presbiterianas, reformadas y valdenses de veintiún países de América Latina y el Caribe³. Además de las iglesias también se integraron otras organizaciones especializadas en

distintas pastorales (educación popular, juvenil, de la comunicación e institutos teológicos).

Como era de esperarse, dada la afinidad ideológica entre el CLAI y el CMI, la relación entre ambos fue muy estrecha. El Consejo Latinoamericano de Iglesias decidió dividir el trabajo del subcontinente en las regiones Andinas, Brasil, Caribe, Mesoamérica y Platense. Sus miembros fueron clasificados en plenos (iglesias), asociados (organismos ecuménicos que trabajaban en más de dos regiones) y miembros fraternales (iglesias u organismos que no cumplen con los requisitos para ser plenos o asociados). El directorio del CLAI estaba conformado por un presidente, un secretario general y un secretario adjunto por cada región, entre otros (KUNDE, 1988, p. 176-183). A fines de 1980 el directorio del CLAI estaba compuesto por:

Presidente del CLAI: Federico Pagura (Obispo Metodista de Argentina)

- Secretario General del CLAI: Felipe Adolf (Pastor Congregacional de Ecuador)
- Secretario Administrativo del CLAI: Gonzalo Aguirre (católico de Ecuador)

Secretarios Adjuntos por Región:

- Andina: Gabriel Almazan Tapia (Pastor Presbiteriano de Chile)
- América Central: Melita Wall (Enfermera Bautista de Panamá)
- Caribe: Héctor Méndez Rodríguez (Pastor Presbiteriano de Cuba)
- Brasil: Sérgio Marcus Pinto Lopes (Pastor Metodista de Brasil)
- Río de la Plata: Daniel Oliva (Pastor Pentecostal de Argentina)

Otros secretarios:

- Secretario de Evangelización y del Río de la Plata: Juan Damián (Pastor e profesor Metodista de Uruguay)
- Secretaria Adjunta de la Secretaría del Río de la Plata: Kuby Etchegoyen (Docente Metodista de Argentina)

El CLAI decidió realizar un encuentro latinoamericano y caribeño de organismos ecuménicos en 1988 en la ciudad de Quito

(Ecuador) y llamarlo “Mauricio López”. En ese momento el CLAI estaba presidido por el obispo metodista argentino Federico Pagura quien, como se vio en el apartado anterior, había vivido de cerca los detalles de la desaparición de Mauricio López.

El coordinador de la Comisión organizadora del encuentro era Jether Pereira Ramallo, miembro de la Iglesia Congregacional de Brasil. Jether había sido un gran líder ecuménico en los años 50. Comenzó como un activo militante de la juventud de la Iglesia Congregacional, luego fue profesor del Instituto de Filosofía y Ciencias Sociales de la *Universidade Federal do Rio de Janeiro* (UFRJ). También fue miembro del Consejo Mundial de Iglesias (CMI) y durante 15 años estuvo comprometido con la revista *Tempo e Presença*. Además participó en el *Centro Ecumênico de Documentação e Informação* (CEDI), en el *Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade* (CAALL), en el *Centro Ecumênico de Serviços à Educação e Pastoral Popular* (CESEP) y en el *Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos* (CEBI) (RIBEIRO, 2010; RAMALHO, 2011).

El encuentro latinoamericano y caribeño de organismos ecuménicos Mauricio López

La fecha escogida para el Encuentro latinoamericano y caribeño de organismos ecuménicos “Mauricio López” se realizó entre el 19 y el 23 de julio de 1988, en Quito. Noventa y cinco organizaciones religiosas acudieron.

De la Región Andina asistieron 24 instituciones. Cinco eran bolivianas (Centro de Investigación y Acción Educativa Cebiae; Centro Comunal Villa del Carmen “Fe y Alegría”; Centro de teología Popular; Centro Ecuménico de Promoción e Investigación de Teología andina: Cepita y Fundación Ecuménica para el Desarrollo Fepade). Seis eran chilenas (Centro Ecuménico Diego de Medelín; Centro Ecuménico Misión urbano Rural Cemuri; Comunidad Teológica de Chile; Fundación de Ayuda de las Iglesias Cristianas: FASIC; Movimiento Estudiantil Cristiano: MEC y Servicio Evangélico para el Desarrollo Sepade). Siete eran de Ecuador (Acción Social Ecuménica Latinoamericana Asel; Coordinadora Ecuménica de Pastoral juvenil Cepaj; Celadec; Centro de Promoción Rural;

Fundación para la Alfabetización, Literatura, Educación y Desarrollo Faled; Servicio Nacional de Asesoría Juvenil senda juvenil y Fundación Brethren y unida). Seis eran peruanos (Centro Cristiano de Promoción y Servicios Ceps; Centro Ecuménico de Acción y Promoción Social Cedepas; Iglesia Luterana en América Misión Peruana; Servicio Ecuménico y Pastoral de Estudios de Comunicación Sepec; Servicio de Promoción Pesquera Agropecuaria Spa/Mur-al y Unión de Jóvenes Cristianos del Perú)

Catorce entidades pertenecían a la Región Brasil: Agência Ecumênica de Notícias (Agen); Centro de Estudos Bíblicos (Cebi); Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi); Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (Ceca); Centro Ecumênico de Orientação e Convivência (Ceoc); Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep); Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebep); Centro Nacional de Apoio aos Estudantes Cristãos (Cenec); Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese); Movimento dos Cristãos pelos Direitos Humanos na América Latina (CEDHAL); Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião; União Brasileira de Juventude Ecumênica (Ubraje); União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC) y Escola Superior de Teologia.

Los organismos de la Región Caribe eran veintidós. Siete de Puerto Rico (Campamentos Cristianos Comunitarios; Coordinación Popular Ecuménica continental Copec; Movimiento Estudiantil Cristiano MEC-Puerto Rico; Misión Industrial Puerto Rico; Movimiento Ecuménico Nacional de Puerto Rico Prisa; Proyecto Caribeño de Justicia y Paz y el Seminario Evangélico de Puerto Rico). Seis eran de la República Dominicana (Centro de Planificación y Acción Ecuménica Cepae; Centro Dominicano de la Educación Cedee; Servicio Social de Iglesias Dominicanas; Celadec-Caribe; Comité Dominicano de Acción Social Ecuménica Codasel; Unión Latinoamericana de Juventudes Ecuménicas Viaje). Cuatro colombianas (Centro de Investigación y Educación Popular Cinep; Comisión Evangélica Latinoamericana de Educación Cristiana; Fundación Menonita Colombiana para el Desarrollo Mencoldes; Kigue Yacta Ulaje Colombia). Cuatro venezolanas (Acción Ecuménica; Comité Evangélico Venezolano por la Justicia Cevej;

Coordinadora Luterana; y Movimiento Cristiano Caleb) y el Movimiento Estudiantil Cristiano de Cuba (MEC-Cuba).

La Región de Mesoamérica estaba representada por 18 organizaciones. Siete eran de Costa Rica (Asociación Alfalit ou Alfalit Internacional; Centro Ecuménico de Formación Pastoral y Acción Social Cefpas; Centro Evangélico Latinoamericano Celadec Centroamérica y México de Estudios Pastorales Celep; Departamento Ecuménico de Investigaciones DEI; Movimiento Juvenil Kairos y el Seminario Bíblico Latinoamericano). Seis nicaragüenses (Centro Ecuménico Antonio Valdivieso CAV; Centro Intereclesial de Estudios Teológicos y Sociales Cieets; Comisión Evangélica de Promoción de la Responsabilidad Social Cepres; Comisión Evangélica Latinoamericana de Educación Cristiana Celadec; Comité Evangélico pro Ayuda al Desarrollo Cepad y el Diaconado Juvenil Cristiano de Nicaragua). Dos organizaciones eran de El Salvador (Comunidad Cristiana de Jóvenes y Estudiantes Fumec-EI Salvador y Diaconía Colonia Escalón). También participaron el Centro Evangélico de Estudios Pastorales en América Central de Guatemala, la Comisión Cristiana de Desarrollo de Honduras y FUMEC-ALC de México.

Once instituciones llegaron desde la Región del Plata. Siete argentinas (Acción Popular Ecuménica APE; Centro de Estudios Cristianos CEC; Centro Ecuménico de Acción Social CEAS; Centro Urbano Nueva Parroquia CUNP; Comisión Argentina para los Refugiados CAREf; Junta Unida de Misiones y el Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos MEDH). Dos paraguayas (Comité de Iglesias para Ayuda de Emergencia Cipae y Misión de la Amistad) y dos uruguayas (Comisión Evangélica Latinoamericana de Educación Cristiana Celadec-Cono Sur y Servicio Ecuménico de Reintegración SER).

Finalmente también participaron otras agrupaciones de carácter ecuménico, además del CLAI, fueron invitados el Consejo Mundial de Iglesias, Consejo Nacional de Iglesias de Cristo en los Estados Unidos; ICCO (Holanda); Evangelisches Missionswerk (Alemania Federal) y la Iglesia Unida de Canadá.

El siguiente cuadro es una síntesis de la participación de las organizaciones por región de trabajo del CLAI.

Cuadro 1
Organizaciones participantes por región de trabajo CLAI

Región	País	Organización	Nº	
Andina	Bolivia	Cebiae; Centro Comunal V. del Carmen; Centro de teología Popular; Cepita; fepade	5	24
	Chile	Centro Ecuménico Diego de Medellín; Cemuri; Comunidad Teológica de Chile; FASIC; MEC; Sepade;	6	
	Ecuador	Asel; Cepaj; Celadec; Centro de Promoción Rural; Faled; senda juvenil; Fund.Brethren y unida;	7	
	Perú	Ceps; Cedepas; Igl. Luterana en América Misión Peruana; Sepec; Spa/Mur-al; Unión de Jóvenes Cristianos del Perú	6	
Caribe	Colombia	Cinep; Comisión Evangélica Latinoamericana de Educación Cristiana; Mencoldes; Kigue Yacta Ulaje Colombia	4	22
	Cuba	MEC-Cuba	1	
	Puerto Rico	Campamentos Cristianos Comunitarios; Copec; MEC; Misión Industrial; Prisa; Proy. Caribeño de justicia y Paz; Seminario Evangélico	7	
	República Dominicana	Cepae; Cedee; Servicio Social de Iglesias; Celadec-Caribe; Codasel; Viaje	6	
	Venezuela	Cevej; Coordinadora Luterana; Movimiento Cristiano Caleb	4	
Meso-américa	Costa Rica	Alfalit; Cefpas; Celadec; Celep; DEI; Kairos; Sem. Bíblico Latinoamericano	7	18
	El Salvador	Fumec-EI Salvador; Diaconía Colonia Escalón	2	
	Guatemala	Centro Evangélico de Estudios Pastorales en América Central	1	
	Honduras	Comisión Cristiana de Desarrollo	1	
	México	FUMEC-ALC	1	
	Nicaragua	CAV; Cieets; Cepres; Celadec; Cepad; Diaconado Juvenil Cristiano	6	
Rio de la Plata	Argentina	APE; CEC; CEAS; CUNP; CAREf; Junta Unida de Misiones; MEDH	7	11
	Paraguay	Cipae; Misión de la Amistad	2	
	Uruguay	Celadec- Cono Sur; SER	2	
Brasil	Agen; Cebi; Cedi; Ceca; Ceoc; Cesep; Cebep; Cenec; Cese; CEDHAL; Programa ecumênico de Pos-graduação em Ciências da Religião; Ubraje; UCBC; Escola Superior de Teología		14	
Otras org.	CLAI; CMI; Consejo Nacional de Iglesias de Cristo en los Estados Unidos; ICCO (Holanda); Evangelisches Missionswerk (Alemania Federal); Iglesia Unida de Canadá		6	
Total				95

Fuente: PEREIRA RAMALHO, 1988.

Puede observarse que alrededor de un cuarto de las organizaciones pertenecía a la región andina (donde se organizó el congreso), un valor similar representa la Región Caribe y continúa en importancia la Región Mesoamérica. La región del Plata (que incluye el país de origen de M. López) es la que tuvo menor importancia porcentual. El CEAS, que era el último organismo en que colaboró López, participó del encuentro.

En cuanto a la pertenencia religiosa de estas instituciones, la Iglesia Católica y la Iglesia Metodista fueron predominantes, ambas componen poco más del 40%. El 30% de los asistentes eran mujeres y eran más laicos que pastores o sacerdotes. El siguiente cuadro analiza las organizaciones por región y denominación cristiana.

Cuadro 2
Iglesias participantes según denominación y lugar de trabajo

Denominación	América					Otros lugares	Nº
	Andina	Brasil	Caribe	Mesoamérica	platense		
Católica	10	4	6	1	1	-	22
Metodista	6	4	3	3	2	-	18
Luterana	3	3	1	1	1	-	9
Bautista	-	-	1	6	-	-	7
Ecuménicos	-	-	-	-	-	6	6
Evangélica	1	-	1	1	3	-	6
Discípulos de Cristo	-	-	2	1	2	-	5
Pentecostal	2	-	2	1	-	-	5
Presbiteriana	-	3	1	1	-	-	5
Episcopal	-	-	2	2	-	-	4
Reformada	1	-	1	1	-	-	3
Menonita	-	-	2	-	-	-	2
Asamblea de Dios	1	-	-	-	-	-	1
Comunidad nueva parroquia	-	-	-	-	1	-	1
Cristianos sin denominación	-	-	-	-	1	-	1
Total	24	14	22	18	11	6	95

Fuente: PEREIRA RAMALHO, 1988.

Entre las actividades realizadas en el encuentro hubo conferencias, trabajos grupales, reuniones plenarias y celebraciones religiosas ecuménicas. El primer día comenzó con una celebración organizada por las iglesias caribeñas ya que se cumplía el noveno aniversario del triunfo del Sandinismo en Nicaragua. El segundo día fue el turno de las iglesias andinas, luego de Brasil y finalmente el de las iglesias rioplatenses.

Las conferencias fueron realizadas por personas con alta legitimación al interior del grupo: Héctor Méndez; Norberto Bertón; Dermi Azevedo; Jether Ramalho y Alieda Verhoeven. Héctor Méndez, de Cuba recordó con tristeza como le sorprendió que en 1976 durante la reunión de ULAJE (Unión latinoamericana de jóvenes evangélicos) en Costa Rica muchos miembros se resistieran a tener momentos de oración por los compañeros ecuménicos que habían muerto “al servicio del pueblo”. Norberto Bertón de Argentina recordó la militancia en pos del ecumenismo y la tolerancia del Dr. B. Foster Stockwell rector del Isedet. Dermi Azevedo de Brasil recordó a los militantes cristianos asesinados en su país, el padre Henrique Pereira Neto y el dominicano Tito de Alencar. Jether Ramalho de Brasil recordó la publicación *La pedagogía del oprimido* a veinte años de su publicación. Alieda Verhoeven recordó la militancia de las madres de plaza de mayo durante la dictadura (2004, p. 37-40). Si bien en los resúmenes de sus exposiciones no aparece la evocación a Mauricio López es altamente probable que el discurso de Alieda Verhoeven y Julio de Santa Ana (Teólogo de ISAL que había vivido con M. López en Ginebra) lo hayan mencionado.

Finalmente se realizó un documento con un diagnóstico del movimiento ecuménico latinoamericano que fue publicado junto a una reflexión bíblica sobre el génesis de Milton Schwante (que había sido discutida en el encuentro), una biografía de Mauricio López y un listado de las organizaciones participantes. El sociólogo brasileño, Jether Pereira Ramalho encargado de la organización del encuentro, fue también el coordinador del libro. La impresión fue realizada por la Regional Brasil del CLAI bajo el título *Construir a esperança. Encontro Latino-americano e caribenho de Organismos Ecumênicos*, (CLAI, São Paulo, 1988). El rol de Pereira Ramalho explica la publicación de los anales en portugués.

El movimiento ecuménico a fines de la década de 1980

Las conclusiones del encuentro permiten entender la situación del movimiento ecuménico en Latinoamérica en ese momento. Se analizó la relación de los organismos ecuménicos entre sí, con las iglesias y con movimientos sociales afines. El diagnóstico final fue fruto de la discusión de seis grupos de trabajo.

Muchos de los conflictos entre las asociaciones ecuménicas provenían de problemas de comunicación, de la dependencia financiera a agencias internacionales y de peleas de poder traducidas en liderazgos perpetuos, en sabotaje a iniciativas nuevas por parte de organizaciones que pretendían monopolizar el ecumenismo en sus países y en malestares entre los organismos nacionales e internacionales⁴.

En general, los organismos ecuménicos reconocieron la importancia de las Iglesias y se relacionaron con ellas. Sin embargo surgieron inconvenientes fruto de la disputa entre las iglesias y los organismos ecuménicos por espacios de poder, recursos humanos o dinero; desacuerdos entre los objetivos de las iglesias y de los organismos ecuménicos; desinterés en vincularse; falta de idoneidad de algunos representantes eclesiales en las instituciones ecuménicas y la poca adecuación de los procesos a las iglesias que se integraron más tarde, como los católicos y los pentecostales.

El telón de fondo de estas tensiones era la oposición de dos perspectivas teológicas enfrentadas (la conservadora y la ecuménica) y la falta de aceptación a modelos eclesiales distintos. El ecumenismo fue “[...] *visto como algo satánico e não divino por parte dos conservadores da Igreja*” (PEREIRA RAMALHO, 1988, p. 49). Esto ocasionó el alejamiento de miembros de las iglesias que trabajaban en organismos ecuménicos, ya sea por desgaste o por la presión de sus iglesias.

El último aspecto analizado fue la relación de las organizaciones ecuménicas y los movimientos populares. Los presentes acordaron que, por un lado existían movimientos ecuménicos no institucionalizados que los trascendían; y por el otro había movimientos políticos populares que en líneas generales, compartían el mismo proyecto de liberación que los ecuménicos. Los grupos eclesiales reconocían su rol de acompañamiento a sectores que eran los protagonistas de los procesos de liberación nacional. Sin

embargo, el financiamiento de agencias internacionales de cooperación distanciaba a los organismos ecuménicos de los movimientos políticos afines. La competencia por los recursos dividía a las entidades religiosas. Al mismo tiempo, las agencias aplicaban sus criterios en la selección de los trabajos a apoyar. Esto provocaba que algunos grupos ecuménicos reorientasen sus trabajos a una línea desarrollista y descartasen los identificados con los proyectos de liberación. Finalmente, en muchos países, el aislamiento de los grupos ecuménico era resultado de la falta de representación en los sectores populares (en muchos casos los militantes ecuménicos provenían de sectores de clase media).

La figura de López como factor identitario de la red ecuménica

Teniendo en cuenta lo ya descrito, podría sostenerse que la estrategia de poner el nombre de Mauricio López al encuentro religioso remitió principalmente a una acción reivindicativa del ecumenismo latinoamericano y un acto identitario grupal. La acción reivindicativa de este grupo a través de la evocación a López se hizo necesaria frente a los casos de persecuciones que había sufrido el movimiento ecuménico de toda Latinoamérica durante las dictaduras cívico-militares. De hecho más de un cuarto de las instituciones que participaron en el encuentro eran, paralelamente, miembros del CLAI y militantes de movimientos por la defensa de los Derechos Humanos en sus países. Esto puede comprobarse superponiendo el listado de las entidades ecuménicas que se movilizaron por la defensa de los derechos humanos junto a Charles Harper y los organismos asistentes al encuentro. Charles Harper, pastor brasileño-estadounidense de la Iglesia Prebiteriana, fue el director ejecutivo de la Oficina de Derechos Humanos para América Latina del Consejo Mundial de Iglesias entre 1973 y 1992. Él coordinó las acciones de denuncia a los atropellos de los derechos humanos entre las organizaciones ecuménicas latinoamericanas.

Cuadro 3
Organizaciones ecuménicas defensoras
de los Derechos Humanos participantes en el encuentro

Región	País	Organizaciones defensoras de DDHH en el encuentro	Nº	
Andina	Chile	Cemuri; FASIC; MEC; Sepade	4	5
	Perú	Cedepas	1	
Caribe	Colombia	Cinep	1	6
	Cuba	MEC-Cuba	1	
	Puerto Rico	MEC; Prisa; Proy. Caribeño de justicia y Paz	3	
	Venezuela	Cevaj	1	
Mesoamérica	Costa Rica	DEI	1	3
	Honduras	Comisión Cristiana de Desarrollo	1	
	Nicaragua	Cepad	1	
Rio de la Plata	Argentina	APE; CEAS; CARef; MEDH	4	7
	Paraguay	Cipae; Misión de la Amistad	2	
	Uruguay	SER	1	
Brasil		Cedi; Cese	2	
Otras organizaciones		CLAI; CMI	2	
Total			25	

Fuente: HARPER, 2007, p. 145-149

Se trata de 25 organizaciones que tenían entre sus objetivos principales la denuncia a los atropellos de los derechos humanos, lo que representa el 26,31% del total de las instituciones asistentes. A este número deben sumarse las iglesias, en cuyo interior muchos sectores estaban comprometidos con la tutela de los derechos humanos.

La evocación a la vida de López era también una forma de reforzar la identidad del movimiento ecuménico en el contexto de la redemocratización latinoamericana unida al neoliberalismo económico y el achicamiento estatal. El neoliberalismo tenía un rol asignado para las instituciones ecuménicas: la de asistir a sectores desatendidos por el Estado sin alterar el modelo económico imperante. Contribuían al nuevo rol la red de financiamientos internacionales y la competencia por estos recursos que generaban entre los mismos organismos. En este sentido, cuando se evocaba a

Mauricio López se enfatizó el ideal del militante cristiano a seguir. Se resaltó el alto compromiso militante, la preocupación por la unidad entre católicos y protestantes y la intención de vincular el mundo religioso y el político latinoamericano. También adquiere mucha importancia su muerte que es entendida como un martirio. Su compromiso militante aparece ligado a su coherencia entre discurso y práctica, en el libro se puede leer:

Os seus amigos sempre lhe chamavam de “professor”, pois o consideravam como sendo capaz de encarnar com fidelidade a figura do mestre-companheiro, em todos os momentos e níveis de sua vida. Não era somente o intelectual, o acadêmico, senão aquele que demonstrava coerentemente, no discurso e na prática, os ideais que perseguia para a igreja e para a sociedade. Sempre foi amigo, humilde e gentil, com grande preocupação para um movimento ecumênico que discernisse os “sinais dos tempos”, sobrepujando quaisquer interesses pessoais ou sectários, mas voltado para os direitos dos nossos povos (PEREIRA RAMALHO, 1988, p. 140).

Su impronta político-religiosa también es valorada en distintos párrafos. En este sentido la militancia cristiana de M. López no queda reducida a sus virtudes personales, pietistas o religiosas, sino en su capacidad de usar la religión como herramienta denunciadora de las injusticias sociales:

Em toda a sua atuação, suas penetrantes análises sociológicas, teológicas e bíblicas estimularam seus companheiros, principalmente os jovens, a assumir compromissos concretos na vida política, nos movimentos populares e nas igrejas, no sentido da construção de uma sociedade democrática, onde os princípios da paz e da justiça fossem fundamentais (PEREIRA RAMALHO, 1988, p. 140).

En consonancia con lo anterior se reconoce su influencia en la creación de ISAL, institución cuna de la Teología de la Liberación:

Ele [M. López] foi o germe incentivador de reflexões teológicas e políticas que foram decisivas para os debates e formação do movimento Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL) (PEREIRA RAMALHO, 1988, p. 139).

Además de su militancia religiosa, otro aspecto mencionado recurrentemente es su desaparición:

Como símbolo desse espírito de grandeza e de esperança denominou-se o encontro de Mauricio López. Homenageando o grande líder ecumênico continental, tragicamente desaparecido na Argentina (PEREIRA RAMALHO, 1988, p. 10).

Dado el alto estatus que tiene el martirio en el discurso en religioso, como síntesis de compromiso y coherencia, la desaparición de Mauricio López contribuyó a la mitificación de su militancia. De este modo la muerte en manos represiva es vista como una consagración de su vida militante. La vinculación entre los militantes cristianos latinoamericanos desaparecidos y su elevación a la figura de mártir es muy común en la tradición cristiana, principalmente entre católicos. En Argentina el Padre Mujica (asesinado por la Triple A en 1974), el obispo de La Rioja, Monseñor Angelelli (asesinado en 1976 cuando tenía en su poder denuncias del atropello a los Derechos Humanos de la última dictadura militar), los 5 religiosos palotinos (asesinados en la Iglesia de San Patricio de Buenos Aires en 1976) y las dos religiosas francesas (secuestradas junto a Madres de Plaza de Mayo en 1977) entre otros; también son asumidos como mártires por los grupos progresistas católicos⁵. La explicación de la desaparición de Mauricio López desde el discurso religioso es la siguiente:

Pelas suas atitudes, sempre incomodou os grupos opressores, que não podiam aceitar uma liderança tão coerente e comprometida com a igualdade e a justiça... Foi mais um mártir latino-americano, que sacrificou sua vida pela coragem de lutar por um mundo onde os sinais do Reino de Deus se tornassem cada vez mais visíveis (PEREIRA RAMALHO, 1988, p. 140).

Pero como la desaparición es transformada en martirio, esto permite enlazar a los sobrevivientes con el desaparecido desde la culpa. Si bien desde el progresismo cristiano presente en este encuentro se remarca las injusticias sociales latinoamericanas, el martirio de López es asumido por los continuadores del movimiento ecuménico como una deuda, ya que, al igual que Cristo, López dio su vida por ellos. Gracias a la culpa cristiana, los continuadores se encuentran con una deuda por opciones de generaciones anteriores con los que tienen afinidad ideológica.

A realização deste Encontro nos permitiu tomar consciência de quão grande é a dívida contraída para com aqueles que nos precederam no caminho do movimento ecumênico na América Latina e no Caribe. Por isso se deu o nome de Mauricio López ao nosso encontro. Mauricio foi dirigente do movimento ecumênico entre 1950 e 1970, mestre de várias gerações de militantes pela unidade cristã, sequestrado pelas forças da repressão do governo militar argentino e desaparecido desde 1º de janeiro de 1977. Nossa reunião homenageou sua pessoa, mártir da fé na luta de nossos povos pela justiça e liberdade (PEREIRA RAMALHO, 1988, p. 14).

Consideraciones finales

El artículo surgió de los interrogantes generados a partir del hallazgo de la publicación en portugués de los anales del *encuentro latinoamericano y caribeño de organismos ecuménicos “Mauricio López”* realizado en Quito en 1988. Este libro revelaba la vinculación de grupos ecuménicos entre Ecuador (lugar donde se realizó el congreso), Argentina (de donde era originario López) y Brasil, donde se realizó la publicación de los anales. El artículo se propuso reconstruir esta red a partir de las participaciones personales de los miembros de la red. Estos integrantes son: Mauricio López, Alieda Verhoeven, Francisco Pagura y Jether Pereira Ramalho.

En primer lugar se profundizó sobre la militancia ecuménica de Mauricio López. Al analizar los últimos días en que se conoció su paradero antes de ser secuestrado-desaparecido, se comprobó la fuerte relación con Federico Pagura, quien luego sería presidente del CLAI y Alieda Verhoeven, que luego asistió al congreso en Quito. La publicación en portugués está relacionada con Jether Pereira Ramalho, de la delegación Brasil del CLAI, encargado de la publicación para difundir en Brasil el documento final del congreso.

El CLAI, con Pagura a la cabeza, organizó el Encuentro latinoamericano y caribeño de organismos ecuménicos “Mauricio López” en julio de 1988, en Quito. Fue un gran evento ecuménico al que acudieron Noventa y cinco organizaciones religiosas. La mayoría de ellas, provenían de la Región Andina y el Caribe. La Región del plata fue la proporcionalmente menor, aunque estuvo representado el CEAS por Alieda Verhoeven. Entre los conferencistas se encontraron conocidos de López, además de Alieda también disertaron Federico Pagura, Julio de Santa Ana (que había vivido con M. López en Ginebra), Foster Stockwell (rector de ISEDET, institución que le ofreció trabajo a López poco antes de ser secuestrado) y Jether Pereira Ramalho, que publicaría las memorias del encuentro en portugués.

La colocación de Mauricio López, al encuentro puede ser entendido al leer el diagnóstico sobre el movimiento ecuménico que hacen los participantes del encuentro: La división entre cristianos conservadores y ecuménicos, las peleas por el liderazgo, la tensión entre las iglesias y las organizaciones ecuménicas, las disputas por el financiamiento internacional. Todos estos problemas corrían el eje de la transformación social de la década anterior, a posturas más desarrollistas-asistencialistas junto a problemas internos del movimiento en los ochenta.

En este sentido la evocación a López es polifuncional. Por un lado es un cristiano desaparecido y su figura unifica los pedidos de justicia y esclarecimiento en las restablecidas democracias latinoamericanas. Por otro lado López es alguien que no hubiese aceptado el rol subalterno del ecumenismo al modelo social del neoliberalismo. En los anales se refuerza la crítica social de López y la coherencia con su práctica que lo llevó a la muerte.

Sobre el fallecimiento de López, es importante remarcar que, en el contexto del discurso religioso, su asesinato aparece como “martirio”, concepto de larga tradición en el cristianismo. El martirio implica la aceptación de la víctima de su destino y es una acción cuyo mérito es sinónimo de santidad. Paralelamente, el martirio aparece como una deuda para los sobrevivientes en el movimiento.

Por todo esto puede afirmarse que el nombre Mauricio López al encuentro deviene de: La ejemplaridad de su vida como militante ecuménico, las características de su muerte y la fortaleza del concepto de martirio en la tradición cristiana, el rol de Pagura como presidente del CLAI (lo que lo convierte en un legitimador de la evocación al interior de la red ecuménica), el contexto de redemocratización de América latina (López es un llamado de atención sobre las víctimas de las dictaduras latinoamericana) y la persistencia de la red de López después de su muerte (lo que queda verificado al observar los participantes del encuentro).

THE LATIN AMERICAN COUNCIL OF CHURCHES AND THE LATIN AMERICAN ECUMENICAL CONFERENCE “MAURICIO LOPEZ” (1988)

Abstract: The article examines the Latin American ecumenical conference “Mauricio Lopez”. This conference was a crystallization point of a subgroup within the American ecumenical network. Mauricio Lopez belonged to this subgroup, which brings together members of Ecuador, Argentina and Brazil. This meeting was held in Quito in 1988 and is named for a militant ecumenical disappeared in 1977 in Argentina, while the conference’s conclusions were published in Portuguese.

To rebuild the members of the subgroup, first was analyzed the trajectory of militancy of Mauricio Lopez, then the Latin American Council of Churches (CLAI), who was the organizer of the meeting. The next section studies at the organizations participating in the meeting. Subsequently, using as source the document prepared by the participants of the meeting, was described the Latin American ecumenical network in the late 1980s. Finally we analyze the reasons for the nomination Lopez at Latin American ecumenical meeting.

Keywords: Latin American Ecumenism. Latin American Council of Churches. Politico-religious networks. Mauricio Lopez.

Notas

¹ A mediados de los sesenta Mauricio López, los pastores Federico Pagura y Alieda Verhoeven, junto a los exsacerdotes (y miembros del movimiento de Sacerdotes del Tercer Mundo) Felipe Braselis y Rolando Concatti fundaron en Mendoza el APE (Acción Popular Ecuménica) en el que también participaron algunos seminaristas católicos. (VERHOEVEN, mayo 2004).

² Un ejemplo fue el caso de Teresa, una chilena refugiada en Mendoza por el CEAS que posteriormente viajó con su esposo a Suecia. Desde allí, intentó encontrar a su hermana y su cuñado que habían desaparecido el 10 de julio de 1974 en Chile. El mismo día que el CEAS se enteró de la situación le escribió a ACNUR para que solicitara información en Chile. El pastor Pagura llamó por teléfono a la embajada de Suecia el 25 de noviembre y el 13 de septiembre de 1974, preguntando por el paradero del matrimonio (REFUGIADO, 24 enero 1975; CEAS, 24 enero 1975; COORDINADORA DE ACCIÓN SOCIAL, 24 feb. 1975)

³ Información detallada se encuentra en www.claiweb.org. Acceso em: diciembre de 2012.

⁴ Desde la percepción de este colectivo, la “lógica de poder” se oponía a la “lógica de servicio”.

⁵ Lo mismo sucede en los grupos conservadores católico pero eso excede a nuestro tema.

Referencias

CEAS [*Memorandum*]. 24 enero 1975. Mendoza [*para*] Frank Krenz, ACNUR – Buenos Aires: Legajo, p. 30-362, archivo CEAS.

CONCATTI, Rolando. Depoimento [20 marzo 2005], Mendoza. Entrevista concedida Alejandro Paredes

_____. *Testimonio cristiano y resistencia en las dictaduras argentinas. El movimiento ecuménico en Mendoza, 1963-1983*. Buenos Aires: Centro Nueva Tierra, 2009.

COORDINADORA DE ACCIÓN SOCIAL [*Carta*] 24 feb. 1975, Buenos Aires [*para*] CEAS, Legajo p. 30-362, archivo CEAS.

HARPER, Charles R. *El acompañamiento. Acción Ecuménica por los Derechos Humanos en América Latina 1970-1990*. Montevideo: Trilce, 2007.

KUNDE, Carlos (Ed.). *CLAI, una experiencia latinoamericana*. Quito: CLAI, 1988.

LÓPEZ, Mauricio. *Los cristianos y el cambio social en la Argentina*, Mendoza: APE. Tomo I, 1989 y Tomo II, 1992.

MÜLLER, Robert. [*Carta*] 18 feb. 1977, Buenos Aires [*para*] Alieda Verhoeven, Bibliorato correspondencia 1977, Letra A, archivo CEAS, Mendoza.

PAGURA, Federico; MANNI, Oliviero. [Carta] 31 mayo 1977, Mendoza [para] Teófilo Ramírez Dolan, Ministro de Gob. de Mendoza y a Alcides Paris Francisca, Jefe de la Policía de Mendoza, bibliorato correspondencia 1977, Archivo CEAS.

_____. “Palabras introductorias”. In: KUNDE, Carlos (Ed.). *CLAI. Una experiencia latinoamericana*. Quito: CLAI, 1988.

PAREDES, Alejandro. *Mauricio Amílcar López. Biografía y escritos sobre las revoluciones en América Latina*, Mendoza: Qellqasqa, 2008.

PEREIRA RAMALHO, Jether. *Construir a esperança. Encontro Latino-americano e caribenho de Organismos Ecumênicos “Mauricio López”*, São Paulo: CLAI, 1988.

POTTER, Philip; WIESER, Thomas. *Seeking and Serving the Truth. The First Hundred Years of the World Student Christian Federation*. Ginebra: WCC, 1997.

RAMALHO, José Ricardo. *Uma presença no Tempo – A Vida de Jether Ramalho*. São Paulo: Oikos, 2011.

REFUGIADO (identidade reservada) [Carta] 24 enero 1975, Mendoza [para] CEAS, Legajo p. 30-362, archivo CEAS.

RIBEIRO, Antonio Carlos “Uma presença no Tempo, a vida de Jether Ramalho”, *Novos Diálogos*, 2010. Disponible en: www.novosdialogos.com/artigo.asp?id=163. Acceso em: 10 nov. 2012.

STOLL, David *¿América Latina se vuelve protestante? Las políticas del crecimiento evangélico*, Abya-Yala, 1990.

VAN LEEUWEN, Ana María. Depoimento [17 feb. 2006], Mendoza. Entrevista concedida a Alejandro Paredes

VERHOEVEN, Alieda [Carta] 11 oct. 1976, Ginebra [para] CEAS, Mendoza, Bibliorato correspondencia 1976, archivo CEAS.

_____. [Carta] 4 feb. 19/77a, Mendoza [para] General Maradona, Comandante de la Octava Brigada Aérea de Infantería de Montaña, Bibliorato correspondencia 1977, Letra A, archivo CEAS, Mendoza.

VERHOEVEN, Alieda [Carta] 4 feb. 1977b, Mendoza [para] Robert Müller, Representante Regional para Latinoamérica de ACNUR, Bibliorato correspondencia 1977, Letra A, archivo CEAS, Mendoza.

VERHOEVEN, Alieda. Depoimento [Mayo 2004], Mendoza. Entrevista concedida a Natalia Baraldo.

VIVANTE, Mirtha. Depoimento [3 marzo 2005], Mendoza. Entrevista concedida a Alejandro Paredes.

Recebido em: 04/04/2013

Aprovado em: 09/05/2013

Artigos

Lógicas y concepciones sobre trabajo, acumulación y bienestar en los pueblos de indios guaraníes (Siglos XVII y XVIII)

Lía Quarleri*

Resumen: En el presente trabajo se busca analizar, a partir del estudio de las poblaciones guaraníes, reducidas en misiones jesuitas y más tarde en pueblos de indios, cómo se fueron imponiendo o se buscaron imponer reestructuraciones en las prácticas cotidianas en relación a las modalidades y medios de explotación y circulación de los recursos en íntima relación con las concepciones europeas sobre trabajo, ocio, productividad y bienestar. Se busca analizar la configuración de tres grandes modelos e imaginarios, el primer de ellos centrado en la oposición desierto/abundancia, sostenido como variable en los primeros tiempos jesuíticos; el segundo enfocado en el cambio de una economía de reciprocidad a la de un intercambio de bienes controlado bajo el sistema reduccional y el último en los contrastes surgidos entre el sistema de comunidad y el régimen de libertad económica, en las últimas décadas del gobierno colonial. Para ello se citarán cronistas españoles, jesuitas y a funcionarios borbónicos, haciendo hincapié en las tensiones, transformaciones y en las respuestas estratégicas como mecanismos de adaptación y resistencia de las familias guaraníes.

Palabras clave: Misiones guaraníes. Economía indígena. Río de la Plata

* Doctora en Antropología Social por la Universidad de Buenos Aires. Investigadora Adjunta del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Docente del Instituto de Altos Estudios Sociales (IDAES), Universidad Nacional de San Martín (UNSAM) y de la Universidad de Buenos Aires (UBA). Dirección de correo electrónico: liaquarleri@yahoo.com.ar.

En la historia de América Latina desde la conquista europea hasta nuestros días diferentes fenómenos fueron punteando transformaciones a diferentes niveles en relación con la explotación de recursos, el medio ambiente, las labores productivas o extractivas ejercidas a expensas de las poblaciones indígenas locales y su espacio circundante. Desde la conquista se buscó imponer un conjunto de prácticas de tradición ibérica en torno a la producción, la tributación, la división social, étnica y sexual de las tareas cotidianas, la acumulación de excedentes y la circulación de bienes. Estas fueron respaldadas por concepciones y argumentaciones que fueron tejiendo redes ideológicas que justificaron acciones y normativas por parte de las autoridades coloniales. Si bien estas afirmaciones no constituyen novedades teóricas, la referencia al nivel de los imaginarios, las concepciones y los discursos no han acompañado siempre con debida equidad las reflexiones en torno a los mecanismos de dominación ejercidos en función de los aspectos mencionados. Al respecto consideramos la importancia de analizar los procesos históricos y sociales teniendo en cuenta tanto la tela conceptual e ideológica como los mecanismos más visibles de implementación de relaciones de poder y dominación. Esta doble vertiente ha caracterizado a las interacciones coloniales tanto en los ámbitos religiosos, como sociales y económicos. En este último nivel se han destacado las argumentaciones, desde el lado de las elites coloniales, en torno a lógicas europeas de trabajo, acumulación y comercialización desacreditando o ignorando las tradiciones locales y los sentidos culturales dados a las mismas. Sin embargo, estos intentos de desplazar las prácticas indígenas no deben ser entendidos sin aludir al mismo tiempo a las respuestas y adaptaciones locales, que pusieron resistencia o amalgamaron artilugios de dominación e imposición de lógicas y reglas de juego sin consenso, persiguiendo intereses y objetivos sectoriales por parte de las elites hispano-criollas, los administradores coloniales y los agentes de gobierno metropolitanos.

Dentro de la América hispánica, transcurrida la etapa de conquista insultar, diferentes modalidades de tributo, trabajo y explotación de la tierra se fueron implementando bajo la genérica institución de la encomienda. Si bien la literatura más crítica, surgida durante las décadas de 1960 y 1970, ha mostrado las consecuencias más profundas a

nivel demográfico, económico, político y cultural del fenómeno de la conquista y en particular de la encomienda, los repartimientos y las prestaciones de trabajo en general, desde los años 80 del siglo XX se buscó por un lado entender las diferencias situacionales y regionales y por el otro lado analizar las respuestas indígenas, bajo la nueva vertiente teórica de la agencia asignada a sectores que hasta entonces no habían sido interpelados por la historiografía o la teoría social¹. Dentro de este marco, tanto los conceptos de resistencia, adaptación, adaptación en resistencia, negociación, alianzas interétnicas traspasaron el estudio de diferentes aspectos del mundo colonial y en especial a aquellos vinculados con la tenencia de la tierra, la explotación productiva y las exigencias fiscales. No han sido pocos los estudios que han analizado los imaginarios culturales y sus imbricaciones dentro de políticas oficiales, como por ejemplo las reformas borbónicas, en los movimientos de rebelión o resistencia indígena o campesina o en los levantamientos urbanos, de mestizos o comuneros. En los últimos años, las investigaciones que abordaron el mestizaje, los procesos de hibridación, sincretismo o etnogenesis, según las épocas y las corrientes teóricas, han puesto la mirada o el eje en otros temas, destacándose la religión, el arte y la circulación e intercambio de bienes, ideas y personas, con el fin de registrar las dinámicas de las interacciones y la conexión entre espacios distantes². Finalmente, los diferentes enfoques mencionados fueron alimentando una mirada más compleja en el devenir de la colonización americana y su especificidad regional e histórica en función de características puntuales y de respuestas locales.

En el presente trabajo se busca analizar, a partir del estudio de las poblaciones guaraníes, reducidas en misiones jesuitas y más tarde en pueblos de indios, cómo se fueron imponiendo o se buscaron imponer reestructuraciones en las prácticas cotidianas en relación a las modalidades y medios de explotación y circulación de los recursos en íntima relación con las concepciones europeas sobre trabajo, ocio, productividad y bienestar. La conformación de núcleos de residencia para la evangelización, producción y acopio de recursos, con población indígena, partía de tradiciones previas acomodadas y ajustadas a los objetivos de las empresas de conquista y colonización. Como parte de ellas se fueron desplegando

nuevos mecanismos de exacción tributaria, distribución de tareas y exigencias productivas, entre las poblaciones reducidas, que en algunos casos se alimentaron sobre variables locales y en otros casos buscaron desplazarlas ignorando prácticas, tradiciones y lógicas subyacentes. Este fenómeno quedó ilustrado por ejemplo con la imposición, aunque con matices, de una economía de mercado, sobre una tradicional economía de reciprocidad, con sus especificidades, adaptaciones y resistencias por parte de las poblaciones locales. En el caso de las poblaciones guaraníes estudiadas esta política de desplazamiento tuvo sus características propias en virtud de que en un primer momento estuvo liderado por los jesuitas y luego, tras la expulsión de aquellos, por funcionarios coloniales con particulares concepciones sobre el destino de los pueblos, la mano de obra, el comercio y la educación. En nuestro interés mostrar las diferentes etapas en la que discurrieron estos cambios, las adaptaciones locales y las concepciones que guiaron las mismas con el fin de mostrar las vinculaciones entre política e ideológica en relación a los ejes mencionados.

En relación al espacio guaraní-misionero, no son pocos los trabajos que han estudiado el régimen misionero antes y después de la expulsión de los jesuitas abarcando las dimensiones económicas, patrimoniales, demográficas, administrativas y geopolíticas, aunque en menor medida. En lo que hace a los aspectos económicos no pueden dejar de mencionarse para el caso de las reducciones jesuíticas los trabajos de Arnaldo Bruxel (1959), Rafael Carbonell de Masy (1992 a y b), José Otávio Catafesto de Souza (2002), Pablo Hernández (1913), Guillermo Furlong (1962), Regina Gadelha (1980), Juan Carlos Garavaglia (1984 y 1987), Norberto Levinton (2006), Ernesto Maeder (1997), Bartomeu Meliá (1987 y 1996), Bartomeu Meliá y Dominique Temple (2004), Magnus Mörner (1986), Eduardo Neumann (1996), Oreste Popescu (1967), Branislava Susnik (1984) y Guillermo Wilde (2001a), básicamente. Finalmente, en relación al espacio guaraní-misionero, no son pocos los trabajos que han estudiado el régimen misionero después de la expulsión de los jesuitas abarcando las dimensiones económicas, patrimoniales, demográficas, administrativas y en menor medida geopolíticas (HERNÁNDEZ, 1999 y 2002; MAEDER, 1992; POETNIZ;

POETNIZ, 1998; SANTOS; BAPTISTA, 2007; SARREAL, 2008 y 2011; SUSNIK, 1966; WILDE, 2001b y 2009), para citar solo algunos autores). Todos estos trabajos han contribuido desde diferentes líneas a desasnar las variables del modelo jesuítico y del sistema de administración erigido tras la expulsión, así como las consecuencias que para los pueblos guaraníes fueron teniendo cada uno de estos regímenes. En el presente trabajo retomamos ciertos elementos ya trabajados en estos estudios para focalizar la reflexión en torno a las políticas económicas y a las concepciones subyacentes o explícitas que fueron sustentando y argumentando las mismas desde el lado de los agentes coloniales, desde los jesuitas hasta los funcionarios borbónicos. Se busca analizar la configuración de tres grandes modelos e imaginarios en relación a los pueblos guaraníes, el primer de ellos centrado en la oposición desierto/abundancia, sostenido como variable en los primeros tiempos jesuíticos; el segundo enfocado en el cambio de una economía de reciprocidad a la de un intercambio de bienes controlado bajo el sistema reduccional y el último en los contraste surgidos entre el sistema de comunidad y el régimen de libertad económica, en las últimas décadas del gobierno colonial. Tras la presentación de los modelos históricos se apelará a cronistas españoles, jesuitas y a funcionarios borbónicos para dar cuenta de las políticas y los imaginarios que sustentaron las mismas, haciendo hincapié en las tensiones, transformaciones y en las respuestas estratégicas como mecanismos de adaptación y resistencia de las familias guaraníes.

La abundancia guaraní en las crónicas tempranas

La conformación de reducciones jesuíticas con población de origen guaraní, hacia principios del siglo XVI, se produjo en un contexto de intensa rivalidad bélica entre estos grupos y los portugueses aliados a los tupíes y a las autoridades civiles y eclesiásticas lusitanas, como así también de avance de los colonos españoles sobre las poblaciones locales con el objeto de sumar réditos de las encomiendas. Esta situación planteó desde su origen una paradoja histórica centrada en la conformación de alianzas de intereses contrapuestos,

entre caciques indígenas y misioneros jesuitas con la consiguiente canalización de recursos y energía de las aldeas indígenas. De esta forma, en sintonía con otras alianzas hispano-indígenas suscitadas en otros contextos coloniales tempranos, lo que implicaba desde el lado de los jefes étnicos y sus comunidades la posibilidad de sostener o defender cierto estado de situación en relación a la organización política y económica, desde el lado de los jesuitas solo era pensado como el comienzo de un conjunto pautado de transformaciones en todos los niveles. Esto quedó expresado de diferente forma y en diferente grado en todos los cronistas jesuitas desde Ruiz de Montoya hasta Manuel Peramás así como en las Cartas Anuas escrita por los provinciales y otros administradores jesuitas³.

Más allá de la cuestión religiosa, ampliamente estudiada por la historiografía especializada, los primeros misioneros se propusieron revertir modalidades de relación de los guaraníes con el medio natural y sus recursos, no contempladas como satisfactorias a los fines de un plan general de “civilización”. En esta línea no se manifestó una intención por comprender y menos aceptar la cultura selvática guaraní, basada en una economía de reciprocidad y en una relación holística con el entorno próximo y distante. En este cruce de modelos y en sus consecuencias es que se plantearon grandes incongruencias derivadas de este pacto inicial. Al respecto, la disposición de tierras, recursos y de una economía agrícola fue la base para que los primeros colonizadores del Río de la Plata fundaran Asunción, sobre el Paraguay en territorio habitado por los carios guaraníes, y para que los jesuitas tiempo después erigieran reducciones sobre los ríos Paraná y Uruguay. La colaboración política inicial por parte de los guaraníes hacia los conquistadores y misioneros tuvo como eje la redistribución posterior de los recursos comunales para fines concretos y extemporáneos. Si bien en el caso de los pueblos de indios que quedaron bajo jurisdicción de los colonizadores y encomenderos las transformaciones fueron en cierto sentido más profundas, desde lo económico y socio/político, ambos proyectos desconocieron la lógica económica que sustentaba aquel “bienestar” que había convocado a conquistadores y misioneros a desplegar sus afanes colonizadores y evangelizadores en aquellas tierras hasta ese momentos controladas por los aguerridos guaraníes.

La presencia dominante de estos grupos en la región les había permitido ocupar extensas áreas fértiles a lo largo de los ríos Paraguay, Paraná y Uruguay. Los guaraníes eran expertos en la colonización de la selva y en la agricultura de roza y quema que exigía el uso de amplios territorios así como la rotación periódica para evitar el desgaste. Su dieta alimenticia era variada en cultivos y en recursos obtenidos a través de la recolección, la caza y la pesca. Dicha diversidad conllevaba la necesidad de desplegarse sin fuertes limitaciones, aunque con restricciones, en un continuo que iba desde la aldea, la huerta hasta el monte (CHAMORRO, 2004). El espacio habitable, denominado Tekoa, era expresión de la interrelación equilibrada del universo físico/social. La variable opuesta implicaba la existencia del mal en la tierra y la necesidad de emprender la búsqueda de nuevos horizontes, liderada por los jefes políticos y religiosos. Dentro de esta cosmología se consideraba que era en virtud de la “vida en la tierra”, una “tierra humanizada”, que se lograba el bienestar y la perfección de la vida social (MELIÁ; TEMPLE, 2004, p. 23)⁴. La relación con el entorno material, vegetal y animal era concebida de forma íntima e inclusiva y, en este sentido, no existía un concepto de bien material o recurso natural en sus términos más teleológicos o utilitarios tal como era sostenido dentro de la tradición occidental que portaban los conquistadores. Sin embargo, no era que las acciones o relaciones en torno al medio ambiente y sus recursos no tuviesen fines concretos o sentidos compartidos sino que estos entraban dentro de una lógica diferente a la estipulada dentro del esquema de pensamiento occidental. Los guaraníes interactuaban dentro de un universo de cosas y seres interrelacionado por redes de significación y praxis mágico-religiosas y era en virtud de este entrelazado de cosmovisiones que abordaban el acceso a los bienes alimenticios, curativos o rituales.

La distinción entre naturaleza y sociedad, profundizada con la modernidad occidental, en sus diferentes etapas, no tenía entre las poblaciones guaraníes un reflejo análogo, incluso a vistas de los europeos. Por el contrario, en la cosmología de estos grupos que habitaban extensos territorios sobre importantes vías fluviales, no existía tal distinción, cuestión que quedaba manifestado en sus prácticas cotidianas y en su mitología. Lo que primaba entonces

era una perspectiva relacional que se articulaba con tradiciones de pensamiento de otros grupos, en particular aquellos de origen amazónico. A diferencia de la tradición occidental, “[...] la concepción amerindia supondría, por el contrario, una unidad del espíritus y una diversidad de los cuerpos. La cultura o el sujeto serían aquí la forma de lo universal, la naturaleza o el objeto, la forma de los particular” (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 38). En este sentido, más allá de las especificidades culturales lo que se destacaba en esta tradición de pensamiento era la creencia en que todos los seres animados poseían una esencia antropomorfa de tipo espiritual en donde los cuerpos eran solo apariencias variables, situacionales e intercambiables. Naturaleza y cultura, eran parte, a su vez, de un mismo universo socio/cósmico.

Entre los guaraníes, el acopio de ciertos bienes y su consumo estaban en íntima relación con la idea de bienestar sostenida por estas comunidades, asociado a la búsqueda de un equilibrio constante, cuya máxima expresión eran las fiestas y los banquetes rituales. Si bien existían ciclos de abundancia y escasez alimenticia, la búsqueda de un estado de bienestar era permanente y las etapas de menor disposición de alimentos o de crisis diversas se vivían como el paso necesario para reorientar las energías hacia las instancias siguientes, alimentadas por concepciones mágico-religiosas actualizadas por sus líderes. Este entramado de prácticas y concepciones les había permitido a ciertas parcialidades guaraníes controlar importantes extensiones de tierras de cultivo. La concentración de tierras fértiles en cabeza de ciertas comunidades fue evidenciada por los europeos en sus primeros contactos con los carios guaraníes del Paraguay. Esta situación daba cuenta de que estas sociedades de cultura de floresta y de origen amazónico habían logrado desarrollar mecanismos políticos relativamente eficientes a los fines de generar congregaciones eventuales de aldeas y con ellos de espacios circundantes potencialmente afines a la agricultura, la caza y la pesca.

No obstante, la búsqueda de tierras y la defensa de sus núcleos de asentamiento formaban parte de estrategias o tácticas evaluadas dentro de un universo conceptual propio. Al respecto, si bien la acumulación de recursos y las técnicas de conservación de

alimentos perecederos para tiempos difíciles o para el intercambio con grupos externos estaban en teoría ausentes o no se destacaban dentro de las tradiciones de estos grupos, esto no implicaba la falta por completo de una lógica económica. Por el contrario, esta existía pero asociada a redes conceptuales propias y en íntima relación con otras dimensiones socio-religiosas y políticas⁵. La dimensión económica no era entendida como un aspecto autónomo dentro de la vida social, como en el caso de la tradición occidental. Pese a de ello si existía un sistema de organización para los fines de subsistencia, consumo y distribución de bienes. La diferencia central estaba dada porque mientras los conquistadores imbuidos por afanes y utopías múltiples de enriquecimiento, prestigio y evangelización perseguían la acumulación de bienes o metales, los guaraníes consumían ampliamente los recursos alimenticios obtenidos o cultivados en fiestas rituales donde se ponía en juego la generosidad de los líderes, el bienestar de la comunidad y el deleite grupal.

De esta forma, el bienestar comunal era medido desde una óptica diferente a la de los conquistadores y misioneros. Con todo, estas perspectivas nos fueron uniformes, por el contrario fueron variando según las etapas de conquista, las regiones y los observadores. En este sentido, las motivaciones puntuales y las situaciones influyeron en las miradas que diferentes sujetos o agentes coloniales dejaron registradas sobre las adjetivaciones socio/económicas de los grupos locales. Esto último quedó ilustrado diversamente en las crónicas e historias escritas por conquistadores o misioneros. Así mientras estos últimos pusieron el acento en demostrar la ausencia de prácticas o creencias consideradas positivas, como eje del proceso de conversión, los primeros conquistadores describieron o elaboraron sus narrativas desde la necesidad de traducir lo observado a un universo mental conocido. Este fue el caso de Ulrico Schmidl donde la disposición de bienes, traducido por el en “abundancia”, lo llevó a reparar en los carios guaraníes.

Este esquema de intereses y necesidades determinó que fuera con los carios guaraníes con quienes los primeros conquistadores del Río de la Plata tuvieron mayor contacto y relación. Al respecto, al mencionar los motivos que determinaron esto último Schmidl afirmó que “[...] la gente y la tierra nos parecieron muy convenientes, especialmente los alimentos” (SCHMIDL [1567], 1997, p. 45).

Desde la perspectiva de este soldado alemán que llegó al Río de la Plata en la tripulación de Pedro de Mendoza los guaraníes poseían todo lo que ellos necesitaban, alimentos, mujeres y guerreros. En este marco no se impuso un desconocimiento de la potencialidades de la región y de la supuesta disposición de su gente, lejos de ello se reconoció que “[...] cada cinco leguas de camino [...]” hallaron “[...] una aldea de los carios [...]” y que estos les proporcionaran “[...] en cada ocasión” [...] “[...] alimentos, pescados y carne, gallinas, gansos, ovejas indias, avestruces y otras cosas más de lo que nosotros los cristianos precisábamos [...]” (SCHMIDL, [1567] 1997, p. 50-51). Así la clara conciencia de que aquellos poseían alimentos y bienes necesarios para su supervivencia constituyó la base de una relación que cobró la forma de alianza y luego de abuso y que se asentó sobre la estimación especulativa de los recursos humanos y materiales de estas sociedades.

En el Río de la Plata, en torno a la primitiva Asunción, la capacidad de organización de los guaraníes fue canalizada en beneficio de los primeros colonizadores quienes supieron sacar réditos de las lógicas políticas del cuñadazgo desplegada entre estos grupos como forma de entablar alianzas entre líderes próximos o distantes. Como parte de estas alianzas los jefes étnicos obtuvieron el apoyo militar y simbólico contra sus históricos enemigos, los payaguas, y los españoles se beneficiaron de la concesión de bienes y mujeres, como parte de los mecanismos de reciprocidad⁶. Sin embargo, poco después quedaron expuestos los intereses contrapuestos o incompatibles entre unos y otros y con ello los alcances de este pacto inicial. Tanto las significaciones y entramados culturales diferenciales como la propia dinámica que fue tomando la conquista pusieron en tela de juicio la continuidad del intercambio generado en los primeros tiempos. Desde el lado de los europeos la conformación de relaciones jerárquicas y estratificadas incluso con sociedades respetadas por sus baluartes guerreros formaba parte de profundas y antiguas tradiciones bélicas ejercidas durante la reconquista ibérica y la conformación de señoríos locales a expensas de tierras y personas. Por otra parte, la política de tributación entre sectores sociales diferentes estaba en vigencia en la sociedad ibérica de la conquista europeo y en su lógica asimétrica y jerárquica

fue impuesta extensamente, con adaptaciones locales, a partir de la encomienda y el servicio personal⁷.

En el caso de los pueblos guaraníes la imposición del sistema de encomiendas, a partir de la década de 1550, asignó un límite a la relación política previamente entablada al mostrar las diferencias con las relaciones recíprocitarias en sus aspectos más simbólicos como cotidianos. Como parte de la economía del Don la circulación debía ser constante y no agotarse desde el punto de vista de los lazos políticos y familiares por el sobre uso o abuso de algunas de las partes involucradas en la relación. Si bien, los guaraníes como sociedades en donde la guerra cumplía un rol fundamental en la consolidación y extensión como en la cohesión grupal, contemplaba la incorporación de “esclavos” como parte del botín de guerra dentro de la estructura societaria, la presencia de los europeos planteó otros desafíos bélicos y políticos que no pudieron ser afrontados por los medios usuales de rivalidad y venganza tradicionales. La relación de desigualdad y hasta desventaja evidencia a los pocos años de la conquista mostró entonces las aristas negativas de la nueva situación. Asimismo, en la economía guaraní como parte de las economías basadas en la producción doméstica las exigencias propias de la encomienda y el servicio personal produjeron un impacto en los mecanismos de reproducción social al requerir la producción de excedentes más allá del núcleo doméstico y de la familia extensa⁸.

Hacia fines del siglo XVI la situación de los guaraníes próximos a las aldeas españolas había cambiado extensamente ya que los conquistadores habían desviado las potencialidades productivas de estas sociedades para fines exógenos a las mismas. Aquellos observadores atentos no podían ver más que desestabilización y crisis al considerar también las propias reacciones de resistencia y rebelión que se fueron suscitando en el antiguo Paraguay como respuesta a las consecuencias y transformaciones desencadenadas por las encomiendas y luego por la acción de los franciscanos en los nuevos pueblos de indios (NECKER, 1990; ROULET, 1993). Sobre este contexto, sumado a las presiones ejercidas por los luso/brasileros esclavistas es que actuaron con relativo éxito los jesuitas, erigiendo misiones en áreas en su mayoría aún no afectadas por la

colonización y la encomienda. Sin embargo, el sustento ideológico que constituyó la base legitimadora de este nuevo proceso de colonización se alimentó de la construcción de una alteridad negativa en torno a aquellos grupos sujetos potenciales de conversión y en ese proceso cobró fuerza no solo las sentencias en contra a los cultos y prácticas guaraníes de orden mágico/religioso sino también y en especial aquellas que los mostraba en un supuesto estado de naturaleza sin artilugios culturales. Desde esta óptica, los guaraníes como otros grupos, en su estado de naturaleza solo eran proclives a las fuerzas demoníacas que actuaban para alejarlos de la salvación, según los jesuitas, solo obtenida a través del manto de Dios cristiano.

De la economía de reciprocidad al intercambio controlado

Entre los cronistas jesuitas que participaron del proceso de conformación de reducciones guaraníes en los ríos Paraná y Uruguay fue Antonio Ruiz de Montoya uno de los más renombrados por la historiografía especializada. Este jesuita a través de su obra *La Conquista espiritual del Paraguay* (1639), dejó asentada además de una historia de la misionalización jesuita en la región, un conjunto de variadas representaciones sobre los condicionantes y potencialidad geográficas de la misma y de sus habitantes los guaraníes en una fotografía sobre lo que entendía como la repretación acabada del hombre en estado de naturaleza. En su relato Montoya relacionaba la condición de los guaraníes con la de una barbarie peyorativa y peligrosa, por la acción diabólica que había corrompido y corrompía, según este misionero, la naturaleza de estas tierras en casi todas sus formas. Para caracterizar y nominar a la misma y a sus habitantes, Montoya hizo uso reiterado de la categoría “naturales” y remitió al entorno como una alegoría de un “desierto” despojado de las artes de la vida en sociedad. Para reforzar esta imagen introdujo su obra con una descripción sobre las dificultades y hazañas de sus travesías desde una intensa alusión a las mismas. Al respecto, Montoya contaba que había vivido:

[...] todo el tiempo dicho en la provincia del Paraguay y como en el desierto, en busca de fieras, de indios bárbaros, atravesando campos y trasegando montes en busca suya para agregarlos al aprisco de la iglesia santa y al servicio de Su Majestad, de que con mis compañeros hice trece reducciones o poblaciones, con el afán, hambre, desnudez y peligros frecuentes de la vida que la imaginación no alcanza, en cuyo ejercicio me parecía estar en el desierto [...] caminando al pie de dos mil leguas, con el peligro y riesgo de mar, ríos y enemigos que es notorio, a pedir instantemente el remedio de tantos males que amenazan muy grandes estorbos de su real servicio, y dijera mejor, daños y peligros de perderse la mejor joya de su corona real (RUIZ DE MONTTOYA [1639], 1989, p. 46-47).

En respuesta a tal panorama inicial es que, según Montoya, los jesuitas organizaron poblaciones entre los guaraníes como un acto político fundante de una nueva sociedad en donde antes solo había barbarie y donde la naturaleza en su estado más adverso dominaba casi plenamente. Con el paso del tiempo Montoya encontró en los pueblos reducidos aliados para continuar su insistente tarea de convertir a los otros y sumarlos a su causa a través de medios que reproducían aquellos utilizados supuestamente por los hombres que vivían en un despreciable estado de naturaleza. Montoya en su “Conquista Espiritual” relataba como los indios “[...] ya bien fundados en la fe, (servían) de cazadores para juntar estos rebaños. Y este que hoy rebelde corre por los bosques, ya manso mañana, ayuda a nuestros padres a rastrear otros, y a sí se va continuando la espiritual conquista”. Mientras quienes no vivían “ajustados a la ley divina” quedaban expuestos a los “diabólicos embustes” por medio de una “[...] naturaleza deleznable ayudada de la paz, comidas y descanso y olvidad de tan conocido azote [...]” que hacían los temibles tigres “como instrumentos de la justicia divina” cuando los indios reducidos abandonaban el camino de la fe (RUIZ DE MONTTOYA (1639), 1989, p. 235-238). Bajo este manto de amplias condenas y dogmas absolutos los jesuitas emprendieran su colonización religiosa que implicó una política de transformación de prácticas y sentidos. Al respecto, la vida

en las reducciones significó en teoría una pérdida de privilegios y costumbres como la poligamia y la antropofagia; la sumisión a nuevas prácticas, como el castigo corporal y el tormento espiritual; la adopción de ritmos cotidianos asociados al culto cristiano y a la economía, al adiestramiento en oficios artesanales y militares, la convivencia en espacios cerrados; la parcelación de los cultivos, el acopio de recursos y la imposición de limitaciones y controles sobre la movilidad física; la relación con el otro, la sexualidad e incluso la alimentación.

En lo que hace específicamente a la organización económica la historiografía especializada ha hecho hincapié en la intersección de viejos y nuevos modelos económicos. Sobre la base de la producción doméstica nuclear los jesuitas recrearon dos niveles de organización de la tenencia de la tierra, el trabajo, el acopio de recursos, el acceso y distribución de los mismos, denominados *abambaé* y el *tupambaé*, respectivamente. El primero consistía en una reinterpretación jesuita de las tradiciones guaraníes y se centraba en el trabajo familiar en una pequeña parcela, con el fin de garantizar la subsistencia doméstica a través del cultivo de maíz, legumbres y mandioca. El trabajo en el *tupambaé*, conjunto de tierras de la comunidad o del pueblo, era realizado por diferentes familias o parcialidades y estaba destinado específicamente a la obtención de bienes para almacenar o satisfacer necesidades diversas relacionadas con eventos rituales, situaciones extraordinarias, como podían ser sequías o epidemias y con el mantenimiento de la administración político/religiosa de las reducciones. Esto último era garantizado, en general, a través de los réditos de la comercialización de estos bienes bajo el control de los misioneros (GARAVAGLIA, 1987). Ambos tipos de modelos de producción, distribución y consumo respondían a ciertas prácticas familiares y comunales de acceso a los recursos observadas entre los guaraníes pero reorientadas con el fin de alcanzar niveles de eficiencia, acumulación y bienestar asociados a la política de estratificación colonial, de misionalización jesuita y de racionalidad económica occidental.

A lo largo de los siglos XVII y XVIII, las reducciones jesuitas de guaraníes alcanzaron un grado de desarrollo notable, a juicio de sus contemporáneos, en virtud de la cantidad de población que habitaba las mismas, la capacidad de reproducción frente a las crisis

y el alto nivel de productividad y comercialización, en comparación con otros productores (MÖRNER, 1986). En lo que hace a las reducciones los niveles de productividad, si bien fueron importantes como para motivar una sólida inserción en el mercado regional, no siempre cumplieron con las expectativas esperadas y con las necesidades surgidas frente a las exigencias de la propia dinámica de expansión de la Compañía de Jesús en la región⁹. Desde el lado de los jesuitas los juicios de desajuste entre expectativas y resultados se debían a la falta de adaptación o al propio temperamento de los guaraníes que determinaba en teoría la ausencia de comportamientos económicos adecuados. Dentro de este esquema, se hizo hincapié en la ausencia de aptitudes para el trabajo, la producción de excedentes y la acumulación de bienes y por ende de la capacidad para el bienestar comunal. Al mismo tiempo se remarcó insistentemente en el uso del tiempo de forma improductiva, denominado ocio, al intercambio sin medida o mensura y a la ausencia de previsión. Entre aquellos misioneros y cronistas que dejaron testimonio de estas concepciones en torno al trabajo de los guaraníes reducidos se encuentran los padres Antonio Sepp y José Cardiel. El primero de ellos, desde las reducciones escribía en relación al trabajo agrícola lo siguiente:

Siendo tan fértil el suelo, no se les ocurría a estos indios, por flojos el cultivarlo, sino, como en todo lo demás, se les había de obligar a ello, amenazándoles con darles azotes. Además, hago cultivar para mi y mis enfermos unas 40 hasta 50 cuadradas de trigo; pero hay que fijarse bien para que no lo coman estando todavía en grano [...] Como los indios son incapaces de toda economía y previsión, cumpliéndose en ellos a la letra la palabra de Cristo: ‘no os congojéis por el día de mañana’, es menester que el mismo Padre, tenga, como tiene, graneros y almacenes, para recoger y repartir a su tiempo la cosecha, y guarde lo necesario para la siembra futura (SEPP, [1732] 1962, p. 30).

En la misma línea, desde el exilio recordando los tiempos misioneros José Cardiel relataba que:

Con cuatro semanas efectivas que trabajan, tienen bastante para lograr el sustento para todo el año, como sucede con los más capaces y trabajadores, porque la tierra es fértil; pero generalmente es tanta la desidia del indio, que, atenta ella, es menester todo este tiempo. Y con todo eso, el mayor trabajo que tienen los curas es hacerles que siembren y labren lo necesario para todo el año para su familia; y es menester con muchos usar el castigo para que lo hagan, siendo para solo su bien, y no para el común el pueblo. Procuraran los Curas visitar con frecuencia sus sementeras, y envían indios fieles que les den cuenta de ellas. Algunos curas hacen medir con un cordel lo que les parece suficiente para el sustento anual de su casa: y les imponen pena de tantos azotes, sino labran todo: porque el indio es muy amigo de poquitos por su cortos espíritus, y su vista intelectual no alcanza hasta fin de año, ni le hacen fuerza las razones, ni la experiencia del hambre que sintió el año antecedente por haber sembrado poco. Otros padres les hacen labrar y escardillar la tierra por junto, todos los de un cacique o de una parcialidad juntos: hay tantas sementeras y mañana otras tantas, con un espía como censor o contador, que les haga hacer su deber, además de los caciques y mayores: que les cuente, y de razón de todo al Cura; y con todo este cuidado no se suele conseguir que cojan lo necesario (CARDIEL, [1771] 1994, p. 49).

En relación a las formas de consumo Cardiel y a las necesidades de direccionar el mismo mencionaba:

Ni basta el hacerle coger toda su cosecha. Lo más que cogerá un indio ordinario es tres o cuatro fanegas de maíz. Bien pudiera coger veinte, si quisiera. Si esto lo tiene en su casa, desperdicia mucho, y lo gasta luego, ya comiendo sin regla, ya dándole de balde, ya vendiéndolo por una bagatela, lo que vale diez por lo que vale uno. Por eso se lo obliga a traerlo a los graneros comunes, cada saco con su nombre: y se le deja uno solo en su casa y se le va dando conforme se le va acabando. Toda esta diligencia es necesaria para su desidia.

Estas cosas con otras de economía temporal cuestan mucho más a los Padres que los ministerios espirituales. Se pone mucho cuidado en ellas, porque cuando lo temporal y necesario al sustento va bien, todo lo espiritual va con mucho aumento y fervor (CARDIEL, [1771] 1994, p. 51).

El nuevo modelo económico diseñado para la misiones se proyectó sobre criterios occidentales de organización del tiempo y el espacio y en torno a concepciones particulares sobre el trabajo productivo, la acumulación y el bienestar. El trabajo pautado en horas y momentos, con fines concretos de subsistencia familiar y acumulación de excedentes para los depósitos comunales administrados por una estructura superpuesta, se constituyó en el eje de la nueva organización económica que generó tantas transformaciones como resistencias. Esto en gran medida por la persistencia de lógicas económicas que distanciaban notoriamente de aquellas que se buscaban imponer. Así pese a los diferentes medios desplegados por los jesuitas para generar adhesión al modelo de trabajo reduccional, tales como premios y castigos, no siempre lograron imponer sus ideales y ciertas formas de subsistencia se mantuvieron quizá como forma de resistencia. Al respecto, Cardiel afirmaba:

Si hay hambre u otro trabajo, no acude el indio a Dios y los Santos, como hace la gente de cultura y entendimiento, con devociones, y novenas, etc; sino que se huye a buscar que comer por los montes o matar vacas y terneras a los pastores o dehesas del común del pueblo, que llaman estancias (a las terneras tienen excesiva afición) y destruyen con eso al pueblo (CARDIEL, [1771] 1994, p. 51).

La dieta de los guaraníes en los tiempos prehispánicos incluía la carne obtenida por medio de la caza en el monte, aunque limitada por concepciones culturales que prevenían entre otras cosas la depredación. Bajo las reducciones continuó dicha práctica, bajo nuevos controles, el acceso a proteínas de origen animal provino fundamental de las reservas vacunas existentes en las estancias. Esta lógica alteró en extremo ciertas dinámicas y afinidades de

obtención de recursos alimenticios, ya que los guaraníes muy adeptos a las raciones de carne obtenidas en las reducciones, optaban por no entregar mayor energía en las sementeras, ni al cuidado del ganado, que las previstas por de sus deseos y necesidades. Por eso es que solo tenían animales de forma comunal vigilados por la estructura administrativa misional¹⁰. Lo mismo sucedía con el intercambio comercial. Así si bien los guaraníes se sumaron a la dinámica del mercado, lo hicieron a través de sus lógicas propias o bajo el control político de los jesuitas.

El contraste entre modelos de comportamiento económico se hizo evidente en las reducciones y en algunos puntos hasta irresoluble. No ocurrió lo mismo con los oficios y las artes donde los misioneros mostraron estar conformes aunque solo aludieran a su capacidad para repetir o copiar las diferentes tareas enseñadas¹¹. En lo que hace a la producción de bienes o alimentos, el modelo guaraní se distanciaba del occidental cristiano, europeo y misionero, entre otras cosas en que se basaba en el trabajo ritual y cooperativo, que perseguía un sistema de circulación y distribución recíproca que respondía muchas veces a las necesidades inmediatas y festivas y a un concepto de bienestar cíclico que incluía la escasez como una instancia opuesta pero complementaria. Por su parte, la riqueza no era concebida en la acumulación de bienes, sino en la distribución y en su consumo en las fiestas. La acumulación de un cierto excedente tenía fines distintos a los concebidos en otras sociedades, ya que era pensada no para los tiempos de crisis sino para el consumo festivo. Por otra parte, no todas las actividades respondían a la subsistencia o al consumo, como era el caso de la caza. En torno a esta práctica existían un conjunto de valoraciones guerreras y de prestigio. Sin embargo, más allá de estos períodos extremos las necesidades cotidianas básicas solían estar cubiertas (SOUZA, 2002).

La idea de bienestar no era evidentemente compartida por guaraníes y jesuitas. Al respecto, mientras que para estos últimos respondía al patrón de racionalidad económica occidental, que incluir acumulación, previsión e inversión, en el universo de la cultura guaraní, concebida esta desde un punto de vista analítico, el bienestar se ponía en juego a través de la circulación de bebida y

comida durante tareas y fiestas. Asimismo, conllevaba la posibilidad de su repetición en un tiempo cercano, como parte del fortalecimiento de redes políticas a través de la práctica del Don. Bajo el sistema misional jesuita, los guaraníes debieron no solo producir para otros que no fueran su familia nuclear o extensa, sino bajo lógicas muy distintas a las acostumbradas. Por ello fueron resistidas explícitamente, tanto en los espacios de producción familiar como comunal. Lo mismo ocurrió con los intercambios de bienes, ya que si bien estos eran supervisados por los jesuitas no faltaban los casos en los que los guaraníes trocaban productos en la campaña con sus vecinos los charrúas, los guenoas o los portugueses, con objetivos diversos. También eran comunes las entregas de carne a los portugueses en medio de enfrentamiento bélicos a cambio de favores o bienes diversos (QUARLERI, 2009). En todo ello, quedaba demostrado que a pesar de las políticas y los medios utilizados para su implementación los guaraníes reducidos encontraron espacios para continuar con ciertas prácticas dentro de lógicas resignificadas o adaptadas al contexto misional. En este sentido, las pautas de organización económica no encontraron un eco de transformación profundo y muchas de aquellas críticas elaboradas por los jesuitas fueron retomadas desde otra coyuntura y con otras motivaciones por aquellos funcionarios que oponiéndose al modelo de administración misionera pretendieron disolver el mismo para fomentar, en los guaraníes de los pueblos, la productividad y el intercambio individual.

De la comunidad de bienes al individualismo económico

La expulsión de los jesuitas impuso nuevos desafíos a los pueblos de misiones y expuso los límites y alcances del modelo en relación a los diferentes ideales y paradigmas económicos y políticos que se fueron esbozando. En el Río de la Plata, el encargado de organizar la expulsión de los jesuitas fue el gobernador Francisco de Paula Bucareli y Ursúa (1766-1770)¹². Un mes le llevó poner en práctica el decreto de expulsión en todos los colegios y estancias de la región y trasladar a los padres jesuitas a Europa. Sin embargo, en las treinta reducciones guaraníes el golpe político fue dilatado, ya que el gobernador tomó las prevenciones necesarias para evitar un levantamiento.¹³ Para ello, conformó un ejército dispuesto a hacer frente a una potencial rebelión y luego reunió bajo un ritual de solemnidad y pleitesía en Buenos Aires a los principales caciques de los pueblos y a sus corregidores. Durante seis meses colmó a más de cincuenta autoridades guaraníes allí presentes de hospitalidades y regalos. Además, les confirmó sus derechos a la tierra, los vistió a la española y reafirmó la prerrogativa de usar el “Don”. El gobernador buscaba sentar las bases para reconstituir la relación de vasallaje con los caciques y los cabildos sin los jesuitas como intermediarios (WILDE, 1999 y 2003).

En las misiones guaraníes una nueva administración secular y religiosa se hizo cargo de los pueblos. En cada reducción se dispuso de dos religiosos de las Órdenes de Santo Domingo, San Francisco y La Merced y de un administrador laico¹⁴. A los guaraníes se les concedió el derecho de continuar nombrando a sus corregidores entre los caciques principales y mantener su cabildo como medio de gobierno interno, aunque supeditado al control del administrador secular. Se establecieron disposiciones generales sobre producción, trabajo, paga, posesión de bienes, comercio y residencia. Además, se introdujo la vestimenta española como obligatoria, la enseñanza del castellano por medio de escuelas con maestros laicos y se fomentó la unión de matrimonios mixtos dentro de una política de asimilación que se iría intensificando a lo largo de los años. Finalmente, se propició la relación directa entre los cabildos y el gobierno colonial para fortalecer los vínculos de

los guaraníes con la administración central. Para ello, entre otras cosas, Bucareli confirmó funciones y otorgó cargos a los caciques que no gozaban de ellos y el uso de símbolos de prestigio tales como la vara y el bastón. De esta manera, durante su mandato, el gobernado recreó con las autoridades guaraníes un flujo de intercambios y contraprestaciones que buscaron reafirmaron la lealtad política de los mismos.

Desde el punto de vista económico el gobernador Francisco Bucareli y Ursúa buscó mantener ciertos aspectos de la organización jesuita previa y cambiar otros. Al respecto, ratificó en sus instrucciones la división entre los sistemas de producción familiar y comunal, así como la comercialización y distribución de los cultivos obtenidos de las *siembras y plantíos comunes* a través de la supervisión y aprobación de los diferentes niveles de gobierno, el cabildo, el administrador y el gobernador de misiones. Estas dos últimas figuras fueron introducidas dentro del nuevo régimen como medio de control y con el objeto de garantizar un buen gobierno, sin arbitrariedades y fraudes. La creación de un nivel de administración por encima o a la par del cabildo podía ser entendida como una forma de reemplazar las funciones realizadas por los jesuitas. Por otra parte, si bien si pretendía impulsar la autonomía económica de los pueblos, Bucareli como otros agentes coloniales consideraban que los indios no estaban aún en “aptitud” de cumplir adecuadamente con las lógicas de una producción eficiente y de asumir las reglas de un libre comercio libre. Por su parte, Bucareli sostuvo los almacenes de comunidad, la provisión de sustentos necesarios y vestuarios a los indios del común, así como la regulación del trabajo a través del control comunal del mismo¹⁵. Este régimen de producción, distribución y comercialización comunal con control político de la economía pasó a ser denominado por los funcionarios borbónicos como “sistema de comunidad”, pasando a ser, como veremos, con los años criticado por un sector del gobierno colonial con fuertes argumentos contra los beneficios de su existencia en términos de la economía local y metropolitana.

Sin embargo, pese a las críticas posteriores Bucareli introdujo un conjunto de cambios en la organización económica y social de las misiones de guaraníes, inducido por paradigmas ilustrados en

torno a los beneficios del comercio, la agricultura, la industria y el trabajo remunerado. En primer lugar, el incentivo al comercio constituyó la base y el principal eje de la intervención en los pueblos de misiones, ampliando el intercambio entre indios, españoles y entre las misiones y los centros urbanos próximos. No obstante, se privilegió a las ciudades de Santa Fe y Buenos Aires como destinos principales por la supuesta utilidad y ventaja de la venta de yerba, tabaco, azúcar, miel y lienzos en dichos puntos. Se autorizó la radicación de algunos españoles en las misiones y la entrega de casas y terrenos de cultivo para fomentar el comercio con los indios y para “animar” a estos últimos, con el ejemplo, “a la cultura de las tierras”¹⁶. Finalmente, entre otras cosas, se creó la administración general de misiones en Buenos Aires, a la cual se debía remitir el remanente de las ganancias comerciales luego de cubrir las necesidades de los pueblos y con la autorización y supervisión de los administradores, corregidores y mayordomos del cabildo. Su modelo estaba basado en la idea de que la productividad y los caudalosos ingresos imprimirían equidad y felicidad en el espíritu de los pueblos. En este sentido, Bucareli adhería a un concepto de abundancia ligado a la acumulación de bienes, como producto del “trabajo prolífero” y a la ocupación del tiempo de forma “productiva” y “civilizada”. Así expresaba el gobernador sus ideas, en concordancia con paradigmas ideológicos de corte iluminista, sobre los aspectos mencionados:

El cultivo de las tierras es el segundo medio de que depende la adquisición de bienes temporales, y por lo mismo, pondrá usted especial cuidado en hacer conocer á los indios cuan útil les será este honrado ejercicio; que por tan interesante trabajo tendrán lo competente para sustentar á sus familias con abundancia; que, vendiendo los frutos que adquieran por medio de la cultura, se aumentarán en ella los caudales á proporción de las chacarerías, plantaciones y labores que hicieren; y que aquel, que hiciese más servicio al público en este fructuoso trabajo, se hará tanto más digno de las honras y empleos para que S. M. se ha servido habilitarlos. No omitiéndose, finalmente, diligencia alguna de introducir en

ellos aquella honesta y loable ambición que, desterrando de las repúblicas el pernicioso vicio de la ociosidad, las hace opulentas, principalmente, siendo estas tales, que su misma fertilidad estimula al trabajo en el seguro logro que promete.¹⁷

La condena al ocio, como sinónimo de uso del tiempo de forma improductiva, cobraba nueva fuerza en esta coyuntura pero mantenía casi el mismo significado que en los tiempos jesuitas. Por su parte en sintonía con el contexto y en relación a la doble concepción de los indios como sujetos limitados pero susceptibles a ser ilustrados en las artes de la industria, el comercio y la agricultura, por el poder de la instrucción y el adoctrinamiento, el gobernador consideraba que

Persuadidos los indios, por unos interesantes discursos, cuan útil les será el trabajo y perjudicial la ociosidad, procurará usted, por si y por medio de los administradores españoles, examinar para qué frutos es más á propósito el terreno de cada pueblo; conocimiento que de pronto se podrá adquirir, investigando de cuáles se acostumbraban hacer las chacarías, así comunes, como particulares; é informado usted, determinará se verifiquen en mayor porción que antes las siembras y plantíos que son menos expuestos y á cuyo logro influye mejor el temperamento y terreno, teniendo presente que toda la felicidad de estos pueblos y de cualesquier otro país consiste en la abundancia de víveres necesarios a la conservación.¹⁸

Finalmente, la constante referencia al comercio como medio insoslayable para el engrandecimiento del estado, el progreso de los pueblos y la felicidad de la república quedaba una vez más detallada en las instrucciones de Bucareli. A su vez, si bien se reafirmaba la necesaria libertad de acción en el intercambio comercial se remarcaba en la necesidad de mediación por la falta de criterios adecuados al respecto por parte de los guaraníes. Este control político de la economía, que implicaba en cierto sentido una continuidad con el sistema jesuítico, constituirá una de las principales críticas que recibirá el modelo de Bucareli.

En los años posteriores y pese al aumento de los ingresos por la comercialización de cueros y yerba a gran escala surgieron innumerables conflictos y ciclos críticos. Desde el punto de vista económico, los costos de producción aumentaron, así como las exigencias de prestación de fuerza de trabajo sobre los indios de común de los pueblos. Las prácticas clientelares se expandieron a todo nivel, dañando o resquebrajando especialmente las solidaridades al interior de los pueblos, aquellas que expresaron alianzas de intereses entre cabildos, curas, caciques y administradores en contra de la protección abusiva de su gente en el trabajo y de los bienes de comunidad. Al mismo tiempo, comenzó a producirse un avance de la sociedad criolla sobre el espacio de las misiones sin que se manifestase una política clara de defensa del territorio de los pueblos. Mientras que los pueblos más próximos al río Paraguay quedaron expuestos a los constantes ataques de los indios infieles chaqueños. En la década del setenta se sumó una coyuntura muy intensa de epidemias de viruela y sarampión que elevaron fatalmente las tasas de mortalidad. Finalmente, un ciclo de “fugas” y “evasiones”, como de reclamos y motines, manifestaron diferentes mecanismos de resistencia activa contra la situación vivida en los pueblos (HERNÁNDEZ, 1999 y 2002; MAEDER 1992; SANTOS; BAPTISTA, 2007; SARREAL, 2008; SUSNIK, 1966).

Por su parte, desde el gobierno central se buscó imponer diferentes medidas para evitar el colapso económico, político y demográfico. Desde 1771 en adelante se ordenó reorientar el gobierno político y económico de los pueblos, que los administradores remitan los diezmos; alcabalas y tributos determinados en las instrucciones de Bucareli y que se cumpliesen con las normas de no despojar a los indios de sus tierras, bienes y casas. Para fines de la década de 1780, la preocupación por el destino de los pueblos y el pago de los impuestos aumentó considerablemente. Al respecto, en 1778 el Rey solicitó al gobernador de los pueblos de indios guaraníes, Francisco Bruno de Zabala:

[...]velar por las instrucciones de Bucareli especialmente en los capítulos que miran a la conservación de los indios, su agricultura, industria, uso de bienes y entera libertad en el manejo de ellos, en el tráfico y comercio de sus frutos, así

en cuanto al comercio interno de los mismos pueblos o al general con los españoles o a los parajes o las que quieran traficarlos [...] para evitar todo fraude y perjuicio a los indios y procurar su utilidad y fomento de sus intereses [...] el buen gobierno de esta provincia y pública felicidad de los indios.¹⁹

Durante los años siguientes varias reglamentaciones fueron elaboradas para evitar los abusos, fraudes y negligencias generalizadas desplegadas sobre los indios y los pueblos, mientras las denuncias sobre los gobernadores, tenientes de gobernadores y administradores caían constantemente. Sin embargo nunca se cuestionó desde ningún sector los efectos del comercio y las exigencias generadas por el mismo, al contrario en el centro de los discursos siempre se lo idealizó como el medio indispensable para alcanzar el bienestar general.

Desde el lado de los guaraníes, las improntas del comercio a mayor escala y la explotación de la fuerza de trabajo habían comenzado a generar estratificaciones al interior de los pueblos. La marcada ausencia en los pueblos registrada durante las décadas posteriores implicó un conjunto diverso de respuestas que incluyó a familias extensas, a pequeños grupos o a individuos aislados. Diferentes estrategias se implementaron para evitar las cargas abusivas o para buscar nuevas oportunidades, escapando de las epidemias y las muertes. La huída a la campaña misionera, a las tolderías de grupos infieles o las negociaciones con los corregidores para no ser nombrados en los padrones y censos y así quedar exentos de las cargas laborales oficiales, dentro y fuera de las misiones, fueron algunas de las respuestas desplegadas. El desplazamiento a centros urbanos de las jurisdicciones vecinas, puertos, estancias o las prestaciones de servicios como milicianos constituyeron otro conjunto de respuestas estratégicas en relación con las circunstancias. No obstante, las nuevas actividades y prácticas desplegadas fuera de las misiones en diferentes centros productivos, comerciales, artesanales, militares fueron generando deudas, obligaciones y nuevas relaciones, quedando los diferentes sujetos atados a los destinos elegidos (KÜHN, 2008; LANGER, 2005; SANTOS; BAPTISTA, 2007; WILDE, 2003 y 2007). La

población de las reducciones a causa de muertes, ausencias, fugas o cambio de status fiscales se redujo, en tres décadas, a la mitad (MAEDER; BOLSI, 1982). Esto último sumado al deterioro edilicio y las disputas políticas entre los diferentes niveles de gobierno fueron conformando una imagen de decadencia generalizado frente al continuo reconocimiento de las potencialidades regionales. Esta contradicción fue explotada en sus informes por los funcionarios borbónicos enviados por la Corona, en la década de 1780, para cumplir con las consignas del flamante Tratado de Límites con Portugal²⁰.

En esta oportunidad comisionados como Félix de Azara y Diego de Alvear en sus informes o historias naturales escritas en sus múltiples facetas de comisionados, expedicionarios y naturalistas repararon en el espacio misionero²¹. A estas narrativas se sumó a pedido de Azara la del Gonzalo de Doblas, teniente de gobernador del distrito misionero de Concepción. Lo que prevaleció en las relaciones de Azara, Doblas y Alvear fue una mirada que apuntaba a describir ciertos aspectos relacionados con los recursos naturales, la geografía y la población para luego presentar consideraciones centradas básicamente en las formas de revertir la situación de “decadencia” descripta para los pueblos guaraníes, sus tierras de cultivo y sus recursos ganaderos y con ello garantizar una explotación eficiente para las arcas del Estado. En sus escritos sobresalió su insistencia en la necesidad de desarticular el sistema de comunidad de bienes y adoptar en las misiones un sistema de libertad de comercio, posesión particular de bienes y acceso sin restricciones a la mano de obra de las reducciones, con el objeto implícito de dinamizar el mercado interno y los ingresos fiscales derivados. Con respecto al sistema de comunidad, Gonzalo de Doblas, teniente de gobernador de Concepción afirmaba que

Estos pueblos, desde su reducción, se han mantenido y mantienen en comunidad; y aunque este método de gobierno sería útil a los principios, después no ha servido en mi concepto sino a impedir los progresos de policía y civilidad: los que subsistirán desde mismo modo, entre tanto no se mude de gobierno, dando entera libertad a los indios como dicta la naturaleza (DOBLAS, [1785] 1970, p. 35).

Por su parte, Félix de Azara insistía en los elementos que habían condicionado el desenvolvimiento de la propiedad privada, el estímulo a la producción y al desarrollo de las capacidades individuales para alcanzar metas propias dentro de la lógica del utilitarismo de la época. Azara decía:

De esto se colige, que los padres curas eran árbitros de los fondos sobrantes de las comunidades de los pueblos, y que ningún indio podía aspirar a tener propiedad particular. Esto quitaba todos los estímulos de ejercitar la razón y los talentos; pues lo mismo había de comer, vestir y gozar el más aplicado, hábil y virtuoso, que el más malvado, torpe y holgazán (AZARA, [1809] 1941, p. 182-183).

Finalmente, Diego de Alvear dejaba entrever la necesidad de limitar o desarticular el régimen comunal misionero dando cuenta que en estas condiciones no daba rédito a la Corona. Alvear consideraba que:

Si damos ahora valor a la administración de justicia, teniendo los indios privilegios de menores, y gozando de entera libertad de derechos y costos en los tribunales del reino, y estimamos lo que puede valer la conservación y defensa de sus países en tiempos de guerra, veríamos que las misiones, en el pie que se hallan, son muy gravosas al estado, y que solo se mantienen para aumento de la cristiandad (ALVEAR, [1791] 1970, p. 721).

Las concepciones esbozas por estos tres sujetos solo daban cuenta de un paradigma que pronto cobraría protagonismo en la escena local en relación con las comunidades indígenas y que radicaba en la idea de asimilación de los indígenas a la sociedad local, en general, y por el otro, en la desarticulación lentamente del sistema de comunidad de bienes en los pueblos de misioneros, en particular. En el ámbito local y virreinal fuertes discusiones,

en torno a la liberación de los indios de aquel sistema se suscitó entre 1799 y 1800. Si bien estas ideas estaban presentes desde más de una década atrás fue con la llegada del Virrey Avilés, en 1798, que las mismas alimentadas por la ideología del liberalismo económico cobraron la forma de política reformista²². Esta última estaba también asociada a la expansión pobladora criolla, a una explotación racional de los recursos y a una concisa contribución de los territorios coloniales hacia la metrópoli. La idea era desvincular por etapas a ciertas familias del sistema de comunidad a través de la anulación de sus obligaciones laborales y a través de la adquisición de lotes de tierras para cultivo, animales, herramientas y alimento hasta un año (HERNÁNDEZ, 2002; SUSNIK, 1983). Los resultados fueron muy diversos ya que si bien la medida se decretó en 1800 para todos los pueblos de indios no se aplicó en todas las jurisdicciones afectadas. Con respecto a los guaraníes sus respuestas tampoco fueron unánimes y mientras algunos buscaron sumarse rápidamente al nuevo decreto, otros se opusieron, surgiendo incluso pugnas y conflictos al interior de los propios pueblos. La política de liberación de cargas y obligaciones no había contemplado la lógica que vinculaba económicamente a familias extensas y tampoco la disponibilidad de tierras fértiles en un contexto de avance hispano-criollo sobre los espacios circundantes.

La puesta en práctica de las nuevas medidas se complejizó con la coyuntura bélica que se abrió, a partir de 1801, tras la toma del territorio misionero del oriente del río Uruguay por los portugueses. Los rumbos fueron heterogéneos, hay quienes se quedaron en los pueblos en situaciones diversas y quienes salieron de los mismos para fundar nuevos asentamientos o para insertarse de forma familiar o individual en otros ámbitos rurales o urbanos, entrando en relación con otros sistemas de producción y trabajo. Las guerras de las independencias sumaron sustracción y caos en el territorio fronterizo donde habían estado localizados los pueblos de misiones y en consecuencia la discusión sobre el destino de los pueblos, su economía y política quedó desplazada de la escena discursiva y práctica. Dos siglos y medio de historia habían mostraron las diferentes facetas del colonialismo, en sus vertientes ideológicas y

políticas. Con respecto puntualmente a los modelos económicos, además de los contextos específicos, las argumentaciones, que fueron justificando las diferentes reformas y medidas impuestas en relación con las poblaciones locales, cobraron un lugar destacado. Por su parte, desde el lado de los guaraníes tanto la adaptación estratégica como la resistencia, cotidiana o abierta, a las medidas económicas impuestas fueron mostrando de forma permanente los desfasajes y las contradicciones existentes entre las lógicas y concepciones de organización del trabajo, la acumulación de bienes y el bienestar comunal o familiar. Este entramado de ideologías y prácticas dejó expuesta la irracionalidad de las políticas del colonialismo que desde diferentes formas, medios y coyunturas siempre consideró desde un etnocentrismo acérrimo portar las ideas más elevadas e iluminadas para amoldar y encaminar el mundo a sus requerimientos.

LOGICS AND CONCEPTIONS ABOUT WORK, ACCUMULATION AND WELFARE IN THE GUARANÍ INDIAN MISSIONS (17TH AND 18TH CENTURIES).

Abstract: In this study seeks to show how were imposing in the missions of Guarani Indians a restructuring in the everyday practices of production, holding and movement of resources in intimate relationship with the European conceptions of work, productivity and well-being. It seeks to analyze the configuration of three models, the first of them centered on the opposition “desierto-abundancia”, as a variable in the Jesuit period; the second is focalize on the change of an economy of reciprocity to the of an exchange of goods controlled under the reduction system and the latter in the contrast between the Community system and the regime of economic freedom, in the last decades of the colonial Government. The speeches of early chroniclers, Jesuits and officials Bourbon, will be the bases of this work, highlighting the tensions, transformations and also strategic responses of the Guarani families.

Keywords: Missions Guarani. Indigenous economy. Rio de la Plata.

Notas

¹ El referente más destacado ha sido, para al área andina colonial, Steve Stern. Para el área aquí estudiada no puede dejar de mencionarse a Branislava Susnik. Si bien ambos autores formaron parte de corrientes teóricas y formaciones diferentes, ambos hicieron hincapié en las acciones indígenas en su complejidad histórica.

² Representantes de estas líneas teóricas son Serge Gruzinski y Carmen Bernard, entre otros.

³ Cabe aclarar que el modelo de cambios proyectado tuvo mayor expresión en el plano del discurso y las ideas que en el de las prácticas donde hubo lugar en algunos aspectos de la vida cotidiana para la negociación o la disrupción del sistema normativo impuesto desde la Orden.

⁴ Cabe mencionar que la guerra ocupaba un lugar destacado en estas sociedades y estaba asociado a prácticas colonizadoras, alianzas políticas, cosmovisiones y valores culturales determinados. Por su parte las aldeas estaban protegidas y vigiladas de forma permanente ante un potencial ataque enemigo (QUARLERI, 2009).

⁵ Los guaraníes solían hacerse de esclavos de otras comunidades o grupos étnicos en virtud de entramados conceptuales asociados a la venganza y a la rivalidad bélica y no como una acción premedita para sumar brazos a la agricultura, la caza o la pesca.

⁶ Los términos de estas alianzas han sido analizados extensamente en los clásicos trabajos de Branislava Susnik (1979 y 1983), luego de Florencia Roulet (1992 y 1993) y más recientemente de Macarena Perusset (2008), entre otros.

⁷ En el contexto de la conquista de América en algunas regiones de España existía la distinción entre hidalgos o nobles y pecheros o comuneros que pagaban tributo al primero. Esta distinción se fue difuminando en la América española y trasladándose a la sociedad hispano-indígena (ALTMAN, 1988).

⁸ José Otávio Catafesto de Souza (2002) en su trabajo *O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais* analiza extensamente las características de la economía doméstica guaraní, en relación con los principios de su organización comunal a la luz de las grandes teorías de la antropología económica. El autor da cuenta de las diferencias entre las economías basadas en el don y en aquellas basadas en el lucro; al mismo tiempo que discute las conceptualizaciones elaboradas desde la economía clásica en donde se cuestiona a las organizaciones basadas en la producción doméstica la ausencia de capacidad excedentaria y la vulnerabilidad frente a las crisis por sequías, epidemias, plagas o inundaciones.

⁹ Los altos costos de mantenimiento de la grandeza jesuita han sido estudiados previamente, asimismo como los conflictos internos entre los jesuitas de diferentes provincias por la distribución de ciertos bienes e ingresos derivados por ejemplo de donaciones de particulares (QUARLERI, 2003 y 2005).

¹⁰ José Cardiel comentaba que “Los indios no tienen en particular vacas, ni bueyes, ni cabalos, ni ovejas, ni mulas: sino gallinas porque no son capaces de más” (CARDIEL [1771], 1994, p. 54).

¹¹ Antonio Sepp decía “Ya nuestros antecesores han enseñado a esta gente, por lo demás muy tonta, pero muy hábil para remedar, no solo la religión cristiana, sino también a hacer pan y comida y vestido, a pintar, a fundir campanas, a fabricar órganos e instrumentos musicales y relojes; en una palabra todas las artes y oficios de Europa, principalmente la música como parte esencial del divino servicio, aunque no con la perfección acabada en Europa, pero bastante bien” (SEPP, [1732] 1962, p. 23).

¹² Las órdenes secretas dictadas por el Rey contemplaban la deportación de los religiosos a los Estados Pontificios de Italia y la incautación de los bienes muebles e inmuebles que habían estado bajo administración de la Compañía de Jesús. Luego de la expulsión, los bienes de los jesuitas adquirieron el nombre de “temporalidades”. Su administración o transferencia, a través de la comercialización de la producción y del arriendo o de la venta de los bienes en el caso de las haciendas, fue encargada a Juntas y Comisionados sobre los que recayeron no pocas denuncias de malversación. Este proceso se extendió hasta principios del siglo XIX (MAEDER, 2001).

¹³ Entre los años 1753 y 1756 se había suscitado un enfrentamiento inédito entre las misiones del Uruguay y el poder real, por la defensa del territorio reduccional, que terminó con la derrota bélica de los pueblos. El miedo a otro levantamiento estaba presente entre las autoridades coloniales en el contexto de la expulsión de los jesuitas (QUARLERI, 2009).

¹⁴ Tras la expulsión de los jesuitas, las treinta reducciones se mantuvieron bajo un mismo régimen divididos en dos distritos, el de Paraná y el de Uruguay, dentro de la jurisdicción de Buenos Aires. La designación de dos gobernadores duró solo un año, ya que a partir de 1769 se mantuvo uno solo de ellos y se nombraron tres tenientes de gobernador. En 1774 se crearon nuevas agrupaciones llegando a estar los pueblos supeditados a los departamentos de Santiago, San Miguel, Yapeyú, Concepción y Candelaria. Con la Real Ordenanza de Intendentes Concepción y Candelaria pasaron a depender del Paraguay y los otros tres departamentos a Buenos Aires. El giro y cambio estructural se produjo en 1801 con la ocupación del departamento de San Miguel, al este del río Uruguay por Portugal, y luego con el impacto general que produjeron sobre este territorio las guerras independentistas (MAEDER, 1992; POETNIZ; POETNIZ, 1998).

¹⁵ “Instrucción a que se deberán arreglar los Gobernadores interinos que deo nombrados en los pueblos de indios guaraníes del Uruguay y Paraná, no habiendo disposición contraria de Su Majestad. Francisco Bucareli y Ursua, Candelaria, 23 de agosto de 1768”. *Colección de Documentos relativos a la expulsión de los jesuitas*

de la República Argentina y del Paraguay, en el Reinado de Carlos III. Introducción y notas de Francisco Javier Bravo, Madrid, Establecimiento Tipográfico de José María Pérez, 1872.

¹⁶ “Instrucción a que se deberán arreglar los Gobernadores interinos...”, *op cit.*, p. 208.

¹⁷ “Instrucción a que se deberán arreglar los Gobernadores interinos...”, *op cit.*, p. 202-203.

¹⁸ “Instrucción a que se deberán arreglar los Gobernadores interinos...”, *op cit.*, p. 204.

¹⁹ “Reglas para el mejor gobierno de los guaraníes, El Rey, 5 de octubre de 1778”. Archivo General de la Nación, Buenos Aires (AGN). Sala 7, Colección Biblioteca Nacional, Documento 5065, fojas 4v-5.

²⁰ El Tratado de San Ildefonso fue firmado en 1777 para dirimir una vez más los límites conflictivos entre España y Portugal en sus fronteras coloniales.

²¹ Las múltiples facetas de estos funcionarios y sus concepciones sobre el espacio misionero fueron estudiadas previamente en QUARLERI (2011).

²² Las bases de esta nueva política quedaron expuestas en los informes escritos por el Secretario del Virrey Avilés, Miguel de Lastarria.

Referencias

ALTMAN, Ida. Emigrants and Society: An Approach to the Background of Colonial Spanish América. *Comparative Studies of Society and History*, v. 30, n. 1, 1988.

ALVEAR, Diego. *Relación Geográfica e Histórica de Misiones*. In: Pedro de Angelis (comp.). Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1970, p. 579-727.

AZARA, Félix. *Viajes por la América Meridional*. Madrid: Espasa-Calpe, 1941.

BRUXEL, Arnaldo. O sistema de propriedades das reduções guaraníticas. *Pesquisas*, n. 3, p. 29-145, 1959.

CARBONELL DE MASY, Rafael. *Estrategias de desarrollo rural en los pueblos guaraníes (1609-1767)*. Barcelona: Sociedad Estatal Quinto Centenario, 1992a.

_____. La propiedad comunitaria en las reducciones jesuíticas guaraníes. *Suplemento Antropológico*, n. 27, v. 2, p. 99-130, 1992b.

CARDIEL, José S. J. *Breve Relación de las misiones del Paraguay*. Buenos Aires: Ediciones Teoría, 1994.

CHAMORRO, Graciela. *Teología guaraní*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2004.

COLECCIÓN DE DOCUMENTOS relativos a la expulsión de los jesuitas de la República Argentina y del Paraguay, en el Reinado de Carlos III. Introducción y notas de Francisco Javier Bravo. Madrid: Establecimiento Tipográfico de José María Pérez, 1872.

DOBLAS, Gonzalo de. *Memoria sobre la Provincia de Misiones de indios Guaraníes*. In: Pedro de Angelis (comp.). *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata*. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1970, p. 23-187.

FURLONG, Guillermo SJ. *Misiones y sus pueblos guaraníes*. Buenos Aires: Imprenta Balnes, 1962a.

_____. *Antonio Sepp, S. J. Y su "gobierno temporal" (1732)*. Buenos Aires: Ed. Theoria, 1962b.

GADELHA, Regina. *As Missões Jesuíticas do Itatim. Estruturas Socioeconômicas do Paraguai colonial Seculos XVI e XVII*. Río de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Economía, sociedad y regiones*. Buenos Aires: Ed. de la flor, 1987.

_____. Un modo de producción subsidiario: la organización económica de las comunidades guaraníes durante los siglos XVII-XVIII en la formación regional alto peruano-rioplatense. In: Assadourian, Carlos, et. al. (comps). *Modos de Producción en América Latina*. Cuadernos de Pasado y presente. México: Siglo XXI, 1984.

HERNÁNDEZ, Juan. Tumultos y motines. La conflictividad social en los pueblos guaraníes de la región misionera (1768-1799). *Memoria Americana*, n. 8, p. 83-100, 1999.

_____. "Las reformas del virrey Aviles en los pueblos guaraníes de Misiones (1799-1801)". *Prohistoria*, n. 1, 2002.

HERNÁNDEZ, Pablo. *Organización social de las Doctrinas Guaraníes de la Compañía de Jesús*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1913.

KÜHN, Fabio. "O 'governo dos índios': Notas sobre a população da aldeia guarani-missioneira de Nossa Senhora dos Anjos (1770-1779)". In: *XII Jornadas Internacionais sobre las misiones jesuíticas: "Interacciones y sentidos de la conversión"*. Manzana de las Luces, Buenos Aires, 2008.

LANGER, Protasio. *Os Guarani-missioneiros e o Colonialismo Luso no Brasil meridional. Projetos Civilizatórios e Faces da Identidade Étnica (1750-1798)*. Porto Alegre: Editor Martins Livreiro, 2005.

LEVINTON, Norberto. Las estancias de Nuestra Señora de los Reyes de Yapeyú: Tenencia de la tierra por uso cotidiano, acuerdo interétnico y derecho natural (misiones jesuíticas del Paraguay). *Revista Complutense de Historia de América*, n. 31, p. 33-51, 2006.

MAEDER, Ernesto. Expansión y contracción del espacio misionero. Las estancias de los pueblos guaraníes (1700-1810). *GAEA*, n. 19, p. 139-153, 1997.

_____. *Los bienes de los jesuitas. Destino y administración de sus temporalidades en el Río de la Plata 1767-1813*. Resistencia: CONICET. Instituto de Investigaciones Geohistóricas, 2001.

_____. *Misiones del Paraguay: conflicto y disolución de la sociedad guaraní*. MAPFRE: Madrid, 1992.

MAEDER, Ernesto; BOLSI, Alfredo. “La población guaraní de la provincia de misiones en la época post-jesuitica (1768-1809)”. *Folia Histórica del Nordeste*, n. 5, p. 61-106, 1982.

MELÍÁ, Bartomeu. La tierra sin mal de los guaraníes. Economía y profecía. *Suplemento Antropológico*, n. 22, v. 2, p. 81-98, 1987.

_____. Potirö: la forma de trabajo entre los Guaraní antiguos “reducidos” y modernos. *Revista Complutense de Historia de América*, n. 22, 1996.

MELÍÁ, Bartomeu; TEMPLE, Dominique. *El don, la venganza y otras formas de economía guaraní*. Asunción: Centros de Estudios Paraguayos, 2004.

MÖRNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Hyspamérica ediciones, 1986.

NECKER, Louis. *Indios guaraníes y chamanes franciscanos. Las primeras reducciones del Paraguay (1580-1800)*. Asunción, Biblioteca Paraguaya de Antropología, Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica, 1990.

NEUMANN, Eduardo. *O trabalho guarani missioneiro no Rio da Prata Colonial, 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

PERUSSET, Macarena. Guaraníes y españoles. Primeros momentos del encuentro en las tierras del antiguo Paraguay. *Anuario del Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”*, n. 3, Año 8, p. 245-264, 2008.

POETNIZ, Edgar; POETNIZ, Alfredo. *Misiones, Provincia Guaranítica*. Defensa y Disolución (1768-1830). Editorial Universitaria: Posadas, 1998.

POPESCU, Oreste. *Sistema económico en las misiones jesuíticas: un vasto experimento de desarrollo iberoamericano*. Barcelona, Ariel, 1967.

QUARLERI, Lía. Autonomía local y Buen Gobierno: Jesuitas contra jesuitas en la provincia del Paraguay. *Cuadernos de Historia: Serie Economía y Sociedad*, n. 7, p. 153-186, 2005.

_____. Expediciones, narrativas y utopías Nuevas miradas sobre el “espacio guaraní-misionero” (1784-1796) *ANTITESIS*, v. 4, n. 8, 2011 (En prensa).

QUARLERI, Lía. Los Jesuitas en Córdoba y La Rioja. Construcción de poder y diferenciación y manifestaciones de oposición y resistencia en la interacción social. *Tesis doctoral*. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2003.

_____. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata. Guaraníes, jesuitas e Imperios coloniales*. Fondo de Cultura Económica: Buenos Aires, 2009.

ROULET, Florencia. Fragmentación política y conflictos interétnicos. Las condiciones internas de la vulnerabilidad de los guaraníes antes de la conquista española. *Suplemento Antropológico*, n. 1, v. 27, p. 159-186, 1992.

_____. *La resistencia de los guaraníes del Paraguay, a la conquista española (1537-1556)*. Posadas: Universidad Nacional de Misiones, 1993.

RUIZ DE MONTTOYA, Antonio. *La Conquista Espiritual del Paraguay. Hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*. Rosario: Equipo Difusor de Estudios de Historia Iberoamericana, 1989.

SANTOS, María Cristina; BAPTISTA, Jean Tiago. Reduções jesuíticas e povoados de índios: controvérsias sobre a população indígena (séc. XVII-XVIII). *Historia UNISINOS*, n. 11, v. 2, p. 240-251, 2007.

SARREAL, Julia. “Los guaraníes y el colapso del régimen comunitario de las misiones, 1768-1800”. In: *XII Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas: Interacciones y sentidos de la conversión*. Manzana de las Luces, Buenos Aires, 2008.
_____. Disorder, wild cattle, and a new role for the missions the Banda Oriental, 1776-1786. *The Americas*, n. 4, v. 67, p. 517-545, 2011.

SCHMIDL, Ulrico. *Viaje al Río de la Plata*. Buenos Aires: Emecé, 1997.

SEPP, Antonio S. J. *Antonio Sepp y su “Gobierno Temporal”*. Buenos Aires: Ediciones Teoría, 1962.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais. *Horizontes Antropológicos*, ano 8, n. 18, p. 211-253, 2002.

SUSNIK, Branislava. *El indio colonial del Paraguay*. Tomo II. Asunción: Museo Etnográfico “Andrés Barbero”, 1966.

_____. *El Rol de los Indígenas en la Formación y en la Vivencia del Paraguay*. Tomo II. IPEN. Asunción: Editorial Universo, 1983

_____. *Etnohistoria de los guaraníes. Época Colonial*. “Los Aborígenes del Paraguay”. Tomo II. Asunción: Museo Etnográfico “Andrés Barbero”, 1979-1980

_____. La cultura indígena y su organización social dentro de las misiones jesuíticas. *Suplemento Antropológico*, n. 19, v. 2, p. 7-19, 1984.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo y Multinaturalismo en la América Indígena. In: SURRALLÉS, Alexandre; HIERRO; Pedro García (eds.). *Tierra adentro. Territorio indígena y percepción del entorno*. Copenhague: IWGIA, p. 37-80, 2004.

WILDE, Guillermo. Antropología histórica del liderazgo guaraní misionero (1750-1850). *Tesis doctoral*. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires, 2003.

_____. De la coacción a las estrategias. Algunas reconsideraciones del modelo jesuítico guaraní. *Razón y Revolución*, n. 7, p. 111-124, 2001a.

_____. Estrategias indígenas y límites étnicos. Las reducciones jesuíticas del Paraguay como espacios socioculturales permeables”. *Anuario IEHS*, n. 22, p. 213-240, 2007.

_____. La actitud guaraní ante la expulsión de los jesuitas. Ritualidad, reciprocidad y espacio social. *Memoria Americana*, n. 8, p. 141-172, 1999.

_____. Los guaraníes después de la expulsión de los jesuitas. Dinámicas políticas y prácticas simbólicas”. *Revista Complutense de Historia de América*, n. 27, p. 69-109, 2001b.

_____. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB Ediciones, 2009.

Recebido em: 07/03/2012

Aprovado em: 05/04/2012

Sob a bandeira vermelha: A “Revolução” Brasileira nas páginas de *El Machete*

Fábio da Silva Sousa*

Resumo: O presente artigo objetiva discutir matérias que o periódico comunista mexicano *El Machete* publicou sobre a Insurreição Comunista no Brasil de 1935 e das campanhas pela libertação de Luís Carlos Prestes. Fundado em 1924 e órgão central do Partido Comunista Mexicano (PCM), o *El Machete* dedicou atenção especial ao Brasil, no decorrer do ano de 1936 e início de 1937, período em que Getúlio Vargas potencializou a repressão aos comunistas brasileiros e, conseqüentemente, decretou o regime ditatorial do Estado Novo. Por meio de uma análise comparativa de tais matérias, este artigo objetiva elucidar como os comunistas mexicanos leram e interpretaram esse período da história brasileira, nas páginas do seu importante periódico de propaganda política.

Palavras-chave: Comunismo Mexicano, Insurreição Comunista do Brasil, Imprensa Operária.

* Doutorando em História e Sociedade pela Faculdade de Ciências e Letras, UNESP – Universidade Estadual Paulista – e Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP. Contato: fabiosilvasousa@hotmail.com.

Introdução

A segunda metade do decênio de 1930 foi significativa na trajetória do comunismo no Brasil. Em novembro de 1935, o Partido Comunista do Brasil, PCB, e a Aliança Nacional Libertadora, ANL¹, orquestraram uma insurreição sob a orientação do Comintern soviético, com o objetivo de derrubar Getúlio Vargas e instaurar um regime socialista. O grupo articulador desse levante era composto por Luís Carlos Prestes, o “Cavaleiro da Esperança”, pela sua companheira Olga Benário e pelos militantes Rodolfo Ghioldi e Arthur Ewert, sendo que este último utilizou a identidade falsa de Harry Berger. Sob a liderança de Prestes, os insurgentes brasileiros, grupo composto por militares rebelados, revoltaram-se nas cidades de Natal e Recife, sendo que, na primeira, conseguiram instaurar um Governo Revolucionário Popular, de trajetória efêmera, que durou de 23 a 25 de novembro de 1935. Ao repercutir no Rio de Janeiro, a então capital federal, os militares rebelados contavam com um levante de outros regimentos das forças armadas, o que não se concretizou. O movimento insurgente foi derrotado, e seguiu-se o início de uma onda de repressão aos militantes comunistas em solo brasileiro, que teve o seu auge no Estado Novo, instaurado dois anos após esse episódio dramático (PINHEIRO, 1991). Seus principais líderes foram presos: Prestes e sua companheira, Olga Benário, foram capturados em 1936. Olga Benário foi entregue à Alemanha Nazista por Getúlio Vargas, em outubro de 1936, e faleceu no campo de concentração de Barnimstrasse, em 1942. Ghioldi e Ewert também não escaparam ilesos. Ewert enlouqueceu, com as torturas da polícia gestulista, e faleceu em 1947, em um hospital psiquiátrico alemão, e Ghioldi sobreviveu às agruras da prisão.

A Insurreição Comunista do Brasil, que, durante um bom tempo foi pejorativamente denominada de “Intentona”, possui um papel de destaque na trajetória do comunismo na América Latina. Segundo Michael Löwy (2006, p. 24), a ação de 1935 no Brasil foi

a segunda tentativa de uma insurreição no continente latino-americano sob o auspício de uma liderança comunista – o primeiro caso foi a Revolução de El Salvador, ocorrida no ano de 1932, e sob o controle do Partido Comunista desse país.

A repressão patrocinada por Getúlio Vargas em resposta à Insurreição Vermelha repercutiu entre as redes de contato dos comunistas na América Latina, como também em outros locais do mundo. No caso tratado no presente texto, será apresentado como os comunistas mexicanos analisaram e repercutiram esse período da história do Brasil nas páginas do *El Machete*, o órgão central do Partido Comunista Mexicano, PCM. Para iniciar, torna-se relevante uma apresentação da trajetória do comunismo no México e da criação do *El Machete*.

México: o Comunismo em terras astecas

Os primeiros passos do Comunismo mexicano aconteceram no Primeiro Congresso Nacional Socialista, realizado na Cidade do México, entre 25 de agosto e 4 de setembro de 1919. Esse Congresso reuniu representantes das três principais correntes de orientação ideológica do operariado mexicano, a saber: a corrente anarcossindicalista, a reformista e a comunista. O principal objetivo desse encontro era a fundação de um partido político que representasse os trabalhadores do México, no momento em que a etapa armada da Revolução Mexicana já dava sinais de esgotamento, e uma reorganização do Estado mexicano já se vislumbrava no horizonte. Além desses motivos de ordem interna, cabe destacar os ecos da Revolução Russa de 1917 e o fato de que o projeto dos operários em comandar seu destino não poderia ser ignorado.

Como resultado das discussões desse Congresso, Luis N. Morones, que representava a ala reformista, abandonou o evento e fundou, no final de 1919, o Partido Laborista Mexicano, PLM. Os representantes anarquistas também não se sentiram contemplados com o rumo do Congresso, e se reuniram em torno da Confederación General de Trabajo, CGT. Ao contrário desses, a corrente de representação comunista contava em suas fileiras com alguns

milитantes estrangeiros, entre eles os estadunidenses Linn A. Gale, José Allen e Michael Gold, além do indiano Manabendra Nath Roy. Todavia, esses militantes comunistas também não chegaram a um consenso, e, assim, Gale fundou, em 7 de setembro de 1919, o Partido Comunista de México. Outro grupo, sob a liderança de Nath Roy, defendia a incorporação na III Internacional Comunista, IC, e, com essa proposta, foi fundado, em 25 de setembro de 1919, o Partido Comunista Mexicano, PCM. Com dois partidos autodenominados comunistas, em outubro de 1919, chegou ao México Mikhail Borodin, agente do Comintern.

Com a missão de avaliar os passos do comunismo no México, Borodin aproximou-se do grupo de Nath Roy e o reconheceu como o representante comunista em terras mexicanas. Indignado, Gale acabou expulso do México, em maio de 1921, por ordem do então presidente Álvaro Obregón. Essa instabilidade acabou após a chegada de Sen Katayama, agente japonês da IC. Katayama unificou os dois partidos comunistas, representados pelo que restou do grupo de Gale, com os militantes do grupo original de Nath Roy, que, nesse momento, estava sob o comando de José Allen. Em 1923, foi realizado o II Congresso Nacional do Partido Comunista, que, enfim, estabilizou o PC mexicano (MÁRQUEZ FUENTES; RODRÍGUEZ ARAUJO, 1973; PELÁEZ, 1980; SPENSER; ORTIZ PERALTA, 2006).

Finalmente, estruturado e unificado, o PCM passou a publicar periódicos impressos, que não tiveram uma trajetória muito extensa, como as folhas *El Comunista*, *El Frente Único* e *Vida Nueva*. Vale ressaltar que os periódicos tinham um papel importante nos partidos comunistas, pois, segundo os escritos de Vladimir Lênin (1988, p. 127), “[...] o jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo. Ele é, também, um organizador coletivo”. Ao seguir essa definição apresentada pelo mentor da Revolução Russa, em 1902, os periódicos comunistas receberam a denominação de órgãos centrais, e, a partir de então, todas as resoluções, divulgações ou outros tipos de documentos dos partidos comunistas deveriam ser publicados em suas respectivas páginas.

O PCM teve o seu órgão central nas páginas do periódico *El Machete*. Ao contrário da maioria dos impressos comunistas que

foram fundados pelos próprios Partidos, como *A Classe Operária*, criado pelo PCB em maio de 1925, o *El Machete* teve uma trajetória peculiar, pois foi herdado de outra organização sindical. O periódico mexicano foi fundado em março de 1924, pelo Sindicato de Obreros Tecnicos, Pintores y Escultores de México, que, em seu quadro, contava com os pintores muralistas Diego Rivera, David Alfaro Siqueiros e José Clemente Orozco. Em 1925, os membros desse sindicato filiaram-se ao PCM. Após agregar os membros do Sindicato, o PC mexicano também adquiriu o *El Machete*, e, no começo de 1925, tornou esse periódico seu órgão central (GELADO, 2006, p. 98).

Segundo dados de Jean Meyer, Enrique Krauze e Cayetano Reyes (2002, p. 49), o apogeu do *El Machete* ocorreu no governo de Álvaro Obregón, que, com o seu apoio financeiro, chegou à marca de 10.000 exemplares de circulação, quando era ainda a publicação oficial do Sindicato de Obreros Tecnicos. Em seu governo, que durou de 1920 a 1924, Obregón manteve laços estreitos com os membros do PCM, cujo ápice foi o apoio dos comunistas à Rebelião “delahuertista”.²

Após Obregón deixar a presidência, no final de 1924, a situação do PCM na sociedade mexicana começou a dar sinais de mudanças. A cadeira presidencial foi ocupada por Plutarco Elias Calles, que oficialmente governou o México de 1924 a 1928, e extraoficialmente, até 1934. Nesse período, os comunistas mexicanos celebraram, em 1927, a formação de uma Frente Única, e o *El Machete* teve um aumento em sua circulação impressa, ao passar de 3.000 a 7.000 exemplares distribuídos nas ruas da Cidade do México (RIVERA CASTRO, 1983, p. 145). Todavia, apesar do aumento exponencial de seu principal periódico, o PCM praticamente não influenciou ideologicamente o campo sindical dos trabalhadores do México. Somado a essa dificuldade de orientação ideológica nos meios fabris, em 30 de agosto de 1927, foi assassinado o comunista Manuel P. Montes, em um conflito obscuro com a polícia da região de San Martín Texmelucan.

Em 1928, Álvaro Obregón voltou à vida política mexicana, e candidatou-se à cadeira presidencial. O PCM apoiou a candidatura do antigo carrasco de “Pancho” Villa, conforme explicitado em um

artigo publicado na 121ª edição do *El Machete*, de 30 de junho de 1928. Destaca-se que, apesar do apoio político, os comunistas mexicanos procuravam esclarecer que não eram “obregonistas”. Obregón venceu a corrida presidencial, contudo foi morto, no mês de julho de 1928, em um ataque suicida perpetrado pelo católico radical José de León Toral, como uma retaliação radical contra a posição do governo mexicano no conflito conhecido como Cristiada.³

Após a morte de Obregón, *El Machete* passou a publicar artigos críticos sobre a sucessão presidencial. Muitos desses artigos foram direcionados contra Calles, que, segundo o periódico comunista, mesmo não estando em evidência no cenário político, controlaria o México pelas sombras. O que de fato ocorreu. Calles esteve por trás dos governos de Emilio Portes Gil (1928-1930), Pascual Ortiz Rubio (1930-1932) e de Abelardo L. Rodríguez (1932-1934). Esse período ficou conhecido como a era do Maximato.

Para a sucessão de Obregón, o Congresso mexicano nomeou Emilio Portes Gil como presidente interino, o qual, durante quatorze meses, mergulhou o PCM em uma época de intensa repressão política e policial. Foi o período da *longa noite do comunismo mexicano*.

Nos primeiros dias de janeiro de 1929, o comunista cubano Julio Antonio Mella, importante militante da esquerda latino-americana, foi mortalmente ferido na Cidade do México. Apesar da grande repercussão de repúdio que sua morte desencadeou em diversas organizações de esquerda da América Latina, a repressão aos comunistas mexicanos continuou e, no mês de maio, foram fuzilados, no estado de Durango, os líderes José Guadalupe Rodríguez e Salvador Gómez (MARTÍNEZ VERDUGO, 1985).

Em junho de 1929, Portes Gil mandou fechar a gráfica do *El Machete*, que nesse período estava instalada no centro da Cidade do México, próximo à Praça do Zócalo. Nesse mesmo período, foi realizada, em Buenos Aires, Argentina, a primeira e única Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina (CODOVILLA, 2006, p. 431). O PC mexicano foi representado por Hernán Laborde e por outro militante comunista identificado apenas como Suárez. Durante as sessões da conferência, ambos denunciaram a repressão do governo federal mexicano, nas páginas do periódico *La correspondencia internacional*. No entanto, apesar de tais denúncias, no mês

de agosto de 1929, Portes Gil orientou que a polícia e o corpo de bombeiros destruíssem a gráfica e todos os exemplares que encontrassem do *El Machete*. Esse período de intermitência teve pouca duração e o órgão central do PCM voltou a ser publicado clandestinamente, em novembro de 1929.

A repressão aos comunistas mexicanos continuou nos governos posteriores de Pascual Ortiz Rubio e de Abelardo L. Rodríguez, com diversas prisões e assassinatos de membros do PCM. Como exemplo, a conhecida fotógrafa comunista italiana Tina Modotti, companheira de Julio Mella e colaboradora do *El Machete*, foi expulsa do México, em fevereiro de 1930, acusada de participar de um malfadado atentado contra Ortiz Rubio. Nos meses posteriores, o governo mexicano rompeu relações diplomáticas com a União Soviética, e, no mês de novembro, uma homenagem à Revolução Russa foi duramente reprimida, na cidade de Puebla. Esse período de repressão, a *longa noite do comunismo mexicano*, só acabou com o fim do Maximato e com a chegada de Lázaro Cárdenas ao poder (MÁRQUEZ FUENTES; RODRÍGUEZ ARAUJO, 1973, p. 159).

A “Revolução” brasileira em *El Machete*

O mandato de Lázaro Cárdenas (1934-1940) representou um período de ressurgimento do PCM. Em dezembro de 1934, Cárdenas libertou lideranças comunistas que se encontravam encarceradas, e tanto o PCM quanto *El Machete*, que nesse momento era dirigido por Hernán Laborde, tiveram liberdade de atuação na sociedade mexicana. Todavia, apesar dessa estabilidade, as ações dos comunistas foram ofuscadas pela sombra de Cárdenas, que conseguiu angariar um imenso apoio da classe trabalhadora do México. Para Michel Löwy (2006, p. 21), o PC mexicano caracterizou o governo cardenista de “nacional-fascismo”. Contudo, essa relação foi bem complexa, pois, se houve uma crítica do PCM a Cárdenas, esta ocorreu nos primeiros meses de 1934. Como demonstra Lyle C. Brow (1971, p. 34), aos poucos, Cárdenas também conseguiu o apoio dos comunistas mexicanos:

[...] las tácticas del PCM sufrieron varios cambios durante el periodo de 1934 a 1940. Primero atacado, luego tolerado y finalmente aclamado por el PCM como un presidente progresista, Cárdenas sucesivamente le dio libertades políticas ante su posición y aceptó el apoyo cuando los intereses de su administración parecían coincidir con los de los comunistas.

Foi nesses anos de liberdade que os ecos dos acontecimentos no Brasil se fizeram ouvir para os comunistas mexicanos.

Uma das primeiras matérias sobre a situação brasileira foi publicada na 382ª edição de *El Machete*. Extenso, esse material foi impresso em duas páginas, e não possui nenhuma assinatura ou indicação de autoria. Intitulado La Revolucion en el Brasil Apenas Comienza, alguns pontos do primeiro parágrafo do artigo merecem serem destacados:

Rompiendo el anillo de hierro de la censura en el Brasil, podemos hacer hoy la primera narración completa y veraz, desde el punto de vista proletario, del levantamiento armado en aquel país. Un mensajero especial sacó el siguiente informe fuera de las fronteras del Brasil, enviándolo por correo aéreo a Nueva York. (*El Machete*, La Revolucion en el Brasil Apenas Comienza, n. 382, 22 jan. 1936, p. 3).

Chama atenção o fato de o periódico afirmar que o material relacionado sobre o Brasil veio de uma fonte *especial*, que no momento se encontrava nos Estados Unidos. Infelizmente, ao longo do artigo, não é mencionada a identidade desse mensageiro. Contudo, vale destacar o momento de censura que o Brasil, com destaque para notícias sobre os comunistas, teve após os turbulentos eventos de 1935, já mencionados no começo deste artigo. Esse silêncio foi tão intenso que o órgão central do PCM teve que colher informações sobre os acontecimentos brasileiros por meio do seu vizinho do norte. Em seu conteúdo, a matéria apresenta um resumo dos primeiros dias da Insurreição Comunista do Brasil, por meio de uma linguagem ideológica e de apoio às ações da ANL. Porém, temos que ter em mente que essa eloquência presente no texto foi uma prática constante da

imprensa operária de orientação comunista. Os últimos parágrafos da matéria mantêm essa estrutura narrativa e ainda fornecem mais informações sobre a *Revolução* brasileira:

Llamado a la Nacion

Haciendo la declaración de que éste era el principio de la Revolución Nacional Libertadora del imperialismo, se proclamó el Gobierno del Pueblo. Su programa de lucha era el mismo de la Alianza Nacional Libertadora, bajo la dirección del gran Luis Carlos Prestes.

El primer Gobierno Nacional Revolucionario del Pueblo en América Latina, inmediatamente llamó al resto del país para unirse en la lucha contra el imperialismo y por la liberación del Brasil. (*El Machete*, La Revolucion en el Brasil Apenas Comienza, n. 382, 22 jan. 1936, p. 04).

Nos trechos destacados, a Insurreição do Brasil é descrita como o “Primeiro Governo Nacional Revolucionário do Povo da América Latina”, o que corrobora a tese de Michel Löwy da excepcionalidade dessa ação revolucionária no continente latino-americano. Concomitantemente a isso, outro ponto que merece ser analisado se refere à apresentação de Luís Carlos Prestes aos leitores do periódico comunista mexicano. Em primeiro lugar, o lendário líder comunista brasileiro é descrito pelo adjetivo *gran* (*grande*) e o seu nome foi impresso com letras em caixa-alta, o que produz um efeito visual de destaque para quem lê o artigo, e confere uma característica de proclamar a Prestes. Ou seja, o “Cavaleiro da Esperança” é a personagem de referência desses eventos revolucionários no Brasil. Enfatiza-se que, no momento da publicação dessa matéria, Prestes e sua companheira, Olga Benário, estavam foragidos no Brasil. Conforme dito anteriormente, ambos foram capturados e presos em março de 1936.

Todavia, também devemos nos ater à data da publicação do artigo. Como mencionado, tanto os eventos da Insurreição Comunista quanto a sua derrota aconteceram nas últimas semanas de

novembro de 1935. A matéria sobre esses acontecimentos foi publicada em *El Machete*, em janeiro de 1936, e não há referência alguma à repressão que se abateu sobre os insurgentes brasileiros. Tal matéria passa ao leitor a sensação de que a Insurreição foi vitoriosa, e de que o Brasil estava sendo comandado por um Governo Nacional Revolucionário. Podemos atribuir essa discrepância das notícias, em nível internacional, ao controle dos meios de comunicação empreendido por Getúlio Vargas, iniciado em 1935, que teve seu auge no regime do Estado Novo, instaurado em 1937 (CAPELATO, 1999).

A repercussão sobre o Brasil continuou, e uma nova matéria foi publicada na 389ª edição do *El Machete*. O PCM lançou três edições especiais com essa numeração, e esse momento de euforia deveu-se à realização, entre os dias 21 e 24 de fevereiro de 1936, do Congreso Nacional de Unificación Proletaria, que resultou na fundação da Confederación de Trabajadores de México, CTM (PELÁEZ, 1980, p. 55). A matéria, *La Revolución (sic) Brasileira*, assinada por Luis Machado –, sobre o qual, infelizmente, não dispomos de material para traçar sua biografia – foi publicada em duas partes, na segunda e na quarta página da referida edição. Esse artigo apresenta uma cronologia de todos os acontecimentos de novembro de 1935 e suas reviravoltas, como o autor atesta já no primeiro parágrafo: “Resumamos en primer lugar las luchas revolucionarias de los días 22 y 27 de noviembre (sic), fijemos su grandiosa importancia histórica y esta bluzcamos la situación actual y las perspectivas” (*El Machete, La Revolución (sic) Brasileira* n. 389, 22 feb. 1936, p. 3).

A primeira parte do artigo, publicado na terceira página do *El Machete*, traz ao leitor do periódico comunista mexicano uma cronologia detalhada e didática dos acontecimentos no Brasil, em novembro de 1935. Já em sua continuação, publicada na quarta página, Machado relata os infortúnios dos planos insurrecionais dos comunistas no Rio de Janeiro e a reação do governo federal. O autor também publicou uma versão em espanhol do manifesto de 28 de novembro, de autoria de Luís Carlos Prestes. Contudo, destaca-se o final do artigo, em que Machado mantém a sua fé ideológica na “Revolução” brasileira:

Hay la reacción, pero hay también la revolución. La ola de huelgas no se detendrá. El pueblo demuestra su apoyo a los revolucionarios. Las medidas de excepción que el gobierno tiene la intención de aplicar contra los revolucionarios no harán más que aumentar las fuerzas aliancistas. La unanimidad entre las clases dominantes no se realiza. En el interior, sobre todo en el Nordeste, continúa la lucha, y alcanzará los campesinos. La Revolución brasileña ha comenzado, nada puede detenerla. (El Machete, *La Revolución Brasileira*, n. 389, 22 feb. 1936, p. 04).

Para Machado, as ações insurgentes de 1935 representaram um embate contra o Imperialismo, e, mesmo ao apresentar informações atualizadas sobre o desenrolar da insurreição, o autor utiliza diversos adjetivos para caracterizar os comunistas do Brasil, e conclui seu texto de forma otimista, sem destacar a repressão governamental, e com a afirmação de que o povo está do lado dos revoltosos.

Outro ponto de destaque está na afirmação de que a luta alcançará os camponeses. Essa suposta união da massa camponesa do Brasil aos insurgentes nunca se concretizou. Anos depois, em 1954, o próprio Prestes reconheceu essa debilidade de se estabelecer uma aliança com os trabalhadores do campo, nas ações de 1935, o que fez com que se cometesse “[...] o grave erro de precipitar a insurreição quando eram ainda débeis nossas forças na classe operária e, por falta de apoio na massa camponesa, quase inexistente a aliança operário-camponesa” (apud DULLES, 1977, p. 427).

Contudo, no México, a presença dos camponeses foi imprescindível para o PCM. Inclusive, é importante citar que o PC mexicano conseguiu influenciar mais os camponeses do que os trabalhadores fabris. Não é à toa que os comunistas mantiveram o título original do periódico *El Machete*, quando o herdou do Sindicato de Obreros Tecnicos, Pintores y Escultores de México. Traduzido para o português, *El Machete* significa *O Facão*, que é um instrumento muito utilizado pelos camponeses mexicanos. Além disso, não devemos omitir a grande força que esses trabalhadores do campo possuem

até hoje, no imaginário do México, devido, em grande parte, à Revolução Mexicana de 1910. Podemos levantar a hipótese de que os comunistas mexicanos projetaram esse papel importante dos seus camponeses, ao fazerem referências aos trabalhadores brasileiros do campo.

Além das matérias, *El Machete* também utilizou-se de charges para comentar a situação brasileira. O periódico oficial do PC mexicano possuía uma seção gráfica denominada “cartones de El Machete”, na qual publicava charges referentes a questões internacionais e locais. Abaixo seguem duas ilustrações referentes ao Brasil:

Figuras 1 e 2, publicadas nas terceiras páginas das edições de nº 395 e 404 de *El Machete*, respectivamente, em 28 de março, e 25 de abril de 1936 (Hemeroteca Nacional de México/UNAM)



A primeira charge, sem assinatura, mostra um militar com uma espada ensanguentada no braço direito, cavalcando um cavalo de faces monstruosas, que galopa por cima de sombras de corpos, onde se lê “Brasil”. Pela legenda, podemos pretender afirmar que a personagem militar é uma referência direta à figura de Getúlio Vargas. Contudo, não se sabe se o militar realmente é uma representação gráfica de Vargas, pois vários detalhes merecem ser destacados:

em primeiro lugar, a personagem ostenta um longo bigode, o que não condiz com o rosto de Vargas; em segundo lugar, a vestimenta militar não corresponde às roupas que Vargas utilizava em 1936. As imagens nas quais Vargas aparece com uniformes militares são de 1930, logo após a derrubada de Washington Luís. Ou seja, mesmo sendo representativo, o militar da charge não possui semelhanças com Getúlio Vargas, o que torna peculiar o seu uso nesse desenho, e coloca em dúvida se os membros do PC mexicano conheciam de fato a imagem do líder do golpe de Estado de 1930.

Não encontramos essas discrepâncias visuais na outra charge. Publicada um mês depois e assinada apenas com siglas GFP, a ilustração mostra uma caricatura de Luís Carlos Prestes, na prisão, e com as legendas “Por un Brasil Libre” e “Contra el Imperialismo”. O olhar do desenho de Prestes é emblemático, pois produz um efeito de serenidade e determinação, além de parecer que a própria imagem está olhando para o leitor.

Os comunistas mexicanos sabiam de fato quem era Luís Carlos Prestes? Levantamos essa questão, pois *El Machete* publicou diversas notas em apoio ao “Cavaleiro da Esperança” e contra sua prisão. Mas, quem seria esse brasileiro que o periódico do PC mexicano determinava que fosse libertado da repressão de Vargas? Uma biografia seria fundamental para apresentá-lo aos leitores do periódico e, conseqüentemente, conseguir o apoio dos mexicanos nessa campanha de liberdade.

A biografia de Prestes foi publicada na 404ª edição, de 1 de maio de 1936. Em comemoração ao primeiro de maio, dia do trabalho, esse número saiu como uma edição especial, com oito páginas, e foi vendida a dez centavos. Deve-se destacar que, por se tratar de uma edição especial, esse exemplar circulou em grande quantidade, na Cidade do México.

Essa biografia foi publicada na terceira página, e assinada por Octávio Brandão. Antes de analisarmos seu artigo, vale ressaltar que Octávio Brandão foi um dos fundadores do PCB, ao lado de Astrojildo Pereira, entre outros militantes brasileiros. Todavia, na época em que o texto foi publicado, Brandão havia sido expulso do PCB, e estava na União Soviética, onde, como demonstra Roberto Mansilla Amaral (2007, p. 265), enfrentou as agruras do primeiro plano quinquenal, o Terror Stalinista e a invasão da Alemanha Nazista.

Brandão escreveu uma biografia eloquente e apaixonada de Prestes, abordando desde seu nascimento, em 1896, até sua prisão, em 1936. O texto apresenta Prestes como um autêntico herói do Brasil, que sempre lutou contra as injustiças, e ao lado do povo brasileiro. Essa estratégia narrativa evidencia-se quando Brandão narra a situação do “Cavaleiro da Esperança” em seu exílio na Bolívia, depois de percorrer 25 mil quilômetros no interior do Brasil, com sua lendária Coluna homônima:

Prestes, en destierro, vive muy pobremente en un pueblecillo muy pobre (Puerto Suárez). Habita una cabaña miserable. Come poco. Cae enfermo de paludismo, ¿este hombre delgado, pálido, pobre, es la esperanza y la fuerza del pueblo brasileño!” (*El Machete, Luis Carlos Prestes Campeón de la Liberación Nacional del Brasil*, nº 404, 01 maio 1936, p. 03).

Além dessas qualidades pessoais, Brandão enfatiza a força ilibada de Prestes, ao descrever o seu contato com a ideologia comunista, e sua prisão pelo governo Vargas:

[...] Prestes estudia el marxismo-leninismo. Llega a ser miembro del Partido Comunista del Brasil.

La ola del movimiento obrero y nacional-revolucionario, sube. La Alianza de liberación nacional llega a ser una organización de masas y las masas proclaman como jefe a Prestes, el jefe del movimiento nacional-revolucionario, el campeón de la liberación del pueblo brasileño.

La ola sube al asalto de las ciudadelas del imperialismo. La vanguardia del pueblo brasileño lucha contra el gobierno de traición nacional. Y una vez más, el pueblo pronuncia con veneración el nombre de Luis Carlos Prestes.

Ahora, Vargas, tipo horrible de traidor y verdugo, vergüenza nacional, acaba de detener a nuestro camarada Prestes, el hijo querido del pueblo brasileño. Por esto pedimos la ayuda

del proletariado internacional, de las masas trabajadoras del mundo entero, de todos los liberales, demócratas, de todos los hombres honrados, que para liberar a Prestes inmediatamente. Prestes es el representante de las aspiraciones de nuestro pueblo.

Amigos de la libertad de todos los países, escuchad nuestro grito: Ayudadnos a libertar a Prestes, el héroe revolucionario de nuestro pueblo. (*El Machete*, Luis Carlos Prestes Campeón de la Liberación Nacional del Brasil, nº 404, 01 maio 1936, p. 03).

Para os leitores do artigo, fica a sensação de que no Brasil há uma comoção nacional de repúdio à prisão de Prestes, e de que a ANL possui diversos seguidores entre os setores populares. Como já exposto, como efeito da repressão de Vargas, a ANL estava totalmente desarticulada em 1936. Contudo, torna-se relevante frisar que os periódicos da imprensa operária estavam mais preocupados em publicar textos ideológicos e panfletários de suas posições políticas do que informações imparciais. Nos periódicos comunistas, era essencial que os textos apresentassem referências à luta operária e à inevitabilidade do marxismo-leninismo como *práxis* social. Mais do que impressos informativos, esses periódicos eram armas de propaganda e combate político. Por fim, Brandão encerra o texto convocando que todos se levantem contra a repressão de Vargas e lutem pela liberdade de Prestes.

O *El Machete* publicou diversas notas ao longo do ano de 1936 a favor da liberdade de Prestes. Muitas delas foram impressas na primeira página do órgão central do PCM, o que atesta a importância com que os comunistas mexicanos trataram da prisão do “Cavaleiro da Esperança”. Sobre essa afirmação, merece destaque uma nota, sem assinatura, publicada na 431ª edição, de agosto de 1936. Apesar de o material ser pequeno, o seu título, *No Descansemos Hasta Libertar a Prestes*, foi impresso em um tamanho de destaque, e ocupou a parte superior da quarta página do periódico. A seguir, seguem alguns trechos da nota:

La suerte del jefe del frente Popular del Brasil, Luis Carlos Prestes y de los 16.000 antifachistas presos en las mazmorras de Getulio Vargas, se encuentra en las manos de las masas populares de todos los países.

[...]

Se quiere aplicar la pena capital a nuestro “caballero de la Esperanza”. El proceso de los diputados progresistas no es sino el preludio de la tragedia. Es preciso responder al llamamiento que la madre de Preste lanza al mundo. Luchando sin tregua por la libertad de Luis Carlos Prestes, símbolo de las luchas libertadoras de los pueblos latinoamericanos.

Las protestas deben ser dirigidas al Embajador del Brasil en México e directamente al saguinario (sic) Getulio Vargas. (*El Machete*, “No Descansemos Hasta Libertar a Prestes”, n° 431, 15/08/1936, p. 4).

Nos trechos anteriores, chama atenção o elevado número de presos políticos no governo varguista, total de dezesseis mil pessoas. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro (1991, p. 322), em um primeiro momento, foram presas cerca de seis mil pessoas. De 27 de novembro de 1935 a 31 de maio de 1936, foram detidas 7.056 pessoas e, posteriormente, 6.052 foram postas em liberdade. A nota de *El Machete* foi publicada em agosto de 1936, e não apresenta essa atualização de dados. Podemos levantar a hipótese de que essa grande quantidade de presos reforçou a tese de que a ANL era realmente uma organização de grande penetração ideológica no interior das massas populares. A nota também afirma que Prestes representa os anseios de liberdade de todos os latino-americanos, deixando de ser um líder apenas no Brasil.

Em outro trecho, a nota também coloca-se a favor da grande campanha que Leocádia Felisardo Prestes, mãe do “Cavaleiro da Esperança”, realizou nesse período. Após a repressão de Vargas, a mãe de Prestes realizou uma grande campanha pela libertação de seu filho, de Olga Benário e também de Anita L. Prestes, sua neta. A ligação de Leocádia Prestes com o México foi bem profunda, como demonstra Guillermo Palacios (2008, p. 315):

Leocádia Felisardo Prestes e sua filha, Lygia, mãe e irmã de Luís Carlos Prestes, desejavam transferir-se para o México, procedentes de Paris, em busca do apoio de personalidades e organizações trabalhistas mexicanas para libertar Luís Carlos, preso no Rio de Janeiro. Embora seja desconhecida a data de seu ingresso, finalmente ambas residiram na capital mexicana, onde dona Leocádia faleceu em 1943.

A mãe de Prestes, que se tornou uma figura singular no México, apesar de seus apelos, morreu antes de ver seu filho ser libertado da prisão, o que ocorreu apenas em 1945.

A campanha pela liberdade de Prestes demonstra a sintonia do PCM com o governo de Lázaro Cárdenas. Antes mesmo da prisão do líder da ANL, em março de 1936, o México esboçava críticas à repressão de Getúlio Vargas: “Durante janeiro e fevereiro, centenas de cartas e telegramas continuaram chegando à Embaixada brasileira no México com protestos pela perseguição que o governo de Vargas havia empreendido contra os comunistas” (PALACIOS, 2008, p. 282). Essa não foi a primeira demonstração pública de repúdio à perseguição dos comunistas do Brasil que ocorreu na Embaixada brasileira. *El Machete*, em sua 180ª edição, publicou uma pequena nota intitulada *Abajo el Gobierno Reaccionario del Brasil*, na qual relata uma manifestação organizada pela Juventud Comunista de México, em 12 de abril de 1930, contra as perseguições aos comunistas no Brasil. No período de publicação dessa nota, no começo de 1930, a situação política no Brasil estava tensa, em decorrência da vitória de Júlio Prestes, que abalou a aliança dos governos de São Paulo e Minas Gerais, e teve como desfecho o golpe de Estado de Getúlio Vargas, realizado no mês de outubro do mesmo ano.

Avançando um pouco no tempo, o apoio de Cárdenas a Prestes gerou alguns atritos entre a diplomacia mexicana e a brasileira, e, no mês de maio de 1936, quando *El Machete* publicou a biografia de Prestes escrita por Octavio Brandão, foi realizada uma grande manifestação na Embaixada brasileira do México, a favor do “Cavaleiro da Esperança”:

Em maio, houve protestos diante da Embaixada brasileira, que foram muito alardeados pela imprensa do Rio de Janeiro, com artigos que afirmavam que havia se dado um assalto seguido de apedrejamento, razão pela qual o governo federal do Brasil havia disposto uma guarda armada para proteger a Embaixada mexicana no Rio de Janeiro de possíveis represálias. A representação brasileira na Cidade do México de fato havia sido cercada por enfurecidos manifestantes, mas a polícia havia intervindo e realizado algumas prisões momentâneas, com o que a própria embaixada considerou o assunto encerrado (PALACIOS, 2008, p. 285).

Este foi o maior incidente registrado sobre tal questão entre o México e o Brasil, e sua repercussão não foi ignorada pelo órgão central do PC mexicano. A 410ª edição do *El Machete*, publicada em 27 de maio de 1936, trouxe em suas páginas uma extensa matéria sobre a manifestação, contra a prisão de Prestes, realizada na Embaixada brasileira na Cidade do México. Essa matéria, sem assinatura, foi dividida em duas partes. A primeira foi publicada na capa da edição, o que comprova a relevância desse tema para o periódico comunista; e a segunda, na quarta página.

Na primeira parte da matéria, com o título de *Son Aprehendidos Por Pedir la Libertad de Luis Carlos*, encontramos uma descrição detalhada sobre a manifestação em prol da liberdade de Prestes. De acordo com a matéria, na sexta-feira, dia 22, cerca de quarenta pessoas dirigiram-se em direção à Embaixada do Brasil, com o objetivo de entregar um manifesto para o cônsul brasileiro, assinado por membros de organizações de trabalhadores do México em apoio à ANL e contra a prisão de seu líder. O diplomata brasileiro Carlos Alves de Souza, além de não receber o grupo, chamou a polícia, com a justificativa de que estava ocorrendo um tumulto na frente da Embaixada. A matéria relata que, em um primeiro momento, dezoito pessoas foram presas, e liberadas dois dias depois.

Os editores de *El Machete* afirmaram que a redação do periódico recebeu diversas cartas de repúdio à atitude da embaixada brasileira, e até chegaram a entrevistar Gastón Lafarga, apresentado pelo periódico como um militante comunista que esteve presente no ato. A entrevista de Lafarga foi publicada na segunda parte da matéria, *El Brasil al Margen de La Ley*, e dividida em cinco pontos.

No primeiro, Lafarga afirmou que o ato não tinha nenhuma ligação com o movimento comunista, e que foi liderado por diversas frentes populares e operárias do México. O documento a ser entregue possuía trezentas assinaturas. No segundo ponto, explicou que nenhuma ofensa foi dirigida ao cônsul ou ao governo do Brasil, e frisou a existência de dezoito mil presos políticos em território brasileiro. Na terceira parte, Lafarga cita as organizações representadas no ato em frente à Embaixada brasileira e questiona o direito de um embaixador prender pessoas da nacionalidade do território no qual tal embaixada está instalada. Na quarta parte, o entrevistado fez um relato detalhado das prisões realizadas. Conforme seu testemunho, os presos da embaixada foram levados para a 7ª delegacia de polícia no México, e tratados como presos políticos, sofreram “tortura mental”. Uma mulher que estava presente teria sido assediada por um Comandante desta delegacia. Apesar dos abusos sofridos relatados por seus companheiros, Lafarga enfatizou os objetivos do ato, e novamente clamou pela liberdade de Prestes, ao final de sua entrevista:

[...] Estamos satisfechos de haber servido de motivo para evidenciar al gobierno del Brasil. A tal gobierno, tal embajada. Sólo pedimos que en este momento en que está siendo juzgado Prestes se levante en todo el país una ola de protestas contra los hechos que denunciarnos, dirigida en lo que toca la Embajada del Brasil, a su Presidente, Dr. Getulio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil y en lo que toca al gobierno de México, al Presidente Cárdenas. (*El Machete*, El Brasil al Margen de la Ley, nº 410, 27 maio 1936, p. 04).

Apesar de todos esses esforços internacionais, como já mencionado, Prestes continuou encarcerado. Para os editores comunistas de *El Machete*, o governo de Getúlio Vargas estava assumindo características fascistas, depois da repressão de 1935, tese reforçada em mais uma nota, publicada na 481ª edição de junho de 1937: “Presta la sentencia de Luis Carlos Prestes por el tribunal Especial del Brasil, marca con caracteres mayúsculos la brutal fascización del Gobierno de aquel país” (*El Machete*. Por la Vida de Prestes, nº 481, 20 jun. 1937, p. 03).

Prestes só foi libertado em 1945, quando o PCB conseguiu, por um breve período, a sua legalidade política, como consequência do final da Segunda Grande Guerra. No México, o sucessor de Lázaro Cárdenas, Manuel Ávila Camacho, não se envolveu nessa campanha pela liberdade de Prestes, que foi perdendo fôlego ao longo dos anos. O assunto veio novamente à tona em razão do falecimento de Leocádia Felisardo Prestes, em 1943. Como já mencionado, a mãe de Prestes tornou-se uma personagem popular no México. Quando faleceu, Lázaro Cárdenas era o Secretário da Defesa Nacional do governo de Ávila Camacho, e solicitou a Vargas permissão para que Prestes fosse ao México presenciar o enterro de sua mãe. Vargas negou o pedido.

Considerações finais

A Insurreição Comunista de 1935 foi um acontecimento ímpar na trajetória das esquerdas latino-americanas. Foi uma ação que objetivou colocar em prática os anseios revolucionários dos comunistas brasileiros, e que poderia inspirar outros levantes no continente. Mesmo com a sua rápida repressão, para os comunistas mexicanos, estava em curso no Brasil uma revolução que deveria ser apoiada pelos trabalhadores ao redor do mundo, o que o PCM fez com regularidade ao longo do ano de 1936, ao publicar matérias e notas sobre esse evento, nas páginas de seu órgão central, o periódico *El Machete*.

Ao utilizar o conceito de revolução para caracterizar o levante de 1935, os editores do periódico comunista mexicano colocaram esse evento dentro de uma tradição discursiva, política e cultural de diversos países da América Latina. Segundo José Luis Bendicho Beired (1996, p. 437), “não seria exagerado afirmar que a idéia de revolução é um poderoso componente da cultura política da América Latina”. Essa afirmação torna-se especialmente relevante nos dois países e em seus momentos históricos respectivos, analisados neste artigo.

O México estava em reconstrução após o violento período da Revolução Mexicana (1910-1920), e, na segunda metade do decênio de 1930, o governo de Lázaro Cárdenas foi considerado por

diversos autores como o período de consolidação das reivindicações populares revolucionárias de 1910.

No Brasil, no decênio de 1930, o golpe de Estado empreendido por Getúlio Vargas recebeu a denominação de revolução. Segundo Vavy Pacheco Borges (2002, p. 161), o termo “Revolução” foi bastante discutido em terras brasileiras nesse período, por meio da imprensa, em ensaios, memórias e obras literárias, o que, em suas palavras, “[...] comprova a centralidade e a predominância do conceito em diversos conteúdos, e essa ‘revolução’ aparece quase que permanentemente adjetivada como ‘brasileira’”. Ou seja, houve uma disputa pelo uso desse conceito no Brasil, pelos comunistas e pelo governo varguista.

Em contrapartida, a força do termo revolução colocou, para os leitores do periódico comunista mexicano, a ideia de que a Insurreição Comunista no Brasil era um processo mais complexo, com reviravoltas, e que, mesmo com a repressão de Vargas, ainda estava em curso, o que efetivamente não aconteceu. A dificuldade de buscar informações com a censura no Brasil e a linguagem estratégica de propaganda política do *El Machete* são elementos que podem nos auxiliar a entender o distanciamento entre o que realmente estava acontecendo na sociedade brasileira com aquilo que era publicado no periódico do PC mexicano.

Luís Carlos Prestes foi a personagem central dessas informações sobre a “Revolução” brasileira, e a campanha que *El Machete* realizou em suas páginas esteve atrelada ao governo cardenista, o que nos revela alguns passos da construção da imagem mítica do líder da ANL. Se, nas primeiras matérias, Prestes era apresentado como o libertador do Brasil, ao longo das notas, ele acabou sendo referenciado como um líder latino-americano.

Os editores comunistas de *El Machete* interpretaram os acontecimentos de 1935 no Brasil pelo prisma de sua própria realidade. Para o PCM, o México estava no caminho de consolidação do seu processo revolucionário, e o Brasil havia dado seu primeiro passo de libertação da opressão capitalista e imperialista. No imaginário social e nos projetos políticos desses militantes, uma revolução guiada pela bandeira vermelha seria inexorável, uma ideia que circulou intensamente nos movimentos comunistas da América Latina.

UNDER THE RED FLAG: THE BRAZILIAN “REVOLUTION” IN THE PAGES OF *EL MACHETE*

Abstract: The present article aims to discuss texts published in the communist Mexican newspaper *El Machete* about the Communist Insurrection of Brazil in 1935 and the campaigns for the release of Luís Carlos Prestes. Being the central organ of the Mexican Communist Party (MCP), founded in 1924, *El Machete* paid attention to Brazil during the years 1936 and early 1937, when Getúlio Vargas increased the repression of the Brazilian communists and consequently decreed the dictatorship called Estado Novo. Through a comparative analysis of the texts selected, this article aims to elucidate how the Mexican communists read and interpreted this period of the Brazilian history in the pages of their very important newspaper of political propaganda.

Keywords: Mexican Communism, Communist Insurrection of Brazil, Workers Press.

Notas

¹ O Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado em 25 de março de 1922. Após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em fevereiro de 1956, quando o secretário-geral Nikita Krushev expôs a violência do regime stalinista, houve uma cisão no interior do PCB. Diante de tais revelações, no V Congresso do Partido Comunista do Brasil, realizado em 1960, houve uma mudança de postura voltada para um discurso nacionalista, e a agremiação política trocou de nome para Partido Comunista Brasileiro. A cisão aconteceu dois anos depois, em 1962, quando militantes descontentes decidiram romper com o PCB, e fundaram o Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCdoB. Já a Aliança Nacional Libertadora (ANL), foi fundada em março de 1935, e foi desarticulada com a repressão de Getúlio Vargas ao levante comunista realizado no mesmo ano de sua criação.

² Em 1923, o PCM envolveu-se no embate entre Adolfo de La Huerta e o então presidente mexicano, Álvaro Obregón. De La Huerta contava com o apoio de Obregón para sua possível candidatura à presidência, contudo foi preterido por Plutarco Elias Calles. Descontente, Huerta colocou-se contra o governo federal, e iniciou uma rebelião que ficou conhecida como “delahuertista”. Essa rebelião concentrou-se na região de Veracruz, e foi desmantelada, entre fevereiro e maio de 1924, com um saldo de sete mil pessoas mortas. O PCM, nesse período, apoiava o governo federal mexicano e tinha muitos setores camponeses em seu controle. Essa massa camponesa armou-se e, junto com metade do exército federal, conseguiu liquidar o movimento rebelde. Entre as vítimas comunistas desse embate, pereceram alguns dirigentes, como José Cardel, José María Caracas, Guillermo Lira, José Fernández Oca e Antonio Ballesco (PELÁEZ, 1980, p. 23).

³ A Cristiada ou Guerra Cristera foi um conflito que envolveu católicos radicais contra o governo federal, entre os anos de 1926 e 1929, quando o presidente Calles aplicou leis de caráter anticlerical, que atingiram o clero mexicano. De caráter extremamente popular, esse conflito teve um saldo sangrento, e as negociações entre a Igreja e o Governo mexicano ocorreram com a intervenção da embaixada estadunidense (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000, p. 119).

Referências

AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. À Sombra da Revolução Mexicana. História Mexicana Contemporânea, 1910-1989. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

AMARAL, Roberto Mansilla. Astrojildo Pereira e Octávio Brandão: os precursores do comunismo nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 249-272.

BEIRED, José Luis Bendicho. Revolução e Cultura Política na América Latina. In: DAYRELL, Eliane Gracindo; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (Orgs.). *América Latina: Desafios e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996. p. 437-444.

BOLAÑO, Roberto. *2666*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos Trinta e Política: História e Historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 159-182.

BROWN, Lyle C. Los comunistas y el régimen de Cárdenas. *Revista de la Universidad de México*, v. XXV, n. 5, mayo, p. 25-34, 1971.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 167-178.

CODOVILLA, Vittorio. História do Marxismo na América Latina. In: LÖWY, Michel (Org.). *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. 2. ed. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 430-435.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

EL MACHETE. Organo Central del Partido Comunista de México. 1936-1937.

GELADO, Viviane. *Poéticas da transgressão: vanguarda e cultura popular nos anos 20 na América Latina*. Rio de Janeiro: 7Letras; São Carlos: EdUFSCar, 2006.

LÊNIN, Vladimir I. *O que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1988.

LÖWY, Michel. (Org.). Introdução. In: _____. *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. 2 ed. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MÁRQUEZ FUENTES, Manuel; RODRÍGUEZ ARAUJO, Octavio. *El Partido Comunista Mexicano (en el periodo de la Internacional Comunista: 1919-1943)*. México: Ediciones “El Caballito”, 1973.

MARTÍNEZ VERDUGO, Arnoldo. *Historia del comunismo en México*. México: Ediciones Grijalbo, 1985.

MEYER, Jean; KRAUZE, Enrique; REYES, Caetano. *Historia de la Revolución Mexicana, 1924-1928: Estado y Sociedad con Calles*. México: El Colegio de México, 2002.

PALACIOS, Guilherme. *Intimidades, Conflitos e Reconciliações: México e Brasil, 1822-1993*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Secretaria de Relaciones Exteriores, México, 2008.

PELÁEZ, Gerardo. *Partido Comunista Mexicano. 60 años de historia*. I (Cronología 1919-1968). México: Universidad Autonoma de Sinaloa, 1980.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: Revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIVERA CASTRO, José. *La Clase Obrera en la Historia de México*. En la presidencia de Plutarco Elías Calles (1924-1928). México: Siglo veintiuno editores, 1983.

SPENSER, Daniela; ORTIZ PERALTA, Rina. *La Internacional Comunista en México: Los Primeros Tropiezos*. Documentos, 1919-1922. México: INEHRM, 2006.

Recebido em: 20/05/2012

Aprovado em: 19/07/2012

Nelson Werneck Sodré: Censura, Repressão e Resistência

Lucileide Costa Cardoso*

Resumo: O presente texto recupera a trajetória política do historiador Nelson Werneck Sodré durante os anos de vigência da Ditadura Civil-Militar no Brasil e analisa os Dossiês preparados pelo DOPS paulista e os Processos na Justiça Militar (Projeto BNM). Ao confrontar a Ditadura, Sodré vivenciou à sua maneira, as agruras impostas pela política de segurança nacional aos considerados “inimigos internos” da Nação. Sodré respondeu a longos interrogatórios no DOPS, ficou preso durante dois meses e teve alguns de seus livros proibidos, além de não poder conceder entrevistas a jornais e revistas. A repressão atingiu não apenas os quadros militantes do PCB e os seus teóricos mais expressivos, mas também os familiares, amigos e simpatizantes do historiador, que sofreram com a institucionalização da tortura no país. Nesse sentido, pensar o papel de Nelson Werneck Sodré na luta contra a Ditadura é compreender questões mais amplas sobre a inserção da esquerda nos meios intelectuais e nas bases da sociedade.

Palavras-chave: Nelson Werneck Sodré. Censura. Repressão. Resistência.

* Doutora em História Social pela USP. Professora-Adjunta IV do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA. Líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Política Contemporânea (UFBA/UFRB/CNPq). Integrante do Projeto de Pesquisa *Estado e Memória: Políticas Públicas da Memória da Ditadura Portuguesa (1974-2009)*. Universidade do Porto/Fundação para a Ciência e Tecnologia em Portugal (PTDC/HIS-HIS/121001/2010).

E-mail: lucileidecardoso@terra.com.br.

Introdução

O cerco repressivo estabelecido com a instauração dos Inquéritos Policiais Militares no ano de 1964¹ atingiu intelectuais, pensadores e professores universitários. Iniciaram-se perseguições, ameaças, triagens ideológicas, cassações e aposentadorias compulsórias. Em alguns casos, essas ações foram acompanhadas de prisão, tortura, exílio e mortes de amigos e parentes próximos. Os órgãos de vigilância, ao exercerem um controle sistemático das atividades políticas e acadêmicas dos intelectuais, considerados por eles de esquerda, impuseram a censura, a difícil sobrevivência na clandestinidade, a autorrepressão e o autoexílio. A violência perpetrada só não foi capaz de eliminar o foco criativo, crítico e autônomo inerente à tarefa destes, engajados e convictos da necessidade da política, lugar de exercício da liberdade contra a tirania.

Essa pesquisa possibilita reflexões sobre a inserção dos intelectuais no contexto de luta de resistência à Ditadura Civil-Militar, analisando os documentos de natureza repressiva produzidos pelos agentes da Comunidade de Informação e Segurança. Tal perspectiva será balizada através da trajetória militante e intelectual de um dos principais intérpretes do pensamento brasileiro, o historiador, jornalista militante e general de brigada, Nelson Werneck Sodré. Nascido em 1911, numa família de escritores, vivendo em ambiente culto, desde cedo dedicou-se à literatura. Foi professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército de 1948 a 1950 e Diretor do Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, criado em 1955 e extinto em 1964, em decorrência do Golpe de Estado. O historiador faleceu aos 89 anos, em 13 de janeiro de 1999, na cidade de Itu, interior de São Paulo. No pré-1964, pertenceu ao grupo dos militares comunistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas, com a deposição do presidente Goulart, os seus direitos políticos foram suspensos por dez anos, através do Ato n.º 4, do Comando Supremo da Revolução.² Refugiou-se em uma fazenda de parentes em Fernandópolis, São Paulo, preso no dia 26 de maio de 1964. Enviado ao Rio de Janeiro, ficou detido durante 57 dias, primeiro no Forte de Copacabana, passando depois à fortaleza de São João.

Autor de 56 livros produzidos entre 1938 e 1997, Nelson Werneck Sodré, além de possuir alguns desses livros publicados no exterior, produziu cerca de três mil artigos que revelam interesse por assuntos variados. Para entender a sua trajetória e participação na vida política do país, priorizamos os escritos memorialísticos que remetem ao contexto da Ditadura Civil-Militar. O propósito é contrapor a sua versão dos acontecimentos com a massa de informações, julgamentos e leituras produzidas pelos agentes repressivos a seu respeito. Tais agentes acusaram-no de praticar “terrorismo”, “subversão”, de ser membro ativo de “movimentos extremistas”, de cometer “crimes” que feriam a sociedade e, portanto, o poder constituído.

Com isso, tornou-se essencial a leitura de dois de seus livros de memórias: *História da História Nova*, 1986, e *A fúria de calibã: Memórias do Golpe de 64*, 1994, que oferecem uma resposta particular às versões encontradas nos documentos oficiais.

Seguindo tal objetivo de relacionar alguns dos seus escritos memorialísticos com os documentos de natureza repressiva oriundos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), e do Projeto Brasil Nunca Mais (BNM), estruturamos a análise a partir de três eixos, bases de investigação dos Inquéritos Policiais Militares em que foi indiciado: IPM do Instituto Social de Estudos Brasileiros, IPM da História Nova e IPM do Partido Comunista Brasileiro. Vale lembrar que o seu vínculo com o PCB, ainda não claramente explicitado pela historiografia, surge bastante acentuado no jogo da repressão política e cultural que se abateu sobre ele, auxiliares de equipe, familiares e amigos.

Repressão Política e Cultural

O Dossiê do historiador, pertencente ao Fundo DEOPS/SP e constitutivo do acervo temático de Ordem Social e Política, localizado na Divisão do Arquivo de Estado de São Paulo, revela o microcosmo do poder instaurado no Brasil a partir de 1964. O DOPS foi criado em 1924, com a função de controle político-social e repressão aos crimes políticos, empregando métodos de investigação amparados

na legislação, IPMs, por exemplo, e práticas de atos ilegais: torturas, cárcere privado e execução sumária. Os DOPS, órgãos vinculados aos governos estaduais através das Secretarias de Segurança Pública, geralmente eram comandados por oficiais superiores do Exército.³ As siglas desse órgão variam de acordo com cada Estado, podendo ser designados também por DEOSP, DPPS, DSS, DVS, entre outros. Durante o período militar, o DOPS de São Paulo constituía-se num importante centro de poder político com relativa autonomia de seus funcionários, que atuavam à revelia de outros setores dominantes. Existiu uma enorme semelhança nas estratégias da repressão política do DOPS/SP e do temido DOI-CODI, comandado pelo Exército brasileiro.

Os Dossiês foram criados em 1942 para atender ao aumento da atuação do órgão no momento em que o Brasil aliava-se aos norte-americanos na Segunda Guerra Mundial e os suspeitos de colaborarem com o “Eixo”, residentes no país, passaram a sofrer vigilância cerrada. Contudo, é a partir do Golpe de 64 que cresceu sua importância e utilização pelos agentes da Polícia Federal, passando a organizá-los em pastas contendo resumos, relatórios e outras informações sobre o acusado. O objetivo era atender às solicitações dos vários órgãos, dentro e fora do Estado, como parte da rede repressiva que agia de forma sintonizada no combate à “subversão”. Os Dossiês expandiram-se até o momento da extinção do DOPS, em 1983, no estado de São Paulo.

O material arquivado apresenta o caráter multifacetado, caótico e extremamente plural das atividades de espionagem e de repressão, porém não esconde o fato de que foram cuidadosamente planejadas e executadas pelo alto escalão do Poder Executivo. Essa documentação apresenta parte das atividades acadêmicas e militantes do nosso historiador, evidenciando a rigorosa observação dirigida pelo órgão aos que denominaram “inimigos internos” da Nação. Os Dossiês de Nelson W. Sodré, pertencentes ao Fundo DEOPS, forneceram pistas importantes que completaram informações adquiridas também com a leitura e análise dos Processos BNM, *Projeto A: Brasil Tortura Nunca Mais*.⁴ Além disso, no geral, a montagem dos IPMs, Inquéritos Policiais Militares, base da pesquisa do *Projeto Brasil Nunca Mais*, fora realizada nos DOPSS dos diferentes estados.

A investigação sobre Nelson Werneck Sodré foi intensa, sendo que o seu nome consta em noventa e uma pastas da Série Dossiês/Fundo DEOPS. As primeiras informações datam de 1945, quando Sodré foi identificado como colaborador da Revista *Leitura*, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 1950, ele integrou, ao lado de reconhecidos intelectuais, a Delegação Carioca do III Congresso de Escritores, realizado em Salvador/BA. Em 1951, Major do Exército, foi afastado da Diretoria do Departamento de Cultura, por exercer atividades comunistas. Em informação reservada, datada de 27 de agosto de 1963, foi acusado de aderir à convocação do I Encontro Latino-Americano pela Liberdade dos Presos Políticos do Paraguai. Nesse contexto, passou a pertencer à Sociedade Amigos do Povo Paraguaio, espécie de entidade organizada pelo Partido Comunista do Brasil. Destacou-se também internacionalmente através de manifestações e solidariedade ao povo cubano. Diversos recortes de jornais são arquivados a partir de 1963, identificando Nelson Werneck Sodré como agente do comunismo no Brasil, marxista pertencente ao ISEB, período em que foi considerado como um dos principais “mentores intelectuais da UNE”. O DEOPS, baseando-se nas Atas de reuniões das entidades estudantis, União Nacional dos Estudantes (UNE), e União Estadual de Estudantes Secundaristas (UEES), estabeleceu um forte vínculo entre suas lideranças e os intelectuais e políticos de esquerda: Nelson W. Sodré, Leonel Brizola, Paulo de Tarso, entre outros.⁵ Sodré também foi acusado de exercer atividades “subversivas” na imprensa comunista, segundo noticiou o jornal *A Gazeta*, em 06 de outubro de 1964,⁶ além de fomentar o seu ideário em jornais e revistas influentes no país, comportando-se sempre como um “infiltrado comunista”.

Com os direitos políticos cassados, foi autuado e interrogado sob acusação de estar sob sua responsabilidade vasta quantidade de armas e munições, tipo privativo das Forças Armadas. Segundo informações do DOPS paulista, o general Nelson Werneck Sodré foi preso pouco depois do Golpe de 64, na fazenda do Coronel Néca Verdi, como suspeito de participar da “Revolução Camponesa”, levada adiante pelos comunistas de Fernandópolis: “Foi ainda em Fernandópolis, [...], que o signatário do presente teve oportunidade de localizar e prender o General Nelson Werneck Sodré, fundador e ex-presidente do I.S.E.B., prisão que efetuamos dias depois da

revolução de 31 de março”. A cidade de Fernandópolis foi considerada um dos maiores centros de irradiação comunista do Estado de São Paulo e “quicá do país”. Os investigadores do DOPS ficharam três mil militantes comunistas atuantes naquele município desde 1946, ocasião, segundo o relatório secreto, em que se articulava a “*Revolução Camponesa*”, “movimento subversivo que abalou a opinião pública do país”.⁷

Nos vários documentos que compõem os dossiês e Processos da Justiça Militar, encontramos referências ao processo condenatório da obra *História Militar do Brasil*, editada em 1965. Em 04 de abril de 1966, foram apreendidos, na livraria Cruz e Sousa, dois volumes dessa obra, cuja venda estava proibida.⁸ Em 1970, o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, apreendeu vinte livros considerados ofensivos à “moral” e aos “bons costumes”, entre os quais figurava *História Militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, proibindo sua circulação em território nacional: “No exame dos livros, o Ministério da Justiça descobriu ‘configurada propaganda subversiva’ [...] e determinou sua apreensão, proibindo sua circulação, impressão ou venda [...], sem prejuízo de ação penal contra os por eles responsáveis”.⁹ Seu nome é citado no informe a respeito de “Infiltração Comunista nos Órgãos de Comunicação Social” e nas declarações de alguns presos políticos prestadas no DOI/CODI/IIEx. Nelson Werneck Sodré escreveu várias notas publicadas em jornais, respondendo aos censores dos seus livros, especialmente *História Militar do Brasil*. Tal fato foi rememorado pelo autor anos depois, em que conclui amargamente: “Fazer história era crime militar” (SODRÉ, 1994, p. 161). O Supremo Tribunal Militar extinguiu punição a Nelson W. Sodré, em 1978, que passou a não responder mais pelo processo referente ao livro *História Militar do Brasil*.¹⁰

Encontramos no Arquivo de Material Apreendido/Projeto BNM um resumo de duas páginas do livro *História Militar do Brasil*. Não consta autoria, o qual se inicia com a afirmação de que Nelson Werneck Sodré considera que a formação das Forças Armadas passou por três fases: colonial (até a Questão Platina); fase autônoma (até a Revolução de 1930) e a fase nacional. O autor, segundo o resumo, faz “[...] cerrada defesa das Forças Armadas, em especial do Exército, sua tese central é de que este, na atualidade, é nacional”.¹¹ Várias citações do livro são destacadas e acompanhadas de

alguns comentários difusos. No apreço à verdade, podemos inferir que, nesse livro, Sodré elaborou sua tese acerca do caráter democrático das Forças Armadas, baseando-se na afluência às fileiras do PCB de oficiais do Exército de espírito nacionalista.

Outro caso de censura aos seus escritos aparece nos documentos que destacam Nelson W. Sodré como colaborador do *Caderno de Debates n.º 1 – História do Brasil*, organizado por grupos de intelectuais paulistas de “esquerda”, sob a liderança do “comunista” Caio Prado Júnior, que publicou nesse mesmo período a obra *Brasil História – Texto e Consulta*.¹² Esse grupo de intelectuais, integrados por “ex-terroristas” ou elementos com antecedentes “subversivos”, passou a existir desde 1976, de acordo com o Relatório Oficial do Exército. Também são descritos como “aproveitadores” da situação de desprestígio da História do Brasil, divulgando e impondo suas versões marxistas. O discurso formulado por eles, segundo o documento citado, acaba por relegar ao esquecimento as tradições históricas brasileiras:

Referido caderno [Caderno de Debates n.º 1 – História do Brasil] conta com a colaboração dos seguintes historiadores marxistas Caio Prado Júnior, Nelson W. Sodré, Edgar Carone e Fernando Novais. Do CEBRAP colaboram o sociólogo Fernando H. Cardoso, e o cientista social Francisco Wefort, evidência que cientistas sociais ou sociólogos, estejam produzindo conhecimentos de *História do Brasil*, conforme alertaram professores da USP. Estes fatos e circunstâncias, relativos particularmente ao desprestígio da pesquisa e do ensino de História do Brasil, têm repercutido negativamente no campo militar, em razão do temor de que o desprestígio do ensino e pesquisa de História do Brasil seja aproveitado cada vez mais pelos comunistas, para amortecimento e esquecimento das tradições históricas brasileiras que seriam substituídas, progressivamente, por uma série de revisões de nossa História do saber marxista. Em data recente foi lançado em bairro operário de São Paulo, exemplar de versão comunista da nossa história sob o título: *História da Classe Operária no Brasil – 1888-1975*, elaborado e distribuído clandestinamente. O grupo de intelectuais paulistas esquerdistas já conseguiu quase que consenso nacional para a seguinte

idéia força: ‘O que se deve ensinar a nossos filhos: uma história aberta ao claro debate, ou uma ‘história turva’ (atual História do Brasil) que enfileira nomes, datas e parece uma lista telefônica’. Com aceitação dessas simples idéias pelos estudantes e professores de História eles estarão em condições de fazer a História aberta do Brasil (necessariamente versão marxista, ou pelo menos nos pontos essenciais). Estarão coerentes com a revolução comunista preconizada por um comunista esquerdista francês ‘Mais importante do que colocar 100 fuzis nas mãos de 100 jovens será colocar-se uma idéia na cabeça de 10.000 jovens.’¹³

A extensão dessa estratégia de censura às obras de intelectuais de esquerda prevaleceu como dominante nas décadas de sessenta e setenta. Em 1977, o II Exército informou que a Difusão Editorial pretendia lançar, até 1979, os dois últimos livros de *História Geral da República Brasileira*, de um total de onze volumes, com participação garantida de Nelson W. Sodré. O DOPS paulista investigou todo o processo de lançamento da coleção em que colaboraram os “conhecidos marxistas esquerdistas e socialistas”: Edgar Carone, Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Júnior, General Nelson Werneck Sodré, Fernando Novais e Francisco Weffort, sendo que alguns deles foram integrantes do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP – localizado em São Paulo. O interesse do DOPS em investigar a edição da coleção tinha um propósito maior, que consistia em extrair dados capazes de caracterizar o “[...] grupo de historiadores marxistas atuando em conjunto na PUC/SP, Unicamp, USP, CEBRAP, editora Brasiliense, DIFEL, editora Civilização Brasileira, Vozes de Petrópolis, com ramificações na UFMG e PUC/MG”.¹⁴

A proibição da circulação da obra *Memórias do exílio* completa a lista dos livros e colaborações de Nelson Werneck Sodré censurados pela Ditadura. O Relatório Confidencial do II Exército, datado de 1976, trata da proibição do “panfleto”, intitulado *Memórias do Exílio – Brasil 1964/1975*.¹⁵ Na verdade, o “panfleto” faz referência à Coleção *Memórias de Exílio*, lançada primeiramente em Portugal, em 1977, e depois em São Paulo, em 1978. Trata-se de uma obra coletiva composta por vinte depoimentos de exilados de diferen-

tes matizes ideológicos. Foi patrocinada por Paulo Freire, Abdias de Nascimento e Nelson Werneck Sodré, coordenada por Pedro Celso Ulhoa Cavalcanti e Jovelino Ramos. Os seus organizadores buscaram discutir a figura dos exilados como agentes políticos suficientemente maduros e preparados para enfrentar os riscos acarretados pela luta política. Salvo as exceções, os exilados não foram “vítimas inocentes” da Ditadura Civil-Militar. Portanto, não se trata de uma apologia dos exilados, tampouco uma “martirologia”. Segundo José Carlos Sebe Meihy, o livro representou um marco da História Oral no Brasil, pois utilizou-se de técnicas e metodologias que demonstraram o rigor do método na seleção dos entrevistados e no preparo de um roteiro com perguntas bem elaboradas. A obra é um documento político, demonstrando a presença ativa de gente naquele momento histórico, marginalizada com a pecha de “maus brasileiros” (MEIHY, 1996, p. 1-10). Personagens esses considerados, em sua maioria, os grandes nomes da *intelligentsia*, responsáveis pela produção cultural do período.

Ainda, Nelson Werneck Sodré propõe uma periodização englobando três fases distintas para se compreender a história do período militar: de 1964-1968, prevaleceram alguns vestígios de liberdade, mesmo com perseguições e prisões; de 1968-1974, quando se instaurou a “[...] ditadura fechada e absoluta, terrorista e fascista, com a institucionalização da tortura”; e de 1974 em diante, quando o regime entrou em declínio, sob o pomposo nome de “abertura”. A Ditadura foi o “[...] período mais negro da nossa história” (SODRÉ, 1986, p. 09).

O historiador não sofreu apenas cassações, punições e censura aos seus escritos. Também foi vetado em aparições públicas, como a do Programa televisivo *Pinga Fogo*, da TV Tupi, Canal 4, no qual seria entrevistado. O Programa fora suspenso por ordem do Sistema Nacional de Informações (SNI), sob alegação de que o escritor teve os seus direitos políticos cassados.¹⁶ A Ditadura Civil-Militar ocasionou uma forte inibição para a abertura e consolidação de programas de entrevistas, especialmente no rádio e na televisão. A cultura do medo prevaleceu, inibindo os depoimentos, especialmente quando se tratava de opositores do regime. Essa condição passou a ser um obstáculo concreto e central para formação de uma opinião pública contrária ao regime ditatorial.

IPM do Instituto Social de Estudos Brasileiros – ISEB

246

Os principais dirigentes do Instituto Social de Estudos Brasileiros,¹⁷ entre eles Nelson Werneck Sodré, foram indiciados no famoso IPM do ISEB, instaurado em 1964, sob o comando do coronel Joaquim Portela. Nomes, como os dos ex-presidentes da república Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, integraram o referido IPM. O Relatório do ISEB foi composto por 220 páginas. Para sua confecção, foram ouvidas 112 pessoas, como testemunhas de acusação ou de defesa. A história do IPM do ISEB foi acompanhada de perto pela imprensa: *Jornal Folha da Manhã*, de 3 de junho de 1966. “IPM do ISEB vai a Procuradoria-geral”. O *Jornal O Estado de São Paulo*, de 06 de março de 1965, também comenta sobre o mesmo assunto. Cabe esclarecer que os três ex-presidentes tiveram seus direitos cassados pelo Ato Institucional N.º 1, que puniu 417 pessoas. O nome de Nelson Werneck Sodré consta na lista dos jornalistas, ao lado de Samuel Wainer, entre outros. O coronel Portela definiu o estabelecimento do IPM como uma “peça” importante de reconstrução da “guerra revolucionária”:

A linha de ação traçada pelo ISEB era nitidamente subversiva, visando implantação entre nós do regime político comunista de caráter internacional, orientado e dirigido no estrangeiro por organizações estrangeiras que tomam em seus ombros o movimento comunista internacional.¹⁸

Em *História da História Nova*, 1986, Sodré realiza uma sumária análise do quadro geral em que o ISEB esteve inserido, entre 1955-1964, e de que forma os seus membros, colaboradores externos e simpatizantes envolveram-se no jogo penoso de perseguições, prisões, torturas e “banimentos”. Segundo ele, para os partidários da “redentora”, o ISEB serviu às orientações determinadas por Moscou e promoveu a luta ideológica necessária à tomada do poder pelos comunistas no Brasil:

O IPM do ISEB teve duas fases: na primeira, tratou especificamente daquela instituição de cultura: na segunda, tornou-se vastíssima “sopa de pedra” em que foram mergulhados três ex-presidentes da República, meia dúzia de ex-ministros da Educação, sem falar em parlamentares, militares, professores, escritores, cineastas, teatrólogos, estudantes, dirigentes sindicais, editores, advogados, toda a sorte de pessoas, no fim de contas – todos aqueles que tinham compromisso com a democracia e procuravam servi-la, com erros e acertos – antes que a “redentora” nos trouxesse aquilo que desconhecíamos desde os tempos coloniais: a tortura, o degredo, a pena de morte, a execração, o confisco, a infâmia como arma política. *O IPM do ISEB, nesse contexto, atingiu dimensões gigantescas: trinta volumes de mil páginas cada um*, segundo ouvi dizer. [...] Era fácil perceber, desde os primeiros interrogatórios, o esquema em que estava metido o encarregado do IPM do ISEB, como peru de roda: o ISEB teria sido uma das organizações determinadas por Moscou diretamente [...] para a luta ideológica e o controle da orientação governamental no Brasil. [...] O esquema de raciocínio com que opera a reação é simples: o aparecimento de correntes de pensamento e de agrupamentos políticos que discrepam dos dominantes não resulta da realidade, da estrutura social, das condições econômicas, do próprio fenômeno político, em seu desenvolvimento; resulta da ação de “minorias solertes”, que se “infiltram” aqui e ali no organismo social; identificadas, neutralizadas, reprimidas em suas ações, está tudo resolvido. [...] Isoladas as pessoas portadoras do vírus e submetidas ao tratamento adequado – tortura, prisão, demissão, exílio, banimento, etc. – a pátria estaria salva, a sociedade redimida. E o País se tornou o paraíso das multinacionais, [...]. O antípoda, em suma, de tudo aquilo que o ISEB foi expressão, nas limitações da sociedade brasileira da época em que vivemos (SODRÉ, 1986, p. 46-47).

No contexto de forte repressão política e cultural, donos de editoras e intelectuais sofreram constantes advertências policiais. O dirigente da Editora Civilização Brasileira, Ênio Silveira, foi considerado o responsável pela divulgação da “doutrina comunista em nossa

terra”.¹⁹ Nelson W. Sodré foi um dos autores mais editados pela Civilização Brasileira e, por isso, tornou-se alvo direto da “guerra à cultura” empreendida pelos militares e civis golpistas. A Editora Graal, por ter reeditado a obra *História da Imprensa*, de autoria de Nelson W. Sodré, também foi punida, através de Pedido de Busca, expedido em 09 de setembro de 1977, pelo Ministério do Exército.

Segundo o Relatório do Serviço Secreto do DOPS, Nelson Werneck Sodré integrou, em 1965, a chapa proposta para a constituição do primeiro Conselho Consultivo do Comando dos Trabalhadores Intelectuais. O CTI foi fundado em outubro de 1963, sendo fechado em 1964, a mando dos militares. Presidido por Ênio Silveira, a entidade continuou existindo na ilegalidade, realizando reuniões na sede da própria editora. O CTI representou um exemplo de articulação política, constituindo-se em um espaço de resistência cultural. A experiência compartilhada por vários intelectuais no CTI permitiu mais tarde a formação do grupo de colaboradores da *Revista Civilização Brasileira*, editada entre 1965 e 1968. A RCB legitimava e honrava a tradição intelectual brasileira, composta por grandes nomes que transitaram em torno da editora Civilização Brasileira: Nelson W. Sodré, Caio Prado Júnior, entre outros. A revista foi dirigida por Ênio Silveira, editor de orientação ideológica e partidária, alinhado com o Partido Comunista Brasileiro. De acordo com a Aliança Anti-Comunista Brasileira, a Editora Civilização Brasileira foi um dos principais redutos de divulgação da doutrina comunista entre nós:

Tem dado guarida e apoio àqueles que, escrevendo livros, traem o Brasil, tentando subjugar-lo ao domínio dos soviéticos. Enio Silveira, lacaios moscovita, fantasiado de protetor da cultura, quando na realidade não passa de um vil traidor de sua pátria e indigno de permanecer vivo. A AAB deixa aqui sua advertência a este porco nojento que em breve estará em nossas mãos para receber o castigo que merece. Que sirva também aos comunistas encapuzados de intelectuais: Cândido Mendes, Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Nelson W. Sodré, Dias Gomes, Rolando Gorbisier, Gerardo M. Mourão, Max da Costa Santos e outros. Nós iremos procurá-los em breve para um ajuste de contas.²⁰

No livro *A fúria de calibã*, 1994, Sodré afirma que a cassação não objetivava apenas os fins eleitorais, mas ia mais longe, atingindo qualquer atividade ligada à luta de ideias ou transmissão de conhecimento. Assim, amputavam as manifestações e reduziam os intelectuais à “marginalização”. Carreiras foram interrompidas, universidades invadidas, donos de editoras interrogados. Entre eles, cita Caio Prado Júnior, preso em 1969, e Ênio Silveira, da Editora Civilização Brasileira, indiciado em vários IPMs e presos várias vezes. Para Sodré, “A Civilização Brasileira apareceu, naquela fase, como o quartel-general da resistência à ditadura, no meio intelectual” (1994, p. 73). A relação de amizade e respeito intelectual por Ênio Silveira perpassa a narrativa do início ao fim. Admiração justificável, tanto por sua atuação como membro do Conselho Editorial da Revista Civilização Brasileira como pelo fato de que a maioria dos seus livros exibem o selo dessa editora. Nelson Werneck Sodré também relaciona os nomes de todos os professores perseguidos nas universidades brasileiras após o Golpe de 64.

O escritor lamenta que, nessa época, constituíam material “subversivo” livros, jornais, revistas, bem como lecionar e escrever livros era prova material de crime. Para Sodré, “Na mesa do encarregado do IPM do ISEB vi alguns livros, meus inclusive, que tinham grifado a tinta vermelha linhas e linhas. Antes, eram instrumentos de cultura; agora, eram provas de inomináveis crimes” (1994, p. 69). Ademais, vivia-se um “terror cultural”, em que os intelectuais foram amordaçados e o livro era a prova material de que as ideias revolucionárias pretendiam subverter a ordem e instaurar o “caos comunista” no país.

IPM da História Nova

Nelson Werneck Sodré também foi o principal indiciado no IPM da *História Nova*, que também envolveu o ISEB e o Ministério da Educação:

Consta que o referido indiciado, por sua capacidade intelectual, no exercício do magistério, sob a cômoda liberdade de

cátedra, deu aulas e fez conferências, ao longo da existência do ISEB, difundindo os principais norteadores da “guerra psicológica”, lastreada por Mao-Tse-Tung e seus seguidores.²¹

Um dos investigadores do referido órgão policial, DOPS, declarou que os autores da obra se preocuparam em mudar a face da nossa história através da produção inicial de dez monografias.²² Tal objetivo foi atingido com o aniquilamento dos principais acontecimentos da História do Brasil, retratando pobremente os heróis do povo brasileiro, distorcendo datas e nomes: “Essa é a característica que emoldura a Coleção *História Nova*, de alto teor subversivo, e a cujos trabalhos de elaboração estiveram à frente o general N. W. Sodré”.²³ Dentre as várias acusações, os militares golpistas destacaram o seu papel de dirigente da coleção *História Nova*, sendo considerada uma obra altamente “subversiva” e proibida de ser reeditada.

Para os articuladores do Golpe, a existência da coleção fornecia o suporte histórico necessário à “revolução comunista”, colocada em curso pela dupla Goulart-Brizola. Tal assertiva evidencia o papel crucial da História, em particular do ensino da História do Brasil em períodos de mudanças profundas na sociedade. Considerado o coordenador do “Manual Comunista”, divulgado e distribuído gratuitamente nas escolas públicas brasileiras, Nelson Werneck Sodré e sua equipe sofreram uma repressão cultural sem precedentes ao proporem uma visão crítica da história do Brasil. Uma série de quatro artigos, sob o título *A Nova História*, que apareceram nos dias 3, 4 e 11 de março de 1964, sempre na terceira página, publicados no jornal *O Estado de São Paulo*, deu início à violenta campanha contra a *História Nova*:

Com grande alarde, o governo acaba de introduzir nos ginásios e colégios de todo o Brasil a *História Nova* de nossa Pátria, coleção de brochuras encomendadas aos escribas da ‘nova classe’ comuno-peleguista, com o objetivo confesso de ‘reformular, na essência e nos métodos, o estudo e o ensino de nossa História [...]’. É uma História anti-histórica, a que estes corifeus do nacional-comunismo brasileiro

pretendem apresentar [...]. É uma história ideológica, a nova história que o MEC acaba de dar à luz – o que vale dizer que não é História [...] uma triste impressão de um marxismo de segunda categoria e mal digerido. O que é sumamente condenável em quem (*Nelson Werneck Sodré*) é apresentado como o mentor intelectual do grupo militar que sustenta o nacional-comunismo-peleguismo brasileiro (OESP, 03 mar. 1964).²⁴

A campanha contra a *História Nova* tornou-se um dos pretextos para o Golpe de 64 e, pela primeira vez, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi convocado para participar da Comissão que puniu os seus autores.²⁵ A Ata do IHGB, datada de sete de março de 1964, informa que o Professor Alfredo Gomes aprovou os comentários do jornal *O Estado de São Paulo*, contrários à edição da obra *História Nova*. A polêmica em torno da coleção chegou ao fim com a vitória dos golpistas em 1964:

Mas, vinte e quatro dias após, aconteceu a Revolução de 31 de Março de 1964, que salvou a nossa Pátria do comunismo. Imediatamente, o Governo Revolucionário suspendeu a distribuição da referida *História Nova*, mandou recolher os volumes que haviam sido distribuídos, inclusive os que se achavam nas bibliotecas públicas. Mas, para dar um aspecto democrático à sua atitude, o Governo nomeou uma comissão presidida pelo Prof. Pedro Calmon, para dar um parecer sobre a referida *História Nova*.²⁶

A utilização ideológica do saber histórico pelo jogo político do momento apresenta-se com toda força no debate entre historiadores, jornalistas e militares reacionários que passaram a polemizar com os autores da coleção, coordenada por Nelson Werneck Sodré. O historiador também foi alvo de reação feroz de grupos anticomunistas que, em janeiro de 1978, distribuíram pelas ruas de São Paulo panfletos irados contra a coleção *História Nova*, proibida de circular desde 1964:

Em janeiro de 1964, o Brasil estava dominado por uma camarilha de comunistas e pelegos e, com grande, alarde, o governo acabava de introduzir nos ginásios e colégios de todo o Brasil a *História Nova* de nossa pátria, coleção de brochuras encomendadas aos comunistas e pelegos pelo governo daquela época e dentre os quais figurava o epígrafa-fado como principal escritor.²⁷

Os autores anônimos do panfleto finalizaram o texto saudando a Comissão, nomeada em 1964 pelo “governo revolucionário”, que deu parecer contrário à publicação da obra, impedindo sua circulação em território nacional. As Atas do IHGB não falaram mais desse assunto, encerrando-se, dessa forma, a contenda entre militares, jornalistas e historiadores reacionários que atribuíam à *História Nova* um papel crucial de “comunização do país”, ideologia que justificou o Golpe de Estado e a Ditadura Civil-Militar por duas décadas (1964-1985).

Um capítulo do livro *A fúria de calibã*, 1994, refere-se à campanha contra a *História Nova*, desencadeada no dia 10 de março de 1964, portanto, anterior ao Golpe. O Diretório Central da Liga da Defesa Nacional, órgão controlado por anticomunistas, solicitou ao IHGB parecer sobre a *História Nova*. A novidade é que o Instituto, até aquele momento, nunca tinha sido designado para dar parecer sobre livros, seja de História seja de Geografia, e o fez com propósito político, juntando-se aos golpistas nessa fase final. Pareceres contrários à *História Nova* também foram preparados pelo Estado Maior do Exército, chefiado pelo general Humberto de Alencar Castelo Branco e por uma Comissão Nacional do Livro Didático, que permaneceu no MEC, prestando seus serviços após o Golpe. Para Nelson Werneck Sodré, a coleção *História Nova* serviu como pretexto na trama conspirativa do Golpe em preparação, interrompendo dessa maneira a vigência de um regime democrático no Brasil.

O IPM, instaurado ainda em 1964, revela novas estratégias de vigilância e punição aos “culpados”. O general Nelson Werneck Sodré, considerado “mentor espiritual” da obra, chegou a ser inquirido, mas não foi preso. No entanto, os três coautores: Pedro

de Alcântara Figueira, Maurício Martins de Mello e Joel Rufino dos Santos foram submetidos a uma “técnica especial de tratamento psicológico”. A bem dizer, novas técnicas de torturas aprendidas nos Estados Unidos, enquanto continuava em estudo a fórmula para incriminar Nelson Werneck Sodré. Além deles, outros colaboradores e autores da coleção, Pedro Uchoa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes, exilaram-se no Chile.

No livro *História da História Nova*, 1986, o historiador contextualiza a campanha contra a coleção, afirmando que esse momento foi um dos mais terríveis vividos por ele, pois assistiu impotente à prisão, tortura e exílio dos membros de sua equipe. Rememora que lutou desde o início para colocá-los em liberdade, coordenando ações junto à imprensa e demais intelectuais para preservá-los do pior. Queixa-se de que a principal dificuldade foi receber o apoio da família deles, pois, com exceção das esposas, culpavam-no por ser “mentor” dos atos “subversivos” dos seus filhos. Algumas cartas, escritas por eles na prisão, foram publicadas na imprensa com o propósito de denunciar as sevícias e os maus tratos. Nelson Werneck Sodré fez questão de tornar público, em nota divulgada nos jornais, que aguardava a qualquer momento o mandato expedindo sua prisão. Com isso esperava libertar os companheiros. Mas a estratégia da repressão foi mantê-lo em liberdade para melhor pressionar os presos políticos durante os intermináveis interrogatórios sob tortura.²⁸ Depois dessa penosa experiência, os coautores e outros colaboradores da coleção *História Nova* seguiram o caminho do exílio. Nelson, que estivera preso no início de 1964, continuou com os direitos políticos cassados e fora privado do exercício da cátedra.

Proibida de circular em 1964, a coleção foi reeditada por iniciativa de particulares e com o apoio da Editora Brasiliense, em 1966, sob o título *História Nova do Brasil*, que também teve sua circulação proibida. Em 31 de março de 1966, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou a matéria *General é denunciado*, informando que Nelson Werneck Sodré foi denunciado como incurso na Lei de Segurança Nacional (LSN), pela reedição da coleção *História Nova*. Sodré avalia o impacto dessa nova publicação para o grupo da História Nova, homens duramente atingidos pela repressão instaurada a partir de 1964:

Posto em liberdade, em julho de 1964, encontrara meus auxiliares desempregados e até proibidos de trabalhar naquilo que conheciam. Daí a iniciativa da reedição da *História Nova do Brasil* e de outros trabalhos. Iniciativa coroada de êxito, até o momento em que nova apreensão e proibição a cercaram, seguindo-se a prisão de alguns de seus co-autores. Contava episódios da prisão e sequestro deles, em junho de 1965; das apreensões de livros, entre eles alguns de minha autoria; das torturas infligidas àqueles presos ameaçados de prisão que me eram feitas, diariamente [...]. (SODRÉ, 1994, p. 135)

A história da *História Nova* tornou-se patrimônio na luta por uma sociedade melhor e democrática e marcou a fecunda estratégia da Ditadura de aniquilar com os intelectuais críticos deste país. Tanto no Brasil como no exterior, os opositores da Ditadura fizeram dessa história uma arma de luta contra a censura imposta pelos “inquisidores”. Os militares no poder também se beneficiaram desse patrimônio para legitimar o Golpe de Estado. O Presidente Médici proferiu um discurso, divulgado no jornal carioca *Última Hora*, julgando a *História Nova* a prova criminal de uma história engajada, de “senso ultrapragmático, a serviço da dialética marxista” (SODRÉ, 1994, p. 282).²⁹ O projeto recrutava professores de História e surtia um efeito multiplicador em termos de mobilização e contaminação da “mente universitária”.

A *História Nova* foi o pretexto para atingir um alvo maior: o ISEB e, posteriormente, o MEC, nos “planos previamente traçados” do Golpe de abril (SODRÉ, 1986, p. 121). Os autores da coleção *História Nova* aguardavam críticas, emendas e reparos, cientes das deficiências da obra. Esperavam resistências da historiografia oficial e de alguns componentes da cátedra universitária, mas não imaginavam que a publicação da coleção fosse ferir o negócio do livro didático. Os autores da coleção mexeram em interesses demais e pagaram caro por isso. De acordo com Sodré, a campanha contra a *História Nova* foi uma infâmia patrocinada por uma publicidade dirigida e muito bem paga:

A mim, há um mês, ameaçam pelo DIP dos IPMs, de prisão. Todos os dias, pela imprensa, pelo rádio, pela televisão, majores e coronéis afirmam que está iminente a minha prisão. [...] O que está em jogo não é a minha pessoa, nem mesmo os efeitos que, sobre a minha família, a “guerra psicológica” possa ter causado. O que está em jogo não é mesmo a sorte de três jovens professores cujo crime foi ter escrito comigo uma História Nova do Brasil. O que está em jogo é a sorte da cultura brasileira. Antes de terminar, um depoimento pessoal: a intelectualidade e as demais camadas do povo brasileiro não julguem o Exército por alguns encarregados de IPMs e por indivíduos que se fazem passar por oficiais. Acontece que sou militar e conheço a minha gente: os soldados do Brasil, os autênticos, estão tão envergonhados disso tudo quanto o nosso povo (SODRÉ, 1986, p. 132-133).

O debate historiográfico atual sobre a história da *História Nova* aponta para novos argumentos e análises. Paulo Cunha, estudioso da trajetória tenentista de Sodré e de sua formação intelectual revolucionária marxista, avalia que o projeto da *História Nova* representou um desejo de renovação do ensino já aquilutado por Sodré desde os anos trinta e quarenta. Influenciado por seu antigo professor da Escola Militar, Isnard Dantas Barreto, aquele de quem herdou o método materialista, Sodré passou a defender uma história compromissada com a transformação social. Paulo Cunha argumenta que Sodré escreveu vários artigos no jornal *Correio Paulistano*, propondo reformas gerais para o ensino. Entre eles cita o artigo *Um Curso de História*, 1934, em que o historiador apresenta sua vocação de professor e compreende o ensino de História como um campo formador de uma consciência revolucionária. De acordo com Paulo Cunha, as preocupações do historiador podem ser sintetizadas como:

Pioneira experiência de ministrar um curso de História, diferenciado da prática de então, que consistia no destilar de datas e fatos, sem a menor preocupação analítica. Penso

que o pensamento crítico é apresentado logo no início do curso, quando sugere aos alunos colocar de lado os compêndios de História do período, caracterizado como nocivos e elaborados segundo método vesgo (CUNHA, 2002, p. 82-83).

Sueli Guadalupe de L. Mendonça, autora da única dissertação de mestrado sobre a *História Nova*, avalia que a obra foi “[...] mais militante do que acadêmica, mais política do que pedagógica” (2006, p. 341). Informa que foi distribuída pelo correio a todos os professores de História do Brasil e o trabalho do grupo não se resumiu à produção de textos, mas incluía cursos e palestras. A repressão desencadeada ao ISEB e à *História Nova* “[...] deram-lhe uma dimensão muito maior do que sua concretude real” (Idem, 2006, p. 336). Um dos autores da coleção, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, anos mais tarde, em 1993, buscou relativizar a ligação entre o ISEB e a *História Nova*: “A *História Nova* é mais fruto da Faculdade de Filosofia, dos estudantes que nós cinco éramos somados à obra de Sodré – [...] a obra de Sodré é mais importante – do que o ISEB” (CAVALCANTI NETO, 1990, p. 39-40).

João Alberto da Costa Pinto também observa que não se pode estabelecer um vínculo direto entre o ISEB e o grupo da *História Nova*. Assevera que as tensões entre o corpo discente e docente da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, foram os componentes mais decisivos no processo de construção de lutas estudantis por reformas gerais no ensino de História. Destaca que o *Boletim de História*, editado por lideranças do movimento estudantil da FNFi, foi o precursor de uma visão de história crítica do Brasil. Ainda, através das conclusões de Pedro Celso U. Cavalcanti Neto, apresenta um dado novo: “[...] o primeiro volume da coleção referente ao descobrimento do Brasil foi escrito por Francisco Calazans Falcon – [...] professor da FNFi” (2006, p. 354). Adverte que não é possível minimizar o papel de Nelson W. Sodré na direção do grupo, esclarecendo, porém, que nenhum dos volumes publicados contempla textos de sua autoria. A importância atribuída a ele pelos órgãos de repressão visou a desqualificar o potencial revolucionário dos jovens profes-

sores e estudantes inseridos na luta mais ampla por reformas educacionais, responsáveis e designados por Sodré para elaborarem as tais monografias.

Em suma, o caso da *História Nova* foi sintomático do “obscurantismo” cultural imposto pela Ditadura. A “novela” da coleção foi contada por Nelson Werneck Sodré em artigo intitulado *História da História Nova*, publicado na *Revista Civilização Brasileira*, nº 3, de junho, e nº 4, de setembro de 1965. Em 1986, Sodré edita o livro *História da História Nova*, publicado pela Vozes, ampliando as considerações já feitas no artigo, datado de 1965. No livro *A fúria de calibã*, 1994, dedica um capítulo ao tema da *História Nova*. A reedição de *História Nova*, em 1966, compreendia seis volumes. Segundo Sodré, “Em março, apareceram dois volumes, o primeiro e o quarto. Circularam com êxito esperado e a edição se aproximava do fim quando, novamente a obra foi apreendida” (1986, p. 125). Os dois volumes foram bastante disputados nas livrarias entre professores e estudantes, durante dois meses, até serem novamente apreendidos.

IPM do Partido Comunista Brasileiro

Nelson Werneck Sodré também foi indiciado no mais conhecido e temido IPM, de número 709/64, coordenado pelo coronel Ferdinando de Carvalho.³⁰ Com o auxílio de vários oficiais, o IPM teve a pretensão de apurar as atividades do Partido Comunista Brasileiro em todo o território nacional. O IPM do PCB, sob a responsabilidade do coronel, contou com a relação de 958 indiciados e autos, organizados em 157 volumes. O nome de Nelson W. Sodré figura entre os que tiveram seu processo arquivado a pedido do Procurador Geral da Justiça Militar, Sr. Haroldo Queiros Leite. Na lista dos indiciados, estão Leonel Brizola, os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart e o governador da Guanabara, Francisco Negrão Lima. O IPM reuniu uma imensa documentação em que são basicamente explorados os denominados “crimes de subversão”, tendo como principal base de investigação o conjunto das cadernetas do dirigente comunista Luiz Carlos Prestes.

O seu nome figura na Caderneta de Prestes nº 15, apreendida pelo DOPS, principal base documental do IPM do PCB. Na referida Caderneta, Prestes sugere ao general reformado que assuma a Direção da *Revista de Estudos Sociais*. Esse simples trecho da Caderneta foi suficiente para que o historiador fosse indiciado e julgado pela Justiça Militar.

Anexo ao relatório do IPM, de autoria do coronel Ferdinando de Carvalho, consta um documento intitulado *Informe sobre o PCB*, datado de 23 de janeiro de 1961, apresentando a reorganização dos quadros do Partido, para o qual tinha sido constituído um Comitê Central Executivo, que funcionava sob a direção de Nelson Werneck Sodré e vários outros militantes.³¹ O informe também questiona as possibilidades do PCB, pós-64, recuperar seu poder de “infiltração”, sugerindo que os “elementos vermelhos” poderiam decidir reconquistar posições alcançadas durante o governo Goulart. Apresenta, ainda, informações do efetivo do PCB: 45.000 militantes, aproximadamente, em fins de 1964, e reproduzem trecho do documento intitulado *Tese para discussão*, elaborado pelo PCB, que atesta a “palavra de ordem” do Partido no combate à Ditadura Civil-Militar:

A luta contra a ditadura militar fascista que domina o país deve constituir a principal tarefa dos *comunistas*, cuja preocupação diária será a união de todos os partidos patrióticos e democratas e de todas as organizações sem qualquer espaço de discriminação política, ideológica ou filosófica, que queiram dar um passo, por mais tímido que seja contra a ditadura.³²

Na arquitetura repressiva, organizada pelos agentes do poder, intelectuais do porte de Nelson W. Sodré ocupavam o “topo da pirâmide” da hierarquia do Partido Comunista no Brasil. No plano internacional, o Partido era responsável por disseminar, especialmente na América Latina, o movimento comunista, formado por professores, estudantes e operários organizados, penetrando em todos os setores na luta contra o imperialismo. Ainda para a Comunidade de Informação e Segurança, permaneceu a convicção

de que as atividades dos comunistas, até o 31 de março de 1964, foram exercidas abertamente, de forma quase legal, pelas várias correntes que obedeciam aos respectivos comandos do PCB.

Ademais, é possível identificar no Processo nº 279/Projeto BNM, contra o PCB, um forte conteúdo repressivo com relação à cultura, pois consideravam a União Brasileira de Escritores, órgão de cúpula nesse setor, exercendo grande influência sobre os críticos de literatura, arte e cinema: “A atuação dos críticos comunistas visa a encaminhar os leitores para as obras de escritores da esquerda e, ao mesmo tempo a desacreditar o valor das demais”. As editoras de “esquerda” buscavam “politizar” o povo, diariamente, num “sentido unilateral”, ou seja, em favor dos comunistas.

Segundo avaliação dos investigadores do DOPS, no setor das editoras, o processo do PCB foi marcante. O Partido possuía algumas delas em vários estados. No Rio de Janeiro, a Editora Vitória tornou-se responsável pela edição e distribuição de maior parte da “literatura vermelha”. Em São Paulo, atuaram a Ed. Futuro, Ed. Universitária, Ed. Nova Cultura, Problemas Contemporâneos, Ed. Fulgor. No Rio de Janeiro e Porto Alegre, destacam-se a Ed. Civilização Brasileira e Ed. Vitória. Na Bahia, Ed. Futuro, Ed. Universitária, Ed. Nova Cultura. Ainda são mapeadas como editoras do Partido: Ed. Alba, Ed. Elipse, Ed. Nelson, Gráfica Itambé, Agência de Intercâmbio Cultural, Gráfica L. J. GRECCO, L. Intuliv. No entanto, a intimidação intelectual e os motivos de ordem financeira estavam “silenciando muitas vozes” no campo editorial comunista. Os militares entendiam que o comunismo não é este ou aquele dirigente; mas, seus quadros, seus órgãos superiores e inferiores é que dão vida à organização.

Considerações finais

Em 1977, o Centro Brasil Democrático foi fundado como sociedade civil, no Rio de Janeiro, por iniciativa de Oscar Niemeyer, Enio Silveira e Sérgio Buarque de Holanda. Vários intelectuais e artistas assinaram o Manifesto de Fundação, entre eles Nelson Werneck

Sodré, Darcy Ribeiro, Dalmo Dallari, Fernando Henrique Cardoso, Antônio Callado, Antônio Cândido, José Honório Rodrigues, entre outros.³³ A entidade esteve entre as que lideraram a Campanha da Anistia e a luta pela Constituinte, em conjunto com o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), buscando alargar os trabalhos anteriores de particulares e pequenos grupos em favor dos presos políticos e exilados. O caráter decidido e aberto dessas entidades criou espaços, que, finalmente, permitiram aos intelectuais e artistas brasileiros manifestarem sua força na luta pela conquista dos seus direitos, culminando com a realização do Congresso Nacional pela Anistia, em 1978, no Estado de São Paulo.

Entretanto, o surgimento de organizações da sociedade civil e a constituição de uma oposição mais ampla não impediram que o DOPS intensificasse o controle, fiscalizando a maioria daqueles que estiveram comprometidos com a luta pela anistia e pelo retorno ao Estado de Direito. Tal atitude exemplifica a necessidade do Estado em traçar o perfil ideológico dos seus intelectuais, permanecendo uma sobrevalorização do denominado “inimigo interno”, justificando a continuidade de ações repressivas no período dito de abertura “lenta, gradual e restrita”. Até 1978, o órgão continuou arquivando artigos de jornais buscando comprometer o historiador, identificado como “elemento perigoso”.

O material arquivado sobre Nelson Werneck Sodré exemplifica a dinâmica perversa da Comunidade de Informação e Segurança, ao instaurar IPMs e proceder a interrogatórios que nem sempre obedeceram às regras da justiça. As peças jurídicas dos processos em que foi indiciado evidenciam que a nossa Justiça transcendeu as normas da dignidade humana, submetida que estava a uma Ditadura marcada pela violência e arbítrio contra os direitos humanos. O recurso da tortura física e/ou psicológica continuou como o principal instrumento para se obter a confissão dos acusados, justificado o descontrole da máquina repressiva. Os motivos das acusações basearam-se na militância em organização, divulgação de ideias consideradas “subversivas” e o porte de material também considerado “subversivo”. Em suma, os intelectuais considerados perigosos para a sociedade ganharam relevância no acionamento da vigilância e do controle de suas ações.

Nos seus escritos memorialísticos, Nelson Werneck Sodré insiste que o principal dano da repressão policial foi mutilar a atividade cultural e criativa. Intelectuais que se contrapunham à Ditadura Civil-Militar foram prejudicados, tendo suas residências invadidas, anotações perdidas e livros queimados, além de serem incriminados pelo simples fato de publicarem obras ditas “subversivas”. As editoras também foram alvo da intolerância cultural, especialmente a Civilização Brasileira, de Ênio Silveira, e a Brasiliense, de Caio Prado Júnior. O historiador enfrentou várias dificuldades com relação à atividade cultural, especialmente os livros de sua autoria impedidos de circular. A correspondência com o grupo de historiadores auxiliares da coleção *História Nova* – naquele momento, vivendo a experiência dolorosa do exílio – depois de violada, passava pelo crivo da censura. Com contatos interrompidos e vigiados, Sodré não acompanhou suficientemente as traduções, debates, repercussões de suas obras no exterior. A resistência política que se impôs internamente não foi capaz de impedir os prejuízos irreparáveis no campo cultural. Denunciar a “guerra à cultura” tornou-se um imperativo para Sodré ao longo de sua existência de combate à(s) Ditadura(s).

CULTURAL AND POLITICAL REPRESSION OF NELSON WERNECK SODRÉ

Abstract: This paper tracks down the political career of the historian Nelson Werneck Sodré during the years of Military Dictatorship in Brazil. It Analyzes the Dossiers prepared by the DOPS (São Paulo-Brazil) and Processes in Military Justice (NMB Project). By confronting the Dictatorship, Sodré experienced, in his way, the hardships imposed by national security policy applied to those ones considered “internal enemies” of the nation. He had responded to lengthy interrogations in DOPS and was imprisoned for two months. His books were banned. Furthermore he couldn't grant interviews to newspapers and magazines. The repression affected not only the militant cadres of the PCBs and their most significant theoretical, but also the families, friends and supporters of the historian, who suffered from the institutionalization of torture in the country. So to think the role of Nelson Werneck Sodré in the fight against the Dictatorship is to understand the broader issues about the insertion of the left in intellectual circles and in the bases of society.

Keywords: Nelson Werneck Sodré. Repression. Politics. Culture.

Notas

¹ Os sucessivos Atos Institucionais do Governo Castelo Branco são prova do crescente fechamento do regime. O AI-1 investiu o Executivo de um poder soberano e incontestável, rompendo o princípio da igualdade entre os três poderes, além de limitar o poder do Congresso Nacional e suspender temporariamente as garantias de imunidade parlamentar. O Poder Judiciário também teve sua atuação limitada, foram suspensas por seis meses as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade dos juízes e ficou estabelecido que inquéritos e processos fossem instaurados. Com base no art. 8º do AI-1, Castello Branco publicava, no dia 27 de abril de 1964, o Decreto-Lei nº 53.897, que criava e regulamentava os IPMs (Inquéritos Policiais Militares).

² Em 13 de abril de 1964, o nome de Nelson Werneck Sodré consta numa relação de militares cassados, publicada no *Diário Oficial* nº 71, de 14 de abril de 1964 – fls. 33/3. Informação n.º 245, do Ministério da Aeronáutica – 4ª Zona Aérea.

³ Esclareço que utilizo no texto a sigla DOPS para designar o órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. A sigla DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social – foi adotada em 1975, sofrendo várias alterações até o momento da extinção do órgão, em 1983. Essa sigla também tornou-se usual entre os pesquisadores que passaram a designar o acervo de Fundo DEOPS. Após a sua extinção, em 1983, o acervo permaneceu sob a guarda da Polícia Federal, até 1991, quando passou para a Secretaria do Estado da Cultura, sob tutela do Arquivo do Estado de São Paulo.

⁴ Pesquisamos o Tomo II, Vol. 2, dividido em: “Perfil das Organizações de Esquerda” (PCB, PC do B, MR-8, VPR, PCR, ALN, entre outras), “Perfil dos Setores Sociais”, envolvendo os processos de militares, sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos, e “Perfil dos Atingidos”, em que localizamos os processos do historiador citado numa lista dos “denunciados” e dos “não denunciados”. Os IPMs foram típicos de 1964, muitas vezes intitulado IPM do Partido Comunista; apurava atividades mistas (sindical, estudantil, militar etc.), com caráter de “devassa” regional” (Tomo II, Vol. 1, 1985, p. 11).

⁵ Paulo de Tarso Santos foi Ministro da Educação do Governo Goulart no período de 18 de junho a 21 de outubro de 1964. Em sua curta gestão, foi o responsável pelo aparecimento do projeto político da *História Nova*, oriundo do convênio entre o MEC e o ISEB, parceria estabelecida entre Roberto Pontual, diretor da Campanha de Assistência Estudantil (Cases), e Nelson W. Sodré, diretor do Departamento de História do ISEB.

⁶ Trata-se de recorte do jornal *A Gazeta*, datado de 06 de outubro de 1964, arquivado nas pastas organizadas pelos DEOPS paulista, série *Dossiês*. Os agentes da

repressão utilizavam os recortes de jornais para dar sustentação as informações contidas nos relatórios e demais documentos informativos.

⁷ O material arquivado pelo DOPS em São Paulo, a partir de 1946, revela a severa vigilância sobre o movimento dos trabalhadores rurais em Fernandópolis, cidade situada na região do noroeste paulista. Em 1949, ocorreu o chamado “Levante Comunista” ou movimento de “revolução agrária”, com forte influência do PCB. Consultar Vagner José Moreira. *Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra: Fernandópolis – SP, 1946-64*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG, 2009.

⁸ Sobre a proibição do livro *História Militar*, consta também Informação nº 245, carimbo *Confidencial* – em caixa-alta –, datada de 11 de maio de 1972 e difundida em diversos órgãos repressivos até ser arquivada pelo DEOPS/SP. Os investigadores também informam sobre a circulação do livro *Formação histórica do Brasil*, de autoria de Nelson Werneck Sodré, encontrado facilmente nas livrarias e recomendado pelos professores universitários para a cadeira de Problemas Brasileiros. Fundo DEOPS/SP/Série Dossiês. Pastas: 50-D-26-1441/2008/2134, 50-E-3-1738, 50-D-26-3998.

⁹ Jornal *Diário Popular*. “Buzaid apreende 20 obras consideradas subversivas”. 1º Caderno – p. 12. 04/07/1970. Fundo DEOPS/SP, Série Dossiês. Pastas: 30-C-1-19876; 30-C-1-19878; 50-E-3-1206; 50-Z-317-1146; 50-Z-341-363. Pastas: 50-Z-9-33010/31985/31837; 50-Z-138-651; 50-Z-32-2674; 50-Z-81-14876. Consultamos também o *Diário Oficial da União*, 2/07/1970. Secretaria do Estado. Ministério da Justiça, despacho do Ministro sobre censura prévia. Pasta 50-E-3-1206.

¹⁰ A decisão foi tomada pelo Ministro Gualter Godinho, do Superior Tribunal Militar, conforme notícia publicada no jornal *Folha de São Paulo*, de 27/05/1978. Fundo DEOPS/SP/Série Dossiês. Pasta: 50-Z-9-42382; 21-Z-14-5035; 50-C-22-11256.

¹¹ Resumo de *História Militar do Brasil*. Ed. Civilização Brasileira, 2ª ed., 1968, 410p. Uma foto da capa do livro censurado e breves comentários sobre o contexto repressivo podem ser vistos no livro de Sandra Reimão. *Repressão e resistência. Censura a livros na Ditadura Militar*. São Paulo: EDUSP, 2011, p. 41.

¹² O *Caderno de Debates n.º 1 – História do Brasil e Brasil História – Texto e Consulta*, publicadas pela editora Brasiliense, São Paulo, na década de setenta. Não consta informação sobre o ano de publicação.

¹³ Trata-se de relatório confidencial do Exército – “Continuação do RPI nº 12/76, do II Exército. Fundo DEOPS/SP/Série Dossiês. Pastas 50-Z-9-41237; 41.304/41418.

¹⁴ Pedido de Busca da obra *História Geral da República Brasileira*, conforme dados conhecidos pelo DEOPS/SP e DPF/SP em 03/05/1977. Pasta 50-Z-9-41750/41749.

¹⁵ Sob o título *Exilados: não mais uma abstração*, o jornal *Folha de São Paulo* publicou, em 5 de novembro de 1978, artigo de Jefferson Del Rios elogiando a obra *Memória de exílio*, arquivado a pedido do SNI em 22/02/1979 (30-B-2-159). Fundo DEOPS/SP/Série Dossiês Pasta 30-B-2. 159.

¹⁶ Participação do escritor Nelson Werneck Sodré no Programa *Pinga Fogo*. Fundo DEOPS – Pasta 50-Z-0-11055 – Ordem Política. 27/9/1965.

¹⁷ O ISEB foi uma instituição cultural criada em 14 de julho de 1955, como órgão vinculado ao MEC (Decreto nº 37.608, assinado pelo presidente Café Filho). A sede do ISEB, no Rio de Janeiro, foi inaugurada em agosto de 1957, pelo presidente Juscelino Kubitschek. Foi concebido para ser independente, gozando de liberdade de opinião, pesquisa e de cátedra. Também era autônomo em termos administrativos. O órgão destinava-se ao estudo, ensino e à divulgação das ciências sociais. O conhecimento crítico produzido seria aplicado à análise da realidade brasileira, fortalecendo técnicas e instrumentos teóricos capazes de estimular e promover o desenvolvimento nacional. Foi extinto em 13 de abril de 1964, em decorrência do Golpe de Estado (Decreto nº 53.884, assinado pelo presidente Ranieri Mazzilli). Em seguida, foi instaurado o IPM do ISEB, colocando sob investigação os ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart e os ministros da educação Clóvis Salgado, Paulo de Tarso e Oliveira Brito, além de vários deputados e todos os professores do instituto. Fonte: Dicionário Histórico e Bibliográfico Brasileiro. ISEB, p. 2801-3.

¹⁸ Jornal *O Globo*, de 16/06/1964: “O Ato Institucional puniu em doze listas 417 pessoas, inclusive três ex-presidentes”. Sobre as doze listas, o jornalista observa: “As cassações de mandatos eletivos e suspensões de direitos políticos foram efetuadas com a publicação de doze listas, divulgadas em dez dias diferentes”. Fundo DEOPS: Pastas: 50-Z-9-2595; 50-Z-703-1836.

¹⁹ Sandra Reimão, ao analisar documentos dos censores, assevera que houve três grupos de livros apreendidos: “1) ‘os que foram apreendidos por equívoco’ – por falsa indução em relação ao assunto em virtude do título ou das ilustrações; 2) ‘os que foram apreendidos porque se referem ao marxismo’; e 3) ‘os que foram apreendidos porque se referem à revolução de abril ou a políticos por esta perseguidos’”. Neste último grupo, *História Militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré.” (REIMÃO, 2011, p. 22).

²⁰ Fundo DEOPS/Série Dossiês. Pastas 50-Z-9-41750; 50-J-0-5266; 50-Z-8-2178; 50-J-0-5266.

²¹ Essa informação é oriunda do DOPS/RJ, sem identificação de autoria, conforme matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, de 14/11/1966. Esses mesmos argumentos são base para matéria intitulada “IPM do ISEB: Queirós exclui ex-ministros”, publicada no jornal *Folha da Manhã*, de 21 de janeiro de 1967. Fundo DEOPS/SP. Pasta/Dossiê 50-Z-9-29213.

²² Os autores produziram apenas oito monografias sob os títulos: *Descobrimento do Brasil; Expansão territorial; Invasões Holandesas; Sociedade do açúcar, Independência de 1822; Abolição, Da Independência à República; Advento da República e Florianismo*. No entanto, apenas as cinco primeiras foram publicadas em março de 1964.

²³ Informação extraída do DOPS/RJ, sem identificação de autoria, conforme matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, de 14/11/1966. Fundo DEOPS/SP. Pasta/Dossiê 50-Z-9-29213.

²⁴ Matéria publicada no *Diário Popular*, de 04/11/1965, “DOPS já consultou IPM do ISEB sobre História Nova do Brasil”, indica que os donos da Editora Brasiliense, Caio Prado Júnior e Caio Gracco da Silva Prado, contribuíram para disseminar a “propaganda subversiva” no País. A consulta do DOPS justificava-se, já que os indiciados no IPM do ISEB estavam intimamente ligados à publicação da referida *História Nova do Brasil*, editada em seis volumes. Outra matéria da *Folha da Manhã*, datada de 18/03/1966, sob o título *Osvino Alves denunciado por crime de subversão*, comenta a punição do Marechal pelo STM, por permitir a edição da *Coleção História Nova*. Fundo DEOSP/SP/Série Dossiês. Pastas 50-Z-9-2481; 50-Z-0-2501; 50-Z-9-2167.

²⁵ O parecer negativo sobre a coleção *História Nova* foi publicada na Revista do IHGB, v. 246, em 1964. A posição do IHGB repercutiu também no IHG paulista, que após amplo debate resolveu não apoiar a posição do jornal OESP, amplamente desfavorável à publicação dos volumes que compunham a coleção. Esse material serviu de base documental para o IPM da História Nova, que procurou indiciar os seus autores, enquadrados como conspiradores comunistas.

²⁶ Fundo DEOPS/SP/Série Dossiês. Pasta 50-Z-130-1439.

²⁷ As citações aqui destacadas foram retiradas do Panfleto sob o título *Lembra-vos...*, Divisão de Informações 4/1/1978. DEOSP/SP. Pasta 50-Z-130-1438/1439.

²⁸ Pedro de Alcântara Figueira permaneceu preso 45 dias; Joel Rufino dos Santos, 38 dias. Ambos reafirmaram, após a libertação, as denúncias sobre torturas e maus tratos encaminhadas aos jornais, quando ainda estavam presos (SODRÉ, 1986, p. 139). Todos eles, incluindo Maurício Martins de Mello e Nelson Werneck Sodré, compareceram várias vezes no mês de agosto de 1966 para depor no IPM do ISEB, versando sobre a *História Nova do Brasil*.

²⁹ Sodré extraí o trecho do discurso de Médici do artigo de Moacir Werneck de Castro, intitulado *Concepções de História*, publicado no jornal *Última Hora*, Rio de Janeiro. (Fonte sem data).

³⁰ Informação extraída do Jornal *O Estado de São Paulo*, 24/11/1966, 50-Z-9-3364; Jornal *Diário Popular*, 14/10/1966, 50-Z-9-3741. A notícia da denúncia contra Nelson Werneck Sodré foi publicada pelo jornal *Folha da Manhã*, de 18/03/1966. O jornal *Diário Popular*, de 05/11/1966, confirma o arquivamento

do processo, em matéria sob o título *Pedido no STM o arquivamento do IPM do Partido Comunista*. Pasta 50-Z-9-3396.

³¹ Em 17 de outubro de 1964, foi produzido o “Primeiro *relatório* da Seção de Averiguações para o IPM – 709”, informando alguns dados da ação do PCB no período de 1945 a 1959, com a seguinte observação: “Fonte fidedigna”.

³² Documento “Secreto”, datado de 28 de dezembro de 1964, expedido pelo Ministério da Guerra – Gabinete do Ministro – 2ª Divisão – SSI com o título “Informe nº 483/64 versando sobre Partido Comunista Brasileiro e seus anexos”.

³³ O Centro Brasil Democrático foi organizado a partir do “Projeto de Programa de Trabalho”, cujos interesses e objetivos estavam bem balizados e estruturados em defesa dos direitos humanos, promovendo atividades públicas pro Anistia. Fundo DEOPS/Série Dossiês. Pastas 50-D-19-701; 50-D-19-700/701/702/703. Carimbo *Confidencial*, 27 de Setembro de 1978.

Referências

ARQUIVO EDGAR LEUROFFT. Unicamp/IF – Projeto Brasil Nunca Mais – Processos de Nelson Werneck Sodré oriundos da Justiça Militar.

CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchoa. Visões impressionistas da História Nova do Brasil e suas circunstâncias, trinta anos depois. In: Vários Autores. *História Nova do Brasil (1963-1993)*. São Paulo: Loyola, Giordano, 1993.

_____. DEPOIMENTO. In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. *A experiência da História Nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de história no Brasil nos anos 60*. Dissertação (Mestrado). São Carlos/Educação e Ciências/UFSCar, 1990. p. 39-40.

CUNHA, Paulo Ribeiro Da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Ed. Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.

FUNDO DEOPS/SP/Série DOSSIÊS e PRONTUÁRIOS (Divisão do Arquivo do Estado de São Paulo) – 91 Pastas referentes ao historiador e intelectual Nelson Werneck Sodré.

MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 1-10.

MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. *A experiência da História Nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de história no Brasil nos anos 60*. Dissertação (Mestrado). São Carlos/Educação e Ciências/UFSCar, 1990.

_____. *Werneck Sodré, história nova: contribuição pioneira ao Ensino*. In: CUNHA, Paulo Ribeiro; CABRAL, Fátima (Orgs). *Nelson Werneck Sodré. Entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP/FAPESP, 2006, p. 327-342.

PINTO, João Alberto da Costa. A origem e o sentido político do Projeto História Nova do Brasil. In: CUNHA, Paulo Ribeiro; CABRAL, Fátima (Orgs.). *Nelson Werneck Sodré. Entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP/FAPESP, 2006. p. 354.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *Memórias de um escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. *A verdade sobre o ISEB*. Coleção Depoimentos, vol. 4, Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1978.

_____. *Vida e morte da Ditadura*. 20 anos de autoritarismo no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

_____. *História da História Nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *A fúria de calibã*. Memórias do Golpe de 64. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. Era o Golpe de 64 inevitável? In: TOLEDO, Caio N. (Org.). *64: visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

_____. *Tudo é política*. 50 anos do pensamento de Nelson Werneck Sodré em textos inéditos em livros e censurados. In: ALVES FILHO, Ivan (Org.). Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.

Recebido em: 16/05/2012

Aprovado em: 25/09/2012

A Conspiração dos Trustes Ameaça o Desenvolvimento: política e imaginário nas páginas do jornal *Última Hora* durante o governo Kubitschek (1955-1960)

Jefferson José Queler*

Resumo: Imprensa, economia e política são termos comumente inseridos no domínio de uma suposta racionalidade pura. Mitos e paixões raramente são admitidos nessas áreas. Neste texto, sugiro como figuras imaginárias desempenharam um papel decisivo na política brasileira na década de 1950. Por meio das páginas do jornal *Última Hora*, é possível perceber que determinados grupos sociais mobilizaram o mito da conspiração, conforme definido por Raoul Girardet, para defender seu projeto de desenvolvimento e atacar a forma pela qual os investimentos estrangeiros aumentavam sua participação na economia nacional, especialmente durante a administração Kubitschek. Concluo que mitos e símbolos do imaginário podiam ser utilizados para apoiar a democracia e os programas políticos.

Palavras-chave: Mito da Conspiração. Desenvolvimento. Governo Kubitschek. Jornal Última Hora.

* Pós-Doutor em História pela Unicamp e professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: jeffqueler@hotmail.com.

“Hesitamos [...] em afirmar que o pensamento mítico tenha sido abolido [...] Ele conseguiu sobreviver, embora radicalmente modificado (se não perfeitamente camuflado).”
(ELIADE, 2002, p. 102)

“O que Getúlio Vargas esclareceu, apontou e acusou, no documento que tomava a decisão trágica [...] está aí, diante de nós, espumando ódio de novo, articulando atentados de novo, tentando entregas inconfessáveis de novo.”
(Coluna Flash do Momento, Última Hora, 19. 04. 1958)

270

Introdução

A crescente internacionalização da economia brasileira, ao longo da década de 1950, provocou temores e incertezas entre diversos grupos sociais, os quais temiam ser prejudicados pelo capital estrangeiro. Por isso, evocaram não apenas argumentos políticos e econômicos, mas também medos coletivos e figuras do imaginário como forma de imprimir outras direções à história. E a imprensa, supostamente imparcial e objetiva, foi veículo privilegiado para a difusão desse tipo de mensagem. Quais eram esses grupos? Algum projeto político dava-lhes certa coesão? De que meios eles se serviram para defender seus propósitos e aspirações? Tais são os principais problemas a serem discutidos com a análise da atuação política do jornal *Última Hora* (UH) durante o governo Kubitschek (1955-1960).¹

Um projeto para o Brasil

O jornal UH é muito conhecido na história da imprensa brasileira por suas estreitas ligações com o governo de Getúlio Vargas desde o início da década de 1950. Ao ser eleito presidente da República naquelas circunstâncias, ele percebeu que tinha a oposição da maioria dos grandes órgãos de imprensa. Com o intuito de ampliar a cobertura de seus atos e discursos, decidiu apoiar a fundação de um jornal. Para a tarefa, encarregou o jornalista Samuel Wainer, o qual fizera a cobertura de sua recente campanha presidencial para

os *Diários Associados*. Wainer conseguiu recursos de grandes empresários e de instituições públicas, como o Banco do Brasil, para dar início à empresa. Fundou um jornal que procurou conquistar leitores notadamente entre os trabalhadores, com ênfase em reportagens policiais e esportivas, além de entretenimento em geral, sem perder o viés político em prol de Vargas (GOLDENSTEIN, 1987, p. 179-181).

À medida que se tornou uma rede de jornais espalhada pelo país e conquistou significativo número de leitores, a UH passou a ser violentamente atacada por políticos e órgãos de imprensa contrários ao presidente, principalmente por Carlos Lacerda. Em meio a esse processo, foi investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), sob a acusação de ter recebido empréstimos oficiais, episódio que contribuiu para acirrar a crise do governo, dramatizada pelo suicídio de Vargas, em 1954. Mesmo assim, a UH sobreviveu a esta e a outras numerosas polêmicas que abalaram sua condição de empresa, permanecendo ativa até meados de 1960, quando foi atingida pela ação dos militares no poder. Qual teria sido então o papel desempenhado pelo jornal no cenário político brasileiro após a morte do presidente que estivera tão visceralmente a ele ligado? Ainda que, na maioria dos casos, a UH tenha se colocado ao lado do governo Kubitschek, veiculou um projeto para o país distinto das diretrizes governamentais. Tal fato pode dar ensejo à investigação de suas relações e de seus laços com grupos sociais específicos.

Em suas memórias, Wainer apresenta sua versão do impacto que o suicídio de Vargas tivera sobre ele e seu jornal (WAINER, 1998, p. 206). Conta que foi conclamado por ruidosa massa popular a comentar o ocorrido em frente ao prédio da UH. Em sua exposição, pediu para que seus espectadores mantivessem a tranquilidade e continuassem a defender o legado varguista. E afirma: “Naquele momento, compreendi que a Última Hora sobreviveria ao homem que havia inspirado sua criação”. Teria tido certeza disso naquelas circunstâncias, como demonstra mais de vinte anos depois, no início da década de 1980? De qualquer forma, mais do que a um homem, o jornal estava vinculado a um projeto político. É o que pode ser notado na coluna *Flash do Momento*, em 19 de abril de 1958, em comentários acerca das comemorações do aniversário do falecido presidente²:

De suas ações e intervenções surgiu a indústria pesada, surgiu o monopólio estatal do petróleo, surgiu a política trabalhista. [...] Quando os problemas do trabalho eram meras questões policiais, policialmente solucionadas, Getúlio Vargas ajudou a levantar toda uma legislação de amparo aos que constituem a base do progresso nacional. Quando o País emergia da mais séria crise, consequência do colapso da Bolsa de Nova York, iniciou os empreendimentos fundamentais da industrialização. [...] Getúlio Vargas fundou o Brasil de hoje. (*Última Hora, Flash do Momento*, 19 abr. 1958, p.3)

No restante do texto, o leitor é chamado a defender essas orientações, supostamente ameaçadas pelo “entreguismo”, isto é, todos aqueles interessados em desregular a ação do governo e assim facilitar o domínio estrangeiro no país. Uma entidade maléfica será construída nas páginas da UH sob a chave do mito da conspiração. Algo que já podia ser entrevisto em documento de grande impacto e circulação, a Carta-Testamento de Vargas (Apud CARONE, 1980, p. 58-59), na qual este empregou imagens recorrentes no imaginário – composto tanto por um esquema de interpretação quanto de valorização, os quais suscitam a adesão dos indivíduos a um sistema de valores. (BACZKO, 1984, p. 35). No texto, aparece a imagem de uma campanha “subterrânea” de grupos internacionais para continuar “sugando” o povo brasileiro: elementos muito presentes anos depois nas opiniões políticas emitidas pelo jornal. Adalgisa Nery, por exemplo, em coluna de 19 de abril de 1960, data do aniversário do falecido presidente, atualiza os apelos míticos dele (p. 02): “A campanha subterrânea dos grupos internacionais auxiliados pelos nacionais, levou Getúlio Vargas à morte e permanece no firme propósito de levar o Brasil ao mesmo desespero”.

O imaginário surge como recurso para a mobilização de medos e interesses coletivos, em nome de uma determinada orientação política. Segundo Raoul Girardet, apesar de os mitos apresentarem chaves de leitura comuns ao longo do tempo, sua produção é histórica (GIRARDET, 1987, p. 9-21). É tarefa do historiador, ou, poderíamos acrescentar, de quem os analisa, relacionar o seu aparecimento com tal ou qual “[...] fenômeno de ruptura ou de mutação, tal crise ou

tal situação de ordem política, econômica ou social. Cabe-lhe igualmente pesquisar quais grupos ou quais meios foram seus focos privilegiados” (idem, p. 21). O mito da conspiração na UH foi elaborado num momento em que a economia brasileira era crescentemente internacionalizada, num mundo em que os territórios e fronteiras mostravam-se cada vez mais como obstáculos para o fluxo de mercadorias e de capitais (HOBSBAWM, 1996, p. 272). Resta avaliar quais grupos se sentiram ameaçados com esse processo e como eles atuaram na produção de mitos nas páginas do jornal.

As investigações de Maria Antonieta Leopoldi sobre as associações industriais naquele período ajudam-nos a projetar luzes sobre essa questão (LEOPOLDI, 2000, p. 135-136). Entre outros assuntos, ela analisa algumas propostas presentes em tais agremiações sobre os rumos da industrialização brasileira, desencadeadas por ocasião dos debates sobre a abertura de mercados ocorridos no contexto internacional do pós-Segunda Guerra Mundial. Nas reuniões para discutir formas de ampliação do comércio global, efetuadas no âmbito do então surgido GATT (General Agreement of Trade and Tariffs), o empresário industrial Euvaldo Lodi e seu assessor Rômulo de Almeida apontaram dificuldades impostas ao Brasil pelos países mais desenvolvidos na questão do acesso a seus mercados. Lodi destacava as preferências imperiais, o protecionismo agrícola, as tarifas proibitivas para produtos primários beneficiados e a concorrência do produto sintético. A partir destas constatações, passou a defender a orientação da produção agrícola e industrial para o mercado interno. Segundo Maria Antonieta Leopoldi, essas formulações surgiam paralelamente às teorias da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Para ela, no que diz respeito à defesa do desenvolvimento *para dentro*: “Não foi [...] mera casualidade o fato de os discursos dos representantes industriais nos organismos corporativos adotarem, já em 1950, a terminologia cepalina” (idem, p. 136, grifos da autora).

A teoria cepalina foi então utilizada, entre outras coisas, como um instrumento nas mãos do empresariado nacional para atuar na luta política. A Cepal foi palco de estudos econômicos que definiram um aparato conceitual usado sob a forma de argumentos antiliberais a favor da industrialização dos países subdesenvolvidos

(BIELSCHOWSKY, 1996, p. 13-29). Suas ideias, principalmente através da noção de centro-periferia, apresentavam o desenvolvimento econômico capitalista como um processo que tinha ocorrido de maneira diferenciada entre a América Latina e grande parte da Europa e da América do Norte, com o surgimento de países ricos e pobres. Nestes últimos, tinha-se formado uma economia de caráter dual, dividida entre o progresso e o atraso, o que nos termos cepalinos significava a presença de princípios de industrialização convivendo com a produção de gêneros agrícolas para a exportação. Este tipo de economia era marcado pela especialização e pela baixa produtividade da maioria de seus setores. E a prática de comércio entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos resultava em perda de divisas para estes últimos, dado que a menor especialização de seus produtos lhes acarretava desvantagens nos termos de troca. Como solução, a teoria cepalina apontava para a realização de reformas estruturais como a industrialização planejada em alguns setores produtivos e a condução de uma reforma agrária: medidas destinadas a consolidar o capitalismo nos países latino-americanos. Nesse sentido, através do aumento da produção de produtos industrializados, visava-se a promover a substituição de itens importados como forma de equilibrar os balanços de pagamento e a diminuir a dependência externa desses países.

A teoria do crescimento *para dentro* foi retomada pelo empresário nacional durante o governo Kubitschek. Segundo Maria Antonieta Leopoldi, isso ocorreu basicamente porque o tripé desenvolvimentista estruturado durante o governo Vargas foi alterado, isto é, o peso conferido ao Estado, indústrias locais e empresas estrangeiras na industrialização do país sofreu modificações (LEOPOLDI, 2000, p. 267). Os empresários industriais nacionais, que haviam recebido certa proteção sob o governo Vargas – através das políticas cambial e de crédito destinadas a regulamentar a entrada de investimentos estrangeiros no país –, passaram a conviver com uma presença mais acentuada do capital estrangeiro. Isso foi possível em função da instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que facilitou a importação de equipamentos sem cobertura cambial pelas empresas estrangeiras, o que concedeu grandes vantagens a estas últimas em relação a suas congêneres nacionais.

Segundo Maria Antonieta Leopoldi, essa orientação fez com que muitos industriais locais se sentissem desprotegidos pelo Estado. Por isso, conduziram campanhas junto à imprensa e ao movimento estudantil como forma de divulgar seu “nacionalismo”, e chegaram até mesmo a recorrer a uma aliança com o Partido Comunista, seu antigo inimigo (idem, 2000, p. 258). As posições políticas da UH revelam justamente um afinamento com as aspirações do empresariado nacional. Também não se deve desprezar os atrativos de seu projeto – em larga medida identificado com o programa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) –, para parcela das camadas médias e para os trabalhadores, ciosos de medidas redistributivistas e de proteção social previstas e implementadas por essa diretriz política: sujeitos, portanto, e não simplesmente pessoas manipuladas, como queriam as diversas teorias sobre o “populismo” (FERREIRA, 2001, p. 7-17).

Tal projeto de desenvolvimento fica bem claro nas páginas do jornal. A produção e o comércio de café, por exemplo, foram vistos como uma plataforma para impulsionar a industrialização brasileira, como defende o colunista Paulo Silveira, em 7 de julho de 1959, por ocasião de seus comentários sobre evento ocorrido no *Rotary Club* de São Paulo³. Partindo do pressuposto de que o país exportaria dezoito milhões de sacas e continuaria a manter estoques do produto naquele ano, propõe a conquista de novos mercados no exterior, especialmente na Europa oriental. Queixa-se ainda do papel da Inglaterra e dos Estados Unidos como intermediários na venda do café brasileiro para países como Hungria e Bulgária, por auferirem lucros que deveriam ser do Brasil. E, em razão da dificuldade em se obter ganhos em moeda com os países do bloco socialista, sugere que, por meio de operações de troca: “podemos transformar os nossos estoques retidos em divisas e equipamentos originários dos países socialistas – pois é do café que teremos de partir para a transformação econômica do País, do subdesenvolvimento à industrialização.” (SILVEIRA, 7 jul. 1959, p. 3).

Ao mesmo tempo em que o campo era tomado como ponto de partida para a aceleração da industrialização, a estrutura agrária do país era vista como um empecilho para a concretização desse objetivo. É o que se observa na coluna de Adalgisa Nery, em 3 de setembro de 1958, em meio a elogios à campanha de membros da

Frente Parlamentar Nacionalista, grupo interpartidário de tendência progressista, para as eleições legislativas de 1958. Em sua avaliação, o latifúndio retirava do trabalhador do campo os ganhos do autêntico produtor de riquezas, em favor da manutenção de “grupos feudais”, e por isso clamava por uma reforma agrária: “Todos, e principalmente as elites políticas, sabem que não haverá nenhuma espécie de liberdade para o povo brasileiro, nem desenvolvimento industrial [...] sem dar ao trabalhador da terra o seu lugar importante na sociedade do país” (NERY, 3 set. 1958, p. 3). Apesar de a colunista servir-se de terminologia então em voga entre militantes comunistas, relacionada à suposta existência de uma estrutura feudal no Brasil, veremos que as propostas dela e do jornal nada tinham de revolucionárias. Elas estavam voltadas, isto sim, para o incremento do mercado interno e para a formação de um tipo específico de capitalismo.

Outra face do projeto da UH era o revigoramento do aparato protecionista da economia brasileira. As remessas de lucros ao exterior eram consideradas prejudiciais ao Brasil e por isso deveriam ser controladas. Tal é a opinião de Paulo Silveira, em 22 de julho de 1959, ao elogiar projeto de lei do deputado petebista Sérgio Magalhães destinado a disciplinar o fluxo de riquezas para fora do país (SILVEIRA, 22 jul. 1959, p. 3). Para o colunista, investimentos externos eram bem-vindos, desde que gerassem divisas por aqui e que de algum modo elas fossem retidas para impulsionar o processo de desenvolvimento. Em direção semelhante, na coluna *Flash do Momento*, de 13 de maio de 1958, maior proteção era requerida para a indústria nacional, especialmente contra os efeitos da instrução 113 da SUMOC, combatida por não permitir que “setores tradicionais da indústria brasileira” usufruíssem das mesmas vantagens dos investidores estrangeiros (*Última Hora*, *Flash do Momento*, 13 maio 1958, p. 3). É o que procura exemplificar com a “onda de repulsa” ligada ao caso da multinacional *American Can*, favorecida no mercado de vasilhames para derivados de petróleo através de garantias cambiais, em detrimento de empresas brasileiras.

O programa de industrialização advogado para o Brasil no jornal conferia, portanto, ênfase ao crescimento econômico e a certa redistribuição de riquezas dentro das fronteiras nacionais. A *Coluna de Última Hora* de 22 de janeiro de 1959 permite essa leitura (p. 03). Nela, emergem comentários acerca de matérias publicadas

nas páginas do jornal a respeito do município de São Gonçalo, nas quais teria sido destacada a presença de pessoas que trabalhavam apenas pela alimentação e que nunca tinham deixado seu local de trabalho. Algo que contrastava com os centros urbanos mais desenvolvidos próximos dali: atestado da permanência de um “Brasil do século XIX” ou da coexistência do “atraso com progresso”. Diante disso, o jornal posiciona-se: “Enquanto tais populações miseráveis não se converterem em mercado não poderemos dar os passos necessários à frente, permanecendo [...] limitados, onerados”. Não se tratava apenas de inserir tais pessoas no mercado consumidor, como veremos, mas também de conferir-lhes um padrão de vida mais elevado ou minimamente digno.

O editorial publicado em 25 de maio de 1959 esclarece bem tal orientação, ao sustentar que a tese do desenvolvimento industrial, ligada “à modernização da agricultura e ao enriquecimento do mercado interno, ganha forças [...] criando uma mentalidade, segundo a qual [...] patrões e empregados devem caminhar irmanados” (Editorial, 25 maio 1959, p. 5). É apenas sob essa condição, a da harmonização entre capital e trabalho, que o jornal apoiava a realização de greves e a legislação trabalhista. Dessa forma, ainda que seja duvidoso afirmar que tais princípios e práticas fossem capazes de eliminar os conflitos sociais, fica bem claro que eles ofereciam atrativos para mais de um dos grupos em que se dividia a sociedade brasileira, entre eles, empresários, camadas médias e trabalhadores. Em editorial de 8 de fevereiro de 1958, enfim, tal projeto de desenvolvimento é bem sintetizado e contrastado com o que não se queria (capa):

Trata-se de realizar o desenvolvimento que resulte em verdadeiro proveito para a maioria dos brasileiros, que corresponda a um aumento do poder de compra e dos níveis de lucro, que traga salários melhores e portanto, padrão de vida mais humano, quando o trabalhador poderá consumir algo mais do que o mínimo que lhe assegura subsistência. Não há desenvolvimento, pois, sem uma orientação nacionalista. Muito ao contrário, as obras e as empresas mais avançadas, de técnica moderna e de amplitude apreciável, podem tornar-se fatores de retardo entre nós, se não montadas de acordo com as necessidades nacionais e deixando no mercado interno os frutos do esforço de que resultam (Editorial, 8 fev. 1958, capa).

Na opinião do jornal, a industrialização criara até mesmo as condições para que os habitantes do território brasileiro se constituíssem como povo. Na coluna *Flash do Momento*, em 17 de abril de 1958, há o diagnóstico de que lutar pelo desenvolvimento do país havia se tornado mais fácil devido à emergência daquele novo protagonista. (*Última Hora, Flash do Momento*, 17 abr. 1958, p. 03). Com o advento da indústria pesada, a abertura de mercados à indústria de bens de consumo e a ampliação do mercado interno, teria havido um “correspondente esclarecimento das massas e das elites”, transformados em sustentáculos do regime democrático: forma de governo que não estaria de todo assegurada, visto que inimigos do referido projeto de desenvolvimento eram tratados pelo jornal como antidemocratas e golpistas. É que pode ser notado em editorial publicado em 16 de novembro de 1959, em que emergem críticas ao ex-chanceler João Neves da Fontoura, por esse ter manifestado contrariedade aos princípios defendidos pela UH (capa). Nele, há críticas em relação à dependência da economia brasileira do café em anos anteriores e o elogio às transformações subsequentemente operadas, com a elevação do Brasil à condição de maior país industrial da América Latina. Diante disso, o editorial afirma ser natural a polarização das forças políticas: “[...] o das que querem impulsionar a marcha para a emancipação e o das que se empenham em deter essa marcha a qualquer preço”. Quem formaria o segundo grupo? De que meios tais pessoas se serviam para realizar seus planos?

A ameaça da conspiração

No sétimo aniversário do jornal, em 12 de junho de 1957, Samuel Wainer assinou editorial em que proclamava serem as altas tiragens do periódico e suas receitas obtidas com publicidade “condição de completa independência com relação a interesses privados de grupos políticos, econômico financeiros ou sociais” (WAINER, 12 jun. 1957, p. 03). Tal retórica certamente era inspirada no princípio iluminista de compromisso com a verdade e com a objetividade, a “missão de imprensa”. Nossa análise, por outro lado, sugere que a UH mantinha vínculos com grupos sociais, por mais velados que

fossem. Ademais, para defender seu projeto de industrialização, o jornal serviu-se não apenas de argumentos econômicos ou políticos racionalmente construídos, como também do imaginário e da mobilização de medos coletivos, especialmente do mito da conspiração. Seus adversários e inimigos, ao advogarem maior abertura da economia brasileira para a penetração de capitais estrangeiros, foram enquadrados na representação de uma organização todo-poderosa agindo às escuras para dominar o país e abocanhar as suas riquezas.

É claro que havia matizes entre os grupos combatidos pela UH. Ricardo Bielschowsky agrupa as tendências teóricas e políticas em confronto no período de um modo que nos auxilia a compreender com quem o jornal travava seus diálogos e embates (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 33-38). Em sua terminologia, a corrente neoliberal defendia a prioridade da livre movimentação das forças de mercado para estimular o crescimento da economia. Era formada por economistas como Octávio Gouveia de Bulhões, Denio Nogueira e Alexandre Kafka, que reconheciam o peso e a irreversibilidade da industrialização no país, mas concebiam a manutenção da estabilidade monetária como algo importante e criticavam as intervenções governamentais para estimular o crescimento da indústria. Outra tendência era formada por economistas como Eugênio Gudín e Daniel de Carvalho, que endossavam o princípio clássico da divisão internacional do trabalho em que o Brasil figuraria como exportador de gêneros agrícolas. E podemos imaginar o quanto tais posições agradavam aos cafeicultores. Estes, durante o governo Kubitschek, ao converterem suas receitas obtidas em moeda estrangeira com suas vendas no exterior, recebiam um valor menor do que o praticado em outras operações cambiais. Assim, parte de seus lucros era direcionada para incentivar o programa de industrialização. O descontentamento dos cafeicultores chegou a tal ponto que, em 1957, chegaram a planejar uma “Marcha da Produção” rumo ao Palácio do Catete para pressionar o presidente a reformar o câmbio⁴.

Outro alvo da oposição da UH podia ser notado no que Ricardo Bielschowsky denomina corrente desenvolvimentista não nacionalista do setor público (idem, p. 105). Esta, com grande influência sobre as diretrizes governamentais e o Plano de Metas, era composta por

figuras como Horácio Lafer, Valentin Bouças, Ary Torres, Glycon de Paiva, Lucas Lopes e Roberto Campos. Tal grupo convergia com os apoiadores da livre penetração de capital estrangeiro na economia brasileira e da estabilidade monetária; mas divergia deles na questão da industrialização planejada, da qual eram entusiastas. Cabe ressaltar que posições como essas eram compartilhadas com parcela do empresariado durante a administração Kubitschek, com destaque para os membros da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a qual contrapunha seu “nacionalismo sadio” ao “nacionalismo exacerbado”, tal qual expresso na UH (TREVISAN, 1986, p. 57).

A ação desses grupos, longe de constituir mera fantasia, foi bem real e se enraizou no aparelho estatal, na imprensa e em diversas outras esferas da sociedade brasileira, conforme demonstra pesquisa minuciosa de René Armand Dreifuss (DREIFUSS, 1981, p. 72-73). Este destaca que empresas transnacionais garantiram sua influência junto ao governo e à sociedade não apenas com pressões econômicas, como também com o apoio a pessoas vinculadas a seus interesses atuantes na administração pública. Para ele, esses grupos trabalharam no sentido de constituir “[...] um bloco econômico burguês modernizante-conservador, o qual se opôs à estrutura econômica oligárquico-industrial e ao regime político populista”. Ao conceber tal unidade de ação e interesses, contudo, Dreifuss resvala no mito da conspiração, ao incorporar a ideia de sua existência. Algo tão presente nos debates políticos do período por ele estudado.

Segundo Girardet, a mitologia da conspiração ou do complô pode ser identificada em diferentes tempos e lugares – já aplicada a judeus, maçons e comunistas, para ficarmos apenas em alguns exemplos –, evidentemente com sentidos e objetivos diferentes em cada um dos casos (GIRARDET, 1987, p. 49). Suas chaves de leitura são bem conhecidas. Trata-se de uma organização que pretende expandir seu domínio em escala mundial. Em sua estrutura, uma liderança implacável e invisível sobrepõe-se a uma massa de cúmplices despidos de individualidade ou personalidade, simples engrenagens de uma máquina. Para atingir seus objetivos, atua em segredo e aplica todos os meios ao seu alcance tais como espionagem, suborno e delação. Infiltra-se assim no sistema educacional, na imprensa, nos mecanismos econômicos, para condicionar os

espíritos da sociedade que pretende dominar. Em todas essas instâncias, os fios da manipulação encontram-se atados à organização, preparada para tomar posse das riquezas públicas (idem, p. 34-41). Entre seus membros, encontram-se personagens que se pautam por suas próprias leis e regras, uma vez que desprezam as instituições da sociedade que os abriga. Não causa espanto, assim, que o estrangeiro seja matéria-prima constante na confecção desse tipo de narrativa.

Os integrantes da organização agiriam nas sombras, no subterrâneo, a partir de onde se espraariam para a sociedade em geral, tal qual uma infecção, um veneno, uma sujeira; tais quais animais repulsivos como serpentes, ratos, sanguessugas, polvos. São representados por meio de uma boca monstruosa, pronta para se agarrar às fontes da vida e delas sugar sangue até não poder mais (idem, p. 41-46). Tais imagens delineiam o que seriam as forças maléficas em oposição ao que se imagina ser o verdadeiro, o justo, o santo. Segundo Girardet, o mito da conspiração tende a aflorar num ambiente social e psicológico de incerteza, temor e angústia. Esta narrativa, no final das contas, assume uma função explicativa: a de reduzir todos os fatos a uma mesma lógica, a uma todo-poderosa causalidade, com o que procura conferir uma aparência racional e coerente na ordenação das coisas (idem, p. 47-55).

Ao que parece, a crescente penetração de conglomerados multinacionais no Brasil durante a década de 1950 era uma das grandes fontes de medo e incerteza para a configuração do mito do complô na UH. É o que transparece nas colocações de Adalgisa Nery, em 31 de dezembro de 1959, ao denunciar a ação dos trustes nos países subdesenvolvidos (NERY, 31 dez. 1959, p. 03). Ela assevera que, na lógica dessas organizações, havia o propósito de conduzir uma “guerra de extermínio” junto aos produtores independentes que se recusassem a se submeter a seus desígnios. Entre os métodos empregados pelos trustes, aponta-se a venda de seus produtos momentaneamente com prejuízo, com o fito de esmagar os rivais; o suborno dos diretores e empregados das empresas concorrentes; a corrupção dos funcionários das companhias de serviços públicos (em áreas de comunicação e transporte como ferrovias, correios, telégrafos), para obter informações privilegiadas

sobre a concorrência. E, conforme a análise anterior, é possível supor que a perda de mercados e posição social para os conglomerados internacionais, independentemente dos meios utilizados por estes últimos, representasse uma ameaça concreta aos interesses de segmentos do empresariado, das camadas médias e dos trabalhadores. A questão central é identificar os momentos em que os temores suscitados por essa situação são transpostos para uma narrativa mítica, certamente para serem combatidos com mais eficácia por tais grupos na arena política.

A própria Adalgisa Nery fornece-nos pistas desse processo, ao criticar argumentos da oposição sobre as causas dos problemas brasileiros. Em sua coluna, de 10 de dezembro de 1959, ela rebate as acusações de que as ações do presidente ou as obras para a construção de Brasília eram os responsáveis pelo aumento da inflação e por desequilíbrios econômicos (NERY, 10 dez. 1959, p. 02). Em sua opinião, as reclamações aos dirigentes eram lícitas desde que orientadas para “a fonte geradora dos gravíssimos problemas nacionais”; algo que sugere o enquadramento dos fatos numa mesma lógica, traço fundamental do mito da conspiração. E arremata sua exposição com a caracterização dos “monopólios” como agentes onipresentes e onipotentes no contexto mundial. Afinal, são eles que “inspiram, traçam e fomentam as tensões internacionais”, “plantam deliberadamente as sementes do ódio e da intriga entre nações entre nações e irmãos do mesmo solo”, “disseminam em todos os países a arte de uma política que consiste em espremer ao máximo o contribuinte sem provocar nele a indignação do eleitor”, e, por fim, elegem “o Presidente da República dos países de economia dominada”.

Segundo Adalgisa Nery, em 12 de fevereiro de 1960, desde que os brasileiros amanhecem e escovam os dentes, até a última lâmpada que apagam, na madrugada, “[...] tudo, sem escapar um só produto, um só meio, um só objeto, pertence a empresas ianques” (NERY, 12 fev. 1960, p. 02). Estamos não apenas no reino das hipérboles, como também na esfera do mito: “Todos os lucros vão para o estrangeiro, todas as nossas matérias-primas são avaliadas e tomam o preço que a economia ianque impõe. Toda a nossa indústria [...] é esmagada”. Em 8 de abril de 1960, ao comentar

discurso de posse de Emílio Lang Jr. na Associação Comercial de São Paulo, no qual este teria declarado que capitalismo e liberdade eram indissociáveis, Adalgisa Nery evoca a imagem de uma marionete para representar o Brasil, tendo em vista o que seria a onipotência dos monopólios internacionais (NERY, 08 abr. 1960, p. 02): “Dizer, no Brasil, país cada dia mais pressionado pela fome e a miséria dirigida pelos cordões do capitalismo estrangeiro, que o capitalismo e liberdade são inseparáveis.” era, na verdade, tratar de coisas totalmente opostas. Uma grande entidade maléfica toma forma nas posições políticas do jornal, considerada fonte última de nossas mazelas e infortúnios.

E eis que a célebre imagem da organização aparece na *Coluna de Última Hora*, em 13 de dezembro de 1958, em ocasião em que o jornal procura traçar as forças políticas em confronto no Brasil:

[...] há mil e um indícios de que existe perfeita e operativa organização, cujo trabalho vem sendo desenvolvido com rigoroso método, destinada a ajudar o desespero a tornar-se mais desesperado, a esperança mais desesperançada [...] Esta organização é a mesma que montou [...] aquele dispositivo perfeitamente ajustado que falhou em 11 de novembro⁵, no momento preciso, quando o Exército pôs fim às suas atividades, definindo o regime democrático como a base da existência de nosso povo. Todos os dias, aquela organização leva um grão de veneno ao povo, apontando os erros, a dissídia, a inoperância do Governo, o egoísmo e a versatilidade do Legislativo, os desmandos e as falhas da burocracia, os pequenos escândalos, os pequenos furtos, os pequenos males que nos atribulam. Prefere aquela organização conspirativa que tudo acabe pelo pior e que uma ditadurazinha traga aquilo por que tanto se bateu” (*Última Hora*, 13 dez. 1958, p. 03).

Qual organização, se não o complô, procura transmitir seu “veneno” à sociedade como forma de minar suas instituições democráticas? Mas e seus vínculos com interesses estrangeiros? Eles são sugeridos por Paulo Silveira em 15 de julho de 1959, em alerta sobre a suposta penetração da conspiração no seio do Exército para a

eliminação dos pontos de vista “nacionalistas” (p. 03). Tais elementos, além da caserna, “Expandem-se pelas colunas pagas da imprensa ‘soi-disant’ conservadora, infiltram-se entre as entidades representativas das classes produtoras, procuram influenciar os moços das escolas e universidades”. Afinal, o objetivo do “entreguismo reacionário”, segundo a coluna *Flash do Momento* de 27 de setembro de 1958, era que o Brasil produzisse “[...] o máximo de produtos primários, que nos industrializemos o mínimo, e que esse mínimo seja estrangeiro, porque ao estrangeiro é que ele está ligado” (*Última Hora, Flash do Momento*, 27 set. 1958, p. 03).

Conspiração dos trustes e não dos comunistas, como queriam opositores das posições políticas do jornal. Adalgisa Nery, em 13 de outubro de 1959, disparou críticas contra o Coronel Humberto de Mello, secretário do Conselho de Segurança Nacional, em razão de este ter apontado a existência de uma “infiltração comunista” no Brasil (NERY, 13 out. 1959, p. 02). Como seria de se esperar, ela prontificou-se a inverter a equação e sustentou que a invasão ocorria, isto sim, através dos monopólios internacionais. Manifestando indignação com a fala do militar, coloca que “[...] além de pouco torna-se até afrontoso ao povo, reduzir todos os dramas brasileiros agora corporificados na fome, a uma infiltração comunista”; sinal de que seu adversário, ao reduzir todos os fatos a uma mesma lógica, empregava a mesma chave de leitura do mito por ela repetidamente utilizada? Provavelmente. Em 21 de agosto de 1959, Adalgisa Nery defende que a generalização da fome e da inquietação social estava relacionada à ação dos trustes, como se preparassem suas bocarras para se alojar no país (p. 02 tablóide): o “[...] leitor não sabe que os trustes internacionais dominam a economia do País, destroem a indústria nacional, aniquilam a produção, rebaixam o poder aquisitivo do indivíduo, sugam todas as vitalidades da Nação [...]?”. O Partido Comunista do Brasil (PCB), na verdade, encontrava-se então na ilegalidade desde 1947, tendo sido considerado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como instrumento de intervenção soviética no país (RODRIGUES, 1996, p. 412). Evidentemente, muitos de seus militantes continuaram atuando clandestinamente na década de 1950, e logo foram enquadrados por opositores seus na narrativa da conspiração.

Para esta análise, importa destacar que projetos como os da UH também foram enquadrados no mito do complô, formado supostamente por comunistas. Basta lembrar o fato amplamente conhecido de que o governo do petebista João Goulart foi derrubado por aliança de civis e militares sob a justificativa de que conduzia o Brasil rumo ao comunismo: evidência de que tais diretrizes também despertavam temores e incertezas em determinados segmentos da sociedade brasileira. Verdadeiro confronto de imaginários ou mitologias políticas. Era crucial para o jornal, pois, dissociar suas orientações daquela doutrina política. Na coluna *Flash do Momento* de primeiro de abril de 1958, por exemplo, a decisão de Luís Carlos Prestes, conhecida liderança comunista, de voltar a aparecer em público após ter vivido clandestinamente por vários anos, parece ter provocado a associação entre as causas defendidas pela UH e o comunismo (p. 03). Segundo o jornal, o “entreguismo desorientado” levantava “velhas e rotas bandeiras, hoje totalmente desacreditadas”, ao indicar que “[...] ser nacionalista é confundir-se com o comunismo e realizar os seus propósitos, e que o aparecimento do Sr. Prestes significa que o nacionalismo se confunde com comunismo”.

Na opinião de Adalgisa Nery, em coluna de 3 de fevereiro de 1959, a retórica contra o comunismo deixava os flancos da administração pública abertos para a penetração dos trustes (p. 02, tablóide): “O nosso governo fala em excesso no combate ao comunismo, e com mais excesso de ignorância, empenha-se em combater a ideologia soviética”; ao mesmo tempo em que “permite dentro do governo o livre trânsito dos entreguistas, distribuindo-os oficialmente nos mais altos postos”. Com isso, atacava diretamente figuras de proa do governo Kubitschek como o assessor de política exterior do presidente, Augusto Frederico Schmidt, o Ministro da Fazenda, Lucas Lopes, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Roberto Campos, em razão de eles defenderem o aumento da penetração de capitais estrangeiros no Brasil. A colunista, em 19 de fevereiro de 1959, ao comentar manifestações estudantis contrárias à atuação de Roberto Campos na administração pública, ademais, traz à tona célebre imagem da mítica organização como a despersonalização daqueles que a integrariam, tidos como meras engrenagens de uma máquina (p. 02 tablóide):

A máquina entreguista-negocista está maravilhosamente bem montada. Há também um grande estoque de peças para substituições imediatistas em caso de qualquer dificuldade no funcionamento da mesma. Roberto Campos é uma peça que pode ser substituída sem a menor interrupção da meta entreguista [...] O entreguismo encontra correspondência e garantia no aventureirismo, e desmontar essa poderosa máquina [...] torna-se quase impossível. De mais de um deles sabemos que tem feito uma carreira gloriosa, transformando-se em complemento imprescindível a essa engrenagem de desmoralização nacional.

Não que grupos interessados em derrubar o governo Kubitschek não existissem e não articulassem planos para tanto, fique bem claro (BENEVIDES, 1979, p. 162). Lembremos da revolta de Jacareacanga, em 1956, na qual oficiais ligados à Aeronáutica levantaram-se contra as autoridades federais. Em 1959, de forma semelhante, o tenente-coronel aviador Haroldo Veloso e vários outros militares e civis rebelaram-se e partiram para Aragarças-GO, de onde, sob a justificativa de que o governo era corrupto e comprometido com o comunismo internacional, pretendiam lançar uma operação para alijá-lo do poder. Ambas as revoltas terminaram sem atingir seus objetivos. De qualquer modo, foram ocasiões em que a ameaça da conspiração veio a público como uma ameaça concreta. Algo que podia ser elencado para indicar não serem as recorrentes invocações ao mito meras fantasias ou delírios. No editorial da UH de 12 de dezembro de 1959, por exemplo, há denúncias de que jornais oposicionistas queriam jogar uma “pá-de-cal” sobre o episódio de Aragarças, legando-o ao esquecimento (capa); ao passo que, para o jornal, “[...] a conspiração existiu e existe. As ligações com elementos civis são hoje do conhecimento amplo das Forças Armadas”. Um indício de que dificilmente um mito se enraíza ou ganha credibilidade numa sociedade sem beber em algum aspecto de sua realidade, por mais que ele o distorça.

Considerações finais

O afluxo de investimentos estrangeiros para o Brasil, como é amplamente sabido, foi facilitado pelo golpe de 1964. Repressão política, economia mais internacionalizada e modelo concentrador de renda foram características dos anos que se seguiram a esse fatídico episódio. Evidentemente, tal rumo não estava pré-determinado ao longo da década de 1950, tampouco era a mencionada ruptura institucional um desfecho inevitável. Evitemos as análises teleológicas. Grupos sociais e projetos políticos colocaram-se contra a crescente internacionalização da economia brasileira ao longo daquele período. Uma fração da burguesia industrial, setores das camadas médias e dos trabalhadores preferiram um modelo de desenvolvimento mais voltado para a ampliação do mercado interno do país, com certa redistribuição de renda. Em suma, apoiavam a constituição de um capitalismo menos plutocrático e mais protegido pelas fronteiras nacionais.

Em meio à luta política, que pudemos entrever através das páginas da UH, tais grupos empregaram os mais diversos argumentos de caráter político e econômico, sem esquecer que atuaram no Congresso, nos sindicatos e nos movimentos sociais, para defender seus pontos de vista. Além de apelos racionais, mobilizaram medos e figuras imaginárias, com destaque para o mito da conspiração. Ao longo do governo Kubitschek, quando se acelera a penetração de capitais estrangeiros ou das empresas multinacionais, suas aspirações e seus temores parecem ter contribuído para forjar a representação de uma organização todo-poderosa agindo ocultamente para drenar as riquezas do país. Com este recurso, empenharam-se em imprimir um rumo alternativo à história do Brasil, e conquistas momentâneas foram obtidas. A vitória do trabalhismo com a ascensão de João Goulart à presidência, em 1961, porém, logo seria ofuscada pelo triunfo das forças de oposição, amplamente escoradas na ideia de que um complô comunista se apossava do governo. Dessa vez, o imaginário era instrumentalizado para liquidar o regime democrático; ao invés de revestir programas partidários de encanto e paixão, como chamarizes para a discussão de seus conteúdos: uma potencialidade das mitologias políticas.

THE TRUSTS' CONSPIRACY THREATENS THE DEVELOPMENT: POLITICS AND IMAGINARY ON THE PAGES OF THE DAILY NEWSPAPER *ÚLTIMA HORA* (1955-1960)

Abstract: Press, economy and politics are terms commonly inserted in the realm of an alleged pure rationality. Myths and passions are rarely admitted in such areas. In this text I suggest that imaginary figures played a decisive role in Brazilian politics during the 1950s. Through the pages of the daily newspaper *Última Hora*, it is possible to notice that certain social groups mobilized the conspiracy myth, as defined by Raoul Girardet, to defend their project of development and attack the way foreign investments were increasing their participation in the national economy, especially during Kubitschek administration. As a conclusion, I point out that myths and imaginary symbols could be used to support democracy and political programs.

Keywords: Conspiracy myth. Development. Kubitschek government. Daily newspaper *Última Hora*.

Notas

¹ O acervo da UH encontra-se microfilmado no Arquivo do Estado de São Paulo. As posições políticas do jornal serão acompanhadas nos editoriais e nas opiniões dos colunistas. Em entrevista concedida a Maria Aparecida de Aquino, um ex-colaborador do jornal, Jorge da Cunha Lima, declarou que o editorial era resultado da soma dos artigos dos grandes colaboradores (AQUINO, 1997, p. 15-24). Uma das principais colunistas do jornal, Adalgisa Nery, nasceu no Rio de Janeiro, em 1905. Após casar-se com o pintor Ismael Nery, travou contato com círculos intelectuais de destaque; nomes como os de Mário Pedrosa, Murilo Mendes, Aníbal Machado, Jorge de Lima, Antônio Bento e Manuel Bandeira. Com a morte do marido, passou a compor obras poéticas e literárias e a escrever para jornais e revistas. Casou-se novamente, desta vez com Lourival Fontes, ex-administrador do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Outro colunista, Paulo Silveira, nasceu em Aracaju, em 1919. Iniciou sua carreira jornalística no Rio de Janeiro, como repórter do jornal *A Notícia*. Na década de 1950, começou a trabalhar na UH, instituição em que chegaria a ocupar os cargos de secretário de redação e de diretor responsável.

² A pesquisa é parte de minha dissertação de mestrado, orientada pela Prof^ª. Dra. Vavy Pacheco Borges e financiada pelo CNPq. QUELER, Jefferson J. *Democracia e desenvolvimento: os posicionamentos políticos do jornal Última Hora durante o governo Kubitschek (1957-1960)*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2004.

³ Notamos certa uniformidade nas opiniões políticas emitidas no jornal entre os editoriais e colunistas. Isso explica-se, provavelmente, não apenas por afinidades ideológicas como também pelo crivo de Samuel Wainer. Moacir Werneck de Castro, ex-colaborador da UH, fornece as pistas: “Ele [Wainer] controlava os colunistas mais radicais, sempre tratando de manter com eles boas relações de camaradagem. Usava sua poderosa capacidade de persuasão junto a esses colaboradores e às vezes conseguia amansá-los.” (CASTRO, 1993, p. 83-84).

⁴ Mais informações sobre o governo Kubitschek podem ser obtidas no *Dicionário Histórico-Biográfico-CPDOC-FGV*.

⁵ Logo após ter sido eleito presidente, em 1955, Juscelino Kubitschek teve a legitimidade de sua vitória contestada, notadamente por integrantes da União Democrática Nacional (UDN), por não ter conseguido mais de cinquenta por cento dos votos no pleito, a chamada maioria absoluta. Defensores desta posição, junto de setores das Forças Armadas, planejavam então estabelecer um “regime de exceção”, tido como necessário para conduzir outra disputa eleitoral calcada em tal princípio. Diante disso, o General Henrique Teixeira Lott articulou grupos militares favoráveis à posse de Kubitschek e liderou um “contragolpe preventivo”, atuando para garantir a subida deste último ao cargo.

Referências

AQUINO, Maria Aparecida de. *Última Hora: batalhas perdidas, vitória na guerra!*. In: *Arquivo em imagens* (série Última Hora). São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1997.

BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux: memoirs et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-64)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CARONE, Edgar. *A Quarta República: 1945-1964* (documentos). São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1980.

CASTRO, Moacir Werneck de. *Samuel e Lacerda ficaram fascinados um pelo outro*. In: CAMPOS, Anderson (Org.). *A Última Hora de Samuel: nos tempos de Wainer*. Rio de Janeiro: Ed. Grafitto, 1993.

DREIFUSS, René Armand. *1964 – A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses na industrialização Brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *O PCB: os dirigentes e sua organização*. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano III*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

TREVISAN, Maria José. *50 anos em 5*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

Recebido em: 23/12/2011

Aprovado em: 20/12/2012

Dissidência comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960¹

Éder da Silva Silveira*

Resumo: O objetivo deste artigo é caracterizar o contexto das divergências que marcaram o PCB e que deram origem a movimentos e instituições dissidentes como a Corrente Revolucionária Nacional, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR – e o PCdoB. São analisados documentos produzidos por órgãos da repressão, especialmente interrogatórios que circularam pelos Serviços de Inteligência das Forças Armadas nas décadas de 60 e 70 e que compõem o acervo do Fundo de Políticas Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Comunismo. Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Dissidência comunista.

Sobre a cisão no PCB

O Partido Comunista do Brasil, sob a sigla “PCdoB”, surgiu no início de 1962, como resultado de uma cisão ocorrida dentro do PCB – Partido Comunista do Brasil². Vários trabalhos³ identificam sinais desta dissensão na década de 1950, quando o PCB optou em abandonar uma orientação política baseada na radicalização e na “[...] pregação de uma violência revolucionária imediata [...]”⁴, adotada como reação às arbitrariedades do governo Dutra, e em assu-

* Docente do Curso de História da Ulbra São Jerônimo. Doutor em História na Unisinos. E-mail: dersilveira@yahoo.com.br.

mir outra posição que defendia uma revolução anti-imperialista e antifeudal através de um caminho pacífico e de uma frente ampla, democrática e nacional, adotada em apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek. Mesmo o Partido entendendo a vitória de JK como uma consequência da “[...] unidade das forças democráticas contra as forças golpistas articuladas em torno da candidatura de Juarez Távora [...]”, internamente o pacifismo não ganhou a adesão de todos os militantes, transformando-se em um dos fatores causais da dissensão⁵.

Um segundo fator que vem explicando a referida cisão, talvez o mais citado na historiografia, está relacionado ao impacto do Relatório Secreto de Krushev, lido no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em Moscou, e que amplamente fora difundido na imprensa da Esquerda e na situacionista⁶. Após a morte de Stálin, em 1953, Nikita Khrushchev, seu sucessor, apresentou o Relatório no XX Congresso, ocorrido em fevereiro de 1956. O documento, ao denunciar diversos crimes do stalinismo, abalou profundamente a estrutura do PCB. “O desmascaramento de Stálin”, como ficaria na memória de diversos militantes, modificaria olhares e sentimentos em relação ao “stalinismo” enquanto modelo para os revolucionários comunistas, conforme recorda Jacob Gorender:

Isso foi um choque muito grande. Porque Stálin, em vida, para os comunistas, era um super-homem, um sábio, um justiceiro. E depois ele morre, e pouco depois o Krushev desmascara. Ele era um homem arbitrário, cometeu atrocidades contra companheiros, exílios, até torturas. Então, ele passou a ser visto de outro prisma⁷.

A despeito da turbulência gerada neste panorama, particularmente em relação à identidade e à orientação política, o PCB manifestou-se de forma a apaziguar decepções, buscando certa manutenção das representações cultuadas em torno da URSS e que até aquele momento davam ao Partido certo poder de coesão. Em 24 de novembro de 1956, no jornal *Voz Operária*, Luís Carlos Prestes publicava o texto que ficaria conhecido como “Carta Rolha”, salientando aos companheiros comunistas:

[...] São inadmissíveis, portanto, em nossas fileiras e na imprensa feita com o dinheiro do povo quaisquer ataques à União Soviética e ao Partido da União Soviética, ao baluarte do socialismo no mundo e ao Partido que dirige a construção do comunismo.⁸

Na mesma carta, Prestes reafirmava de forma incisiva que “[...] a unidade em torno do Comitê Central é sagrada para todos os comunistas”⁹. Nesse contexto, o núcleo dirigente buscou manter a unidade não apenas através da publicação de artigos de orientação ideológica e comportamental, mas principalmente, iniciando uma ofensiva aos jornais por publicarem textos que conclamavam o partido ao debate, assinados por militantes desolados pelas denúncias do Relatório Khrushchev e pela demora do PCB em manifestar-se oficialmente em relação ao assunto.

Osvaldo Peralva, ex-militante do PCB que teve forte atuação como jornalista e diretor de órgãos da imprensa comunista, desligando-se do Partido e de sua ideologia em 1957, denunciou a situação em “O Retrato”¹⁰. De acordo com Peralva, a discussão sobre assuntos ventilados no XX Congresso tomava cada vez mais espaço nas redações dos jornais, enquanto a direção do PCB, de fevereiro a setembro de 1956, mantinha-se “muda”, com “[...] a cabeça enfiada na areia, esperando que a tempestade passasse”¹¹. Peralva informa que houve uma combinação para que Maurício Pinto Ferreira, do jornal *Emancipação*, escrevesse à *Voz Operária*, estranhando a calma que reinava no Partido em relação às denúncias do XX Congresso do PCUS e que, por outro lado, João Batista de Lima e Silva, redator da *Voz Operária*, respondesse ao texto de Maurício, iniciando, assim, um debate e entre os mesmos jornais. Conforme Peralva, o artigo de João Batista intitulado “*Não se Pode Adiar Uma Discussão que já se Iniciou em Todas as Cabeças*” foi publicado simultaneamente na *Voz Operária* e na *Imprensa Popular* em 6 de outubro de 1956, causando ira nos membros do Comitê Central, que atacariam o fato classificando-o como “indisciplina”¹². A publicação do artigo de Batista parece ter tido efeito de pólvora em incêndio que se mostrava discreto. Logo foram publicadas cartas com menções de apoio, acirrando ainda mais os ânimos dentro do PCB. Osvaldo Peralva cita, por exemplo, uma carta do romancista

Jorge Amado que, segundo ele, dirigia o jornal literário *Para Todos* e que, na ocasião, enviou a correspondência apoiando Batista. Publicada na *Imprensa Popular* na semana seguinte, as palavras de Jorge Amado diziam:

Meu querido Batista:

Venho de ler teu artigo na Voz (Não se Pode Adiar Uma Discussão que já se Iniciou em Tôdas as Cabeças) e apresso-me em trazer-te meu abraço e minhas felicitações. Artigo pioneiro, artigo necessário, abrindo um debate que está ‘em todas as cabeças’ e que, como ainda não saiu das cabeças, sufoca todos os peitos, impede tôda a ação, todo o trabalho, pois ninguém pode ter entusiasmo (falo, é claro, de gente honesta e sã e não de oportunistas e carreristas) quando se sente cercado de sangue e lama e quando as consciências exigem que uma profunda, clara, completa e absolutamente livre análise dos erros seja feita, e de público, da qual todos nós participemos, desde o mais alto dirigente até a grande massa, que é a nossa própria razão de existir [...]¹³.

A exemplo da carta de Jorge Amado, muitas outras surgiram e serviram para que o debate se alastrasse, assim como as críticas e as divergências entre os “camaradas”. Além da sensação de “sangue e lama”, que abalaria a consciência de muitos comunistas brasileiros como se estivessem manchados a partir das denúncias do Relatório Khrushchev, o centralismo que caracterizava as tomadas de decisões na rígida estrutura partidária também passou a ser questionado com mais força, pois passou a representar um resistente obstáculo para que a “profunda, clara, completa e livre análise dos erros” fosse realizada.

Os posicionamentos dos comunistas brasileiros iriam diminuir ou perder força a partir da “Carta Rolha”. Militantes foram expulsos e muitos ficaram afastados de determinados setores e funções, e as redações de jornais passaram a sofrer interferência do núcleo dirigente do PCB, que passou a reprimir e a censurar tais manifestações. Sobre esse aspecto, Peralva salientou a violência utilizada pelo “núcleo dirigente” ao invadir a redação da *Imprensa Popular*: “[...] quebraram o jornal-mural dependurado numa parede,

insultaram os redatores e tentaram agredi-los”¹⁴. Além das medidas tomadas em relação à *Imprensa Popular*, Peralva destacou ainda a demissão do diretor da *Voz Operária* que, no conjunto de ações do Partido, deixava “[...] todos atemorizados com as demonstrações de força do núcleo dirigente”¹⁵.

Essas demonstrações alcançaram seu ápice quando, em abril de 1957, o Comitê Central do PCB aprovou duas resoluções versando sobre o tema da Unidade Partidária e o fim dos debates divergentes. Desse modo, o jornal *Voz Operária*, em 20-04-1957, sentenciava que “[...] nenhum comunista pode, assim, atuar fora da organização partidária a que pertence ou colocar-se à sua margem para emitir opiniões pessoais e manifestar divergências [...]” porque tais comportamentos significariam “golpear a unidade do Partido”, bem como “desenvolvimento de trabalho fracionista”¹⁶. O Relatório Khrushchev evidenciava, então, um dos motivos mais citados da cisão que originaria o PCdoB: o conflito entre stalinistas e antistalinistas.

Em relação ao tema da cisão do PCB da década de 1950, também existe a dissertação de Valter Pomar¹⁷. Conforme observou este autor, a maioria dos trabalhos explica a cisão como “[...] resultado de três variáveis fundamentais: o conflito entre ‘stalinistas’ e ‘anti-stalinistas’ no interior do Partido Comunista; o conflito entre as linhas ‘soviética’ e ‘chinesa’; e o conflito entre a ‘via pacífica’ e a luta armada”¹⁸. A análise de Valter Pomar sublinha que a explicação sobre a cisão ganha mais sentido se considerarmos que a visão que os comunistas do Brasil tinham acerca da realidade brasileira sempre demonstrou ambiguidade.

Tal ambiguidade pode ser sintetizada numa frase: o “comunismo” brasileiro tinha como um de seus objetivos fundamentais “desenvolver o capitalismo”. O pressuposto – presente, mas não indispensável – diz respeito ao caráter feudal, semi-feudal ou colonial da sociedade brasileira: nesta linha interpretativa, o Brasil sofreria mais por falta de capitalismo do que por sua ação.¹⁹

Uma característica do movimento comunista brasileiro estava relacionada, conforme evidenciou Valter Pomar, nas interpretações

assumidas sobre o Brasil, especialmente a respeito das estruturas e conjunturas de sua “realidade”. De acordo com essas interpretações, os partidos comunistas definiam estratégias a partir das orientações recebidas sobre o caminho que levaria à revolução que implantaria o socialismo no país. Passemos, nesse sentido, a uma pequena digressão.

Em relação ao PCB, as “ideias que fizeram a cabeça da esquerda”²⁰ brasileira, antes e depois das denúncias do Relatório Khrushchev (principalmente antes), geralmente estavam em consonância com as teses ou orientações da III Internacional e do PCUS.

A III Internacional Comunista²¹, conhecida também como “Comintern”, em seu 2º Congresso (1920), aprovou teses sobre a questão nacional e colonial que deram orientações aos “países coloniais e atrasados” sobre os caminhos a adotar para a realização da Revolução Socialista. A rigor, as orientações do Comintern definiam que para ocorrer a “Revolução Proletária” era necessário que, em uma primeira etapa, os partidos comunistas apoiassem nos “países atrasados” as “democracias burguesas”. No Brasil, por exemplo, o PCB apoiou no início da década de 1940 o governo de Getúlio Vargas no contexto da Segunda Guerra Mundial, onde se combateu o nazifascismo. Acreditava-se, de forma preponderante, que não existiam no Brasil as condições capitalistas de produção necessárias à Revolução. Internamente, sobretudo a partir das Teses da III Internacional, via-se o Brasil como uma nação “atrasada” onde predominavam “relações feudais” ou “semifeudais”, principalmente por dominar no país o latifúndio, bem como monopólios em diversas áreas de empresas oriundas de países imperialistas. Assim, ao atentar que tal ambiguidade estratégica poderia ser sintetizada na frase “[...] o comunismo brasileiro tinha como um de seus objetivos fundamentais desenvolver o capitalismo [...]”, Valter Pomar chamou atenção para o olhar da esquerda comunista sobre o Brasil que, em mais de um momento, definiu sua conduta de apoio às “burguesias locais” para que o Brasil entrasse em uma etapa “realmente capitalista”, imprescindível para que a Revolução Socialista então ocorresse. Todavia, não é a ambiguidade que nos parece “estratégica”, como salientou Pomar, mas, sim, a estratégia para alcançar o socialismo que foi ambígua: chegar ao socialismo

passava por desenvolver o capitalismo. Essa “estratégia”, mesmo depois da dissolução do Comintern, em 1943, seria recorrente. Foi o caso, por exemplo, da postura do PCB em relação ao governo de Juscelino Kubitschek. No contexto de desenvolvimento industrial dos anos JK, como referiu Deusa Maria de Souza, a direção do PCB acatou as teses do XX Congresso do PCUS, de autoria de Krushev, teses que “[...] apontavam para a perspectiva da coexistência pacífica, direcionando para uma reconciliação entre burguesia e operariado”²².

Por conseguinte, como esclareceu Valter Pomar, bem antes da cisão de 1962, conviviam “[...] duas almas do comunismo, uma moderada e outra radical, mas ambas etapistas [...]”, e que “[...] alternavam-se no comando do Partido [...]”²³. Para ele, elas

[...] desdobravam-se em duas condutas (ou “linhas”) fundamentais e contraditórias entre si: a primeira acentuava a necessidade de alianças com frações burguesas e defendia um abrandamento na ação e no programa partidários; a segunda acentuava as alianças com a pequena burguesia urbana e rural, defendendo a radicalização do programa e da ação partidária. Ambas as “linhas”, entretanto, remetiam para o mesmo esquema estratégico.²⁴

Em consequência disso, para o autor “[...] o Partido realizava correções periódicas em sua ‘linha’, [...] produzindo um movimento pendular: da luta pela derrubada de Vargas à política de União Nacional [...]” e, assim, sucessivamente. Mas, além das influências da III Internacional e do PCUS, os comunistas brasileiros também se orientaram através de uma produção intelectual que surgia dentro do próprio partido. É necessário lembrar que internamente o PCB também se alimentava de produções e posicionamentos intelectuais que, conforme explicou Jacob Gorender, “[...] originaram orientações de pensamento traduzidas em dissensões políticas e cisões organizativas”. Dentre outros exemplos, Gorender citou a grande recepção de “A Revolução brasileira”, livro de Caio Prado Junior, publicado em 1966. A obra de Caio Prado, observa ele, “[...] massacrrou a tese pecebista sobre o feudalismo no passado histórico do

país e as consequentes ‘sobrevivências feudais’ na atualidade”²⁵. Da mesma forma, muitas outras produções intelectuais contribuíram para fomentar debates e reorientar os pensamentos e dissensões políticas da esquerda. Gorender também salienta, por exemplo, as obras de Octávio Ianni (1968) e de Celso Furtado (1968). Mas, como não é objetivo realizar uma síntese das “ideias que fizeram a cabeça da esquerda”, retornemos a uma das principais interrogações de Valter Pomar: “[...] por que nos anos 60 tornar-se-ia cada vez mais difícil compatibilizar, numa mesma organização, a ambiguidade estratégica característica do movimento comunista brasileiro?” Valter destaca em sua resposta o papel que a conjuntura do final dos anos 50 e início dos anos 60 teve na constituição do PCdoB. Para ele, “[...] é nesse período que condensam-se as contradições que desembocarão no movimento pelas reformas de base e na ditadura militar de 1964”. Foi um período que apresentou “[...] um processo de diferenciação social e radicalização política do conjunto das classes sociais existentes no Brasil, em particular da classe trabalhadora e dos chamados setores médios [...]”, bem como uma “[...] radicalização visível no seu comportamento social e político, na conduta de suas organizações sindicais e partidárias [...]”²⁶.

O período entre setembro de 1961 e fevereiro de 1962 foi de aguçamento da luta política e social, que continuaria num crescendo até o golpe militar de 1964. A título de exemplo, podemos citar o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (novembro de 1961), o surgimento do Centro Popular de Cultura (dezembro de 1961) e o processo de desapropriação da Cia. Telefônica Nacional, subsidiária da ITT, iniciada exatamente em fevereiro de 1962, pelo então governador gaúcho Leonel Brizola. [...] Em qualquer caso, é impossível dissociar a ocorrência da cisão de 62, naquele momento e não antes, daquela forma e não de outra, do contexto político-social “de confrontação permanente” vigente no Brasil no início dos anos sessenta e que se aprofundaria ao longo da década²⁷.

A partir do final dos anos 50, conforme sublinhou Pomar, o PCB acompanharia a crise da “combinação entre populismo, nacio-

nalismo e industrialização”. Para ele, “o populismo conferia plausibilidade” à estratégia do Partido Comunista da possibilidade de uma aliança entre camponeses, trabalhadores e “burguesia nacional”. Todavia, no final dos anos 50 e início dos anos 60, alguns acontecimentos dentro e fora do Brasil evidenciavam a organização das classes trabalhadoras, de partidos e maior disposição quanto à ideia de que era possível a radicalização da luta política em prol da revolução. Naquele contexto, como falamos anteriormente, ganhavam espaço algumas produções intelectuais de esquerda que contribuíram para a crítica ao pacifismo do PCB. Desse modo, como sugeriu Pomar, é pertinente pensar no papel da conjuntura daquele período para compreender a cisão, uma vez que nela a interpretação de que havia condições para a radicalização da luta em prol do socialismo ganhou mais força. Permanecer em uma linha moderada em um contexto que indicava uma nova configuração efervescente e favorável a uma radicalização da luta política foi uma postura do PCB que aprofundou suas divergências internas, abrindo caminho não só para a cisão de 1962 como para a pulverização de outros movimentos dissidentes.

Um terceiro fator explicativo da cisão do PCB que deu origem ao PCdoB estaria nas divergências sobre as definições ideológicas. Uma ala optava por uma linha chinesa e outra defendia permanecer com a orientação soviética. Jean Rodrigues Sales, assim como Valter Pomar, observou que os argumentos em defesa desse fator sofrem de duplo anacronismo. Primeiro porque “[...] entre 1956 e 1962, as referências sobre a China nos documentos do PCB não eram matéria de disputas e divergências políticas [...]” e porque, “[...] ao surgir em 1962 o PCdoB não estabeleceu relações preferenciais com nenhum partido comunista [...]”²⁸. Segundo, “[...] é o fato da ruptura pública entre os chineses e os soviéticos não se ter dado antes de 1963, portanto, após a fundação do PCdoB”²⁹.

Um quarto fator estaria na divergência de interpretações quanto à forma em que deveria acontecer a “revolução” no Brasil. Basicamente, as opiniões dividiram-se em dois polos, o da via pacífica e da luta armada. Da mesma forma, Sales sublinha que se trata de uma outra ideia de difícil sustentação. Em atenta leitura do “Manifesto Programa” do Partido³⁰, Sales concluiu que

[...] diferentemente do que é apontado pela quase totalidade dos trabalhos sobre o PCdoB, o partido não faz opção explícita pelo uso da violência revolucionária como caminho privilegiado para atuação antes do golpe de 1964, o que só faria, não sem dificuldade, no decorrer da segunda metade da década de 60.³¹

O desenlace desse processo de lutas internas dentro do PCB foi marcado pela divisão dos comunistas brasileiros em dois grupos. Um liderado por Luís Carlos Prestes e, outro, sob liderança de João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois. O Comitê Central do partido liderado por Prestes, que fora eleito durante o V Congresso do PCB, tentando “[...] descaracterizar os vínculos com a URSS e acentuar o caráter nacional da organização visando à legalização [...]”³², aprovou em uma Conferência Nacional, ocorrida em 1961, novos estatutos para o partido, abolindo dos textos referências expressões como “marxismo”, “leninismo”, “ditadura do proletariado” etc., e alterou o nome original do PCB – “Partido Comunista do Brasil” – para “Partido Comunista Brasileiro”, mantendo, porém, a mesma sigla (PCB). O grupo liderado por Amazonas, Pomar e Grabois, em fevereiro de 1962, elegeu um novo Comitê Central e promoveu uma reorganização com criação de outros estatutos, mantendo o nome original – “Partido Comunista do Brasil” – porém, com a adoção de uma nova sigla: “PCdoB”. Nasceu, assim, o PCdoB.³³

No que diz respeito às motivações da cisão do PCB que originou o PCdoB, é importante, também, ratificar as observações de Jean Rodrigues Sales quando sublinhou o “[...] papel desempenhado pela disputa de poder dentro da estrutura partidária[...]”, acrescida da prática de expulsões de militantes como resolução das divergências dentro do partido. Para Sales, “[...] é possível afirmar que a cisão de 1962 é mais um capítulo da longa tradição de expulsões no PCB”³⁴. Característica dos partidos comunistas, a expulsão de um membro do partido por se mostrar contrário às determinações e orientações do grupo dirigente servia como importante elemento de controle e um instrumento eficaz para a manutenção de um poder disciplinar que, centralizado no núcleo dirigente, operacionalizava juntamente com outros fatores formas de manter a coesão partidária.

O golpe militar de 1964 acirrou ainda mais os ânimos dos descontentes com a política pacifista da direção do PCB, presente nas diretrizes do partido desde o IV Congresso realizado, em 1958, e reafirmadas no V Congresso, em 1960. O golpe militar, assim como o Relatório Krushev, trazia novamente a necessidade de uma discussão “[...] profunda, clara, completa e livre análise dos erros [...]”, como disse Jorge Amado em 1956.

Após o golpe militar, somaram-se aos motivos da cisão dentro do PCB os posicionamentos críticos de Jacob Gorender, Manoel Jover Teles, Apolônio de Carvalho, Miguel Batista dos Santos, Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, que arrazoaram o Comitê Central do partido por não ter preparado seus militantes para resistir ao golpe militar. Jover Teles, Gorender e outros militantes permaneceriam no partido após a cisão e, depois do golpe de 1964, articulariam dentro do PCB uma corrente crítica ao Comitê Central, até serem expulsos em 1967.

Em maio de 1964, a Comissão Executiva do PCB realizou em São Paulo o seu primeiro pronunciamento após o golpe militar, intitulado “Esquema para Discussão”. Tratava-se de um escrito que propunha pensar uma mudança de orientação. Trechos desse documento podem ser lidos no Inquérito Policial Militar 709:

Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação [...]. É necessário analisar as causas da vitória da reação e assumir uma posição autocrítica a fim de traçar uma orientação acertada. Essa autocrítica deve ser feita com equilíbrio. Não devemos ocultar os erros cometidos, nem cair no negativismo. Neste esquema, cujo objetivo é orientar o P. para a ação prática imediata, damos apenas o primeiro passo no sentido de examinarmos as causas dessa derrota. Com a contribuição do P. será possível aprofundar a análise autocrítica e avançar no caminho da compreensão e superação de nossos erros.³⁵

Ilhados no Rio de Janeiro, recordou Gorender, apenas “[...]Marighella, Mário Alves, Jover Telles, Giocondo Dias e Orlando Bonfim Jr. compareciam às primeiras reuniões da Executiva”³⁶. Como a maior

parte da direção do PCB estava fora do Rio e como Prestes não tinha segurança para a locomoção necessária, criou-se uma situação “muito efêmera” que possibilitou que a “maioria de esquerda” elaborasse o “Esquema para Discussão”. Todavia, com as prisões de Mari ghella e de Mário Alves, em maio e junho de 64 respectivamente, e a partir do retorno de Prestes e de outros membros da direção às reuniões, o “Esquema” seria revogado. A partir daí, novamente como em 1956, qualquer tentativa de avanço de proposições autocríticas sobre o pacifismo seria proibida e, de certa forma, controlada pela direção do Partido. Assim, outra vez em nome da “unidade”, o PCB buscou desarticular a necessidade de discussão e avaliação dos erros do Partido, desta vez no contexto do golpe Militar, passando a designar tarefas em outras cidades ou estados aos principais militantes envolvidos no movimento de autocrítica. Foi nesta conjuntura, por exemplo, que Jacob Gorender foi designado pela Direção Nacional do Partido para atuar no Rio Grande do Sul e Mário Alves, após sair da prisão, encarregado para agir em Belo Horizonte.

Em maio de 1965 ocorreu em São Paulo a primeira reunião do Comitê Central do PCB depois do golpe militar. Nela, a linha política do V Congresso do PCB (1960), baseada na aliança de longo prazo e no pacifismo, foi ratificada sob a alegação de que havia sido mal aplicada. “A causa da má aplicação” na visão dos dirigentes, endossa Gorender, teria sido o desvio de esquerda, “[...] expressão do jargão comunista que indica superestimação das próprias forças [...]”, ou “[...] avaliação exagerada das possibilidades objetivas, ações precipitadas, isolamento das massas, sectarismo, etc.”³⁷ Esse “desvio de esquerda”, na referida reunião, foi caracterizado ou denominado de “golpismo”. Neste contexto, Jover Teles estava dentre os militantes acusados de “golpistas”. Sobre esse episódio, registrou Gorender:

Havia responsáveis maiores e menores pelo golpismo. Os maiores precisavam ser individualizados, os menores eram referidos no plural sem face. Assim é que os ataques individualizados se concentraram na Comissão de Educação (Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho) e na direção sindical (Jover Telles). Já estavam escolhidos os bodes expiatórios a serem sacrificados.³⁸

Após a referida reunião, Gorender, Mário Alves, Manoel Jover Teles, Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho e Miguel Batista dos Santos decidiram permanecer no PCB para “[...] travar uma luta interna, sem ilusão em triunfo”. Assim, nacionalmente, “[...] a oposição interna ao Comitê Central recebeu o nome de Corrente Revolucionária, ou simplesmente Corrente”³⁹.

Da Corrente Revolucionária ao PCBR

Assertivamente, Gustavo Falcón definiu a Corrente como uma “[...] heterogênea tendência crítica desenvolvida no interior do PCB”⁴⁰. Porém, diferentemente deste autor que indica a origem da Corrente em 1966, entendemos que suas origens, enquanto “tendência crítica” no interior do partido, data de período anterior, já nos anos 1950, quando o posicionamento crítico de uma parcela de militantes tendia a não mais aceitar a estratégia de ação assumida pelo Comitê Central do PCB. Como vimos anteriormente, antes mesmo dos anos 60 já havia dentro do PCB um grande problema de coesão partidária, acentuado especialmente a partir de 1956 com o Relatório Krushev. As críticas ao Comitê Central do PCB na década de 50, portanto, não podem estar dissociadas da gestação da Corrente, marcada por um processo mais lento e que se fortaleceria depois do golpe militar.

Conforme Jarbas Amorim, militante do PCB, em depoimento à polícia em 08-05-1974, a Corrente Revolucionária Nacional resultou dos seguintes pontos básicos:

- a) a partir das divergências internas do modo como o PCB vinha encaminhando as discussões e soluções dos erros cometidos pelo partido até 1964;
- b) O Comitê Central do partido queria solucionar sozinho todos os problemas, refutando opiniões de militância – os demais membros do partido ressentiam-se com tal fato.⁴¹

O momento em que a gestação da Corrente tornou-se mais visível ocorreu no contexto da elaboração do “Esquema para Discussão”, quando a discordância e o ressentimento gerado pelas medidas adotadas pelo Comitê Central na reunião de maio de 1965 levaram os militantes supracitados a travarem uma oposição interna à direção do PCB. A partir de 1966, percebe-se o início de um processo de autocritica por aqueles que seriam os dissidentes do PCB, sinalizando, então, a consolidação da “Corrente”, não a sua origem.

A rigor, a divisão do PCB materializava-se com mais intensidade a partir de 1966 e esta, não obstante, poderia ser descrita de forma peculiar por alguns militantes. Um Boletim Reservado do DOPS do Rio de Janeiro reproduzia, em 29/06/1966, a seguinte informação:

Batistinha teria dito a seus companheiros (em tarefa para reorganizar o PC junto aos ferroviários em SP) que o partido está dividido em 3 facções, assim discriminadas:

- 1 - A que quer alcançar o poder pela força, chefiada por Mário Alves e Jacob Gorender;
- 2 - A chefiada por Luis Carlos Prestes e Giocondo Dias;
- 3 - E a linha dos oportunistas, nos quais somente interessa “fazer finanças”, chefiada por Manoel Jover Teles e Ivan Ramos Ribeiro [...]⁴²

Embora não saibamos quem era Batistinha, percebemos através da informação que não podemos falar em uma imagem homogênea sobre a cisão pelos militantes naquele momento. Embora Manoel Jover Teles e Jacob Gorender estivessem no mesmo grupo a favor da radicalização do processo revolucionário, a visão sobre Teles era no mínimo depreciativa comparada com a que o militante inquirido tinha de Gorender.

O ressentimento parece ter acompanhado a trajetória e a memória de muitos militantes de movimentos de esquerda no país, especialmente dos partidos comunistas. Para David Konstan, é geralmente um “[...] sentimento duradouro, não fugaz [...]”; ele “[...] é

cultivado e acalentado [...]”⁴³ e, em relação ao projeto comunista naquele período, também vinculado ao sentimento de frustração pela “derrota” da “Revolução”, sobrepujada de alguma forma pelo golpe militar de 1964. Muitos comunistas do Brasil, particularmente no contexto das cisões e dissidências da década de 1960, demonstraram ressentimento em suas memórias e depoimentos, especialmente pela impotência sentida diante do Golpe de 1964 e pela injustiça e intolerância percebidas em relação ao Comitê Central. Alguns depoimentos de presos políticos encontrados no Fundo de Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ – corroboram esta percepção sobre a organização da Corrente, citada nos documentos policiais como Corrente Revolucionária Nacional⁴⁴. O depoimento de Jarbas Amorim, expulso do PCB em 1967 por ter discordado das teses do VI Congresso Nacional do Partido, é um exemplo.

O poder disciplinar do núcleo dirigente do Partido manifestava-se, como dissemos anteriormente, em diversas situações, especialmente quando o militante mostrava-se contrário às determinações e orientações do Comitê Central, ou quando não apresentava comportamento adequado aos programas e estatutos do Partido. O auge dessa manifestação dava-se nas sessões de crítica e autocrítica e nas expulsões de militantes dos quadros do Partido. Como as tendências críticas no interior do PCB cresceram bastante a partir da década de 1950, não foi por acaso que, no Brasil, “[...] a partir dos anos 50 é que o partido passou a enquadrar e a disciplinar a vida privada do militante [...]” com mais afinco.⁴⁵ O núcleo dirigente passou a controlar e disciplinar os militantes de forma mais incisiva e repressiva, justificando sua postura na necessidade de manter (ou buscar) a unidade. Assim, opiniões de muitos militantes eram desconsideradas, causando ressentimentos como os de Jarbas Amorim. O ressentimento pode ser melhor compreendido a partir da definição dada por Roger Petersen, como “[...] a emoção que deriva da percepção de que o grupo ao qual se pertence está em uma posição injustamente subordinada em uma hierarquia de status [...]”⁴⁶. Foi com esta percepção que a Corrente Revolucionária deu origem a outros partidos e movimentos⁴⁷.

Geraldo Seixas Patrício, um dos dissidentes do PCB que também foi membro da Corrente e do PCBR, interrogado em abril de 1974 no DOI-CODI I Exército⁴⁸, citou oito pontos sobre os quais os militantes da Corrente discordavam em relação ao PCB. Para ele, “[...] a linha política do PCB era deformada e oportunista [...]”, pois o partido “[...] seguia cegamente as instruções da Rússia e da China sem saber se as mesmas adaptavam-se ao Brasil [...]”⁴⁹. Desse modo, um dos pontos de discordância era em relação à linha política. Conforme o depoimento de Geraldo, “[...] uma das diretrizes da Corrente Revolucionária Nacional [...]” era estar “[...] dentro da realidade nacional, sem sofrer pressões comunistas da China e Rússia [...]”⁵⁰. Além disso, disse o depoente:

[...] que a direção nacional do PCB não tinha nenhum operário, representante autêntico das massas; que o PCB tinha se comportado até 1964 como se estivesse no governo, cometendo erros primários e facilitando com a segurança do partido; que os dirigentes do PCB mantinham ligações com os Partidos Comunistas da China e da Rússia com a finalidade de receberem ajuda financeira para desfrutarem de “boa-vida”; que o PCB preocupava-se muito em eleger deputados, a fim de ganhar prestígio e dinheiro; que os deputados, depois de eleitos, não defendem as linhas políticas do partido; que o PCB tinha se centralizado demais no CGT e nos sindicatos, ao invés de formar mais bases nas fábricas; que o PCB tinha se preocupado unicamente com o trabalho de conscientização de massas, refutando a preparação militarista; que o PCB preocupava-se muito em arrecadar finanças para manutenção dos militantes profissionais do partido [...].⁵¹

Para além de uma reflexão geral sobre ressentimento percebido nos depoimentos mencionados, também é importante refletir sobre o contexto de produção de fontes como estas. As investigações e correspondências sobre comunistas circulavam sistematicamente entre os órgãos da rede do SISNI – Sistema Nacional de Informações. Ele era formado por vários órgãos que se ramificavam formando uma rede eficiente e bem estruturada que abrangia vários setores das Forças Armadas e demais Ministérios. O cérebro

do SISNI era o SNI – Serviço Nacional de Informações – para onde convergiam todos os dados coletados pelos demais órgãos do sistema de forma a facilitar a troca de informações e o serviço de buscas e apreensões. Alfred Stepan chegou a salientar que o sistema brasileiro de inteligência, durante a ditadura militar, foi o mais autônomo e poderoso da América Latina ditatorial⁵². Desse modo, vale destacar que a criação da Escola Nacional de Informações (ESNI) pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) foi de fundamental importância na aparelhagem do sistema repressivo do Estado brasileiro. Com a desativação dos cursos da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1973, a ESNI se responsabilizaria pela formação dos agentes dos serviços de inteligência do Brasil. No depoimento de Marival Chaves Dias do Canto (ex-sargento do DOI-CODI de São Paulo na década de 1970), concedido a Pedro Estevam da Rocha Pomar, percebemos algumas das “técnicas” de interrogatório naquele contexto no qual Geraldo Patrício e Jarbas Amorim foram inquiridos:

[...] a prática utilizada para conseguir acordos semelhantes era chantagem, coersão irresistível. Isso é doutrinário, fiz vários cursos na Escola Nacional de Informações em que essa era a tônica: se diz que é necessário utilizar todos os artifícios, como coação, coerção, a utilização de parente como instrumento de chantagem, a desestabilização psicológica do preso, pagamento em dinheiro [...] ⁵³

Assim, também não se deve negligenciar a estrutura do aparato repressivo, particularmente em relação ao Sistema Nacional de Informações e sua conjuntura na década de 1970. Os cursos visando o treinamento de agentes para a “desestabilização psicológica” dos presos políticos se intensificaram e não por acaso o conjunto de métodos aprendidos e executados pelos agentes da repressão em meados da década de 1970 colaboraram para a associação do período à denominação “anos de chumbo”. O general Carlos Alberto da Fontoura, que esteve na chefia do Serviço Nacional de Informações, informou que no contexto de formação da ESNI o governo brasileiro enviou “os melhores oficiais” para vários serviços de informações que havia no exterior, particularmente para a

Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha e Israel. Segundo ele, os oficiais passaram um mês estudando e, ao retornarem ao Brasil com seus relatórios, foi possível organizar a ESNI, que funcionaria, sobretudo, a partir de 1972. Considerando esses fatores, seria no mínimo reducionista e ingênuo de nossa parte tratar os militantes comunistas presos naquele contexto apenas como “grandes delatores”, expressão utilizada recentemente pelo general Leônidas Pires, em entrevista que foi ao ar no programa *Globo News*⁵⁴. É compreensível que no contexto da década de 1970 os presos políticos, sobretudo a partir de 1972, ao experimentarem os “novos” métodos de interrogatório esbarrassem em maiores dificuldades para resistir. Nos depoimentos pesquisados no Fundo de Políticas Políticas do APERJ e referenciados neste artigo, por exemplo, percebemos que todos os inquiridos citaram alguns nomes de companheiros, funções e locais de reuniões e, em alguns casos, também fizeram o reconhecimento de militantes nos álbuns fotográficos da polícia. Além disso, os depoimentos parecem mais longos se comparados a outros produzidos na década anterior, e com poucas intervenções por parte dos interrogadores. Conforme explicou o coronel Adyr Fiúza de Castro “[...] o medo era um grande auxiliar no interrogatório [...]”⁵⁵. Não exaurindo outras possibilidades de análise, é importante realizar uma leitura que faça uma intercessão entre o ressentimento explícito no conteúdo dos depoimentos com as suas possibilidades contextuais de produção.

No mesmo interrogatório, Geraldo relata que foi através de Manoel Jover Teles, “membro da Direção Nacional da Corrente”, que ficou sabendo do processo de formação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR. Segundo ele, a notícia teria sido esclarecida por Jover Teles, em uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos, em 1967, pois “[...] o PCBR em meados dos anos 60 era estruturado no setor dos metalúrgicos em organizações de base (sindicatos)”⁵⁶.

Como membro da “Direção Nacional da Corrente”, Jover Teles mobilizava militantes e sindicalistas (alguns membros da corrente eram sindicalistas) para a organização e composição da Direção Nacional do novo partido, o PCBR. Percebemos que, se uma das críticas feitas ao PCB era a ausência de um operário, um “autêntico representante das massas” na Direção Nacional, Jover Teles,

desse modo, possuía um capital simbólico potencial dentre os dissidentes⁵⁷. Como havia sido operário e oriundo de família operária das minas de carvão do Rio Grande do Sul, carregava consigo essa qualidade, uma espécie de distintivo para galgar altos cargos em uma estrutura partidária comunista naquele contexto. Uma vez que sua ascensão dentro do PCB fora interrompida com a dissidência seguida de expulsão, sua condição identitária de operário contribuía-lhe positivamente no “currículo”, de forma que não se ausentou do universo comunista, ou pelo menos não foi rebaixado nas redes hierárquicas deste universo depois que foi expulso do PCB e ingressou em organizações dissidentes.

Foi nesse contexto de mobilização da Corrente, após divulgação das teses do VI Congresso realizado em dezembro de 1967, que Jarbas Amorim e outros militantes foram expulsos do PCB. Dentre os expulsos do “Partidão”, em 1967, estavam Manoel Jover Teles, Carlos Maringhella, Gorender, Mário Alves e outros, todos favoráveis a uma estratégia revolucionária de luta armada para o Brasil.

Jarbas Amorim salientou que Manoel Jover Teles era membro do secretariado do Comitê Central do PCB e que foi favorável à dissidência em 1967, ocasião na qual colaborou para a organização do PCBR. Foi em uma reunião ocorrida em outubro de 1967, em um Aparelho em Niterói, que membros da Corrente Revolucionária realizaram uma conferência que decidiu “[...] lutar pela formação de um novo partido com centralização democrática”⁵⁸.

Faziam parte da comissão de elaboração e preparação da Conferência de criação do novo partido: Manoel Jover Teles (“T.J.Paulo”; “Rui”), Armando Teixeira Frutuoso (“Juca”), o depoente e Jader de tal (“Jadir”); que Jader de tal (“Jadir”) abandonou a comissão antes da conferência; que Apolônio Pinto de Carvalho (“Lima”; “Alves”; “Neves”, “Ivo”) foi eleito para a Comissão na vaga deixada por Jader de tal; que tentaram trazer Carlos Mariguela e não deu certo.⁵⁹

Voltando ao processo de formação do PCBR, a leitura de cinco interrogatórios policiais do Fundo de Polícias Políticas do APERJ

também permite perceber que algumas divergências foram intensificadas no interior da própria Corrente, especialmente em relação aos caminhos que deveriam ser assumidos para fazer a Revolução⁶⁰. Perante as punições e intervenções aplicadas pelo PCB, sobretudo a partir de setembro de 1967, os membros da Corrente realizaram uma reunião nacional em outubro, na cidade de Niterói. A partir do encontro de outubro de 1967, os grupos heterogêneos que compunham a Corrente dividiram-se originando diferentes organizações políticas conforme já mencionado. Neste artigo, enfatizaremos apenas uma dessas organizações, o PCBR.

A conferência de criação do PCBR, conforme relatou Amorim, ocorreu nos dias 11 e 12 de abril de 1968. As principais resoluções do novo partido ficaram assim resumidas:

- a) necessidade da participação da classe operária no processo de revolução; que o aliciamento operário para o Partido seria feito em dois estágios paralelos: primeiro: conscientização ideológica; segundo: preparação militarista, com vistas a uma revolução armada;
- b) necessidade da afirmação do Partido como dirigente único da classe operária;
- c) preparação de infra-estrutura necessária à deflagração da guerrilha urbana e rural;⁶¹

A ênfase das primeiras resoluções do PCBR, como podemos perceber no excerto acima, estava na oficialização de um rompimento com a postura do PCB baseada no “etapismo pacifista”. Já na Conferência de organização do novo partido, ficava claro que o PCBR, assumia a linha da luta armada e que era necessário preparar quadros neste sentido. Na mesma Conferência de criação do PCBR, foram distribuídos os cargos de direção da nova instituição. Tais cargos foram citados explicitamente na documentação pesquisada no Fundo de Polícias Políticas do APERJ, contrariando a conclusão precipitada de Renato da Silva Della Vechia em sua dissertação de mestrado, quando disse que “[...] como não existem documentos com nomes, nem mesmo de nomes ‘frios’, a reconstituição das

direções depende da memória de ex-militantes ainda vivos”⁶². De acordo com o interrogatório 69/74, por exemplo, a configuração da direção do PCBR havia ficado da seguinte forma:

- a) Comissão Executiva (equivalente a “Direção Nacional”):
 - Nilo;
 - Apolônio Pinto de Carvalho;
 - Mario Alves de Souza Vieira (“Martim Silva”; “Vila”; “Silveira”);
 - Miguel Batista dos Santos (“Rodrigo”);
 - Bruno Costa Albuquerque Maranhão (“Paulo”);
 - Salatiel Teixeira Rolins (“Julio”; “Pena Forte”);
 - Jacob Gorender (“Sabino”; “Gonçalves”; “Valter”, “Geraldo”);
 - Manoel Jover Teles (“T. J. Paulo”; “Rui”);
 - o depoente;
- b) Primeiro Secretariado:
 - Mario Alves, o depoente, Apolônio, Miguel e Manoel Jover Teles.⁶³

Entre os dias 25 e 30 de abril de 1968, foi realizada a primeira reunião da Comissão Executiva do PCBR. Geraldo informou à polícia que a reunião ocorreu em um apartamento em Del Castilho, Rio de Janeiro, e que durou um dia. Além disso, citou nomes de militantes que lá haviam comparecido, dentre eles Jover Teles. Nesse encontro, que serviria para formalizar a existência do novo partido, foi discutida a organização de um plano de trabalho para o PCBR. Um mês depois da reunião, Geraldo relatou que houve um “racha” dentro do partido devido ao fato de “[...] Manoel Jover Teles (‘T. J. Paulo’; ‘Rui’), Helena Boaventura Neto (Hilda) e Geraldo Soares Silva (‘Átila’) terem saído do PCBR e terem ido para o PCdoB”⁶⁴.

A entrada de Jover Teles no PCdoB parece ser mais complexa do que as explicações contidas nos interrogatórios policiais. Gorender, ao se referir à reunião de abril de 68, registrou:

Em meados de abril de 1968, num sítio fluminense situado em lugar alto da Serra da Mantiqueira, reuniu-se a assembleia fundadora do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Presentes cerca de vinte e cinco pessoas, entre ex-membros do CC do PCB e delegados de bases partidárias de vários Estados. Já então estávamos informados de que Jover Telles fazia alicia-mento na Guanabara para o PCdoB. Além dele, sabíamos que Armando Frutuoso, Lincoln Bicalho Roque e mais dois delegados presentes eram membros do partido stalinista-maoísta. Preferimos não levantar a questão desta duplicidade, uma vez que des- viaria a reunião de sua finalidade de formalizar a existência do novo partido. Mas se podia prever que ele nascia sob o signo da cisão e não da unidade.⁶⁵

Jacob Gorender observou que a formação do PCBR ocorreu tardiamente devido à “indefinição” de alguns militantes. Enquanto “outras organizações já estavam definidas”, disse ele, “nós ainda discutíamos”. Essa situação teria sido aproveitada pelo PCdoB que, com a colaboração de Jover Teles, “lançou sua rede”. “Jover Teles, já acertado com o PCdoB desde não se sabe quando, foi instruído a esconder o acordo e continuar a atuação no nosso meio, com vistas ao recrutamento de egressos do PCB”⁶⁶, afirmou Gorender. Para os militantes Geraldo e Amorim, Jover Teles entrou para o PCdoB na situação definida como “racha do PCBR”. Para Goren- der, um dos líderes da Corrente Revolucionária e membro da Dire- ção Nacional do PCBR, Jover já estaria no PCdoB no momento da criação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, atuando neste último para atrair mais dissidentes para as fileiras do PCdoB.

Inicialmente, o PCdoB, criado em 1962 a partir da cisão ocor- rida no PCB, buscou alinhar-se internacionalmente com o Partido Comunista da União Soviética. O reconhecimento por parte do PCUS traria para o PCdoB o respeito e o apoio necessários para a legitimação da nova instituição. Todavia, a postura do PCUS se deu em sentido contrário. A URSS reconheceu apenas o PCB como o verdadeiro partido comunista em atuação no Brasil, negando ao PCdoB o reconhecimento impetrado. Jean Rodrigues Sales obser- vou que conversações com Cuba e China ocorreram simultanea- mente com a tentativa de aproximação e reconhecimento por parte da URSS e que a opção pela linha chinesa ocorreu apenas a partir de 1963, com o rompimento entre o PCC e o PCUS⁶⁷. O maoísmo

chinês, diferentemente do foquismo cubano, “[...] subordinou o fator militar ao fator político, ou seja, o partido deveria preceder a guerrilha [...]”, sem romper com “[...] a proposta de revolução por etapas, diferentemente do foquismo que propunha uma revolução imediatamente socialista”⁶⁸.

O alinhamento com o Partido Comunista Chinês foi extremamente importante para firmar a defesa da posição da luta armada junto aos militantes do PCdoB. Aliada à estratégia que ficaria conhecida como “Guerra Popular Prolongada”, a adesão ao maoísmo possibilitou a organização do PCdoB, bem como a preparação e a eclosão da Guerrilha do Araguaia, tática que seria o pomo de novas divergências e crises entre os comunistas do PCdoB.

Considerações finais

Analizamos até aqui os principais fatores citados na historiografia para explicar a cisão do PCB e o surgimento do PCdoB. O “desmascaramento de Stálin” no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, abalou profundamente a unidade do “Partidão”. O Relatório Khrushchev evidenciou um dos motivos mais citados da dissidência comunista: o conflito entre stalinistas e antistalinistas. Esse conflito é fator procedente em nossa análise sobre a cisão que originou o PCdoB e o PCBR, pois as críticas ao stalinismo modificaram olhares e sentimentos de militantes em relação ao modelo stalinista e às orientações da URSS ao PCB. Todavia, embora tenha sido um fator que aprofundou as divergências entre os comunistas, exemplos da historiografia sobre o referido tema e os inquéritos policiais pesquisados permitem-nos concluir que a lógica stalinista x antistalinista não é suficiente para explicar a dissidência comunista dos anos 50 e 60. É oportuno esclarecer que não devemos generalizar o posicionamento dos militantes que saíram do PCB em relação ao antistalinismo, pois a rígida estrutura partidária, acompanhada por um extremo centralismo nas tomadas de decisões pelo núcleo dirigente do PCB, foi um dos principais obstáculos enfrentado pelos comunistas que iniciaram um movimento de autocrítica a partir de 1956, até que deixassem o partido.

A repressão e a rigidez do PCB sobre os militantes que se opuseram às determinações da “Carta Rolha” também foram decisivas para o fortalecimento de movimentos dissidentes. Como vimos, muitos comunistas foram expulsos ou ficaram afastados de determinados setores e funções de militância e as redações de jornais passaram a sofrer maior interferência do núcleo dirigente do PCB, que passou a reprimir e censurar os comportamentos considerados como “indisciplina”, ou como “golpe à unidade partidária”.

Também concebemos o papel desempenhado pela produção intelectual que surgiu dentro do próprio partido, sobretudo depois do golpe militar de 64. A conjuntura daquele período pós-golpe acirrou ainda mais os ânimos daqueles que estavam descontentes com a política pacifista da direção do PCB em sufocar um movimento de autocritica que se fez necessário após o golpe. Nesse sentido, uma produção intelectual trazia novas bases para interpretar a realidade brasileira como favorável a uma radicalização da luta política em prol de uma revolução.

Em nome da unidade, o “Partidão” gerou muitos desafetos e causou muito ressentimento. Guardando as diferenças dos contextos de produção das fontes de pesquisa utilizadas neste trabalho, o ressentimento esteve presente em muitas memórias de militantes que, especialmente pela impotência sentida diante do Golpe de 1964 e pela injustiça e intolerância percebidas em relação ao Comitê Central, organizaram o que nos parece ter sido o primeiro movimento concreto da dissidência comunista entre meados dos anos 50 e início dos anos 60: a Corrente Revolucionária Nacional. Heterogênea, a Corrente, enquanto tendência crítica no interior do PCB, influenciou diferentes cisões, nas quais originaram-se outros partidos e movimentos de esquerda, como o PCBR.

COMMUNIST DISSIDENCE: THE SPLITTING OF THE PCB TO THE FORMATION OF PCBR IN THE 1960S

Abstract: The aim of this paper is to characterize the context of the differences that marked the PCB and gave rise to movements and institutions dissident like the “Corrente Revolucionária Nacional”, the “Partido Comunista Brasileiro Revolucionário” – PCBR – and PCdoB. Are analyzed documents produced by agencies of repression, especially interrogations circulated by Intelligence Services of the Armed Forces in the 60s and 70s and that compose the collection of the Police Fund Policies of the Public Archives of the State of Rio de Janeiro.

Keywords: Communism. Revolutionary Brazilian Communist Party. Communist dissent.

Notas

¹ Este artigo é uma versão modificada de parte de um capítulo de minha tese de doutorado em História, apresentada e aprovada em março de 2012 em banca de qualificação no Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. Na ocasião, os membros da banca avaliadora foram a prof^a Dra. Marluza Marques Harres (orientadora), o prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS) e a prof^a Dra. Eliane C. Deckman Fleck (Unisinos).

² Conforme esclarece Dulce Pandolfi, “[...] o PCB foi criado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista, passando depois a ser chamado de Partido Comunista do Brasil e só vindo a adotar a denominação Partido Comunista Brasileiro em 1961” (1995, p. 23).

³ Ver Pacheco (1984), Cavalcante (1986), Pomar (2000), Pandolfi (1995), Segatto (1989), Chilcote (1982), Gorender (1987), Reis Filho (1990; 2002), Sales (2007), dentre outros.

⁴ GORENDER, 1987, p. 21.

⁵ PALDOLFI, 1995, p. 176.

⁶ Compartilhamos com a aceção de Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho quando, inspirados em Norberto Bobbio, definiram “Esquerda” como “[...] forças e lideranças políticas animadas e inspiradas pela perspectiva e pela mudança – reformista ou revolucionária – no sentido da igualdade” (*apud* FERREIRA e REIS FILHO, 2007, p. 11).

⁷ GORENDER, Jacob. Entrevista concedida ao autor em 24-02-2011.

⁸ *Apud* Carone, 1982, v. 2, p. 157.

⁹ PRESTES, Luís Carlos. *Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro sobre o Debate Político*. Imprensa Popular, RJ, 20 de novembro de 1956, p. 3.

¹⁰ PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*: impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil. RS: Ed. Globo, 1962.

¹¹ PERALVA, *id.*, p. 185.

¹² PERALVA, *id.*, *ibid.*

¹³ Carta de Jorge Amado a João Batista de Lima e Silva, publicada na Imprensa Popular dia 11 de outubro de 1956, citada por Peralva, 1962, p. 186.

¹⁴ PERALVA, *id.*, p. 230.

¹⁵ PERALVA, *id.*, p. 231.

¹⁶ Voz Operária, 20-04-1957, p. 5, In: Carone, 1982, p. 123-127.

¹⁷ POMAR, Valter Ventura da Rocha. *Comunistas do Brasil. Interpretações sobre a cisão*. 2000. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2000.

¹⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 270.

¹⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 273.

²⁰ Expressão cunhada por Jacob Gorender como título do capítulo 10 da obra “Combate nas Trevas”.

²¹ As “Internacionais” foram resultado da repercussão das correntes socialistas que participaram da Associação Internacional dos Trabalhadores que, mais tarde, fora denominada de “Primeira Internacional”. Como nos explica Leandro Konder (2003), “[...] apesar das sensíveis diferenças de opinião, os líderes dos movimentos operários procuravam se organizar internacionalmente, a partir da constatação de que a burguesia dos diversos países já estava organizada em escala mundial” (p. 16). A Primeira Internacional aglutinou representantes de várias tendências do pensamento socialista, teve como principal teórico Karl Marx e funcionou entre 1864 e 1872. A Segunda, fundada após a morte de Marx em 1889, segundo Konder, ainda existe e aglutina em torno de si os social-democratas. A Terceira, fundada pelos bolcheviques, conhecida como a Internacional de Lênin e Stálin, foi organizada em 1919 e se autodissolveu em 1943. “A Quarta – a de Trotski – continua funcionando, mas tem enfrentado crises sucessivas [...]” (p. 24).

²² SOUZA, Deusa Maria de. *Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2006, p. 52.

²³ POMAR, V. *op. cit.*, p. 270.

²⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 274.

²⁵ GORENDER, 1987, p. 73.

²⁶ POMAR, V. *op. cit.*, p. 276.

²⁷ POMAR, V., *id.*, p. 278-279.

²⁸ SALES, 2007, p. 68-69.

²⁹ SALES, *id.*, p. 69.

³⁰ Ver PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974.

³¹ SALES, *id.*, *ibid.*

³² PANDOLFI, 1995, p. 179.

³³ É importante salientar que o PCB foi declarado extinto em Janeiro de 1992 e que, muito embora tenha sido extinto enquanto instituição, sobreviveria como orientação identitária para os militantes do PCdoB, partido tributário da memória e da cultura comunista do “Partidão” desde a cisão responsável por sua origem. Ver, nesse sentido, os trabalhos de Pandolfi (1995) e Sales (2003).

³⁴ SALES, *id.*, p. 70.

³⁵ O COMUNISMO no Brasil. Inquérito Policial Militar 709. v. 4 – A Ação Violenta. RJ: Biblioteca do Exército, 1967, p. 373.

³⁶ GORENDER, 1987, p. 87.

³⁷ GORENDER, 1987, p. 88.

³⁸ GORENDER, *id.*, p. 88-89.

³⁹ GORENDER, *id.*, *ibid.*

⁴⁰ FALCÓN, Gustavo. Um caminho brasileiro para o socialismo: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970). 2007. 207p. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, p. 27. A expressão “heterogênea” parece assertiva especialmente por que da Corrente teriam origem diferentes organizações políticas, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), o Partido Comunista Revolucionário (PCR), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) etc.

⁴¹ INTERROGATÓRIO N° 77/74 – DOI/CODI I EX. Interrogador: Agenor; Interrogado: Jarbas Amorim (“Jair”, “Ribas”, “Bruno”). Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128, f. 274 (Jarbas Amorim, de acordo com as notas policiais no documento pesquisado, pertenceu ao PCB, Corrente Revolucionária Nacional, PCBR e MR-8).

⁴² BOLETIM RESERVADO N° 65. Departamento Estadual de Segurança Pública / DOPS. Rio de Janeiro, 29/06/1966. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: Boletim Reservado, notação: 65, s.p.

⁴³ KONSTAN, David. Ressentimento – história de uma emoção. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.) *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. SP, Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 61.

⁴⁴ INTERROGATÓRIOS N° 68/74, 69/74, 77/74, 79/74 e 109/74.

⁴⁵ FERREIRA, 2002, p. 133.

⁴⁶ Roger Petersen, citado por Konstan, *id.*, *ib.*

⁴⁷ É necessário salientar que não queremos dizer que o ressentimento explique, sozinho, as declarações dos depoentes. Reconhecemos que ao pesquisar documentos das Polícias Políticas estamos, invariavelmente, lidando com arquivos de regimes repressivos que utilizavam diferentes métodos para obter determinadas informações dos depoentes, dentre eles a tortura. Objetivamos, desse modo, salientar a presença do ressentimento nos discursos dos depoentes, ressentimentos que, em relação ao PCB, ajudam a entender os principais pontos divergentes que levaram à cisão de 1962 e à formação de outras instituições partidárias, como o PCBR.

⁴⁸ INTERROGATÓRIO Nº 69/74 – DOI/CODI I EX. Interrogado: Geraldo Seixas Patrício. Organização: PCB, Corrente Revolucionária Nacional, PCBR. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1974, das 13h às 17h. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128.

⁴⁹ *Id.*, *Ibid.*, f. 214.

⁵⁰ *Id.*, *Ibid.*, f. 210.

⁵¹ *Id.*, *Ibid.*, fs. 212-214.

⁵² STEPAN, Alfred. *Os Militares: da Abertura à Nova República*. 4º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

⁵³ POMAR, P. E., 2006, p. 186.

⁵⁴ ENTREVISTA DO GENERAL LEÔNIDAS PIRES GONÇALVES SOBRE OS 25 ANOS DO FIM DA DITADURA MILITAR. Dossiê Globonews. Rio de Janeiro, Rede Globo, 03 de abril de 2010.

⁵⁵ Depoimento de Adyr Fiúza de Castro concedido a Maria Celina D'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares *In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio, Ary Dillon; CASTRO, Celso. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 60.

⁵⁶ INTERROGATÓRIO Nº 68/74 – DOI/CODI I EX. Interrogado: Geraldo Seixas Patrício. Organização: PCB, Corrente Revolucionária Nacional, PCBR. Rio de Janeiro 5 de abril de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128, f. 217.

⁵⁷ O conceito de capital simbólico de Pierre Bourdieu configura uma medida ou espécie de poder ligado ao prestígio e/ou carisma que um sujeito ou instituição possui em um campo determinado. Este capital, como uma distinção, permite ao indivíduo desfrutar de certa posição de destaque em certo campo, e tal projeção é reforçada por signos peculiares que reafirmam a posse deste capital. Ver Bourdieu (2011a; 2011b).

⁵⁸ Conforme INTERROGATÓRIOS Nº 77 e 79/74 – DOI/CODI I EX. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128.

⁵⁹ INTERROGATÓRIO Nº 77/74 – DOI/CODI I EX, *id.*, p. 6, f.269.

⁶⁰ INTERROGATÓRIOS Nº 68/74, 69/74, 77/74, 79/74 e 109/74.

⁶¹ INTERROGATÓRIO Nº 79/74 – DOI/CODI I EX. Interrogador: Agenor; Interrogado: Jarbas Amorim (“Jair”, “Ribas”, “Bruno”). Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Políticas Políticas, setor: comunismo, notação 128, fs. 261-262.

⁶² DELLA VECHIA, Renato da. Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973). 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2005, p. 93.

⁶³ INTERROGATÓRIO Nº 69/74, *id.*, fs. 260-261. O interrogatório também apresenta a estruturação e reestruturação do PCBR a partir de seus comitês a nível nacional, estadual e municipal entre os anos de 1968 e 1969.

⁶⁴ INTERROGATÓRIO Nº 79/74, *op. cit.*, f. 256.

⁶⁵ GORENDER, 1987, p. 102.

⁶⁶ GORENDER, *id.*, p. 101.

⁶⁷ SALES, 2007, p. 74-75.

⁶⁸ SALES, *id.*, p. 75.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

_____. *Razões Práticas*. Sobre a teoria da ação. 11ª ed. São Paulo: Papirus Editora, 2011b.

CARONE, Edgard. *O PCB*. São Paulo: Difel, v. 2, 1982.

CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: EDUFF/PRO-ED, 1986.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio, Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DELLA VECHIA, Renato da. *Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *BOLETIM RESERVADO N° 65*. Departamento Estadual de Segurança Pública / DOPS. Rio de Janeiro, 29/06/1966. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Políticas Políticas, setor: Boletim Reservado, notação: 65.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Interrogatório N° 68/74 – DOI/CODI I EX*. Interrogado: Geraldo Seixas Patrício. Rio de Janeiro 5 de abril de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Políticas Políticas, setor: comunismo, notação 128.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Interrogatório N° 69/74 – DOI/CODI I EX*. Interrogado: Geraldo Seixas Patrício. Rio de Janeiro 5 de abril de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Políticas Políticas, setor: comunismo, notação 128.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Interrogatório N° 77/74 – DOI/CODI I EX*. Interrogador: Agenor; Interrogado: Jarbas Amorim. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Políticas Políticas, setor: comunismo, notação 128.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Interrogatório N° 79/74 – DOI/CODI I EX*. Interrogador: Agenor; Interrogado: Jarbas Amorim. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Políticas Políticas, setor: comunismo, notação 128.

FALCÓN, Gustavo. *Um caminho brasileiro para o socialismo: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)*. 2007. 207p. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito*. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: EdUFF/ Mauad, 2002.

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*. vol.1: A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. SP: Ática, 2ª ed., 1987.

GORENDER, Jacob. *Sobre a militância comunista e Jover Teles*. Entrevista concedida ao autor em 24-02-2011. São Paulo, residência do entrevistado, 2011.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KONDER, Leandro. *História das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2003.

KONSTAN, David. Ressentimento – história de uma emoção. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.) *Memória e (Res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. 2ª ed. SP, Campinas: Editora Unicamp, 2004.

O COMUNISMO no Brasil. *Inquérito Policial Militar 709*. v. 4 – A Ação Violenta. RJ: Biblioteca do Exército, 1967.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros*. História e Memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974.

PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*: impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

POMAR, Valter Ventura da Rocha. *Comunistas do Brasil*. Interpretações sobre a cisão. 2000. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2000.

PRESTES, Luís Carlos. *Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro sobre o Debate Político*. Imprensa Popular, RJ, 20 de novembro de 1956.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil, 2ª ed. São Paulo: brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista do Brasil entre 1943 e 1964. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, v. 5: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. São Paulo: Editora Unicamp, 2002.

SALES, Jean Rodrigues. *O PCdoB conta a sua história*: tradição, memória e identidade política. Diálogos. Maringá, 2003, p. 155-71.

SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, v. 6: partidos e movimentos após os anos 1960. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. 2ª ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SOUZA, Deusa Maria de. *Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2006.

STEPAN, Alfred. *Os Militares: da Abertura à Nova República*. 4º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

Recebido em: 31/05/2012

Aprovado em: 25/09/2012

Resenhas

HOLLANDA, Bernardo B. B.; MELO, Victor A.
O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil.
Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, 209p.
ISBN: 978-85-7577-941-5

André Mendes Capraro*
Jhonatan Uewerton Souza**

Há algum tempo que, a despeito das desconfianças de alguns historiadores, multiplicam-se as abordagens e os horizontes temáticos da historiografia. No bojo desse processo de expansão das fronteiras disciplinares, as pesquisas em história adentraram em aspectos até então negligenciados da cultura, apuraram o olhar sobre o cotidiano, lançaram luz ao que, a princípio, – mais por descuido que por mérito – parecia frívolo, portanto, desmerecedor de reflexões aprofundadas. No interior dessas transformações, assistimos à constituição de um campo de estudos sobre a história dos esportes, institucionalizado em núcleos de pesquisa espalhados por diversas universidades em diferentes estados brasileiros, como Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul ou Bahia.

Do ponto de vista da tipologia das fontes, o desenvolvimento do campo de estudos em história dos esportes esteve atrelado, desde o início, à pesquisa em imprensa. Não raro, propiciando um profícuo espaço de trocas entre história, jornalismo e comunicação social. Contudo – apesar de notáveis exceções –, essas pesquisas tendiam a desprezar, de início, as peculiaridades das fontes jornalísticas. Selecionando textos em separado, pouco atentas às posturas editoriais

* Professor do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná. E-mail: andrecapraro@onda.com.br.

** Mestrando do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. E-mail: jhonatanusouza@gmail.com.

dos periódicos ou com o cotidiano das redações e suas disputas internas de poder, que, entre outras coisas, delineiam os limites da enunciação de um discurso. As pesquisas terminavam por limitar suas potencialidades, como resultado dos descuidos metodológicos. Com o amadurecimento do campo de estudos, novas questões estão postas, dentre elas, aquelas respectivas à singularidade das fontes de imprensa. Em especial, quanto ao seu particular estatuto de fonte/objeto. À luz dessas considerações, recebemos com entusiasmo a coletânea *O Esporte na Imprensa e a Imprensa Esportiva no Brasil*, que tem como organizadores Victor Andrade de Melo e Bernardo Borges Buarque de Hollanda, dois renomados historiadores do esporte, detentores de obras referenciais no interior desse campo de estudos. O livro está alojado na *Coleção Visão de Campo*, da editora 7Letras, que reúne outras obras dedicadas à história do esporte. Sua proposta de resgatar as experiências de alguns dos principais periódicos esportivos brasileiros durante o século XX, surge em boa hora. Tomada como um todo, a obra converte-se em instigante ponto de partida para a reflexão sobre as múltiplas formas de olhar para os impressos enquanto fontes e objeto de estudo, tornando-se, assim, um eficaz convite à pesquisa. Talvez seja esse seu principal mérito, pois, ao iluminar pontos específicos, dá-nos a dimensão da escuridão e das inúmeras possibilidades de pesquisa em história dos esportes.

Já no título do prefácio, escrito por Ronaldo Helal, deparamo-nos com uma pergunta inquietante: *O esporte na imprensa ou a imprensa no esporte?* Resgatando um dos questionamentos levantados por Victor Andrade de Melo no primeiro capítulo da coletânea, Helal identifica um dos pontos nevrálgicos da obra, qual seja, a relação dialética entre esporte e imprensa. De fato, tanto o esporte quanto a imprensa, caminharam de mãos atadas no decorrer do século XX, autonutrindo-se como campos em constante interpenetração.

Pensar a imprensa de “corpo inteiro”, esse seria o objetivo da obra, afirmam Victor Andrade de Melo e Bernardo Borges Buarque de Hollanda na apresentação da coletânea. Para os autores, haveria uma lacuna quanto à imprensa esportiva, no *hall* de obras dedicadas à história da imprensa brasileira. Isso não seria fortuito, a imagem do leitor de esportes como alguém de baixo poder aquisitivo e estreita capacidade intelectual, teriam corroborado no sentido de rebaixar

esse segmento da imprensa como uma vertente de menor valor para o entendimento da sociedade brasileira e das representações acerca da nação. Seria necessário resgatar os periódicos esportivos enquanto atores sociais, objetos de análise em toda sua complexidade, agentes na edificação de imaginários acerca da nação. Eis, em linhas gerais, a proposta do livro.

Em *Causa e Consequência: esporte e imprensa no Rio de Janeiro do século XIX e década inicial do século XX*, Victor Andrade de Melo debruça-se sobre os primórdios do esporte e sua inserção na imprensa carioca. Neste capítulo, o autor chama a atenção para as múltiplas relações estabelecidas entre os esportistas e a imprensa, indicando o papel de mediador ocupado por esses periódicos, entre as agremiações e o grande público. Aqui, a imprensa é compreendida enquanto protagonista no processo de construção de sentidos e significados no entorno da prática esportiva. Sendo a construção desses sentidos e significados, o resultado das mediações estabelecidas entre os interesses do periódico, dos jornalistas e do que estes consideravam como “interesse público” (normalmente o interesse de pequenos setores sociais).

Em seguida, Luiz Henrique de Toledo analisa um dos mais importantes periódicos esportivos paulistanos, em: *A cidade e o jornal: a Gazeta Esportiva e os sentidos da modernidade na São Paulo da primeira metade do século XX*. Enfatizando o período em que *Gazeta Esportiva* era apenas um suplemento do jornal *A Gazeta*, Toledo desvela uma série de representações sobre o processo de metropolização de São Paulo e os sentidos atribuídos à cidade nesse suplemento. Com seu liberalismo *paulistanista*, o periódico desenvolve uma linguagem bairrista, empregando sentidos específicos à prática do futebol em São Paulo, especialmente no que se refere à sua relação com a ética do trabalho, sustentando, assim, no ambiente esportivo, uma série de autorrepresentações difundidas acerca da cidade, na primeira metade do século XX.

Bernardo Buarque de Hollanda, em *O cor-de-rosa: ascensão, hegemonia e queda do Jornal dos Sports entre 1930 e 1980*, opta por uma visão panorâmica da trajetória do *Jornal dos Sports*, tomando como eixo cronológico a participação de Mario Filho na publicação. Contudo, o objetivo não é reiterar as mitologias construídas em torno do

cronista, ao contrário, Hollanda apresenta um Mario Filho distinto, cercado por diversos outros cronistas que, como ele, frequentavam os círculos do poder, contribuindo para o estreitamento dos vínculos desse periódico com as instâncias políticas e a administração esportiva. Um dos méritos do artigo é, sem dúvida, apresentar um *JS* para além de Mario Filho.

O periódico esportivo do grupo Bloch Editores é o tema de André Alexandre Guimarães Couto em, *O discurso pela imagem: Manchete Esportiva e sua proposta fotojornalística (1955-1959 e 1977-1979)*. Abarcando dois períodos distintos de circulação da revista, o autor analisa com cuidado o enfoque que o semanário dava às imagens, inspiração herdada da revista *Manchete*, carro chefe do grupo Bloch. Para tanto, Couto adentra às estruturas da revista, percorrendo desde sua equipe de fotógrafos e cronistas até sua estrutura editorial e os enfoques da publicação. O cuidado com a técnica e o protagonismo legado às imagens, encontram-se em sincronia com os discursos sobre “modernização” do país, difundidos naqueles períodos.

Álvaro do Cabo, em *Um raio-x da Revista do Esporte*, dedica-se à análise panorâmica de diversas colunas deste semanário. Criada nos anos 1960, em meio a um período de grande efervescência no esporte nacional, a *Revista do Esporte* aposta no sensacionalismo de suas coberturas, dando grande ênfase à vida privada dos atletas – principalmente os futebolistas –, em consonância com a proposta editorial de outro semanário, a *Revista do Rádio*. Assim como André Couto, Álvaro do Cabo chama-nos a atenção para as trocas estabelecidas entre a imprensa esportiva e outros segmentos da imprensa. Relação fundamental para a compreensão das opções editoriais de alguns periódicos.

Criada em meio às restrições impostas pela censura, a revista *Placar* é o tema de João Malaia, que foca os primeiros instantes desta publicação em, *Placar: 1970*. O recorte temporal reduzido possibilitou ao autor verticalizar sua análise, revisitando temas ainda presentes em nossa memória histórica do futebol. É o caso dos posicionamentos da revista a respeito da demissão de João Saldanha, analisada por meio das crônicas de Hamilton de Almeida, das charges de Henfil, das declarações do próprio Saldanha ou das composições imagéticas do semanário. Compreendendo tanto aspectos de contestação quanto de apoio ao regime, o autor defende a importância de estudar a imprensa

esportiva em regimes de exceção. A dupla licença da qual gozavam esses periódicos, a esportiva e a humorística, abria o espaço necessário para a crítica, todavia, essa crítica sempre vinha mesclada às necessidades ou opções de alinhamento, como bem pontua Malaia em sua análise sobre a publicidade nesses periódicos.

Em *Juventude em revista: surfe e Fluir*, Rafael Fortes segue com as reflexões que desenvolve desde sua tese de doutoramento. Atribuindo grande atenção à cultura jovem na década de 1980, Fortes contextualiza a revista *Fluir* no interior de uma gama de produtos culturais – novelas, seriados, filmes, programas de rádio, moda etc. – que passavam a identificar no público jovem um mercado consumidor lucrativo, abrindo, assim, espaço considerável aos esportes radicais, dentre eles o surfe. Com habilidade, Fortes demonstra o papel ativo de *Fluir* na institucionalização e profissionalização do surfe, seja em suas publicações, enfocando as viagens e os campeonatos em detrimento da prática cotidiana do surfe, seja em sua atuação junto às entidades especializadas ou cobrando dos atletas uma postura “profissional”, afim de dissociar o surfe de imagens depreciativas, como o uso de drogas e o localismo.

Por fim, Mauricio Stycer escreve sobre a trajetória do diário *Lance! em, Lance! um jornal do seu tempo*. Inspirado em periódicos de outros países, como o espanhol *Marca* e o argentino *Olé, Lance!* propunha uma nova forma de jornalismo esportivo, um jornal “pra cima”, escrito na linguagem do torcedor. Fruto das mudanças experimentadas pelo futebol na década de 1980, *Lance!* é o primeiro projeto de mídia financiado exclusivamente por investidores profissionais. Dando maior importância aos aspectos gráficos que ao conteúdo, o periódico fora idealizado tendo como público alvo o torcedor-consumidor, figura central do futebol-empresa. Com escrita apurada, Stycer reconstitui os embates travados no interior da redação para delimitar os princípios editoriais do novo impresso. Antes de mais nada, *Lance!* é tratado aqui como a expressão no jornalismo esportivo, dos novos ares que invadiam o futebol.

O caráter coletivo da obra e a diversidade dos autores – alguns historiadores, outros sociólogos, antropólogos, jornalistas etc. – imprimem no livro uma pluralidade de abordagens e enfoques, ganhando na multiplicidade dos olhares e perdendo quanto à coesão e unidade

da coletânea. Todavia, mesmo que com níveis distintos de qualidade e profundidade, os autores dão conta da proposta inicial do livro. Aliás, o próprio sucesso na empreitada dá-nos a condição de identificar lacunas e advoga pelo surgimento de novos projetos como esse.

Uma das principais lacunas diz respeito à espacialidade desses periódicos. Compreendemos a opção por veículos de pretensão e alcance nacional, contudo a repetida seleção de periódicos situados no Rio de Janeiro ou em São Paulo pouco contribui para o conhecimento das distintas formas de apropriação e ação da imprensa no interior do campo esportivo. De fato, ao fazê-lo, corre-se o risco de voltar ao óbvio, mesmo que por caminhos distintos dos traçados pelos antigos memorialistas. Outra lacuna, dessa vez temática, incide sobre a supremacia do futebol masculino profissional nas abordagens. Justiça seja feita, quase todos os autores dão algum espaço para outras modalidades ou diferentes formas de apropriação do futebol. Contudo, excetuando alguns capítulos, o peso das análises é deveras desigual. Compreendemos que o fato está ligado às opções editoriais dos próprios periódicos analisados e que os limites do capítulo exigem recortes. Entretanto, a inclusão de órgão específicos, como feito com *Fluir*, agregaria na compreensão das relações entre imprensa e esporte no Brasil.

A título de conclusão, *O Esporte na Imprensa e a Imprensa Esportiva no Brasil* é leitura recomendada para todos os interessados em história dos esportes ou história da imprensa no Brasil. Como dito anteriormente, a qualidade da obra instiga-nos a projetar futuros trabalhos. Sem dúvida, como demonstraram Bernardo Buarque de Hollanda e Victor Andrade de Melo, é possível pensarmos em coletâneas específicas sobre outras mídias ou produções culturais. Desse modo, o papel dos programas de rádio, televisão, as especificidades da internet, a inserção dos esportes nas telenovelas, as questões respectivas à recepção dessas informações. Enfim, ao cumprirem com louvor sua proposta, os autores terminam por estimular novos estudos, temática e abordagens, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento dos estudos em história dos esportes.

Recebido em: 28/02/2013

Aprovado em: 11/04/2013

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. Tradução: José Augusto Ribeiro, Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia da Letras, 2011. ISBN: 978-85-359-1859-5

Rudy Nick Vencatto*

As questões socioambientais ganharam um grande impulso nas discussões acadêmicas, principalmente no final do século XX e início do século XXI. É neste cenário que a obra de Alfred W. Crosby¹, *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900* ressurge, no ano de 2011. Publicado primeiramente no ano de 1986, nos Estados Unidos, o livro foi lançado no Brasil pela Editora Companhia das Letras no ano de 2011, em uma versão de bolso, fruto de uma tradução da primeira reimpressão, que data de 1991.

Cabe aqui uma primeira reflexão plausível de debates. Por que uma obra lançada no século passado ganha evidência no Brasil somente no ano de 2011? Em um panorama no qual as preocupações ambientais auferiram lugar de destaque, editar uma obra com tal magnitude de discussão significa também, para a editora, um mercado de circulação favorável. Além disso, é inegável que a temática abordada por Alfred Crosby é pertinente, não somente neste século, mas sim, em qualquer temporalidade, pois proporciona diferentes olhares sobre os movimentos expansionistas e coloniais, estimulando, assim, a quebra de alguns paradigmas.

De uma forma geral, a obra de Alfred W. Crosby problematiza o processo de expansão das populações europeias, principalmente por volta dos anos 900 a 1900, porém sem perder de vista um recorte

* Docente do Curso de História da Universidade Paranaense – UNIPAR e doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: rudy_nick@hotmail.com.

temporal mais longínquo. O foco de sua discussão concentra-se na invasão biológica lançada pelas levas europeias em outras regiões do planeta, as quais constituíram aquilo que denominou-se de “biota portátil”². Crosby aufere um lugar protagonista à biota portátil, sendo ela responsável por expulsar ou até mesmo eliminar a flora, fauna e os habitantes nativos de distintas regiões do mundo, dando origem às “Neoeuropas”, ou seja, Austrália, Nova Zelândia e América.

Para tal reflexão, sua obra foi dividida em doze capítulos, ao longo dos quais, Crosby passeia da Pangeia, há aproximadamente 180 milhões de anos, até 1900. Segundo ele, neste período, as Neoeuropas já estão constituídas e, por sua vez, são responsáveis pelo abastecimento mundial de alimentos estando todas situadas em latitudes similares, em zonas temperadas dos hemisférios norte e sul, possuindo a grosso modo, o mesmo clima. Como introdução, Crosby lança explicações para delimitar seu tema, partindo de uma preocupação central: entender as razões que levaram os europeus e seus descendentes a estarem distribuídos por toda a extensão do globo.

Segundo Alfred Crosby, o bom desempenho das campanhas imperialistas e expansionistas europeias está ligado a questões ecológicas e biológicas. Porém, ao fazer estas afirmações, o autor acaba por simplificar estas campanhas, e/ou, até mesmo, naturalizá-las, diminuindo, assim, a relevância das questões econômicas, políticas e culturais que também foram agentes neste processo. Trata-se de uma afirmação audaciosa que por vez pode direcionar os leitores a caírem na malha discursiva do autor, tomando os movimentos de conquista e extermínio enquanto ações naturais, ligadas apenas a questões biológicas.

É no segundo capítulo intitulado, *Revisitando a Pangeia: o Neolítico Reconsiderado*, que Crosby passa a olhar mais atento para o processo de evolução e desenvolvimento de diferentes espécies, tomando como eixo de análise a divisão da Pangeia³. Para Crosby, este movimento definidor dos continentes proporcionou que muitas formas de vida se desenvolvessem de maneira independente e em muitos casos, com exclusividade, o que, segundo o autor, pode explicar as diferenças extremas de flora e fauna entre a Europa e as Neoeuropas.

Chama atenção a definição de cultura que Crosby traz para sua análise. É cabível de compreensão que sua concepção adapta-se aos interesses que procura desvendar neste processo de investigação, apresentando de forma limitada uma categoria de análise tomada por tanta complexidade e debatida em várias áreas das ciências humanas. Para Crosby (2011, p. 25), cultura pode ser entendida enquanto:

[...] um sistema de armazenamento e alteração de padrões de comportamento, não nas moléculas do código genético, mas nas células do cérebro. Essa mudança tornou os membros do gênero *Homo* os maiores especialistas em adaptabilidade de toda natureza.

Para o crítico literário Raymond Williams, os conceitos são elementos historicamente constituídos, fixando sentidos, imagens e margens de significações que, muitas vezes, imobilizam o passado no passado. Os conceitos, antes de empregados como verdades ou paradigmas, devem ser vistos e problematizados em seu movimento, levando em consideração o espaço e o tempo em que foram criados. Só assim será possível aplicar análises que venham a compreender os sentidos cristalizados, vividos em outras temporalidades (WILLIAMS, 2001). Neste sentido, para além da proposta de Crosby, cultura deve ser entendida não apenas enquanto manifestações biológicas, mas sim enquanto um complexo de relações que são constitutivas e constituintes dos sujeitos humanos.

A partir da concepção biológica de cultura, Crosby levanta hipóteses sobre o desaparecimento dos grandes mamíferos em localidades onde o gênero *Homo* fora se estabelecendo. Para o autor, as doenças e o fogo utilizado para efetivar grandes queimadas podem ter alterado o hábitat dos gigantes tornando impossíveis a vida e a reprodução. Segundo Alfred Crosby, este processo foi uma mutação cultural que deu origem à “Revolução do Neolítico”⁴.

No terceiro capítulo, intitulado *Os Escandinavos e os Cruzados*, Crosby dá ênfase às primeiras colônias ultramarinas da Europa, sendo elas: a Islândia e a Groenlândia. Estabelecidas por populações escandinavas, estas, por sua vez, contribuíram para a criação de mecanismos necessários para o bom desempenho das navegações

no século XV. Segundo o autor, o sucesso nestas colônias esteve relacionado à competência náutica, à capacidade de lidar com atividades da pecuária e à adaptação a uma alimentação a base de leite. Por outro lado, o fracasso, mais tarde, também está relacionado às questões fisiológicas e estratégicas. Para ele, a ausência de cereais, madeira e ferro nestas localidades, tornava o contato comercial com esse continente inviável, e o resultado por um maior intervalo de tempo sem contato com o continente europeu era o extermínio por surtos de epidemias. Em suas palavras, “[...] as doenças infecciosas davam a impressão de trabalhar não para os escandinavos, mas contra eles.” (CROSBY, 2011, p. 64).

No discurso de Crosby, os agentes patógenos que muitas vezes passam despercebidos na análise dos processos de colonização são cruciais para compreender os sucessos e fracassos das expansões europeias. Entretanto, não se deve perder de vista que agentes culturais como costumes, língua, religião, entre outros, são de suma importância para uma compreensão mais abrangente sobre estas campanhas. Olhar somente para a biota portátil significa dar muito crédito a um único conjunto de fatores. Faz-se necessário somar outros elementos que tiveram papel ativo neste processo de ocupação e colonização.

Por outro lado, a quebra de paradigmas que Crosby possibilita é plausível de elogios. É ainda no terceiro capítulo que, fazendo uso de uma rica documentação baseada em cartas de navegação e diários de navegadores, o autor torna possível quebrar com os modelos explicativos que cristalizam o contato e a ocupação europeia do continente americano, apenas enquanto fruto das navegações do século XV. Problematicando a chegada dos escandinavos na região do atual Canadá, Crosby contribui para perceber a história enquanto movimento e processo, estabelecendo, assim, uma série de novos elementos para esta reflexão.

O quarto capítulo é *As Ilhas Afortunadas*; o quinto, *Ventos*; e o sexto, *Fácil de alcançar, difícil de agarrar*, figuram o processo de expansão marítima empreendido pela Europa entre os séculos XIV e XV. São nesses capítulos que o autor chama atenção às funções dos arquipélagos para os navegadores. Passando de sinais de orientação no oceano a lugares de abastecimento, tornaram-se, mais tarde,

elos entre as metrópoles e as colônias. Para Crosby, os arquipélagos funcionaram como experimentos no processo de expansão das atividades agrícolas e pecuárias. Transformar ilhas em lugares de abastecimento significava disseminar espécies de animais, muitas das quais, num período longo de tempo, acabaram causando alterações nos elementos da flora e fauna. Segundo Crosby, (2011, p. 86) “É possível que plantas nativas tenham desaparecido e animais nativos tenham morrido por falta de alimento e abrigo”.

O autor levanta uma reflexão que impulsiona os leitores a pensar sobre a instabilidade do ambiente natural. Para Crosby, muitas espécies que se julgam nativas de um lugar foram em algum tempo trazidas pelos europeus, espalhando-se e levando a crer que sempre existiram em um determinado espaço. Perceber que espécies doravante tomadas enquanto nativas foram em outros tempos, introduzidas consciente ou inconscientemente por migrações humanas, significa perceber os sujeitos humanos num processo relacional com a natureza.

Penso neste momento no trabalho de Simon Schama, *Paisagem e memória* (1996), no qual, segundo o autor, antes mesmo de estarmos lidando com uma natureza, estamos lidando com uma paisagem, ou seja, olhares que foram lançados sobre a natureza e que, de alguma maneira, instituem significados para esses espaços. Schama instiga a perceber a natureza não apenas por olhares da botânica ou dos biólogos, mas sim a partir dos usos e das representações presentes no imaginário dos seres humanos. Para o autor, é necessário redescobrir o que já possuímos, mas que, de alguma forma, escapa-nos ao reconhecimento e à apreciação. Através desta concepção, é possível estar atento à riqueza, à antiguidade e à complexidade da tradição paisagística com relação aos modos de ver a natureza.

O sétimo capítulo é *Ervas*; o oitavo, *Animais*; e o nono, *Doenças*, dão ênfase, e Crosby não poupa em exemplos, na expansão da biota portátil que, para o autor, fora o principal agente delimitador do sucesso na constituição das Neoeuropas. São nestes capítulos que, sutilmente, Crosby diminui o peso das ações de extermínio causadas pelo expansionismo europeu. Para ele, as mudanças também fugiram do controle humano quando algumas espécies de animais como o rato embarcaram nos porões dos navios levando consigo um universo de agentes patológicos. Para Crosby (2011, p. 201-202), “Isso

parece indicar que os seres humanos raras vezes foram senhores das mudanças biológicas que provocaram nas Neoeuropas.”.

É no nono capítulo que essa abordagem é realizada com maior cautela. Crosby dá grande ênfase às ações modificadoras causadas pelos agentes patógenos, excluindo, assim, de maneira sutil, a responsabilidade europeia pela ação e devastação nas colônias ultramarinas. Em suas palavras, “Foram os seus germes os principais responsáveis pela devastação dos indígenas e pela abertura das Neoeuropas à dominação demográfica”. (2011, p. 205). De certa forma, cabe pensar que quando a ação das enfermidades fora percebida pelos europeus, a mesma passou a ser utilizada enquanto arma no processo de expansão. Neste caso, excluir a intenção e dar ênfase somente à biota, significa realizar uma anistia no processo de extermínio e isentar os conquistadores das chacinas realizadas.

No décimo capítulo, *Nova Zelândia*, o autor preocupa-se em destacar o caráter distinto da formação dessa Neoeuropa. Baseando-se em trabalhos de botânica e analisando o processo de colonização da Nova Zelândia, Crosby aprofunda-se na compreensão das mudanças proporcionadas pela biota portátil. Este capítulo emerge enquanto exemplo mais específico, para dar legitimação à análise proposta pelo autor em ressaltar as interferências europeias nos outros continentes.

É nos capítulos décimo primeiro, *Explicações* e décimo segundo, *Conclusão*, que Alfred Crosby procura fechar sua análise, mas sem esgotar as possibilidades de reflexão. Cabe destacar que, ainda no capítulo *Explicações*, o autor retoma a explicação daquilo que seria a biota portátil tornando, de certa forma, algo maçante em seu texto. Por outro lado, este balanço final vem enquanto auxílio aos leitores que não se debruçam pelos caminhos de toda a obra. Mais uma vez, Crosby vai insistir no discurso que naturaliza o processo de invasão e extermínio causado pela expansão europeia. Um de seus argumentos concentra-se ao fato de que, por volta do século XV, as modificações e devastações de espécies vivas já faziam parte do processo de evolução destes continentes. Em suas palavras: “Em 1500, o ecossistema dos pampas estava arrasado, desgastado, incompleto – como um brinquedo nas mãos de um colosso pouco cuidadoso.” (CROSBY, 2011, p. 290).

Alfred Crosby estimula a olhar para os movimentos migratórios, sejam eles no Neolítico ou no século XV, enquanto duas levas de invasores da mesma espécie. Para ele, os primeiros atuaram como tropa de choque abrindo caminho para a segunda leva, a qual, numericamente maior, estava equipada com economias mais complexas. (CROSBY, 2011, p. 291).

De certa forma, *O imperialismo ecológico*, de Alfred Crosby, possibilita lançar olhares para outros elementos que também são significativos na compreensão dos processos de expansão e colonização difundidos pelo globo. Porém, faz-se necessário, ao longo do texto, estar atento para não naturalizar estas ações humanas, as quais, no discurso do autor, ganham uma imparcialidade perante os agentes naturais. Olhar para as modificações impulsionadas pelas navegações significa não perder de vista os agentes políticos, econômicos e sociais presentes neste processo.

É significativo pensar no caráter da biota portátil e sua capacidade de modificação dos espaços. Caminhar pelas linhas do *Imperialismo Ecológico*, de Crosby, permite estar atento a esses agentes. Entretanto, é de suma importância não cair nas amarras e deixar de lado a bagagem cultural que se desloca com esses movimentos migratórios, levando consigo, transformações e adaptações. Olhar para ambos os aspectos torna a compreensão das ações humanas mais esclarecedoras e possibilita não perder de vista as ações e decisões humanas, imbricadas em diferentes conjunturas e temporalidades.

Notas

¹ Nascido em Boston, em 1931, o autor estadunidense atuou em diversas universidades americanas e se estabeleceu na Universidade do Texas, em Austin, onde aposentou-se, no ano de 1999. Suas pesquisas ao longo de sua carreira contemplaram principalmente questões voltadas para a história biológica, assumindo como maior preocupação as ações e interferências causadas pelos processos evolutivos de diferentes espécies de seres vivos.

² Conjunto de animais, plantas e doenças que navegaram com os europeus efetivando projetos de colonização e dominação de novas terras.

³ Massa única de terra a qual, após sua divisão, deu origem aos continentes. Este movimento iniciou-se por volta de 200 milhões de anos atrás.

⁴ Para Crosby, essa revolução ocorreu quando os humanos passaram a triturar e polir. Mais tarde vem o surgimento da agricultura e a domesticação dos animais, a qual vai iniciar primeiramente no Velho Mundo (Europa) e mais tarde nas Neoeuropas. (2011, p. 29).

Referências

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. Tradução de José Augusto Ribeiro, Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura y sociedad. 1780-1950. De Colerige a Orwell*, Buenos Aires: Nueva Visión, 2001.

Recebido em: 27/09/2012

Aprovado em: 22/04/2013

SCOTT, Heidi V. *Contested territory: mapping Peru in the sixteenth and seventeenth centuries*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2009. 256p.
ISBN: 978-02-680-4131-1

Victor Santos Vigneron de La Jousselandière*

Mesmo que recebida com bons olhos pela maior parte dos pesquisadores, a perspectiva interdisciplinar ainda tem um longo caminho até se tornar uma prática recorrente. Por si só, essa constatação justifica o interesse de *Contested territory: mapping Peru in the sixteenth and seventeenth centuries*. Nesse livro, Heidi Scott amplia os horizontes da pesquisa peruanista ao trabalhar no limiar entre História e Geografia, tomando por objeto a própria paisagem descrita pelos cronistas. Contudo, deter-se na valia dessa perspectiva em nada ajudaria a ultrapassar as generalidades muitas vezes evocadas quando se fala em interdisciplinaridade. Ora, essa opção engendra na obra em questão uma série de consequências analíticas, não apenas no que toca ao tema específico da colonização, mas ainda no que diz respeito à própria relação entre teoria e História. É certo que o livro de Scott encontra uma imagem mais orgânica, indistinta mesmo, entre tais temas; dividi-los, contudo, permite compreender o alcance de sua aventura por limites acadêmicos tão pouco frequentados. Os impasses daí resultantes não deixam de ser uma das riquezas desse gesto.

* Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (2008) e mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (2012). Atualmente é professor de história da Prefeitura Municipal de São Paulo. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea. E-mail: victorvig@gmail.com.

No primeiro capítulo, *Landscape and the Spanish Conquest of Peru*, a autora anuncia os delineamentos básicos que darão forma às análises realizadas ao longo do trabalho. Em última instância, são essas considerações que dão coesão a uma obra estruturada por capítulos autônomos em seus temas e recortes. O principal elemento comum emerge em torno do conceito de “paisagem” (SCOTT, 2009, p. 1-15). Segundo a autora, não se trata de reconstituir os traços dos “espaços reais” atravessados e narrados pelos cronistas, mas de atentar ao processo mesmo de “produção da familiaridade”, que os torna cognoscíveis e passíveis de descrição. A sugestão já foi desenvolvida por autores clássicos, como Edmundo O’Gorman e John Elliott (O’GORMANN, 1992; ELLIOTT, 1984, p. 9-40). Contudo, o que particulariza a análise de Scott é a ênfase dada à agência indígena nesse processo de construção simbólica da paisagem. A autora não deixa, aliás, de iniciar seu livro com uma crítica a Elliott, que teria dado um tom excessivamente europeu à produção da familiaridade descritiva (SCOTT, 2009, p. 1-5). A crítica a Elliott pode ser tomada como chave de leitura para o restante da obra, pois o que está em questão não é apenas uma discordância no que toca à participação indígena no processo de construção da paisagem, mas sim o próprio conceito de “colonização”. O tom hispanista adotado por aquele historiador seria apenas a manifestação de um diagnóstico mais fundamental a respeito da própria presença europeia na América. Scott argumenta que o termo se presta a uma definição demasiado uniforme da realidade americana sob a presença europeia. No que diz respeito à discussão com Elliott, procura demonstrar que sua leitura hispanista da produção da paisagem tornaria homogêneas as relações de força que não o são, não apenas no contexto peruano, mas nos variados contextos coloniais americanos na primeira Idade Moderna. O exercício historiográfico empreendido nos cinco capítulos seguintes atende, em última instância, a essa preocupação no que diz respeito aos conceitos e às explicações unificadoras consagradas.

A partir do capítulo dois, Scott parte para a empiria com o fito de atestar o desvalor do conceito de “colonização”. Para tanto, a autora volta sua atenção para os momentos mais decisivos do processo de instituição do domínio castelhano no Peru. O segundo capítulo, *Beyond textuality. Landscape, embodiment, and native agency*, inicia esse percurso ao tratar da conquista. Perceba-se que o argumento ganha tanto mais

força quanto se trata de uma primeira geração de cronistas, cuja relação com os índios peruanos, a princípio, seria superficial quando comparada com a interação existente décadas mais tarde. Esse é, por exemplo, o fundamento da periodização proposta por Franklin Pease para as crônicas andinas (PEASE, 1995, p. 15-63). Ora, acompanhar a narrativa da conquista elaborada por Nicolás de Ribera ou ainda a clássica descrição dos acontecimentos dada por Pedro Cieza de León é um recurso estratégico da autora. Se analisado em perspectiva com documentos produzidos por outras fontes, como as petições feitas ao rei pelos curacas de Jauja, esse discurso da conquista emerge como fruto de uma “experiência paisagística” mediada pelos índios (SCOTT, 2009, p. 26-36). Por um lado, a existência de uma descrição menos “literal” da paisagem por parte dos espanhóis seria fruto da rede de proteção que se interporia entre esses e a “paisagem real”. Por outro lado, esta contaria com elementos compatíveis com o acervo cognitivo europeu tendo em vista as intervenções promovidas no espaço pelos Incas, fato que teria possibilitado a localização da conquista numa “paisagem familiar” (SCOTT, 2009, p. 36-42).

Se de fato essa discussão tem por objetivo deslocar o hispanismo um tanto esquemático de Elliott, trata-se ainda de uma crítica voltada contra outra importante explicação unificadora para o período colonial peruano. Também a “história dos vencidos” é evocada por Scott por conta de seu, digamos, “excesso conceitual”. Para tanto, elege-se como interlocutor Nathan Wachtel, importante referência desse modelo explicativo que adquiriu força em meados do século XX. Se por um lado concorda em investir ao índio um papel central nas suas análises, Scott discorda do caráter “traumático” atribuído por Wachtel à conquista (WACHTEL, 1977, p. 55-64). Ao procurar relativizar a ruptura provocada por esse acontecimento, a autora tende a contrapor o caráter “negociado” da presença espanhola à “desestruturação” por este sustentada. Contrária à concepção negativista embutida no epíteto “vencidos”, Scott propõe compreender o caráter positivo da agência indígena na constituição de uma nova “experiência paisagística” no Novo Mundo.

O último item desse segundo capítulo anuncia uma das tônicas dos capítulos subsequentes. Ao mencionar as transformações ocorridas após o período da conquista, com a emergência de uma

“paisagem colonial”, a autora retorna para a discussão acerca da colonização com respeito a outro de seus momentos definidores, inaugurado com a “pacificação” dos *vecinos* por La Gasca, em 1548 (SCOTT, 2009, p. 42-48). A partir, portanto, do terceiro capítulo, *Landscapes of resistance? Peru's 'Relaciones geográficas'*, o conceito é agora questionado justamente onde ele parecia mais apropriado. Mais especificamente, trata-se de inventariar os limites postos ao projeto de produção de cidades espanholas, isto é, de intervenção colonial na paisagem americana. Note-se que essa proposta analítica se pretende válida para uma década tão significativa quanto a de 1570, em que as incertezas quanto ao futuro da região teriam sido suplantadas pelas reformas centralizadoras do vice-rei Francisco de Toledo, funcionário talhado à imagem e semelhança de Felipe II (LOHMANN VILLENA, 1967). E o campo escolhido para tanto dificilmente poderia ser mais significativo que as *Relaciones geográficas*.

É nesse conjunto de informes solicitados aos funcionários reais em toda a América que Scott pretende descobrir as marcas da agência local. À primeira vista, seria corroborada aquela visão “tradicional”, notando-se a marca da política de Toledo na redução dos índios dispersos, levando à sua desvinculação da paisagem, ao mesmo tempo em que tinha lugar a “extirpação” de uma toponímia e uma geografia idolátricas. Contudo, esse mesmo tema permite à autora questionar o enquadramento binário, reputado a autores como Wachtel, que divide as posições possíveis na sociedade colonial a dominantes e vencidos. À diferença dessa perspectiva, Scott observa a intimidade dessas posições, havendo antes uma interpenetração de elementos culturais na constituição de algo novo. Isso seria corroborado pela *Relación* enviada pelo corregedor de Jauja, que permitiria observar os vaivéns dos huancas perante as instituições castelhanas, privilegiadamente emblematizadas na figura do ladino Felipe de Guacra Paucar (SCOTT, 2009, p. 60-69). Mas o que o caso particular dos huancas de Jauja sugere são as restrições generalizadas à política de reduções. Aliás, isso não se deveu apenas à obstinada mobilidade indígena, mas também à resistência oposta a esse plano por parte de muitas autoridades espanholas (SCOTT, 2009, p. 69-74). Seu interesse pessoal, imediato e concreto, muitas vezes obstará qualquer “projeto colonial”, distante e abstrato.

O capítulo seguinte, *The mobile landscapes of Huarochirí*, depara-se com outro contexto fundamental à afirmação da colonização peruana, tendo um papel significativo na política de “extirpação de idolatrias”, ali iniciada por Francisco de Ávila em 1610. Contudo, aquilo que poderia representar a consolidação do projeto evangelizador é lido sob outra perspectiva por Scott. Assim como a política civil de redução não teria deitado raízes, também sua equivalente eclesiástica, a paróquia, não teria impedido a mobilidade indígena (SCOTT, 2009, p. 75-107). Da mesma forma os corregedores estariam entre os principais obstáculos à política colonial, a evangelização seria atravessada pelos mais variados interesses: curas de paróquia, jesuítas, índios e funcionários reais conformariam um panorama impossível de ser reduzido a um núcleo conceitual. É particularmente interessante para a argumentação da autora a contraposição entre a exemplar *Relación geográfica* produzida pelo corregedor local e as formulações contidas no *Manuscrito de Huarochirí* (SCOTT, 2009, p. 90-98). Se aquela pode dar a ideia de uma execução zelosa das orientações filipinas, este revelaria a superficialidade da disrupção (do “trauma”) operada pelos espanhóis em seu combate à geografia idolátrica. A própria ação extirpadora é colocada em tela por Scott, que sublinha as contradições nesse processo, tendo em vista os interesses múltiplos representados pelos curas, pelos extirpadores e pelos índios. Essa situação teria dado ensejo mesmo a um estranhamento crescente perante a paisagem, narrada pelos religiosos de modo a tematizar a resistência do terreno ao conhecimento de suas propriedades idolátricas. Nada mais distante, enfim, da progressiva penetração das instituições coloniais, inclusive sob seu braço eclesiástico, no interior peruano.

Os dois últimos capítulos, *Negotiating Amazonia* e *Contested frontiers and the Amazon/ Andes divide*, possuem o interesse adicional de versarem sobre regiões pouco analisadas pela historiografia, a fronteira amazônica do vice-reino. O percurso analítico adotado no livro é conhecido: Scott parte da crítica à explicação historiográfica consagrada que associa o tema amazônico às representações edênicas. A esse respeito, o capítulo quinto retoma a significativa trajetória de Juan Recio de León para aferir até que ponto a paisagem da Amazônia boliviana teria sido objeto de uma intrincada negociação. Ao analisar

essa personagem, percebe-se que o próprio tema edênico é antes um “recurso discursivo” à disposição dos cronistas para defender seus interesses pessoais. Com essa constatação é possível compreender a construção da paisagem local enquanto “espaço de oportunismo”, expressão empregada por Scott em um de seus subtítulos (SCOTT, 2009, p. 111). Nesses quadros, a trajetória turbulenta de Recio de León apresenta as várias estratégias discursivas que esse ator adota, uma a uma, a depender do momento em que se encontra, jogando com as conveniências: a vantagem da conquista, seu papel missionário, a riqueza prometida pela região, os riscos representados por estrangeiros que frequentam o lugar, a possibilidade do transporte de prata pelo Amazonas, de ampliação da mão de obra indígena em Potosi. Não deixa de ser irônico, ou melhor, significativo, que Madri seja o lugar por excelência onde essa variedade de argumentos poderia ter lugar. O volume de informações que ali chegavam e a impossibilidade de confirmação direta caracterizariam o espaço de onde, supostamente, irradiariam as diretrizes colonizadoras (SCOTT, 2009, p. 124-131). Ao mesmo tempo, trata-se de combater a visão dualista que opõe o espaço andino àquele amazônico, fato que não é indiferente a uma apropriação da própria visão incaica (SCOTT, 2009, p. 133-136). Tal intento é realizado principalmente no capítulo sexto, em que são apresentados os diversos projetos que sublinharam a possibilidade de investir na região. Possibilidade essa, destaque-se, aventada contra as expectativas da administração castelhana.

A essa altura cabe indagar-se sobre a articulação entre o encamiñamento metodológico proposto pela autora e seus resultados historiográficos. É possível perceber que toda a narrativa empreendida por Scott parte de uma posição nominalista com relação às explicações ou conceitos unificadores. Um a um, “colonização”, dualidade entre “vencedores” e “vencidos”, ruptura da conquista ou impermeabilidade da fronteira são questionados por sua incapacidade de dar conta do “real”. Lembre-se a esse respeito, que a autora não deixa de mencionar a “paisagem real” ao lado do “discurso” sobre a paisagem (SCOTT, 2009, p. 1-15). Em certa medida, portanto, o conceito encontrar-se-ia em “excesso” diante da empiria. Pelo contrário, a profusão de interesses pessoais marcaria um cenário que apenas poderia ser definido como “complexo”. Deve estar claro a essa altura

que o gesto negativo empregado por Scott com relação à historiografia possui sua contraparte: a complexidade é complementada pela ênfase na ação individual (a “agência” indígena, a busca de interesses pessoais, os “espaços de oportunismo”). Fato que não é estranho ao próprio conceito de “paisagem” empregado pela autora, que recusa o distanciamento entre visão e escrita e enfatiza uma abordagem multissensorial e totaliza a experiência do meio pelo sujeito. A “negociação” a que o discurso sobre a paisagem está submetido incorpora, por conseguinte, a própria dimensão corpórea.

Sem negar a riqueza de possibilidades assim aberta, há de se questionar a validade intersubjetiva de uma perspectiva que contrapõe as múltiplas experiências sensíveis ao trabalho do conceito. Este não deveria encontrar sua determinação na empiria, na experiência corpórea? Longe de ser uma questão estritamente teórica, trata-se de uma dúvida que remete a alguns impasses da obra de Scott. Isso porque ao colocar lado a lado “discurso sobre a paisagem” e “paisagem real” (assim como a intervenção indígena correspondente a esses dois campos) a autora afirma a vigência do conceitual, do simbólico. Nesses termos, o *conceito* de “complexidade” joga um papel estratégico, sem o qual seria impossível à própria autora construir seu *discurso* historiográfico. Essas questões ajudam a compreender alguns dos limites da crítica feita, por exemplo, ao conceito de “trauma”, em seu uso dado por Wachtel. Se é inquestionável que este autor não aferiu de maneira correta as fundamentais continuidades demonstradas por Scott, esta tampouco considerou o fato de “trauma” supor uma relação (necessariamente prenhe de mediações) entre estrutura e acontecimento. Desse ponto de vista, é possível sustentar, ainda que numa *conformação* distinta daquela pretendida por Wachtel, uma experiência traumática da conquista. Da necessidade assim constatada de conjugar experiência subjetiva e operação historiográfica intersubjetiva nota-se, por fim, que, ao centrar-se excessivamente no polo individual, a autora de *Contested territory* deu-se com uma definição oportunista do poder, que não é compreendido como *relação*, e sim como *predicado*. Nessa redução conceitual reside muito da impugnação avançada contra o conceito de “colonização”.

Referências

- ELLIOTT, John H. *O Velho Mundo e o Novo: 1492-1650*. Lisboa: Quercus, 1984.
- LOHMANN VILLENA, Guillermo. Étude préliminaire. In: MATIENZO, Juan de. *Gobierno del Perú (1567)*. Lima/Paris: IFEA, 1967. p. I-LXIX.
- O'GORMAN, Edmundo. *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Unesp, 1992.
- PEASE G. Y., Franklin. *Las crónicas y los Andes*. Lima: PUCP/FCE, 1995.
- SCOTT, Heidi V. *Contested territory: mapping Peru in the sixteenth and seventeenth centuries*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2009.
- WACHTEL, Nathan. *La vision des vaincus: les indiens du Pérou devant la conquête espagnole, 1530-1570*. Paris: Gallimard, 1977.

Recebido em: 10/09/2012

Aprovado em: 02/05/2013

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA ANOS 90

1. A Revista **Anos 90** aceita artigos inéditos na área de História e disciplinas afins e outros gêneros como resenhas de livros, entrevistas, discussões historiográficas da atualidade etc.
2. A Revista **Anos 90** é editada em duas versões: impressa (ISSN 0104-236X) e eletrônica (ISSN 1983-201X). O envio de artigos para a revista implica autorização para publicação em ambas as versões.
3. O material para publicação, redigido em português ou espanhol, deve incluir um resumo em português (ou *resumen*, espanhol) de até 15 linhas e uma versão do mesmo em inglês (*abstract*), bem como uma lista de até cinco palavras-chave com sua versão para o inglês (*keywords*). O título do artigo também deverá ser vertido para o inglês. A identificação do autor deve constar em separado, acima do título, contendo nome do autor, dados sobre a instituição a qual está vinculado, titulação acadêmica, endereço eletrônico e endereço para correspondência.
4. Os textos para publicação deverão ter entre 21 mil e 45 mil caracteres (aproximadamente 15-25 páginas), espaço 1,5, letra *Times New Roman*, tamanho 12. As resenhas não poderão ultrapassar 6 páginas, com as mesmas características.
5. Todos os trabalhos serão apreciados pela Comissão Editorial da Revista e submetidos a avaliadores. A Comissão Editorial decidirá sobre a oportunidade da publicação das contribuições recebidas.
6. A Revista compromete-se a informar os autores sobre a publicação ou não de seus artigos.

7. As notas devem ser numeradas sequencialmente, no final do texto, em números arábicos. As notas deverão ser sucintas.
8. As remissões bibliográficas não deverão ser feitas em notas, e sim figurar no corpo principal do texto, conforme o seguinte modelo: (FREITAS, 2002, p. 32)
9. A bibliografia deverá ser relacionada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome, conforme a padronização da ABNT.
10. Para submeter seus originais, os autores deverão acessar o Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER) da UFRGS no *website* <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90>. Em caso de dificuldades na operação do sistema, contatar o editor através do endereço eletrônico: anos90@ufrgs.br.

ANOS NOVENTA

Política Editorial

Anos Noventa é um periódico semestral, publicado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS). Tem por objetivo divulgar a produção do conhecimento histórico e estimular o diálogo e o debate no campo dos estudos históricos e das áreas afins.

Os artigos publicados expressam tanto a produção intelectual dos docentes do PPGH/UFRGS quanto os diálogos intelectuais mantidos com pesquisadores de outros lugares do país e interlocutores internacionais.

Cada número contém, usualmente, um conjunto de artigos voltados para um mesmo tema (os “dossiês”). Também são publicados resenhas, entrevistas, documentos históricos e divulgadas as defesas de dissertações e teses do PPGH no período. Com o objetivo de facilitar o acesso dos leitores a determinados debates, poderão ser feitas traduções de artigos já publicados em periódicos estrangeiros.

Os artigos, que devem ser inéditos e em português, são avaliados por pareceristas com experiência no assunto. Para os números temáticos, poderão ser convidados pesquisadores com reconhecida produção no tema.

Editoração e impressão:

